



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 138

DF 061005 061006 061007 061008

RECONHECIMENTO DE FIRMA

CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO

Rua Antônio Evangelista Sobrinho, 92

Centro - Mombuca - Ceará

(88) 3583-1264

Reconheço a(s) Firma(s) ☐ por autenticidade ☒ semelhança

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

MARIA DE SAISIMA BEZERRA ALVES

Dou fe.

Mombuca (CE) 24 JAN 2024

FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR

MARIA ODETH BATISTA F. VERAS

BEL. GERÔNIMO RAPHAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO

Rua Antônio Evangelista Sobrinho, 92

Centro - Mombuca - Ceará

(88) 3583-1264

Reconheço a(s) Firma(s) ☐ por autenticidade ☒ semelhança

LUZIA MARIA LOPES DA SILVA, MARIA DE

SAISIMA BEZERRA ALVES

Dou fe.

Mombuca (CE) 24 JAN 2024

FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR

MARIA ODETH BATISTA F. VERAS

BEL. GERÔNIMO RAPHAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Documento assinado digitalmente pelo tabelião e oficial de registros do 2º Ofício de Juazeiro do Norte-CE amparado no PROVIMENTO Nº. 4/2023 CGJCE Art. 488 § 2º Art. 499 § 1º e demais. Para conferência de autenticidade usar o QR-CODE ou acessar: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04019/ e informar o código: 21231159



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 139

residente e domiciliada na rua 131, CJ Ceará, n° 75, Conjunto Ceará, CEP 60.530-150 Fortaleza/CE, e-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com.

CONSELHO FISCAL

Francisco Batista Barbosa
Primeiro Conselheiro Fiscal: FRANCISCO BATISTA BARBOSA, brasileiro, casado, pensionista do INSS, portador da cédula de identidade 2023031552-0 SSPDS/CE, inscrito no CPF sob o n° 163.521.903-59, Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque, NB: 528.275.900-0, telefone (85) 9 98929-2973, residente e domiciliada na rua Martins Neto, n° 724, bairro Antônio Bezerra, CEP 60.360-415 Fortaleza/CE, e-mail franciscobatistaassesp@gmail.com.

Andre Freire de Oliveira
Segundo Conselheiro Fiscal: ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, aposentado, portador da cédula de identidade 97024035907 SSPDS/CE, inscrito no CPF sob o n° 865.354.803-30; Filiação: Isabel Freire de Oliveira, NB: 176.843.394-9, telefone (85) 9 9623-4101, residente e domiciliada na rua Frankfurt, n° 452, Vila Manoel Sátiro, CEP: 60.713-140 Fortaleza/ CE, e-mail: andrefreireassesp@gmail.com.

Maria de Fatima Soares da Silva
Terceiro Conselheiro Fiscal: MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2004010036770 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o n° 426.213.214-53, Filiação: João Sores Silva e Raimunda Nogueira Maciel, NB: 164.504.855-9, telefone (085) 9 8792-4222, residente e domiciliada na Rua: Albano Amaral, n° 717, Vila Manoel Sátiro, CEP: 60.713-200 Fortaleza/ CE, e-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com.



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA e ORDINÁRIA DA ASSESP-
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**
CNPJ – 07.361.030/0001-72

Aos vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e dois, às 09h(nove horas), em primeira chamada, atendendo o Edital de Convocação de dezessete de agosto de dois mil e vinte e dois, nesta cidade na Av: Francisco Sá, nº 3667, Loja: 13, Shopping Carlito Pamplona, Bairro: Carlito Pamplona, Fortaleza-CE, CEP: 60.310-055, reuniram-se os associados da ASSESP-ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, e assinados na relação de presenças anexa, nos termos do estatuto em vigor, para deliberarem quanto a:

A) 3ª Reforma Estatutária:

B) Eleição e posse da diretoria e conselho fiscal.

Para presidir os trabalhos foi indicado por aclamação o Sra. **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**, que escolheu a mim, **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**, para secretária-la.

Tendo sido convocado **Assembleia Geral**, através de publicação em jornal de grande circulação, Carta Convite, Boletim interno e de forma remota (virtual), contando com a presença da maioria simples dos sócios com direito a voto. Com início a pauta do dia o senhor Presidente toma a palavra e fala da necessidade de reformar o estatuto social da associação, aprimorando-o e adequando-o a legislação vigente, distribuindo a todas as minutas do novo estatuto com as reformas sugeridas. Após a devida distribuição, a assembléia entrou em deliberação para debater artigo por artigo, tendo como uma das principais mudanças: Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal, Mudança do Endereço da Entidade, passando a ser na Av: Francisco Sá, nº 3667, Loja: 13, Shopping Carlito Pamplona, Bairro: Carlito Pamplona, Fortaleza-CE, CEP: 60.310-055, mudança da Razão Social da entidade que passará a se chamar **PROGRAMA NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS**, com a sigla **PNAP**, os demais artigos foram ratificados e alguns reformulados para melhor atender as necessidades dos associados. Concluída a apresentação e a manifestação dos presentes, da reforma restou aprovada por unanimidade. Em prosseguimento a pauta do dia o Presidente proclamou o término do mandato da atual diretoria e conselho da entidade, e deu início o processo eletivo(ou aclamação), e após a contagem dos votos presenciado por todos, foi apresentado pelo Presidente o resultado, ficando assim composta:

DIRETORIA:

Presidente – **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**

Vice-Presidente – **MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES**

Secretário – **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**

Tesoureira – **FRANCISCA DA SILVA DE SOUZA**

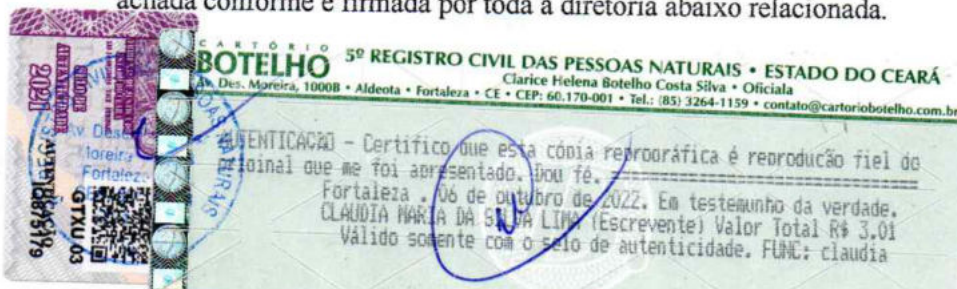
CONSELHO FISCAL:

Primeiro Conselheiro Fiscal – **JOSE FERREIRA FELIX**

Segundo Conselheiro Fiscal – **ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA**

Terceiro Conselheiro Fiscal – **MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA**

E, por fim, o Presidente, declara que as deliberações tomadas na assembléia geral em questão, observaram rigorosamente, o quorum previsto no estatuto social em vigor, e dá posse aos eleitos, para a gestão de: **(24/08/22) e término do mandato dos eleitos (24/08/26)**. Nada mais havendo, o Presidente, fez um resumo dos trabalhos do dia, bem como das deliberações, agradeceu pela participação de todos os presentes e deu por encerrada a reunião, da qual eu, **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**, lavrei a presente ata, que foi lida, achada conforme e firmada por toda a diretoria abaixo relacionada.



Jose Ferreira Felix
MELO JÚNIOR
Primeiro Conselho Fiscal: JOSE FERREIRA FELIX, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade 95010030464 SSP/CE, CPF: 549.358.063-20; FILIAÇÃO: Luiz Felix Ferreira e Pergentina Pinto de Mesquita; residente e domiciliada na Rua: Salgado Filho, nº 635; Antonio Bezerra - CEP: 60.352-360; FORTALEZA/CE, E-mail: jose ferreirapnap@gmail.com

Andre Freire de Oliveira
Segundo Conselho Fiscal: ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, aposentado, portador da cédula de identidade 97024035907 SSPDS/CE e de CPF: 865.354.803-30; Filiação: Isabel Freire de Oliveira; residente e domiciliada na Rua: Frankfurt, nº 452; Vila Manoel Satiro; CEP: 60.713-140; Fortaleza/ CE, E-mail: andrefreirepnap@gmail.com

Maria de Fatima Soares da Silva
Terceiro Conselho Fiscal: MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2004010036770 SSPDS/CE e de CPF: 426.213.214-53; Filiação: João Sores Silva e Raimunda Nogueira Maciel; residente e domiciliada na Rua: Albano Amaral, nº 717; Vila Manoel Satiro; CEP: 60.713-200; Fortaleza/ CE, E-mail: mariadefatimapnap@gmail.com

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSE EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Fausto, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@cartorioce.com.br / recepcao2_cmg@hotmail.com

Cód.: 120785. Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA Do que dou fé. Fortaleza, 26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA180407 - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSE EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Fausto, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@cartorioce.com.br / recepcao2_cmg@hotmail.com

Cód.: 120786. Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA Do que dou fé. Fortaleza, 29 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA180413 - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSE EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Fausto, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@cartorioce.com.br / recepcao2_cmg@hotmail.com

Cód.: 120828. Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de JOSE FERREIRA FELIX Do que dou fé. Fortaleza, 29 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA180448 - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

CARTÓRIO BOTELHO
5º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - ESTADO DO CEARÁ
Av. Des. Moreira, 10008 - Aldeia - Fortaleza - CE - CEP: 60.170-001 - Tel: (85) 3284.1159 - contato@cartorioce.com.br

AUTENTICADO - Certifico que esta cópia reproduzida é reprodução original que me foi apresentado, dou fé.
Fortaleza - 06 de outubro de 2022. Em testemunho da verdade.
CLAUDIA MARIA DA SILVA LIMA (Escrevente) Valor Total R\$ 5,30
Válido somente com o selo de autenticidade. FLM: claudia


Av. Desembargador ...
Fortal: ...
CEP: ...
2021


IZTD 03
1Q875182

DIRETORIA:


Maria de Lourdes Pinheiro do Vale
Presidente: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE; e de CPF: 415.596.303-53; Filiação: Francisco Julio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva; residente e domiciliada na Rua: Jose Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.715-000, FORTALEZA/CE, E-mail: mariadelourdespn@gmail.com


Maria de Fatima Bezerra Alves
Vice - Presidente: MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2017039439-0 SSPDS/CE, e de CPF: 144.516.543-00; Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque; residente e domiciliada na Rua: João Victor, nº 1507-A ; Granja Lisboa; CEP: 60.546-210; FORTALEZA/CE, E-mail: mariadefatimapn@gmail.com


Lucia Maria Lopes da Silva
Secretária: LUCIA MARIA LOPES DA SILVA, brasileira, viúva, pensionista; portadora da cédula de identidade 90001008396 SSPDS/CE, e de CPF: 826.490.653-20; Filiação: Gilberto Cabral da Silva e Maria Luiza Lopes da Silva; residente e domiciliado na Rua: Beira Rio, nº 22, Altos; Parque Leblon; CEP: 61.631-370 - CAUCAIA/CE, E-mail: luciamariapn@gmail.com


Francisca da Silva de Souza
Tesoureira: FRANCISCA DA SILVA DE SOUZA, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2002010490652 SSPDS/CE, e de CPF: 234.302.493-68; Filiação: Manoel Martins da Silva e Maria Braz Cardoso; residente e domiciliada na Rua: Padre Jose Arteiro, nº 701; Antonio Bezerra; CEP: 60.360-060 - FORTALEZA/CE, E-mail: franciscadasilvapn@gmail.com

CONSELHO FISCAL:



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: REGIBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3299.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@cartoriomelojunior.com.br / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 120783 Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE** Do que dou fé. Fortaleza, 26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160393 - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

Confira os dados do ato em: selegitral.pje.jus.br/porta

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: REGIBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3299.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@cartoriomelojunior.com.br / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 120777 Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de **MARIA DE FÁTIMA BEZERRA ALVES** Do que dou fé. Fortaleza, 26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160381 - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

Confira os dados do ato em: selegitral.pje.jus.br/porta

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: REGIBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3299.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@cartoriomelojunior.com.br / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 120781 Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA** Do que dou fé. Fortaleza, 26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160387 - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

Confira os dados do ato em: selegitral.pje.jus.br/porta

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: REGIBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3299.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@cartoriomelojunior.com.br / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 120784 Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de **FRANCISCA DA SILVA DE SOUZA** Do que dou fé. Fortaleza, 26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160401 - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

Confira os dados do ato em: selegitral.pje.jus.br/porta

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS

BOTELHO 5º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS • ESTADO DO CEARÁ
Clarice Helena Botelho Costa Silva • Oficial
Av. Des. Viareira, 10008 • Aldeota • Fortaleza • CE • CEP: 60.170-001 • Tel.: (85) 3264-1159 • contato@cartoriobotelho.com.br

AUTENTICACAO - Certifico que esta cópia reprográfica é reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.
Fortaleza, 06 de outubro de 2022. Em testemunho da verdade.
CLAUDIA MARIA DA SILVA LIMA (Escrevente) Valor Total R\$ 3,01
Válido somente com o selo de autenticidade. FUNC: claudia

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico e dou fé que a presente certidão é constituída de 16 (dezesseis) páginas e foi extraída do documento registrado sob nº **22391**, em **09/09/2022**, no Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Livro A) neste Cartório do 2º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Fortaleza. Certifico ainda, que a presente certidão possui o mesmo valor probante do documento original para todos os fins de Direito, seja em juízo ou fora dele, nos termos dos artigos 161 da Lei 6.015/73 e 217 da Lei 10.406/72, tendo sido extraída sob a forma de documento físico.

Pessoa Jurídica:

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

Natureza do Documento:

3ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

CNPJ do Requerente:

07.361.030/0001-72.

Fortaleza, 22 de dezembro de 2023.


SILVIA MARIA VERAS MONTEIRO
Escrevente**CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES**Nº de atendimento: 20231222000217
Total emolumentos: R\$ 97,94
Total FERMOJU: R\$ 6,04
Total Selos: R\$ 12,57
Total FRMMP(Ministério Público): R\$ 4,91
Total FAADEP(Defensoria Pública): R\$ 4,91
Valor Total: R\$ 126,37

Base de cálculo / Atos com Valor Declarado

Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos

Códigos: 5025, 5023



REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E
EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

CERTIDÃO
Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

Registro nº 22391

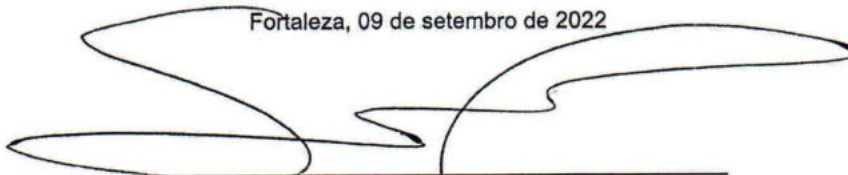
Certifico e dou fé que recebi o documento em papel com 15 (quinze) páginas, foi apresentado em 09/09/2022, o qual foi protocolado e registrado sob nº 22391 em 09/09/2022 e averbado à margem do registro sob nº 3438, no Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Livro A) deste Cartório do 4º Ofício de Notas e 2º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Fortaleza, CNPJ 06.573.000/0001-67, na presente data.

Natureza: 3º ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

CNPJ do requerente: 07.361.030/0001-72

Apresentante: PROGRAMA NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Fortaleza, 09 de setembro de 2022



SILVIA HELENA MORAIS CORREIA VIANA TEIXEIRA
Tabeliã Substituta

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.



CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES	
Nº de atendimento:	20220909000247
Total emolumentos:	R\$ 128,25
Total FERMOJU:	R\$ 9,33
Total Selos:	R\$ 9,10
Total FRMMP (Ministério Público):	R\$ 6,41
Total FAADep (Defensoria Pública):	R\$ 6,41
Valor Total:	R\$ 159,50
Base de cálculo / Atos com Valor Declarado	
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos	
Códigos: 5013, 5026, 5023	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Receita Federal do Brasil ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, se esse for conveniado do CNPJ

 PROTOCOLO REDESIM
 CEP2200513536

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

PROGRAMA NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

07.361.030/0001-72

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

220 Alteração do nome empresarial (firma ou denominação)
 244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)
 211 Alteração de endereço dentro do mesmo município
 202 Alteração da pessoa física responsável perante o CNPJ
 221 Alteração do título do estabelecimento (nome de fantasia)
 Quadro de Sócios e Administradores - QSA

 2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
 CARTÓRIO MORAIS CORREIA
 REGISTRADO **22391**

Número de Controle: CE30645815 - 07361030000172

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável☐ Preposto

NOME

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

CPF

415.596.303-53

LOCAL E DATA

FORTALEZA 05/09/2022

ASSINATURA (com firma reconhecida)

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

07. RECIBO DE ENTREGA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

Rafael de Oliveira Dias

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO DE MEIO JÚRICO - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS

TABELÃO Nº 105 EVANDRO DE MELO JUNIOR - TABELÃO Nº 105 INSTITUTO RECONHECIMENTO MARQUES DE MELO JUNIOR

CPF: 06.571.034/0001-51 - Rua 2004 Facundo, 1º Andar, Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE

Tel: (81) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj.servi@reconhecimento.com.br / reconce2_cnpj@hotmail.com

Cód.: 121614 Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE Do que dou fé.

Fortaleza, 05 de setembro de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2

RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160797 - VALIDO SOMENTE

COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Rafael de Oliveira Dias - Escrivente

 CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA
 UNIDADE CADASTRADORA

3ª REFORMA ESTATUTÁRIA E CONSOLIDAÇÃO

A sociedade civil, **ASESP –ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS**, fundada em 20 de abril de 2005, registrada em microfilme no Cartório e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Cartório Morais Correia sob nº 3438, em 20 de abril de 2005. Inscrita no CNPJ sob nº 07.361.030/0001-72, resolve alterar e consolidar seu estatuto, tendo este, sido aprovado pela ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 24 de Agosto de 2022.

CAPÍTULO I

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO **22391**

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1º - O PROGRAMA NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, também designada pela sigla, **PNAP**, CNPJ nº 07.361.030/0001-72, fundada em 20 de abril de 2005, formada por aposentados e pensionistas da Previdência Social é uma entidade sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sede na Avenida: Francisco Sá, 3667; Loja: 13; Shopping Carlito Pamplona, Bairro: Carlito Pamplona; CEP: 60.310-055, no município de Fortaleza, Estado do Ceará, com foro neste Urbe.

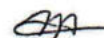
Art. 2º - A Associação tem por finalidade, congregar aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social em objetivos ligados às atividades sociais com ênfase para cultura, saúde e artes.


Art. 3º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação poderá abrir sucursais em todo território nacional.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - A Associação é constituída por aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.





Art. 5º - A admissão do associado depende da sujeição do mesmo aos princípios que norteiam os objetivos sociais da Associação, da disponibilidade pessoal para servir e/ou colaborar, sem qualquer direito a titularidade de quota e/ou fração do patrimônio da Associação, quer presente ou futuro, submetendo a aprovação da Diretoria Executiva, que observará os seguintes critérios:

- I- Apresentar a cédula de identidade;
- II- Concordar com o presente estatuto, e expressar em sua atuação na Entidade e fora dela, os princípios nele definidos;
- III- Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV- Em caso de associado contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas;

CERTIDÃO

Cartório Moraes Correia 2º RPJ

Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas

CARTÓRIO MORAIS CORREIA

REGISTRADO **22391**

Art. 6º - A mensalidade associativa será fixada no percentual de 3% (três por cento) do benefício do associado.

Art. 7º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, obedecido ao disposto nesse estatuto, e só ocorrerá a exclusão se for reconhecida a existência de motivos graves, apontados em decisão fundamentada pela Diretoria Executiva, que deverá votar com a maioria absoluta dos presentes à reunião especialmente convocada para esse fim.

§ 1º- Entende-se por motivos graves, entre outros:

- I - Não cumprir com as obrigações que lhe forem atribuídas;
- II - Praticar atos que comprometam moralmente a Associação, denegrindo sua imagem e reputação;
- III - proceder com má administração de recursos;
- IV - Infringir as demais normas previstas neste Estatuto e na lei;

Art. 8º - Os associados tem direitos iguais e a qualidade de associado é intransmissível, não havendo qualquer possibilidade de transmissão por alienação, doação ou herança, extinguindo-se os direitos com a morte do associado ou a liquidação da pessoa jurídica da Associação.

§ 1º- São direitos do associado:

- I - Votar e ser votado;
- II - Propor a admissão de novos associados;

 *Lucia*

III – Gozar dos benefícios oferecidos pela entidade descritos no artigo 2º ;

§ 2º- Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei, no Estatuto Social.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias;
- II. Pagar as contribuições devidas.

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO **22391**

CERTIDÃO
Cartório MORAIS Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º - A Associação será administrada por:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal.

Art. 11º - Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Parágrafo Único:

Os deveres dos associados são os previstos na lei, no Estatuto Social e nas deliberações da Diretoria Executiva.

Art. 12º - Compete a Assembleia Geral:

- I. Cumprir e fazer cumprir Estatuto Social;
- II. Alterar o Estatuto Social;

Lucia

AA

- III. Eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- IV. Eleger os substitutos da Diretoria e do conselho Fiscal em caso de vacância definitiva;
- V. Examinar e aprovar as contas anuais;
- VI. Decidir sobre os recursos interpostos pelos associados;
- VII. Decidir sobre outros assuntos de interesse da Associação;
- VIII. Deliberar o valor da mensalidade;
- IX. Decidir sobre a Extinção da Associação;
- X. Resolver casos omissos desse Estatuto Social

CERTIDÃO
Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO **22391**

§ 1º- As deliberações da Assembleia Geral serão válidas com os votos mais da metade dos associados presentes, ficando o Presidente da reunião com o direito ao voto de qualidade em caso de empate.

§ 2º- Para a deliberação das matérias descritas nos itens II e IV deste artigo, será necessário o voto de no mínimo dois terços dos associados presentes a Assembleia Geral especialmente convocada para aquela finalidade.

Art. 13º - A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II. Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 14º – A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I. Pelo presidente da Diretoria;
- II. Pela Diretoria;
- III. Pelo Conselho Fiscal;

Art. 15º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição, nos jornais que circulam na sede da associação, boletins internos, por ofício nominativo aos respectivos membros dos respectivos conselhos, por circulares ou outros meios convenientes, de forma (virtual) e presencial, determinando o local, data e hora e os assuntos a serem tratados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

Lucia
AM

Parágrafo Único:

Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação dos associados presentes, com qualquer número, não exigindo a lei quórum especial.

CERTIDÃO
Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

Art. 16º - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO **22391**

Parágrafo Único:

Os membros da Diretoria Executiva serão todos eleitos pela assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos renováveis.

Art. 17º - Compete à Diretoria:

- I. Elaborar e executar programa anual de atividades;
- II. Elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;
- III. Definir e alterar os valores das mensalidades para os sócios contribuintes;
- IV. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. Convocar Assembleia Geral.

Art. 18º - A Diretoria Executiva se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, para tratar de assuntos diversos da Associação.

Art. 19º - Compete ao Presidente:

- I. Representar a Associação ativa e passivamente em órgãos, judicial e extrajudicialmente;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- III. Convocar e Presidir as Assembleias Gerais e fazer anualmente prestações de contas, apresentando os balanços dos exercícios findos e relatórios referentes às atividades da associação;

AA

Lucia

- IV. Proceder ao aumento do patrimônio mediante aquisição de bens, imóveis e semoventes;
- V. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- VI. Assinar propostas para admissão de sócios e solicitações de benefícios;
- VII. Assinar cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;
- VIII. Assinar os balancetes e balanço patrimonial;
- IX. Admitir e demitir funcionários;
- X. Contratar corretores habilitados para angariar sócios;
- XI. Assinar convênios com órgãos públicos e empresas particulares;
- XII. Nomear procurador, delegando ao mesmo, poderes para agir em seu nome como se ele mesmo fosse, através do mandato procuratório, lavrado em cartório.

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO **22391**

CERTIDÃO
Cartório MORAIS Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

Art. 20º - Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até a realização de Assembleia Geral Extraordinária para eleição de novo Presidente que deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias contados do início da vacância do cargo;
- III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 21º - Compete ao Secretário:

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas;
- II. Publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Art. 22º - Compete ao Tesoureiro:

- I. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III. Apresentar relatório de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;

AM

Lucia

- V. Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VII. Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;

Art. 23° - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos eleitos pela Assembleia Geral.

§ único -O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o mandato da Diretoria.

Art. 24° - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da entidade;
- II. Examinar o balancete trimestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas

CARTÓRIO MORAIS CORREIA

REGISTRADO

22391

CERTIDÃO

Cartório Morais Correia 2º RPJ

Fortaleza - CE

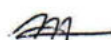
Art. 25° - As atividades dos diretores e conselheiros, assim como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 26° - A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 27° - A forma de recursos para o desenvolvimento e a manutenção da Associação provém de receitas decorrentes de seu patrimônio, mobiliário e imobiliário que venha a possuir, e das aplicações financeiras doações e legados, auxílios e contribuições de seus associados e benfeitores ou qualquer outra forma legal de receita, cuja soma constitui o patrimônio social.

CAPÍTULO IV

DA PERDA DO MANDATO



Lucia

Art. 28º - A perda da qualidade de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;
- IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na associação;
- V. Conduta duvidosa.

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO **22391**

CERTIDÃO
Cartório MORAIS Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

§ 1º- Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria, no Prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

§ 2º- Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independente da apresentação da defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária devidamente convocada para esse fim, onde será garantido o amplo direito de defesa.

CAPÍTULO V

DA RENÚNCIA E VACÂNCIA DO CARGO

Art. 29º - Em caso de renúncia ou vacância do cargo de membro da Diretoria ou Conselho Fiscal, a Diretoria convocará Assembleia Geral Extraordinária para eleição do cargo vago.

Parágrafo único: Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente como último ato de sua gestão, convocará Assembleia Geral para uma nova eleição e nela apresentará carta renúncia coletiva. Os membros da Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos nessas condições, havendo renúncia coletiva dos órgãos, será realizado nova assembleia para eleger um nova gestão, dando inicio a um novo mandato.

MA

Lucia

CAPÍTULO VI

DA REFORMA, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO **2239 1**

Art. 30º - O Estatuto Social entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e poderá ser reformado por deliberação da Assembleia Geral, através de convocação especialmente para esse fim, ordinária ou extraordinária, devendo a decisão ser tomada por dois terços de seus membros efetivos, presentes à reunião e em primeira convocação, ou em menor número, porém não menos que um terço dos presentes, nas convocações posteriores.

Art. 31º - A Associação poderá ser dissolvida ou extinta pela vontade expressa de dois terços dos associados presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, caso não concretize seus objetivos sociais ou se estes se tornarem inexecutáveis a juízo da maioria dos associados.

Art. 32º - Em caso de dissolução ou extinção da Associação o remanescente de seu patrimônio líquido será totalmente vertido para uma Instituição municipal, estadual ou federal de fins idênticos ou semelhantes aos da Associação, escolhida mediante deliberação de, no mínimo, dois terços dos associados.

Art. 33º - É direito do associado se desligar da associação quando achar necessário.

Art. 34º - O associado não responde, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações da Associação e não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

CAPÍTULO VII

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Lucia

Art. 35° - O exercício da associação encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 36° - O balanço geral, as contas da diretoria, demonstrações financeiras da associação, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de cada ano, serão apreciados pela assembleia geral ordinária.

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO 22391

Art. 37° - A Associação não poderá requerer concordata, nem está sujeita a falência e sua dissolução, somente por liquidação extrajudicial, na forma de lei.

CERTIDÃO
Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

Art. 38° - O Presente do estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 39° - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Fortaleza, 24 de Agosto de 2022.


DIRETORIA:

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

Presidente: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE; e de CPF: 415.596.303-53; Filiação: Francisco Julio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva; residente e domiciliada na Rua: Jose Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.715-000, FORTALEZA/CE, E-mail: mariadelourdespnep@gmail.com



Maria de Fátima Bezerra Alves

Vice - Presidente: MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2017039439-0 SSPDS/CE, e de CPF: 144.516.543-00; Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque; residente e domiciliada na Rua: João Victor, nº 1507-A ; Granja Lisboa; CEP: 60.546-210; FORTALEZA/CE, E-mail: mariadefatimapnep@gmail.com

Lucia

CERTIDÃO

Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA

REGISTRADO **22391**

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: RENOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7450 - E-mail: emj@mejunior.com.br / rececao2_cmr@hotmail.com

Cód.: 120783. Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de
MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE Do que dou fé.
Fortaleza, 26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 -
RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160394 - VÁLIDO SOMENTE
COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: RENOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7450 - E-mail: emj@mejunior.com.br / rececao2_cmr@hotmail.com

Cód.: 120777. Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de
MARIA DE FÁTIMA BEZERRA ALVES Do que dou fé. Fortaleza,
26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 -
RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160382 - VÁLIDO SOMENTE
COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

Lucia maria Lopes da Silva
Secretária: LUCIA MARIA LOPES DA SILVA, brasileira, viúva, pensionista; portadora da cédula de identidade 90001008396 SSPDS/CE, e de CPF: 826.490.653-20; Filiação: Gilberto Cabral da Silva e Maria Luiza Lopes da Silva; residente e domiciliado na Rua: Beira Rio, nº 22, Altos; Parque Leblon; CEP: 61.631-370 - CAUCAIA/CE, E-mail: luciamariapnap@gmail.com

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO **22391**

Francisca da Silva de Souza
Tesoureira: FRANCISCA DA SILVA DE SOUZA, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2002010490652 SSPDS/CE, e de CPF: 234.302.493-68; Filiação: Manoel Martins da Silva e Maria Braz Cardoso; residente e domiciliada na Rua: Padre Jose Arteiro, nº 701; Antonio Bezerra; CEP: 60.360-060 - FORTALEZA/CE, E-mail: franciscadasilvapnap@gmail.com

CONSELHO FISCAL:

Jose Ferreira Felix
Primeiro Conselho Fiscal: JOSE FERREIRA FELIX, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade 95010030464 SSP/CE, CPF: 549.358.063-20; FILIAÇÃO: Luiz Felix Ferreira e Pergentina Pinto de Mesquita; residente e domiciliada na Rua: Salgado Filho, nº 635; Antonio Bezerra - CEP: 60.352-360; FORTALEZA/CE, E-mail: jose ferreirapnap@gmail.com

Andre Freire de Oliveira
Segundo Conselho Fiscal: ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, aposentado, portador da cédula de identidade 97024035907 SSPDS/CE e de CPF: 865.354.803-30; Filiação: Isabel Freire de Oliveira; residente e domiciliada na Rua: Frankfurt, nº 452; Vila Manoel Satiro; CEP: 60.713-140; Fortaleza/CE, E-mail: andrefreirepnap@gmail.com

Maria de Fatima Soares da Silva
Terceiro Conselho Fiscal: MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2004010036770 SSPDS/CE e de CPF: 426.213.214-53; Filiação: João Sores Silva e Raimunda Nogueira Maciel; residente e domiciliada na Rua: Albano Amaral, nº 717; Vila Manoel Satiro; CEP: 60.713-200; Fortaleza/CE, E-mail: mariadefatimapnap@gmail.com

CERTIDÃO

Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6ª OFICINA DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGINOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@sextoficio@gmail.com / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 120781 Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de LUCIA MARIA LOPES DA SILVA Do que dou fé. Fortaleza, 26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160388 - VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

Confira os dados do ato em: portal.jus.br/portal

2021
SITIO
ANUENCIO
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
DA160388
EGLR 02

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6ª OFICINA DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGINOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@sextoficio@gmail.com / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 120784 Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de FRANCISCA DA SILVA DE SOUZA Do que dou fé. Fortaleza, 26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160402 - VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

Confira os dados do ato em: portal.jus.br/portal

2021
SITIO
ANUENCIO
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
DA160402
OLGX 02

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6ª OFICINA DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGINOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@sextoficio@gmail.com / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 120785 Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA Do que dou fé. Fortaleza, 26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160408 - VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

Confira os dados do ato em: portal.jus.br/portal

2021
SITIO
ANUENCIO
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
DA160408
JYQI 02

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6ª OFICINA DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGINOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@sextoficio@gmail.com / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 120786 Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA Do que dou fé. Fortaleza, 26 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160444 - VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

Confira os dados do ato em: portal.jus.br/portal

2021
SITIO
ANUENCIO
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
DA160444
YZXD 02

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO 22391

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6ª OFICINA DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGINOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Rua Major Facundo, Nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: emj@sextoficio@gmail.com / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 120826 Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de JOSÉ FERREIRA FELIX Do que dou fé. Fortaleza, 29 de agosto de 2022 Total R\$ 5,30 SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DA160447 - VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Evandro Ferreira Pessoa - Escrevente

Confira os dados do ato em: portal.jus.br/portal

2021
SITIO
ANUENCIO
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
DA160447
FDMF 02

EM TEMPO

CERTIDÃO

Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE; e de CPF: 415.596.303-53; Filiação: Francisco Julio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva; residente e domiciliada na Rua: Jose Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246, FORTALEZA/CE, E-mail: mlourdesvpinheiro@gmail.com

FORTALEZA, 09 de SETEMBRO de 2022,

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
REGISTRADO **22391**



ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS
R PIO X, 00434 / A
SALESIANOS
63050-020 JUAZEIRO DO NORTE CE

Código
110/001059793

CPF/CNPJ
07.361.030/0001-72

Vencimento
15/02/2024

Forma de Pagamento
BOLETO BANCÁRIO

Valor
74,80

PARA 2ª VIA DA FATURA, DÉBITO AUTOMÁTICO E DÚVIDAS, ACESSE MINHA CLARO.COM.BR

002/003



Importante:

Mantenha seu e-mail e telefones sempre atualizados. Acesse claro.com.br/minha-claro, faça seu login ou cadastre-se.
Atenção: o cancelamento de seus serviços CLARO, durante o período de permanência mínima, estará sujeito à cobrança de multa contratual.

Minha Claro:



Claro net virtua



descrição

Claro net virtua

total

74,80



Cadastre-se em: www.claro.com.br/claro-clube

Valor total
74,80



Claro net virtua

Mensalidade Claro net virtua

01/01/24 A 31/01/24 OFERTA CONJUNTA BL PME 600 MEGA FIDELIDADE + APLICATIVOS	114,90
DESC OFERTA CONJUNTA BL PME 600 MEGA FIDELIDADE + APLICATIVOS (4/4)	-40,10
Sub-Total Mensalidade Claro net virtua	74,80
Total Claro net virtua	74,80

"Eu sou **multicampeã** em curtir
minhas séries com o Wi-Fi mais
estável do Brasil."

Silvia Guerra,
cliente desde 2022.



MULTICAMPEÃ NO SPEEDTEST
BUSQUE: CLARO.COM.BR/PORQUECLARO

© Wi-Fi mais consistente, com base em análise de DASH (dados de Speedtest Intelligence) sobre a Wi-Fi Consistency Score no Brasil de Q1-Q2 2023. Marcas registradas da Ookla usadas sob licença e reimpresas com permissão. Saiba mais sobre as premiações da Ookla em www.claro.com.br/porqueclaro



claro



"Para atendimento presencial, consulte o endereço da loja mais próxima em claro.com.br/encontre-uma-loja"
- Evite o desligamento de seu sinal efetuando o pagamento até a data do vencimento. NET filiada ao Serasa/SCPC.
- Para pagamentos após o vencimento serão cobrados juros diários de 0,033% e multa de 2%.

- Caso existam serviços prestados e não cobrados, esses serão incluídos nas suas próximas faturas.
Deficiente auditivo ou surdo acesse claro.com.br/minha-claro para Atendimento Chat, Vídeo Chamada ou ligue 142 de um aparelho telefônico com dispositivo TDD.

Ligue 10621 para informações, atendimento técnico, financeiro, compra de serviços, reclamações ou cancelamentos (ligação gratuita).
Ouvidoria 08007010180

REGISTROS DE ATENDIMENTO:
110234757083987, 110234757083979,
110234757083961, 110234757081858,
110234755027556

Autenticação Mecânica

Pagamentos após o vencimento serão cobrados juros diários de 0,033% e multa de 2%. Os encargos de pagamentos efetuados após o vencimento serão cobrados na próxima fatura.

Atenção efetue seus pagamentos nos bancos conveniados a seguir: BANCO BRADESCO S.A., BANCO COOPERATIVO DO BRASIL SA, BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A, BANCO DE BRASILIA SA., BANCO DO BRASIL S.A., BANCO DO ESTADO DO PARA, BANCO INTER S.A., BANCO ITAU S.A., BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., BANCO ORIGINAL S.A., BANCO SAFRA S/A, BANCO SANTANDER, BANCO TRIANGULO S.A., BANESE, BANRISUL, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CITIBANK, FATLOJ, MULTIPAGOS

Cliente	Identificação para Débito	Mês Referência	Vencimento	Valor
ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS	NET SERVICOS 1100010597930	Janeiro/2024	15/02/2024	74,80

84670000000-9 74800162202-0 40215110000-3 00789662378-7



Comprovante de Endereço (15262216)

SEI 35014.048140/2024-70 / pg. 334

Pague
com
Pix
[Clique
Aqui](#)



PARA 2ª VIA DA FATURA, DÉBITO AUTOMÁTICO E DÚVIDAS, ACESSE MINHA CLARO.COM.BR

003/003

Discriminação do Serviço

BANDA LARGA
01/01/24 A 31/01/24 MENSALIDADE VIRTUA BL PME 600 MEGA FIDELIDADE
DESCONTO MENSALIDADE VIRTUA
SUB TOTAL BANDA LARGA

ICMS
15,18 75,90
-5,30 -26,49
49,41

VALOR DA NOTA FISCAL: **49,41**

ICMS Base de Cálculo: 49,41 Aliquota: 20,00% Valor: 9,88

Reservado ao Fisco

A431.3021.F255.71F5.4C41.4943.B301.B9C8

Reservado ao Fisco

- Contribuição para o Fust 1% e Funttel 0,5% sobre os valores dos serviços de telecomunicações - Não repassados ao cliente; TV: Base de Cálculo de ICMS reduzida conf. Art. 18, IV do Anexo II do Decreto 45.490/00 - SP/- Regime Especial, Processo UA 33988-619335/2004/Central de Atendimento ANATEL 1331/Doc. Fiscal disponibilizado em meio eletrônico conf. Parecer CECON n. 03204/2021 / Lei 72.741/12 - Tributos Federais (PIS e COFINS) 3,65% - ICMS TOTAL 9,88 - FUST TOTAL 0,39 - FUNTTEL TOTAL 0,19

A oferta conjunta NET Virtua + e composta pelo seu plano contratado e aplicativos digitais

SVA-SKEELO EMPRESA: R\$ 25 Desc: R\$ 8,72 Líquido: R\$ 16,28 / -PROTECAO DIGITAL 3 DEVICES: R\$ 14 Desc: R\$ 4,89 Líquido: R\$ 9,11

SAMSUNG

Galaxy S24 Series

Galaxy AI chegou



Cliente residencial, você pode experimentar a tecnologia do **SAMSUNG GALAXY S24** em seu plano. O smartphone conta com:

- Circule para pesquisar.
- Tradução simultânea.
- Foto inteligente.
- Performance gamer.

Aproveite!



TENHA
O SEU!

Claro



RELATÓRIO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Processo SEI nº: 35014.048140/2024-70

A **ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, por intermédio de sua representante legal, **Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale**, localizada na Rua Pio X, n.º 434A, bairro Salesianos, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.050-020, vem, por meio deste, apresentar relatório de capacidade técnica, conforme exigência do Ofício SEI nº 82 (SEI nº 14968974) e Análise 9 (SEI nº 14967625).

A entidade passa a demonstrar, a seguir, toda sua capacidade técnica e operacional para realizar o objeto do Acordo de Cooperação Técnica:

→ Fachada



→ Recepção

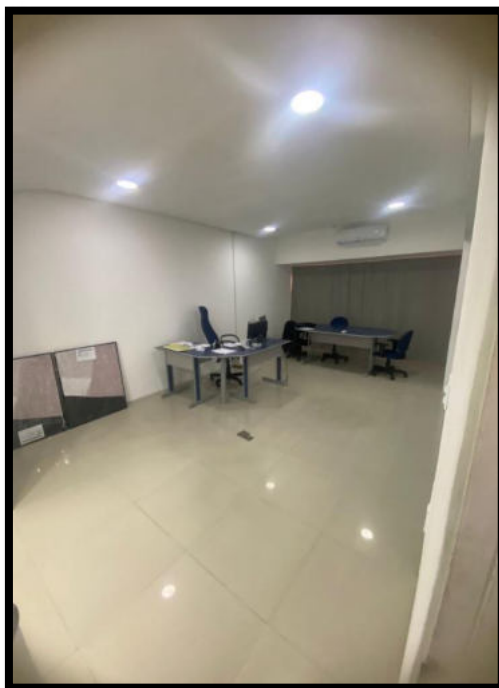


→ Arquivo

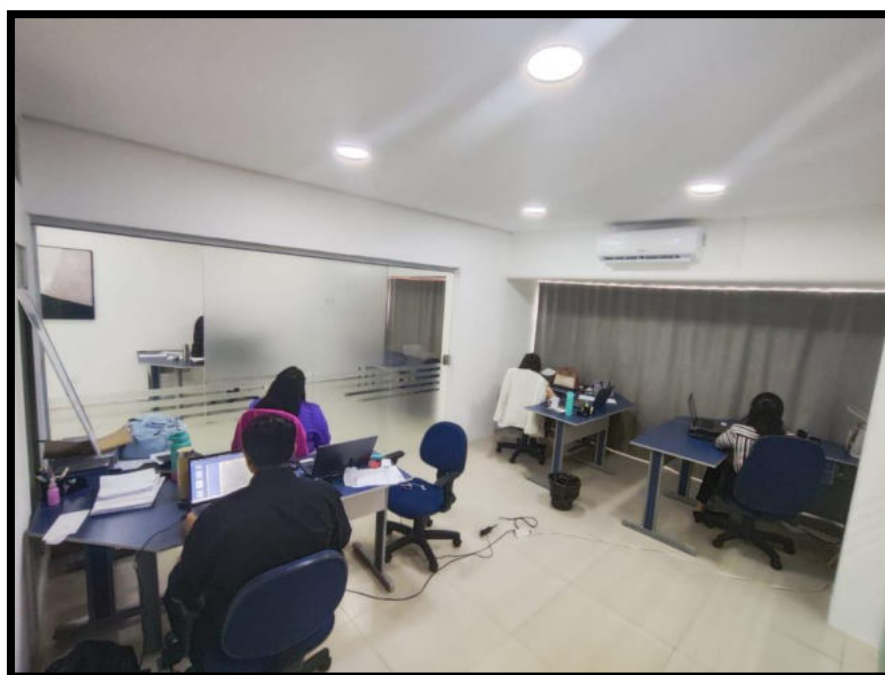


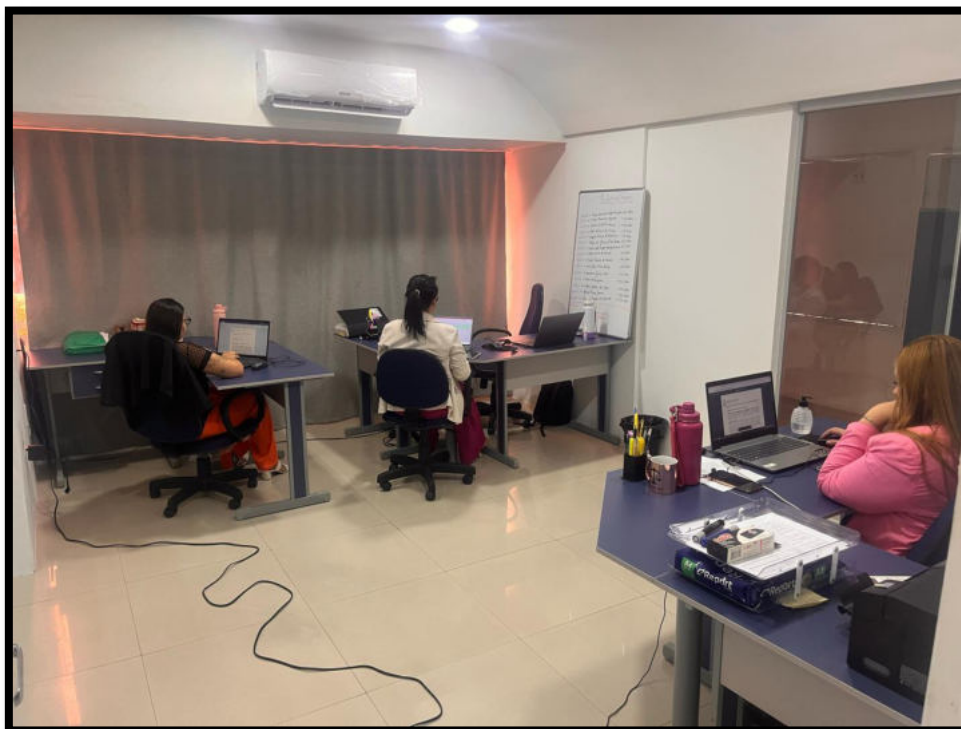
→ Local de reuniões

- ◆ Em relação ao local de reuniões, a ASSESP utiliza a sala abaixo para pequenas reuniões e encontros. Em assembleias gerais de maior número, a entidade aluga espaços para que todos os associados possam comparecer.



→ Salas de atendimento



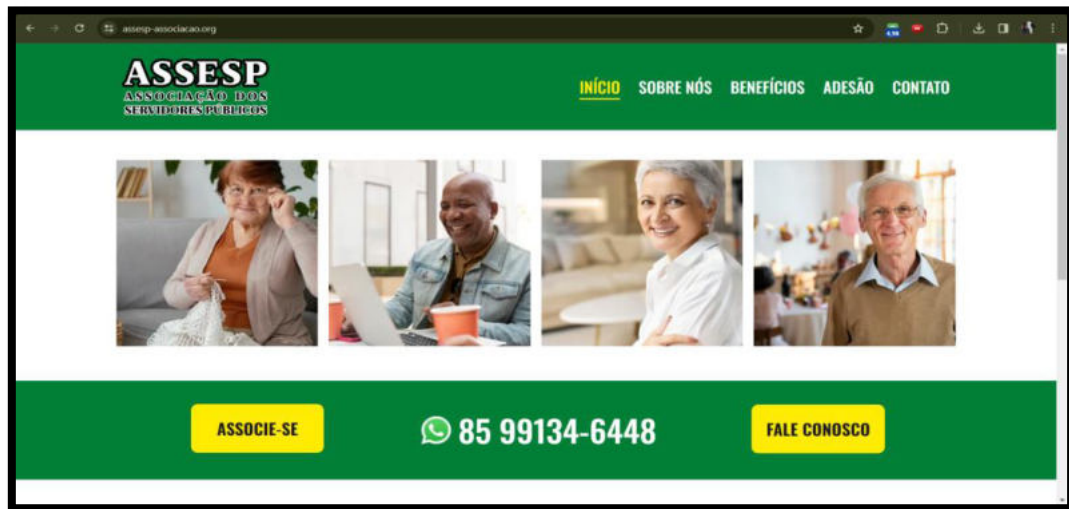


→ Jurídico





→ Site (<https://assesp-associacao.org>)



→ Atendimento ao Associado

- ◆ 0800 591 9057
- ◆ WhatsApp: (85) 99134-6448
- ◆ E-mail: assesp.nacional@gmail.com
- ◆ Site: <https://assesp-associacao.org>



→ Colaboradores

◆ Jurídico

- Dra. Maria Mariana Santos Ferreira, OAB/CE nº 51.521;
- Dr. Francisco de Assis Sales Neto, OAB/CE nº 50.186;
- Dr. Juan Oliveira Evangelista, OAB/CE nº 50.302.

◆ Atendimento e Recepção

- Priscila Maria Araujo, CPF: 604.267.633-43;
- Ellen Larissa Rodrigues De Araujo, CPF: 066.304.433-22.

◆ Serviços Gerais

- Jessica Ferreira Araujo, CPF: 050.739.823-80.

◆ Administrativo e Arquivo

- Samuel Lucas De Almeida, CPF: 066.669.033-23;
- Helaine Christina Medeiros Silva, CPF: 034.334.583-83.

◆ Gerenciamento de Eventos

- Daniel De Araujo Almeida, CPF: 919.922.303-15;

◆ TI e Informática

- Jefferson Soares Guimaraes, CPF: 616.434.753-04;
- Matheus da Costa Pereira, CPF: 608.390.363-70;
- Marília Gabrielle Oliveira W de Almeida, CPF 066.042.353-78.

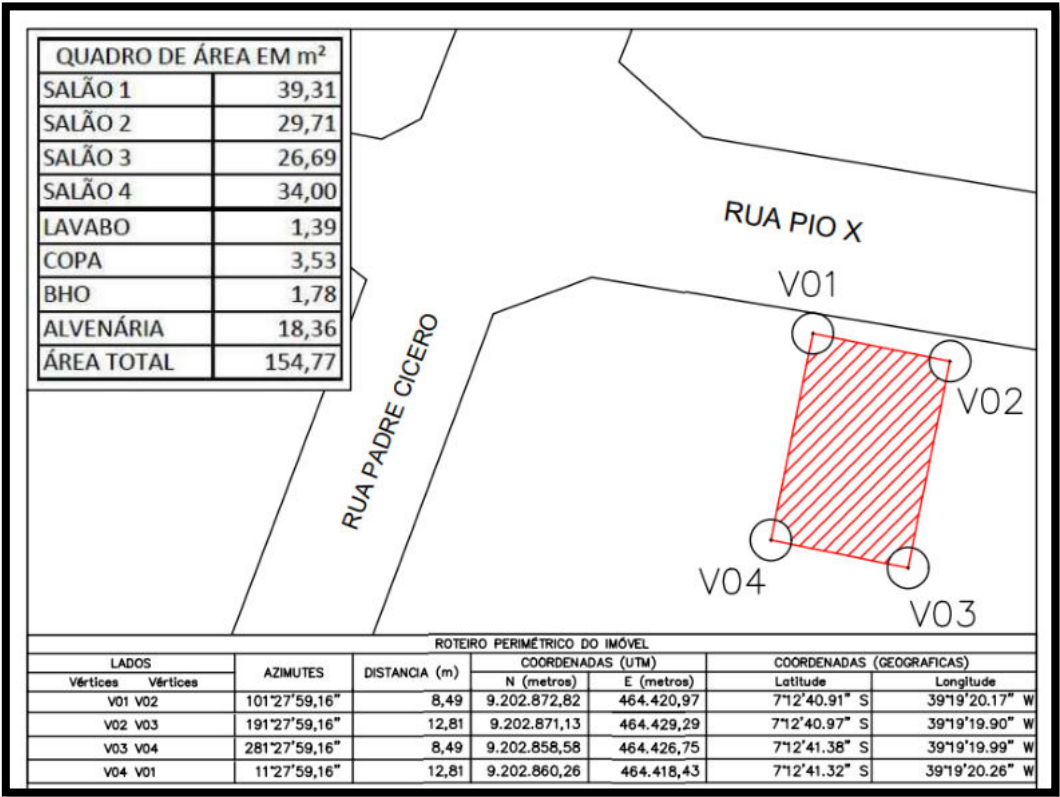
→ Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros

◆ Documento SEI nº 14964629

→ Planta Baixa de Arquitetura

◆ Documento SEI nº 14964625

→ Geolocalização



DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE E DE OBJETIVOS DE RELEVÂNCIA PÚBLICA

Processo SEI nº: 35014.048140/2024-70

A **ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, por intermédio de sua representante legal, **Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale**, localizada na Rua Pio X, n.º 434A, bairro Salesianos, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.050-020, vem, por meio deste, apresentar relatório de viabilidade técnica, conforme exigência do Ofício SEI nº 82 (SEI nº 14968974) e Análise 9 (SEI nº 14967625).

A entidade passa a demonstrar, por meio de fotos de eventos recentes, toda sua experiência em viabilizar aos seus associados as diretrizes estabelecidas em seu Estatuto, explicitando, dessa forma, sua capacidade para realizar o objeto do Acordo de Cooperação Técnica.

Segue os registros:

→ Baile da Melhor Idade (Forró 60+)



→ Palestras diversas com temas relevantes



→ Exercícios em contato com a natureza



→ Festividades regionais



→ Alongamento e mobilidade





Após a apresentação de todos os registros, fica evidenciada a experiência prévia em realização de eventos, palestras e ações sociais em prol de seus filiados desta associação, demonstrando sua plena capacidade de cumprir, da melhor maneira possível, o objeto do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o ilustre Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Ficamos à disposição para futuros e eventuais esclarecimentos, bem como para documentação suplementar, caso seja necessário.

A handwritten signature in blue ink, reading "Maria de Lourdes Pinheiro do Vale", is positioned above the printed name. The signature is written in a cursive style.

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

Presidente da Associação Dos Servidores Públicos (ASSESP)

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE - BAIXO RISCO

Nº 416991

CERTIFICA-SE QUE A PRESENTE EDIFICAÇÃO, CLASSIFICADA COMO DE BAIXO POTENCIAL DE RISCO A VIDA E AO PATRIMÔNIO, NOS TERMOS DA PORTARIA 139/2021, ENCONTRA-SE REGULARIZADA PERANTE O CORPO DE BOMBEIROS.

Processo: 2974880 CNPJ :07.361.030/0001-72
Razão Social: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS
Classificação: D-1 SERVIÇO PROFISSIONAL - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à
Logradouro: R. PIO X, 434. SALESIANOS. JUAZEIRO DO NORTE/CE. CEP 63.050-020

Requerente: JOSEVANIA GONÇALVES MORAIS NASCIMENTO

Área Total Construída: 12 m²

Bloco(s)	Unidade(s)	Pavimento(s)	Área Parcial
1	1	1	12 m ²

OBSERVAÇÕES:

1. O Corpo de Bombeiros Militar emite o presente CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DE BAIXO RISCO para edificações de baixo risco, nos termos da PORTARIA 139/2021.
2. A alteração de qualquer dado, tais como endereço, área, ocupação, implica na anulação da presente licença e obriga o proprietário ou responsável pelo uso a renovar a solicitação.
3. Ao responsável cabe, antes do uso efetivo, dimensionar e instalar as medidas de segurança contra incêndio nos termos das Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros.
4. Ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação cabe manter os equipamentos em condições adequadas de utilização.
5. O Corpo de Bombeiros pode, a qualquer tempo, verificar as informações prestadas e as condições de segurança do local, por meio de vistorias e de solicitações de documentos, podendo cassar a presente licença, sempre que:
 - a. houver qualquer irregularidade, inconsistência ou falta de documentação obrigatória;
 - b. houver algum embargo, resistência ou recusa de atendimento na edificação;
 - c. for constatado em vistoria o não enquadramento da edificação nas condições de baixo potencial de risco a vida e ao patrimônio, nos termos da PORTARIA 139/2021;
 - d. for constatado em vistoria o não atendimento das exigências das Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros.

Nota:

- Para renovação deste certificado, uma nova solicitação deve ser realizada ao Corpo de Bombeiros.
- Este documento deve ser afixado na entrada principal da edificação, em local visível ao público.
- Outros itens de irregularidades poderão ser verificados em virtude de nova vistoria técnica, mesmo que a edificação possua certificado de conformidade dentro do prazo de validade.

VALIDADE: Este certificado é válido até 27/11/2027.

Fortaleza, 28 de Novembro de 2023

**COMANDO DE ENGENHARIA DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO - CEPI**

Avenida Borges de Melo, 690, complexo CISP, Parreão, Fortaleza-CE, CEP 60415-510

<https://www.cepi.cb.ce.gov.br/>A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página <https://certificacao.bombeiros.ce.gov.br/acompanhamento>



Relatório de Inclusão no Cadin pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)

07.361.030/0001-72 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

Situação do contribuinte no Cadin

EXCLUÍDO PELA RFB EM 10/09/2022

Este relatório refere-se exclusivamente à inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), não abrangendo inclusões de responsabilidade de outros órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta. As informações relativas ao Cadin são centralizadas na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A inexistência de registro no Cadin não implica reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto ou demais atos normativos (art. 4º da Lei nº 10.522/2002).

SOLICITAÇÃO DE ACESSO EXTERNO AO SEI - MTE

Processo Eletrônico - MTE <processoeletronico@trabalho.gov.br>
Para: "assesp.nacional@gmail.com" <assesp.nacional@gmail.com>

28 de fevereiro de 2024 às 11:10

Prezado(a) Associação dos Servidores Públicos,

Seu cadastro de usuário externo no SEI do Ministério do Trabalho e Emprego (SEI/MTE) foi liberado.

Para efetuar login, favor acessar https://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=3 e clicar em "Já estou cadastrado". Seu login é o endereço de e-mail e a senha é a que foi registrada pelo(a) senhor(a) no momento do cadastro no sistema. Caso não se lembre, basta em clicar "Esqueci minha senha" e informar os dados para recuperação.

Gracielly Reis Silva

Equipe de apoio DISIS/CGRL/SE/MTE.

3 anexos



DOCUMENTOS-RG E CPF -MARIA DE LOURDES PINHEIRO (1).pdf
515K



Declaração Acesso Externo MTE preenchida (2).pdf
1103K



CARTILHA DO USUÁRIO EXTERNO_final_publicacao (2).pdf
1164K

BRASIL



Entrar com gov.br

IDENTIFIQUE A EMPRESA

RELATE O PROBLEMA

CONFIRME

ASSESP

[◀ Nova Consulta](#)

[Registrar Reclamação](#)

Perfil do Fornecedor

30 Dias

6 Meses

2024

Todas

ASSESP

Total de Reclamações Finalizadas

0

Índice de Solução

S/R

0%

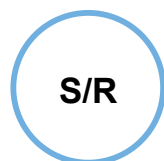
100%

Satisfação com o Atendimento

S/R



1



0%

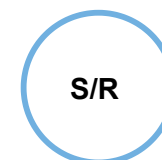
10 dias

***S/R: Sem Registros** Nota Metodológica**Reclamações Respondidas**

5

Prazo Médio de Respostas

100%



0 dia





Detalhamento do Terceiro Setor

ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

Dados Básicos

Usuários

Mandatos

CNPJ 07.361.030/0001-72	Situação do Cadastro Ativo	Data e Hora da Atualização 20/02/2024 10:39
Razão social ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS		Nome Fantasia ASSESP
Data Abertura na Receita 19/04/2005		Última Data Ativo na Receita 08/09/2022
Natureza Jurídica 3999 - Associação Privada		
CNAE Principal 9493600 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE		
CNAE Secundários 9430800 - ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS		
Endereço RUA PIO X, 434, LETRA A, SALESIANOS - JUAZEIRO DO NORTE/CE, CEP: 63.050-020, BRASIL		
(IN002) Informações de responsabilidade da Receita Federal. Para atualizar os dados, entre em contato com os responsáveis pela atualização.		

Complemento

Telefone (85) 99134-6448	E-mail assesp.nacional@gmail.com
Telefone Adicional -	E-mail Adicional -
Áreas de Atuações 04.1 - Assistência Social -> Assistência ao Idoso 09.2 - Direitos da Cidadania -> Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	
Objeto do Estatuto Social I. Reunir aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social em objetivos ligados às atividades sociais com ênfase para cultura, saúde e artes; II. Representar os interesses da classe perante os poderes executivo, legislativo e judiciário; III. Defender os associados, promovendo gestões e reivindicações que visem a proteção dos direitos e interesses dos mesmos; IV. Promover e incentivar a integração dos seus associados à sociedade em geral, estimulando-os e motivando-os ao exercício direto e efetivo da atividade cultural, educacional, esportiva, social, recreativa e assemelhadas.	

Voltar





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

CPF/CNPJ: 07.361.030/0001-72

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 14:26:23 do dia 19/02/2024 , com validade até o dia 20/03/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 0hJjBi4eQhUhm4EjSOpZ

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS
CPF/CNPJ: 07.361.030/0001-72

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 14:27:38 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "Verificar certidão emitida".

Código de controle da certidão: ML0B190224142738

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA**
CPF/CNPJ: **865.354.803-30**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 14:33:23 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "Verificar certidão emitida".

Código de controle da certidão: L7M9190224143323

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **FRANCISCA DA SILVA DE SOUZA**
CPF/CNPJ: **234.302.493-68**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 14:32:00 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: D2M2190224143200

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **FRANCISCO BATISTA BARBOSA**
CPF/CNPJ: **163.521.903-59**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 14:32:48 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: 5XAF190224143248

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**
CPF/CNPJ: **826.490.653-20**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 14:31:25 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: UP7I190224143125

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES**
CPF/CNPJ: **144.516.543-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 14:30:50 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: 4SF2190224143050

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA**
CPF/CNPJ: **426.213.214-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 14:34:06 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: C4YL190224143406

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**
CPF/CNPJ: **415.596.303-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 14:29:53 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: BHVL190224142953

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/02/2024 14:35:09

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS
CNPJ: 07.361.030/0001-72

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU
Cadastro: Licitantes Inidôneos
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: CNJ
Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: Portal da Transparência
Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: Portal da Transparência
Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**

CPF: **415.596.303-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:26:58 do dia 28/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 2GW9280224142658

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA**

CPF: **426.213.214-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:30:28 do dia 28/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: YO4F280224143028

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA**

CPF: **865.354.803-30**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:30:05 do dia 28/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: Z0W8280224143005

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **FRANCISCO BATISTA BARBOSA**

CPF: **163.521.903-59**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:29:12 do dia 28/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: BKSP280224142912

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **FRANCISCA DA SILVA DE SOUZA**

CPF: **234.302.493-68**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:28:44 do dia 28/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 9FB5280224142844

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**

CPF: **826.490.653-20**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:27:59 do dia 28/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: C0IK280224142759

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES**

CPF: **144.516.543-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:27:35 do dia 28/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: MA5C280224142735

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA**

CPF/CNPJ: **865.354.803-30**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:42:26 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: PXQB190224144226

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **FRANCISCA DA SILVA DE SOUZA**

CPF/CNPJ: **234.302.493-68**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:41:16 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: Y50D190224144116

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **FRANCISCO BATISTA BARBOSA**

CPF/CNPJ: **163.521.903-59**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:41:43 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 7INC190224144143

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**

CPF/CNPJ: **826.490.653-20**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:40:09 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: D55L190224144009

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES**

CPF/CNPJ: **144.516.543-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:39:45 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: QM1A190224143945

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA**

CPF/CNPJ: **426.213.214-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:42:56 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: J78J190224144256

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**

CPF/CNPJ: **415.596.303-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:38:54 do dia 19/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 78XL190224143854

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/02/2024 às 14:47) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 07.361.030/0001-72.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65D3.9440.C8FA.C864 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/02/2024 às 14:57) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 865.354.803-30.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65D3.966C.DBC5.5420 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/02/2024 às 14:56) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 163.521.903-59.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65D3.9641.8CFE.F377 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/02/2024 às 14:53) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 826.490.653-20.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65D3.95A4.1F7C.A220 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/02/2024 às 14:53) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 144.516.543-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65D3.9584.D702.F188 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/02/2024 às 14:57) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 426.213.214-53.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65D3.9689.B740.D449 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/02/2024 às 14:52) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 415.596.303-53.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65D3.9562.19DC.5154 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/02/2024 às 14:55) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 234.302.493-68.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65D3.9608.042A.8320 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS						Recibo de Pagamento de Salário	
RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE							
CNPJ: 07.361.030/0001-72							
00001 - PRISCILA MARIA ARAUJO - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO							
Data Adm.: 02/10/2023							
CPF: 604.267.633-43 - PIS: 2074554994-7							
Código / Descrição das Verbas					Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.					01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.					7,50		105,90
						1.412,00	105,90
						01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base	Base INSS	Base FGTS	Valor FGTS	Base IRRF	Alíq. IRRF		
1.412,00	1.412,00	1.412,00	112,96	0,00	0,00		

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS					Recibo de Pagamento de Salário	
RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE						
CNPJ: 07.361.030/0001-72						
00001 - PRISCILA MARIA ARAUJO - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO						
Data Adm.: 02/10/2023						
CPF: 604.267.633-43 - PIS: 2074554994-7						
Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	105,90
D 512-INSS.				7,50		
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base	Base INSS	Base FGTS	Valor FGTS	Base IRRF	Alíq. IRRF	
1.412,00	1.412,00	1.412,00	112,96	0,00	0,00	

Via do Funcionário

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS				Recibo de Pagamento de Salário	
RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE					
CNPJ: 07.361.030/0001-72					
00002 - SAMUEL LUCAS DE ALMEIDA - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO					
Data Adm.: 02/10/2023					
CPF: 066.669.033-23 - PIS: 2074568952-8					
Código / Descrição das Verbas		Ref.	Vencimentos	Descontos	
C 001-Salário.		01/2024	1.412,00		
D 512-INSS.		7,50		105,90	
			1.412,00	105,90	
			01/2024	Líquido 1.306,10	
Salário Base	Base INSS	Base FGTS	Valor FGTS	Base IRRF	Alíq. IRRF
1.412,00	1.412,00	1.412,00	112,96	0,00	0,00

www.liderw.com.br

Via da Empresa

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS				Recibo de Pagamento de Salário	
RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE					
CNPJ: 07.361.030/0001-72					
00002 - SAMUEL LUCAS DE ALMEIDA - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO					
Data Adm.: 02/10/2023					
CPF: 066.669.033-23 - PIS: 2074568952-8					
Código / Descrição das Verbas		Ref.	Vencimentos	Descontos	
C 001-Salário.		01/2024	1.412,00		
D 512-INSS.		7,50		105,90	
			1.412,00	105,90	
			01/2024	Líquido 1.306,10	
Salário Base	Base INSS	Base FGTS	Valor FGTS	Base IRRF	Alíq. IRRF
1.412,00	1.412,00	1.412,00	112,96	0,00	0,00

Via do Funcionário

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Recibo de Pagamento
de Salário

00003 - DANIEL DE ARAUJO ALMEIDA - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Data Adm.: 02/10/2023

CPF: 919.922.303-15 - PIS: 1354320919-0

Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.				7,50		105,90
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base 1.412,00	Base INSS 1.412,00	Base FGTS 1.412,00	Valor FGTS 112,96	Base IRRF 0,00	Alíq. IRRF 0,00	

www.liderw.com.br

Via da Empresa

Declaro ter recebido a importância Líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Recibo de Pagamento
de Salário

00003 - DANIEL DE ARAUJO ALMEIDA - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Data Adm.: 02/10/2023

CPF: 919.922.303-15 - PIS: 1354320919-0

Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.				7,50		105,90
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base 1.412,00	Base INSS 1.412,00	Base FGTS 1.412,00	Valor FGTS 112,96	Base IRRF 0,00	Alíq. IRRF 0,00	

Via do Funcionário

Declaro ter recebido a importância Líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Recibo de Pagamento
de Salário

00004 - JEFFERSON SOARES GUIMARAES - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Data Adm.: 02/10/2023

CPF: 616.434.753-04 - PIS: 1288967419-5

Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.				7,50		105,90
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base 1.412,00	Base INSS 1.412,00	Base FGTS 1.412,00	Valor FGTS 112,96	Base IRRF 0,00	Alíq. IRRF 0,00	

www.liderw.com.br

Via da Empresa

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Recibo de Pagamento
de Salário

00004 - JEFFERSON SOARES GUIMARAES - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Data Adm.: 02/10/2023

CPF: 616.434.753-04 - PIS: 1288967419-5

Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.				7,50		105,90
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base 1.412,00	Base INSS 1.412,00	Base FGTS 1.412,00	Valor FGTS 112,96	Base IRRF 0,00	Alíq. IRRF 0,00	

Via do Funcionário

Declaro ter recebido a importância Líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

Declaro ter recebido a importância Líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Recibo de Pagamento
de Salário

00005 - JESSICA FERREIRA ARAUJO - CBO: 4110-10 - ASSISTENYE ADMINISTRATIVO

Data Adm.: 02/10/2023

CPF: 050.739.823-80 - PIS: 1430921219-7

Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.				7,50		105,90
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base 1.412,00	Base INSS 1.412,00	Base FGTS 1.412,00	Valor FGTS 112,96	Base IRRF 0,00	Alíq. IRRF 0,00	

www.liderw.com.br

Via da Empresa

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Recibo de Pagamento
de Salário

00005 - JESSICA FERREIRA ARAUJO - CBO: 4110-10 - ASSISTENYE ADMINISTRATIVO

Data Adm.: 02/10/2023

CPF: 050.739.823-80 - PIS: 1430921219-7

Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.				7,50		105,90
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base 1.412,00	Base INSS 1.412,00	Base FGTS 1.412,00	Valor FGTS 112,96	Base IRRF 0,00	Alíq. IRRF 0,00	

Via do Funcionário

Declaro ter recebido a importância Líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

Declaro ter recebido a importância Líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Recibo de Pagamento
de Salário

00006 - HELAINE CHRISTINA MEDEIROS SILVA - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Data Adm.: 02/10/2023

CPF: 034.334.583-83 - PIS: 1377327219-6

Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.				7,50		105,90
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base 1.412,00	Base INSS 1.412,00	Base FGTS 1.412,00	Valor FGTS 112,96	Base IRRF 0,00	Alíq. IRRF 0,00	

www.liderw.com.br

Via da Empresa

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Recibo de Pagamento
de Salário

00006 - HELAINE CHRISTINA MEDEIROS SILVA - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Data Adm.: 02/10/2023

CPF: 034.334.583-83 - PIS: 1377327219-6

Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.				7,50		105,90
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base 1.412,00	Base INSS 1.412,00	Base FGTS 1.412,00	Valor FGTS 112,96	Base IRRF 0,00	Alíq. IRRF 0,00	

Via do Funcionário

Declaro ter recebido a importância Líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

Declaro ter recebido a importância Líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Recibo de Pagamento

de Salário

00007 - ELLEN LARISSA RODRIGUES DE ARAUJO - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Data Adm.: 02/10/2023

CPF: 066.304.433-22 - PIS: 1287593992-2

Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.				7,50		105,90
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base	Base INSS	Base FGTS	Valor FGTS	Base IRRF	Alíq. IRRF	
1.412,00	1.412,00	1.412,00	112,96	0,00	0,00	

www.liderw.com.br

Via da Empresa

222 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

RUA PIO X,434 - LETRA A - SALESIANO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Recibo de Pagamento

de Salário

00007 - ELLEN LARISSA RODRIGUES DE ARAUJO - CBO: 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Data Adm.: 02/10/2023

CPF: 066.304.433-22 - PIS: 1287593992-2

Código / Descrição das Verbas				Ref.	Vencimentos	Descontos
C 001-Salário.				01/2024	1.412,00	
D 512-INSS.				7,50		105,90
					1.412,00	105,90
					01/2024	Líquido 1.306,10
Salário Base	Base INSS	Base FGTS	Valor FGTS	Base IRRF	Alíq. IRRF	
1.412,00	1.412,00	1.412,00	112,96	0,00	0,00	

Via do Funcionário

Declaro ter recebido a importância Líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA

Declaro ter recebido a importância Líquida discriminada neste Recibo.

ASSINATURA

DATA



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

CLÁUSULA 1ª - DAS PARTES

1.1.- CONTRATANTE: ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, neste ato representado por sua presidente, **Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale**, localizada na Rua Pio X, n.º 434-A, bairro Salesianos, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.050-020.

1.2.- CONTRATADO: JUAN OLIVEIRA EVANGELISTA, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/CE 50.302, CPF: 076.106.343-95, com endereço na rua Penapolis, 160, Messejana, Fortaleza/CE, CEP: 60871-130.

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

2.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de advocacia, por parte do Advogado contratado, para o fim especial de consultoria aos associados, acompanhamento processual juntamente à elaboração de defesas institucionais cabíveis.

2.2 O presente contrato engloba todas as fases, bem como recursos, execuções, instâncias superiores.

CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. O CONTRATADO obriga-se, por consequência do presente contrato, a prestar seus serviços jurídicos em defesa dos direitos do CONTRATANTE mediante a prática de todos os atos inerentes ao exercício da advocacia.

3.2. O CONTRATANTE fica obrigado a fornecer todos os dados, informações e documentos necessários para o bom e fiel desenvolvimento do objeto contratado, declarando por meio do presente a veracidade dos mesmos, comprometendo-se a não faltar com a verdade, sendo responsável pela idoneidade moral, legitimidade e veracidade dos documentos e informações que apresentar ao CONTRATADO, devendo informar quaisquer alterações dos fatos narrados e manter dados para contato atualizados.

3.3 O CONTRATANTE fica obrigado a comparecer em audiências ou perícias designadas, desde que previamente informadas.

CLÁUSULA 4ª - DA REMUNERAÇÃO

4.1. Em remuneração aos serviços ora avençados, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a verba honorária assim contratada:

4.2 Eventual atraso no pagamento dos honorários refletirá ao CONTRATANTE, sobre o saldo devedor, multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo de juros de 1% ao mês e correção monetária consoante a variação do IGP-M, sobre o valor do débito.



4.3 No caso de ACORDO entre as partes, o valor devido pela atuação será de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

4.4 Os valores pactuados neste contrato serão devidos independente dos valores eventualmente recebidos a título de sucumbência no processo, que serão pagos integralmente ao CONTRATADO, nos termos do Art. 23 da Lei nº 8.906/94 e Art. 51, do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogado do Brasil.

4.5 Em eventual levantamento ou recebimento dos valores advindos da ação objeto do presente contrato, diretamente pelo CONTRATADO, o CONTRATANTE autoriza expressamente por meio deste a retenção dos valores pactuados e exigíveis.

4.6 Em eventual levantamento ou recebimento dos valores advindos da ação objeto do presente contrato, diretamente pelo CONTRATANTE, será imediatamente exigível a verba honorária a contar do efetivo recebimento pelo CONTRATANTE, correndo a partir de então os juros, cláusula penal e correção monetária.

4.7 Fica desde já autorizado que seja destacado o valor dos honorários contratados quando da expedição do RPV ou Precatório.

CLÁUSULA 5ª - O PRAZO DO CONTRATO

5.1. O contrato tem validade de três anos, prorrogável por igual período, não sendo renovado por expressa vontade das partes, podendo ser rescindido a qualquer momento sob aviso prévio de 60 (sessenta) dias.

5.2 A revogação do mandato por vontade do CONTRATANTE não o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas devidas até o ato da revogação, bem como não retira o direito do CONTRATADO de receber o quanto lhe seja devido em eventual verba honorária de sucumbência, calculada proporcionalmente, em face do serviço efetivamente prestado.

CLÁUSULA 6ª - DAS DESPESAS E CUSTAS FINAL DO PROCESSO

6.1 O CONTRATANTE obriga-se a pagar e/ou imediatamente ressarcir ao CONTRATADO as custas e quaisquer despesas necessárias ao bom e rápido andamento da ação e demais procedimentos judiciais ou extrajudiciais a serem implementados na defesa de seus interesses, tais como preparos recursais, custas e despesas judiciais, emolumentos, locomoção do advogado, extração de fotocópias, correios, autenticações de documentos, expedição de certidões, interurbanos e quaisquer outras que decorrerem dos serviços ora Contratados.

6.2 O CONTRATANTE declara plena ciência que, **se não for o caso de gratuidade de justiça**, terá a incumbência de pagamento de todas as custas e sucumbência, no caso de insucesso no processo judicial movido, envolvendo custas finais e honorários da parte adversa, que pode variar de 10% a 20% do valor da causa.

6.3 O CONTRATANTE declara plena ciência que, **se for deferida a gratuidade de justiça**, no caso de insucesso no processo judicial movido, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e poderão ser executadas se,



nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

CLÁUSULA 7ª - DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. No caso de rescisão contratual ou desistência do processo, sem culpa do CONTRATADO, serão devidos os seguintes honorários:

7.1.1 Rescisão em primeira Instância - após elaboração da peça inicial: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

7.1.2 Rescisão em segunda Instância: R\$ 700,00 (setecentos reais).

7.1.3 Rescisão em fase de Execução: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

7.2 Os honorários pactuados poderão ser imediatamente exigidos se for, por qualquer razão, cassada a procuração concedida pelo CONTRATANTE ou contratado novo advogado sem o conhecimento e consentimento do CONTRATADO.

Parágrafo único: O CONTRATANTE por meio deste contrato declara expressamente de que não poderá celebrar qualquer composição, negócios, avenças, acordos ou contratos junto à parte adversa, seus sócios, procuradores, administradores ou pessoas físicas e jurídicas que venham a eventualmente integrar seu grupo econômico, sem o acompanhamento e concordância formal do CONTRATADO, sob pena de pagamento integral dos honorários advocatícios pactuados.

CLÁUSULA 8ª - DA LIQUIDEZ DO CONTRATO

8.1 O presente contrato consiste em título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784, inc. III do CPC, e como tal é considerado pelas partes firmatárias.

CLÁUSULA 9ª - DA OBSERVÂNCIA À LGPD

9.1 O CONTRATANTE declara expresso CONSENTIMENTO que o CONTRATADO irá coletar, tratar e compartilhar os dados necessários ao cumprimento do contrato, nos termos do Art. 7º, inc. V da LGPD, os dados necessários para cumprimento de obrigações legais, nos termos do Art. 7º, inc. II da LGPD, bem como os dados, se necessários para proteção ao crédito, conforme autorizado pelo Art. 7º, inc. X da LGPD.

9.2 Outros dados poderão ser coletados, tratados e compartilhados conforme termo de consentimento específico em anexo.

CLÁUSULA 10ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O CONTRATANTE por meio deste contrato autoriza expressamente o CONTRATADO a não atuar ou interpor recursos que julgue incabíveis, infundados, inócuos, sem resultado prático útil e/ou meramente protelatórios.

10.2. O CONTRATADO não garante o resultado favorável ao CONTRATANTE mas, compromete-se a usar de todos os meios jurídicos, legais, morais e legítimos para defender



os interesses do CONTRATANTE.

10.3. O CONTRATANTE é totalmente responsável pelo comparecimento nos locais e horários indicados, bem como se compromete na obtenção da documentação necessária para viabilizar as ações contratadas pelo presente instrumento, sendo responsável por eventual perda de prazo ou influência no resultado pela inobservância de algum destas obrigações.

10.4 Em quaisquer casos de arquivamento, extinção do processo ou improcedência da ação em que tenha o CONTRATANTE dado causa por não comparecimento sem motivo justificado, inverdade das informações ou documentos, serão cobrados honorários integrais nos valores e percentuais ajustados como êxito no presente contrato.

10.5. Fica definido que toda e qualquer comunicação a ser feita pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE ocorrerá pelo endereço eletrônico acima referido, sendo que a simples remessa de mensagens para tal e-mail presume o recebimento da informação pelo CONTRATANTE, o qual se obriga a informar qualquer alteração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 As partes elegem o foro da cidade de Fortaleza, Ceará, para conhecer das questões porventura emergentes da presente relação contratual, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

11.2 E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente pacto em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas instrumentárias.

Fortaleza, 19 de dezembro de 2023.



Maria de Lourdes Pinheiro de Deus
ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - CNPJ nº
07.361.030/0001-72



Juan Oliveira Evangelista
JUAN OLIVEIRA EVANGELISTA – CPF: 076.106.343-95

Testemunhas:

- Fco de Assis Sales Neto
- Maria Mariana Santos Ferreira



CARTÓRIO
Moreira
de Deus

10º Tabelionato de Notas de Fortaleza
R. Casimiro Montenegro, 70 - Monte Castelo - Fortaleza / CE - CEP 60.325-720
Fone: (85) 3281.0090 | escritura@cartoriomoreiradeus.net.br
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

Reconheço por Autenticidade a(s) firma(s) abaixo:
JUAN OLIVEIRA EVANGELISTA

Dou fé.
Fortaleza, 04/03/2024

Válido somente com o selo de autenticidade.

Em testemunho da verdade.

Lucineide dos Santos Nojosa - Esc. Autorizada

Contato e Contracheques de Colaboradores (15262235)

Confira os dados do ato em: seledigital.tjce.jus.br/portal

CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO
Lia Evangelista Sobrinho, 92
Centro - Mombaca - Ceará
(88) 3583-1264

Reconheço a(s) Firma(s) ☐ por autenticidade ☒ semelhança

MARIA LOURDES PINHEIRO DEUS
AO DO VTCB

Dou fé.

Mombaca (CE) 08 MAR 2024

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - Titular
☒ MARIA ODETH BATISTA F. VERAS
☐ JERÔNIMO RAPHAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

CLÁUSULA 1ª - DAS PARTES

1.1.- CONTRATANTE: ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, neste ato representado por sua presidente, **Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale**, localizada na Rua Pio X, nº 434-A, bairro Salesianos, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.050-020.

1.2.- CONTRATADA: MARIA MARIANA SANTOS FERREIRA, brasileira, união estável, inscrita na OAB/CE 51.521, CPF: 078.905.493-00, com endereço na Rua 08, 107, Icarai-Caucaia, Ceará.

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

2.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de advocacia, por parte do Advogado contratado, para o fim especial de consultoria aos associados, acompanhamento processual juntamente à elaboração de defesas institucionais cabíveis.

2.2 O presente contrato engloba todas as fases, bem como recursos, execuções, instâncias superiores.

CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A CONTRATADA obriga-se, por consequência do presente contrato, a prestar seus serviços jurídicos em defesa dos direitos do CONTRATANTE mediante a prática de todos os atos inerentes ao exercício da advocacia.

3.2. O CONTRATANTE fica obrigado a fornecer todos os dados, informações e documentos necessários para o bom e fiel desenvolvimento do objeto contratado, declarando por meio do presente a veracidade dos mesmos, comprometendo-se a não faltar com a verdade, sendo responsável pela idoneidade moral, legitimidade e veracidade dos documentos e informações que apresentar à CONTRATADA, devendo informar quaisquer alterações dos fatos narrados e manter dados para contato atualizados.

3.3 O CONTRATANTE fica obrigado a comparecer em audiências ou perícias designadas, desde que previamente informadas.

CLÁUSULA 4ª - DA REMUNERAÇÃO

4.1. Em remuneração aos serviços ora avençados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a verba honorária assim contratada:

4.2 Eventual atraso no pagamento dos honorários refletirá ao CONTRATANTE, sobre o saldo devedor, multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo de juros de 1% ao mês e correção monetária consoante a variação do IGP-M, sobre o valor do débito.



4.3 No caso de ACORDO entre as partes, o valor devido pela atuação será de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

4.4 Os valores pactuados neste contrato serão devidos independente dos valores eventualmente recebidos a título de sucumbência no processo, que serão pagos integralmente à CONTRATADA, nos termos do Art. 23 da Lei nº 8.906/94 e Art. 51, do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogado do Brasil.

4.5 Em eventual levantamento ou recebimento dos valores advindos da ação objeto do presente contrato, diretamente pela CONTRATADA, o CONTRATANTE autoriza expressamente por meio deste a retenção dos valores pactuados e exigíveis.

4.6 Em eventual levantamento ou recebimento dos valores advindos da ação objeto do presente contrato, diretamente pelo CONTRATANTE, será imediatamente exigível a verba honorária a contar do efetivo recebimento pelo CONTRATANTE, correndo a partir de então os juros, cláusula penal e correção monetária.

4.7 Fica desde já autorizado que seja destacado o valor dos honorários contratados quando da expedição do RPV ou Precatório.

CLÁUSULA 5ª - O PRAZO DO CONTRATO

5.1. O contrato tem validade de três anos, prorrogável por igual período, não sendo renovado por expressa vontade das partes, podendo ser rescindido a qualquer momento sob aviso prévio de 60 (sessenta) dias.

5.2 A revogação do mandato por vontade do CONTRATANTE não o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas devidas até o ato da revogação, bem como não retira o direito da CONTRATADA de receber o quanto lhe seja devido em eventual verba honorária de sucumbência, calculada proporcionalmente, em face do serviço efetivamente prestado.

CLÁUSULA 6ª - DAS DESPESAS E CUSTAS FINAL DO PROCESSO

6.1 O CONTRATANTE obriga-se a pagar e/ou imediatamente ressarcir à CONTRATADA as custas e quaisquer despesas necessárias ao bom e rápido andamento da ação e demais procedimentos judiciais ou extrajudiciais a serem implementados na defesa de seus interesses, tais como preparos recursais, custas e despesas judiciais, emolumentos, locomoção do advogado, extração de fotocópias, correios, autenticações de documentos, expedição de certidões, interurbanos e quaisquer outras que decorrerem dos serviços ora Contratados.

6.2 O CONTRATANTE declara plena ciência que, **se não for o caso de gratuidade de justiça**, terá a incumbência de pagamento de todas as custas e sucumbência, no caso de insucesso no processo judicial movido, envolvendo custas finais e honorários da parte adversa, que pode variar de 10% a 20% do valor da causa.

6.3 O CONTRATANTE declara plena ciência que, **se for deferida a gratuidade de justiça**, no caso de insucesso no processo judicial movido, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e poderão ser executadas se,



nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

CLÁUSULA 7ª - DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. No caso de rescisão contratual ou desistência do processo, sem culpa da CONTRATADA, serão devidos os seguintes honorários:

7.1.1 Rescisão em primeira Instância - após elaboração da peça inicial: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

7.1.2 Rescisão em segunda Instância: R\$ 700,00 (setecentos reais).

7.1.3 Rescisão em fase de Execução: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

7.2 Os honorários pactuados poderão ser imediatamente exigidos se for, por qualquer razão, cassada a procuração concedida pelo(s) CONTRATANTE(s) ou contratado novo advogado sem o conhecimento e consentimento da CONTRATADA.

Parágrafo único: O CONTRATANTE por meio deste contrato declara expressamente de que não poderá celebrar qualquer composição, negócios, avenças, acordos ou contratos junto à parte adversa, seus sócios, procuradores, administradores ou pessoas físicas e jurídicas que venham a eventualmente integrar seu grupo econômico, sem o acompanhamento e concordância formal da CONTRATADA, sob pena de pagamento integral dos honorários advocatícios pactuados.

CLÁUSULA 8ª - DA LIQUIDEZ DO CONTRATO

8.1 O presente contrato consiste em título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784, inc. III do CPC, e como tal é considerado pelas partes firmatárias.

CLÁUSULA 9ª - DA OBSERVÂNCIA À LGPD

9.1 O CONTRATANTE declara expresso CONSENTIMENTO que a CONTRATADA irá coletar, tratar e compartilhar os dados necessários ao cumprimento do contrato, nos termos do Art. 7º, inc. V da LGPD, os dados necessários para cumprimento de obrigações legais, nos termos do Art. 7º, inc. II da LGPD, bem como os dados, se necessários para proteção ao crédito, conforme autorizado pelo Art. 7º, inc. X da LGPD.

9.2 Outros dados poderão ser coletados, tratados e compartilhados conforme termo de consentimento específico em anexo.

CLÁUSULA 10ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O CONTRATANTE por meio deste contrato autoriza expressamente a CONTRATADA a não atuar ou interpor recursos que julgue incabíveis, infundados, inócuos, sem resultado prático útil e/ou meramente protelatórios.

10.2. A CONTRATADA não garante o resultado favorável ao CONTRATANTE mas, compromete-se a usar de todos os meios jurídicos, legais, morais e legítimos para defender os interesses do CONTRATANTE.



10.3. O CONTRATANTE é totalmente responsável pelo comparecimento nos locais e horários indicados, bem como se compromete na obtenção da documentação necessária para viabilizar as ações contratadas pelo presente instrumento, sendo responsável por eventual perda de prazo ou influência no resultado pela inobservância de algum destas obrigações.

10.4 Em quaisquer casos de arquivamento, extinção do processo ou improcedência da ação em que tenha o CONTRATANTE dado causa por não comparecimento sem motivo justificado, inverdade das informações ou documentos, serão cobrados honorários integrais nos valores e percentuais ajustados como êxito no presente contrato.

10.5. Fica definido que toda e qualquer comunicação a ser feita pela CONTRATADA aos CONTRATANTE ocorrerá pelo endereço eletrônico acima referido, sendo que a simples remessa de mensagens para tal e-mail presume o recebimento da informação pelo(s) CONTRATANTE, o qual se obriga a informar qualquer alteração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 As partes elegem o foro da cidade de Fortaleza, Ceará, para conhecer das questões porventura emergentes da presente relação contratual, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

11.2 E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente pacto em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas instrumentárias.

Fortaleza, 22 de novembro de 2023.

MOREIRA
DE DEUS

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - CNPJ nº
07.361.030/0001-72

Maria Mariana Santos Ferreira

MARIA MARIANA SANTOS FERREIRA - CPF: 078.905.493-00

Testemunhas:

1. *Fco de Assis Sales Neto*
2. *Juan Oliveira Evangelista*



CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO
Rua Antônio Evangelista Sobrinho, 92
Centro - Mombaca - Ceará
(88) 3583-1264

Reconheço a(s) Firma(s) ☐ por autenticidade ☒ semelhança
MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

Mombaca (CE)

08 MAR 2024

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - Titular
☐ MARIA ODETH BATISTA F. VERAS
☒ CARLOS ANDRE BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

CLÁUSULA 1ª - DAS PARTES

1.1.- CONTRATANTE: ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, neste ato representado por sua presidente, **Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale**, localizada na Rua Pio X, nº 434-A, bairro Salesianos, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.050-020.

1.2.- CONTRATADO: FRANCISCO DE ASSIS SALES NETO, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/CE 50.186, CPF. 074.653.713-17, com endereço na rua 922, nº 185, bairro Conjunto Ccará, Fortaleza/Ce, CEP. 60532570.

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

2.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de advocacia, por parte do Advogado contratado, para o fim especial de consultoria aos associados, acompanhamento processual juntamente à elaboração de defesas institucionais cabíveis.

2.2 O presente contrato engloba todas as fases, bem como recursos, execuções, instâncias superiores.

CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. O CONTRATADO obriga-se, por consequência do presente contrato, a prestar seus serviços jurídicos em defesa dos direitos do CONTRATANTE mediante a prática de todos os atos inerentes ao exercício da advocacia.

3.2. O CONTRATANTE fica obrigado a fornecer todos os dados, informações e documentos necessários para o bom e fiel desenvolvimento do objeto contratado, declarando por meio do presente a veracidade dos mesmos, comprometendo-se a não faltar com a verdade, sendo responsável pela idoneidade moral, legitimidade e veracidade dos documentos e informações que apresentar ao CONTRATADO, devendo informar quaisquer alterações dos fatos narrados e manter dados para contato atualizados.

3.3 O CONTRATANTE fica obrigado a comparecer em audiências ou perícias designadas, desde que previamente informadas.

CLÁUSULA 4ª - DA REMUNERAÇÃO

4.1. Em remuneração aos serviços ora avençados, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a verba honorária assim contratada:

4.2 Eventual atraso no pagamento dos honorários refletirá ao CONTRATANTE, sobre o saldo devedor, multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo de juros de 1% ao mês e correção monetária consoante a variação do IGP-M, sobre o valor do débito.



4.3 No caso de ACORDO entre as partes, o valor devido pela atuação será de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

4.4 Os valores pactuados neste contrato serão devidos independente dos valores eventualmente recebidos a título de sucumbência no processo, que serão pagos integralmente ao CONTRATADO, nos termos do Art. 23 da Lei nº 8.906/94 e Art. 51, do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogado do Brasil.

4.5 Em eventual levantamento ou recebimento dos valores advindos da ação objeto do presente contrato, diretamente pelo CONTRATADO, o CONTRATANTE autoriza expressamente por meio deste a retenção dos valores pactuados e exigíveis.

4.6 Em eventual levantamento ou recebimento dos valores advindos da ação objeto do presente contrato, diretamente pelo CONTRATANTE, será imediatamente exigível a verba honorária a contar do efetivo recebimento pelo CONTRATANTE, correndo a partir de então os juros, cláusula penal e correção monetária.

4.7 Fica desde já autorizado que seja destacado o valor dos honorários contratados quando da expedição do RPV ou Precatório.

CLÁUSULA 5ª - O PRAZO DO CONTRATO

5.1. O contrato tem validade de três anos, prorrogável por igual período, não sendo renovado por expressa vontade das partes, podendo ser rescindido a qualquer momento sob aviso prévio de 60 (sessenta) dias.

5.2 A revogação do mandato por vontade do CONTRATANTE não o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas devidas até o ato da revogação, bem como não retira o direito do CONTRATADO de receber o quanto lhe seja devido em eventual verba honorária de sucumbência, calculada proporcionalmente, em face do serviço efetivamente prestado.

CLÁUSULA 6ª - DAS DESPESAS E CUSTAS FINAL DO PROCESSO

6.1 O CONTRATANTE obriga-se a pagar e/ou imediatamente ressarcir ao CONTRATADO as custas e quaisquer despesas necessárias ao bom e rápido andamento da ação e demais procedimentos judiciais ou extrajudiciais a serem implementados na defesa de seus interesses, tais como preparos recursais, custas e despesas judiciais, emolumentos, locomoção do advogado, extração de fotocópias, correios, autenticações de documentos, expedição de certidões, interurbanos e quaisquer outras que decorrerem dos serviços ora Contratados.

6.2 O CONTRATANTE declara plena ciência que, **se não for o caso de gratuidade de justiça**, terá a incumbência de pagamento de todas as custas e sucumbência, no caso de insucesso no processo judicial movido, envolvendo custas finais e honorários da parte adversa, que pode variar de 10% a 20% do valor da causa.

6.3 O CONTRATANTE declara plena ciência que, **se for deferida a gratuidade de justiça**, no caso de insucesso no processo judicial movido, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e poderão ser executadas se,



nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

CLÁUSULA 7ª - DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. No caso de rescisão contratual ou desistência do processo, sem culpa do CONTRATADO, serão devidos os seguintes honorários:

7.1.1 Rescisão em primeira Instância - após elaboração da peça inicial: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

7.1.2 Rescisão em segunda Instância: R\$ 700,00 (setecentos reais).

7.1.3 Rescisão em fase de Execução: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

7.2 Os honorários pactuados poderão ser imediatamente exigidos se for, por qualquer razão, cassada a procuração concedida pelo CONTRATANTE ou contratado novo advogado sem o conhecimento e consentimento do CONTRATADO.

Parágrafo único: O CONTRATANTE por meio deste contrato declara expressamente de que não poderá celebrar qualquer composição, negócios, avenças, acordos ou contratos junto à parte adversa, seus sócios, procuradores, administradores ou pessoas físicas e jurídicas que venham a eventualmente integrar seu grupo econômico, sem o acompanhamento e concordância formal do CONTRATADO, sob pena de pagamento integral dos honorários advocatícios pactuados.

CLÁUSULA 8ª - DA LIQUIDEZ DO CONTRATO

8.1 O presente contrato consiste em título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784, inc. III do CPC, e como tal é considerado pelas partes firmatárias.

CLÁUSULA 9ª - DA OBSERVÂNCIA À LGPD

9.1 O CONTRATANTE declara expresse CONSENTIMENTO que o CONTRATADO irá coletar, tratar e compartilhar os dados necessários ao cumprimento do contrato, nos termos do Art. 7º, inc. V da LGPD, os dados necessários para cumprimento de obrigações legais, nos termos do Art. 7º, inc. II da LGPD, bem como os dados, se necessários para proteção ao crédito, conforme autorizado pelo Art. 7º, inc. X da LGPD.

9.2 Outros dados poderão ser coletados, tratados e compartilhados conforme termo de consentimento específico em anexo.

CLÁUSULA 10ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O CONTRATANTE por meio deste contrato autoriza expressamente o CONTRATADO a não atuar ou interpor recursos que julgue incabíveis, infundados, inócuos, sem resultado prático útil e/ou meramente protelatórios.

10.2. O CONTRATADO não garante o resultado favorável ao CONTRATANTE mas, compromete-se a usar de todos os meios jurídicos, legais, morais e legítimos para defender os interesses do CONTRATANTE.



10.3. O CONTRATANTE é totalmente responsável pelo comparecimento nos locais e horários indicados, bem como se compromete na obtenção da documentação necessária para viabilizar as ações contratadas pelo presente instrumento, sendo responsável por eventual perda de prazo ou influência no resultado pela inobservância de algum destas obrigações.

10.4 Em quaisquer casos de arquivamento, extinção do processo ou improcedência da ação em que tenha o CONTRATANTE dado causa por não comparecimento sem motivo justificado, inverdade das informações ou documentos, serão cobrados honorários integrais nos valores e percentuais ajustados como êxito no presente contrato.

10.5. Fica definido que toda e qualquer comunicação a ser feita pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE ocorrerá pelo endereço eletrônico acima referido, sendo que a simples remessa de mensagens para tal e-mail presume o recebimento da informação pelo CONTRATANTE, o qual se obriga a informar qualquer alteração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 As partes elegem o foro da cidade de Fortaleza, Ceará, para conhecer das questões porventura emergentes da presente relação contratual, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

11.2 E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente pacto em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas instrumentárias.

Fortaleza, 03 de janeiro de 2024.



Maria de Lourdes Pinheiro de Deus
ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - CNPJ nº
07.361.030/0001-72

Fco de Assis Sales Neto

FRANCISCO DE ASSIS SALES NETO - CPF: 074.653.713-17

Testemunhas:

- M^a Mariane Santos Ferreira
- Juan Oliveira Evangelista



10º Tabelionato de Notas de Fortaleza
R. Casimiro Montenegro, 70 - Monte Castelo - Fortaleza / CE - CEP 60.335-720
Fone: (85) 3281.0090 | escritura@cartoriomoreiradeus.net.br
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

Reconheço por Autenticidade a(s) firma(s) abaixo:

FRANCISCO DE ASSIS SALES NETO

Dou fe.

Fortaleza, 04/03/2024

Válido somente com o selo de autenticidade.

Em testemunho da verdade.

Stefanie Cristine Siqueira Nunes - Esc. Autorizada

Confira os dados do ato em: selo.digit@tjce.jus.br/portal



CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO
de Antonio Evangelista Sobrinho, 32
Centro - Mombuca - Ceará
(88) 3583-1264

Reconheço a(s) Firma(s) ☐ por autenticidade ☒ semelhante

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DE

VALLE

Mombuca (CE) - 08 MAR 2024

FRANCISCO ALVES VERAS - Titular
MARIA ODETH BATISTA F. VERAS
DEL. GERÔNIMO RAPHAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 1ª – DAS PARTES

1.1. CONTRATANTE: ASSESP, ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, localizada na Rua Pio X, Nº 434-A, Bairro: Salesianos, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.050-020, neste ato representada por sua presidente, Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale.

1.2. CONTRATADA: MARÍLIA GABRIELLE OLIVEIRA WANDERLEY DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF de nº 066.042.353-78, portadora do RG de nº 2008219592-1 SSPDS/CE, residente e domiciliada na Rua O, nº 138, Bairro: Nova Metrópole, Caucaica – CE, CEP: 61.659-200.

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

Por meio deste contrato, a **CONTRATADA** se compromete a prestar à **CONTRATANTE** os seguintes serviços:

a) O serviço de **TECNICA CONTÁBIL** .

§1º. A **CONTRATADA** prestará os serviços descritos nesta cláusula sem qualquer exclusividade, podendo desempenhar atividades para terceiros, desde que não haja conflito de interesses com o pactuado no presente contrato.

CLÁUSULA 3ª - DO PRAZO

Os serviços ora contratados serão prestados pelo prazo de 2 (dois) anos, com início em 11/03/2024.

Parágrafo único. Ao final do prazo acima referido, não sendo manifestada o interesse na rescisão do presente contrato, este será automaticamente renovado por igual período.



CLÁUSULA 4ª - DA RETRIBUIÇÃO

Pela prestação dos serviços a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que será paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo único. Deverá o pagamento acordado neste instrumento ser efetuado por meio de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA** ou para terceiro previamente especificado por ela.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo de outras disposições deste contrato, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Prestar os serviços contratados na forma e modo ajustados, dentro das normas, dando plena e total garantia dos mesmos;
- II. Executar os serviços contratados utilizando a melhor didática e aplicabilidade, visando sempre atingir o melhor resultado, sob sua exclusiva responsabilidade, sendo-lhe vedada a transferência dos mesmos a terceiros, sem prévia e expressa concordância da **CONTRATANTE**;
- III. Ser responsável pelos atos praticados por seus responsáveis, bem como pelos danos que os mesmos venham a causar para a **CONTRATANTE**, desde que comprovados, em decorrência da prestação dos serviços prestados neste contrato;
- IV. Cumprir todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes;
- V. Prestar os serviços aos associados com clareza e delicadeza, mantendo sempre uma comunicação amigável e compreensível.



CLÁUSULA 6ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo de outras disposições deste contrato, constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- I. Fornecer à **CONTRATADA** todas as informações necessárias à realização do serviço, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita execução do mesmo, e a forma de como ele deve ser entregue;
- II. Cumprir com suas obrigações de pagamento na data estipulada na Cláusula 3ª;
- III. Fornecer os materiais de escritório necessários ao desempenho das atividades, tais como folhas, canetas, impressoras, pastas, grampos e demais utensílios.

CLÁUSULA 7ª – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá rescindido caso qualquer uma das partes descumpra o disposto neste contrato;

§1º. Na hipótese da **CONTRATANTE** solicitar a rescisão antecipada deste contrato sem justa causa, será obrigada a pagar à **CONTRATADA** por inteiro qualquer retribuição vencida e não paga;

§2º. Na hipótese da **CONTRATADA** solicitar a rescisão antecipada deste contrato sem justa causa, esta terá direito à retribuição vencida, mas responderá por eventuais perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**;

§3º. A rescisão com justa causa por parte da **CONTRATANTE** obriga a devolução por parte da **CONTRATADA** de quaisquer valores já pagos referentes a serviços não desenvolvidos.



CLÁUSULA 8ª – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

O presente contrato extingue-se sem que assista às partes direito a qualquer tipo de indenização, ressarcimento ou multa, por mais especial que seja, nas seguintes hipóteses:

- I. Por insolvência, impetração ou solicitação da concordata, ou falência, de qualquer uma das partes;
- II. Por qualquer impossibilidade da continuação do contrato, motivada por força maior ou caso fortuito;
- III. Por inadimplemento contratual de qualquer uma das partes.

CLÁUSULA 9ª - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Salvo expressa autorização da **CONTRATANTE**, não poderá a **CONTRATADA** transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.

§1º. Qualquer condescendência entre as partes em relação ao cumprimento de qualquer cláusula deste contrato será considerada mera tolerância e não implicará em alteração ou modificação das cláusulas contratuais.

§2º. Qualquer serviço adicional, desde que acordado entre as partes, será objeto de termo aditivo ao instrumento original.



CLÁUSULA 10ª – DO FORO

Fica desde já eleito o foro da comarca de Fortaleza/CE para serem resolvidas eventuais pendências decorrentes deste contrato.

Por estarem assim certos e ajustados, firmam os signatários deste instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, e para único fim de direito, diante das 02 (duas) testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Fortaleza, 05 de março de 2024.

CARTÓRIO
VERAS

Maria de Lourdes Pinheiro da Silva

ASSESP – ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS – CNPJ nº 07.361.030/0001

Marília Gabrielle O. Wanderley de Almeida

MARÍLIA GABRIELLE OLIVEIRA WANDERLEY DE ALMEIDA



TESTEMUNHAS:

- Jander dos Santos Apolinária*
- Daniel Lucas Holanda*

CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO
Rua Antonio Evangelista Sobrinho, 92
Centro - Mombaca - Ceará
(88) 3583-1264

Reconheço a(s) Firma(s) ☐ por autenticidade ☒ semelhança
MARIA DE LOURDES PINHEIRO DA SILVA
Vale

Mombaca (CE) 08 MAR 2024

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - Titular
☐ MARIA ODETH BATISTA F. VERAS
☒ JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

ESTADO DO CEARÁ
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-001
Fone 86 3466-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
[5PMk7yb0]-MARILIA GABRIELLE OLIVEIRA WANDERLEY DE ALMEIDA
Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$6,07
Fortaleza, 07 de Março de 2024 às 15:43:13 - Código do Ato: 002001
Escrevente Autorizado: RAFAELLY GOMES FERREIRA
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE





CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 1ª – DAS PARTES

1.1. CONTRATANTE: ASSESP, ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, localizada na Rua Pio X, Nº 434-A, Bairro: Salesianos, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.050-020, neste ato representada por sua presidente, Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale.

1.2. CONTRATADO: MATHEUS DA COSTA PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF de nº 608.390.363-70, portador do RG de nº 20079319879 SSPDS/CE, residente e domiciliado na Avenida A, nº 449, Bloco 1, Apto 22ª, Bairro: Nova Metrópole, Caucaica – CE, CEP: 61.658-050.

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

Por meio deste contrato, a **CONTRATADO** se compromete a prestar à **CONTRATANTE** os seguintes serviços:

a) O serviço de **TECNICO EM INFORMÁTICA** .

§1º. A **CONTRATADO** prestará os serviços descritos nesta cláusula sem qualquer exclusividade, podendo desempenhar atividades para terceiros, desde que não haja conflito de interesses com o pactuado no presente contrato.

CLÁUSULA 3ª - DO PRAZO

Os serviços ora contratados serão prestados pelo prazo de 2 (dois) anos, com início em 11/03/2024.



Parágrafo único. Ao final do prazo acima referido, não sendo manifestada o interesse na rescisão do presente contrato, este será automaticamente renovado por igual período.

CLÁUSULA 4ª - DA RETRIBUIÇÃO

Pela prestação dos serviços a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que será paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo único. Deverá o pagamento acordado neste instrumento ser efetuado por meio de transferência bancária para conta de titularidade do **CONTRATADO** ou para terceiro previamente especificado por ela.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Sem prejuízo de outras disposições deste contrato, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. Prestar os serviços contratados na forma e modo ajustados, dentro das normas, dando plena e total garantia dos mesmos;
- II. Executar os serviços contratados utilizando a melhor didática e aplicabilidade, visando sempre atingir o melhor resultado, sob sua exclusiva responsabilidade, sendo-lhe vedada a transferência dos mesmos a terceiros, sem prévia e expressa concordância da **CONTRATANTE**;
- III. Ser responsável pelos atos praticados por seus responsáveis, bem como pelos danos que os mesmos venham a causar para a **CONTRATANTE**, desde que comprovados, em decorrência da prestação dos serviços prestados neste contrato;
- IV. Cumprir todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes;



- V. Prestar os serviços aos associados com clareza e delicadeza, mantendo sempre uma comunicação amigável e compreensível.

CLÁUSULA 6ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo de outras disposições deste contrato, constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- I. Fornecer ao **CONTRATADO** todas as informações necessárias à realização do serviço, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita execução do mesmo, e a forma de como ele deve ser entregue;
- II. Cumprir com suas obrigações de pagamento na data estipulada na Cláusula 3ª;
- III. Fornecer os materiais de escritório necessários ao desempenho das atividades, tais como folhas, canetas, impressoras, pastas, grampos e demais utensílios.

CLÁUSULA 7ª – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá rescindido caso qualquer uma das partes descumpra o disposto neste contrato;

§1º. Na hipótese da **CONTRATANTE** solicitar a rescisão antecipada deste contrato sem justa causa, será obrigada a pagar ao **CONTRATADO** por inteiro qualquer retribuição vencida e não paga;

§2º. Na hipótese do **CONTRATADO** solicitar a rescisão antecipada deste contrato sem justa causa, esta terá direito à retribuição vencida, mas responderá por eventuais perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**;

§3º. A rescisão com justa causa por parte da **CONTRATANTE** obriga a devolução por parte do **CONTRATADO** de quaisquer valores já pagos referentes a serviços não desenvolvidos.

CLÁUSULA 8ª – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

O presente contrato extingue-se sem que assista às partes direito a qualquer tipo de indenização, ressarcimento ou multa, por mais especial que seja, nas seguintes hipóteses:

- I. Por insolvência, impetração ou solicitação da concordata, ou falência, de qualquer uma das partes;
- II. Por qualquer impossibilidade da continuação do contrato, motivada por força maior ou caso fortuito;
- III. Por inadimplemento contratual de qualquer uma das partes.

CLÁUSULA 9ª - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Salvo expressa autorização da **CONTRATANTE**, não poderá o **CONTRATADO** transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.

§1º. Qualquer condescendência entre as partes em relação ao cumprimento de qualquer cláusula deste contrato será considerada mera tolerância e não implicará em alteração ou modificação das cláusulas contratuais.

§2º. Qualquer serviço adicional, desde que acordado entre as partes, será objeto de termo aditivo ao instrumento original.



Reconheço a(s) Firma(s) ☒ por autenticidade ☐ por autenticidade
MARCIA DE LOURDES PINHEIRO DE
Vale
Dou fé.
Mombaça (CE) 08 MAR 2024
FRANCISCO ALVES VERAS
MARIA ODETH BATISTA F. VERAS
BEL GERÔNIMO RAPHAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



CLÁUSULA 10ª – DO FORO

Fica desde já eleito o foro da comarca de Fortaleza/CE para serem resolvidas eventuais pendências decorrentes deste contrato.

Por estarem assim certos e ajustados, firmam os signatários deste instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, e para único fim de direito, diante das 02 (duas) testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Fortaleza, 05 de março de 2024.

CARTÓRIO
VERA

MARCIA DE LOURDES PINHEIRO DE

ASSESP – ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS – CNPJ nº 07.361.030/0001-72

MATHEUS DA COSTA PEREIRA

CARTÓRIO
JAIME ARARIPE

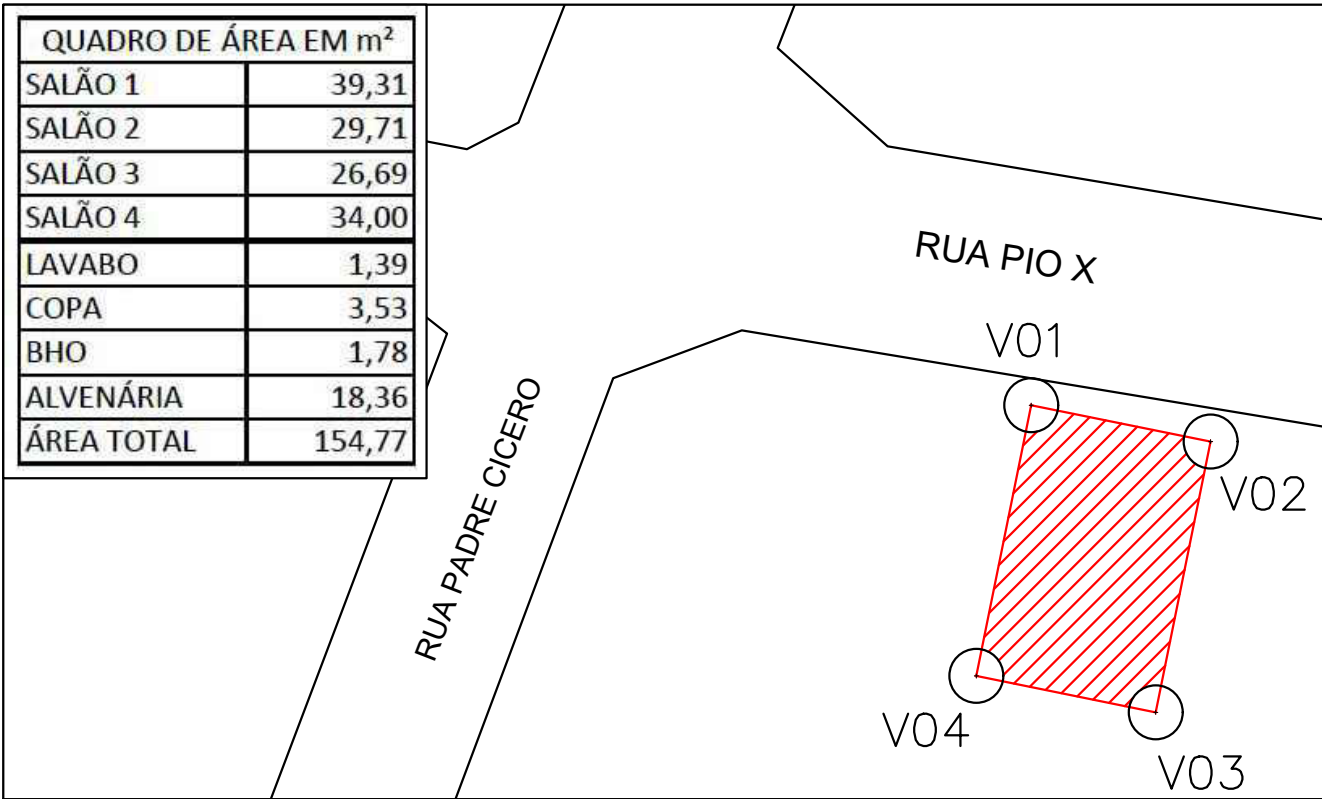
MATHEUS DA COSTA PEREIRA

TESTEMUNHAS:

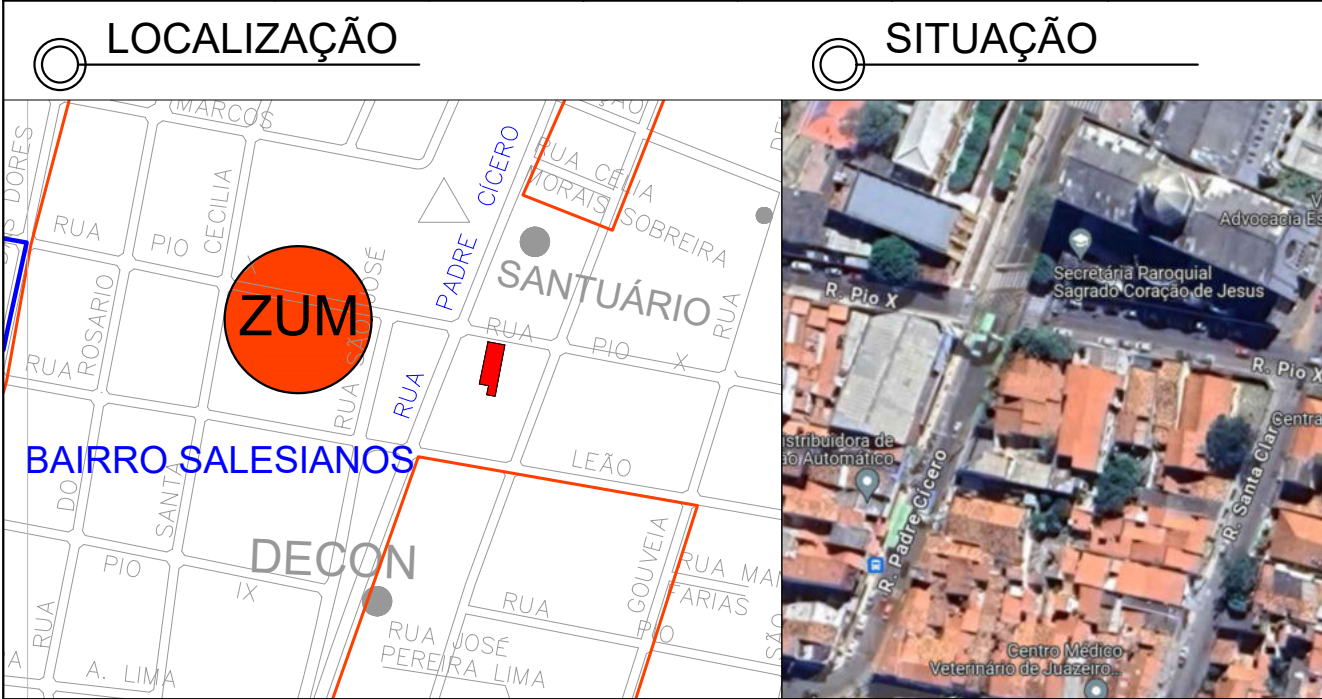
- Jander dos Santos Apolinário
- Daniel Lucas Helondo



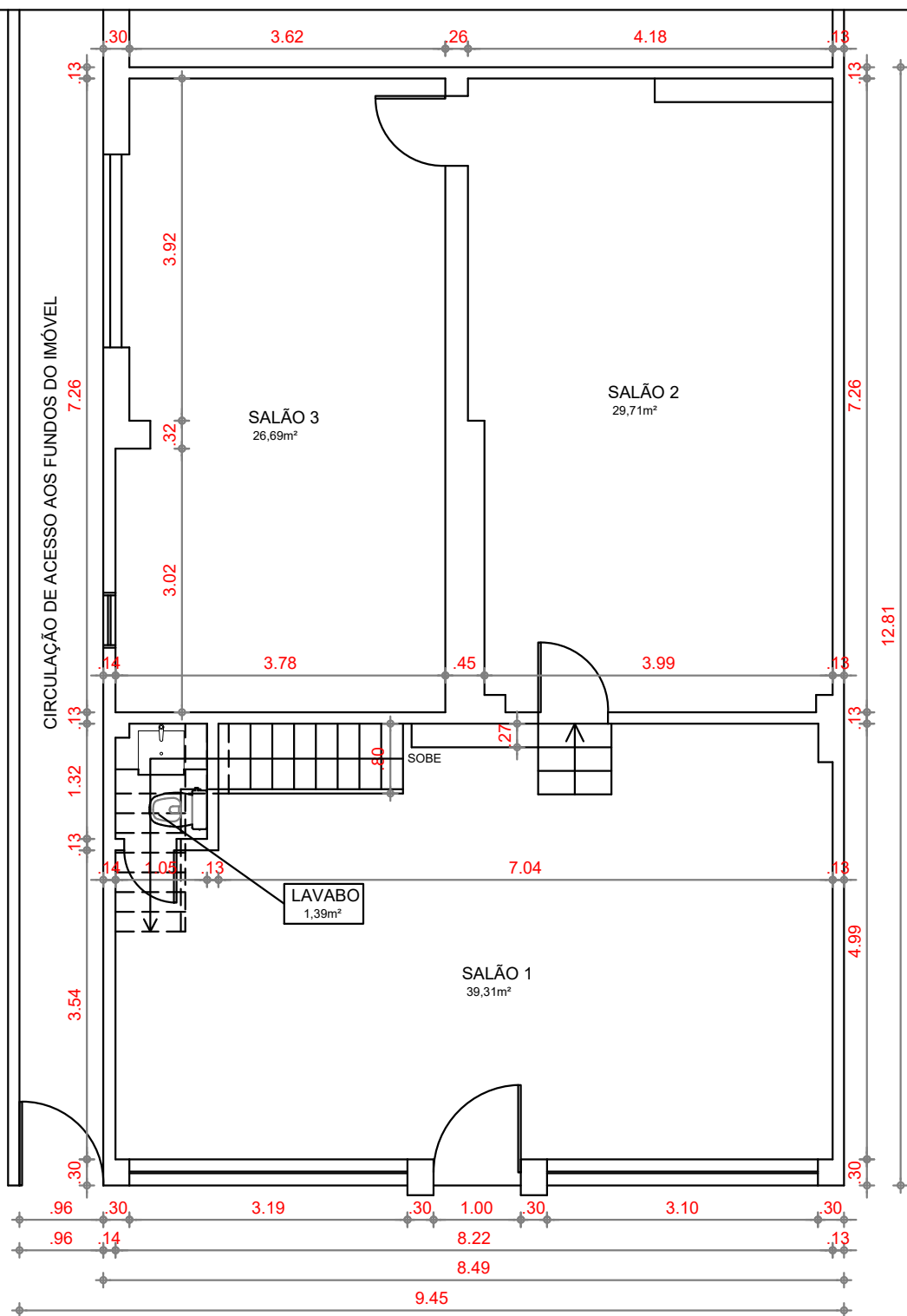
CARTÓRIO
JAIME ARARIPE
Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Antônio Bezerra - Estado do Ceará
Bel. Jaime de Alencar Araripe Júnior - Titular - Bel. Guilherme Augusto de Alencar Araripe - Substituto
Av. Mister Hull, 4965 - CEP 60356-001 - Fortaleza - Ceará | (85) 3235-3301 - jaimeararipe@gmail.com
3 Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) assinatura(s) de: :
== MATHEUS DA COSTA PEREIRA ==
que contém o padrão reg. nesta serventia, Dou fé.
Fortaleza, 05 de março de 2024, 19:50:05. Em testemunho da verdade.
SONIA MARIA MATOS MAGALHÃES ARARIPE (Escrevente) Total: R\$ 10,10.
Válido somente com o selo de autenticidade. FUNC: kesia DF 442439
SEI 35014.048146/2024-207 pg. 414



ROTEIRO PERIMÉTRICO DO IMÓVEL							
LADOS		AZIMUTES	DISTANCIA (m)	COORDENADAS (UTM)		COORDENADAS (GEOGRAFICAS)	
Vértices	Vértices			N (metros)	E (metros)	Latitude	Longitude
V01	V02	101°27'59,16"	8,49	9.202.872,82	464.420,97	7°12'40.91" S	39°19'20.17" W
V02	V03	191°27'59,16"	12,81	9.202.871,13	464.429,29	7°12'40.97" S	39°19'19.90" W
V03	V04	281°27'59,16"	8,49	9.202.858,58	464.426,75	7°12'41.38" S	39°19'19.99" W
V04	V01	11°27'59,16"	12,81	9.202.860,26	464.418,43	7°12'41.32" S	39°19'20.26" W



ASSUNTO: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO GEORREFERENCIADO	CLIENTE	
CLIENTE: IBANÊZ RIBEIRO DA CRUZ CRECI/CE: 16.271F CNAI 31.871		
DATA: DEZEMBRO DE 2023	RESPONSÁVEL TÉCNICO Francisco Ubiratan TÉCNICO DA CONST. CIVIL TOPOGRAFIA E ESTRADAS (88) 999299604	ESCALA: SEM ESCALA
ENDEREÇO: RUA PIO X Nº 434 A - BAIRRO SALESIANOS JUAZEIRO DO NORTE - CE	DESENHO: Marcelo Alves TÉCNICO EM DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL (88) 9653-0804 / (88) 8884-8200	PRANCHA: 03/03



 **PLANTA BAIXA DO PAVIMENTO TÉRREO**

ASSUNTO: LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO		CLIENTE	
CLIENTE: IBANÊZ RIBEIRO DA CRUZ CRECI/CE: 16.271F CNAI 31.871			
DATA: DEZEMBRO DE 2023	RESPONSÁVEL TÉCNICO Francisco Ubiratan TÉCNICO DA CONST. CIVIL TOPOGRAFIA E ESTRADAS (88) 999299604	ESCALA: 1/75	PRANCHA: 01/03
ENDEREÇO: RUA PIO X N° 434 A - BAIRRO SALESIANOS JUAZEIRO DO NORTE - CE	DESENHO: Marcelo Alves TÉCNICO EM DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL (88) 9653-0804 / (88) 8884-8200		



0800 flex servicos d

suporte@0800flex.com.br

CNPJ: 21.939.944/0001-07

Telefone: (11)4380-7474

DADOS DO CLIENTE

591 9057 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

CNPJ: 07.361.030/0001-72

COBRANÇA
683334630

VENCIMENTO
06/03/2024

VALOR
R\$ 278,90

DEMONSTRATIVO

	PREÇO UNIT	QTDE	VALOR
PME-1 Manutenção Mensal 0800 Flex	R\$ 199,00	1	R\$ 199,00
PABX- 2 PABX Virtual - Plano Mensal	R\$ 79,90	1	R\$ 79,90



Este boleto foi emitido por **www.sejaefi.com.br**. As informações são de responsabilidade do sacador.



efi by Gerencianet

364-6

36490.00027 00009.730300 00000.089771 3 00000000027890

Local de pagamento Pagável via QR Code Pix, bancos, canais digitais e lotéricas mesmo após o vencimento.					Vencimento 06/03/2024
Beneficiário 0800 F S T LTDA. CNPJ: 21.939.944/0001-07 / 0800 flex servicos d					Agência/ Código cedente 0001/ 000097303
Data documento 25/02/2024	Nº documento 8977	Espécie doc 26	Aceite	Data processamento 25/02/2024	Nosso número 00009730300000008977
Uso do banco	Carteira 01	Espécie R\$	Quantidade	Valor documento	1(=) Valor documento 278,90
Instruções (texto de responsabilidade do sacador)			Pagar boleto via QR Code Pix  		2(-) Desconto/Abatimentos
					3(-) Outras deduções
					4(+) Mora/ Multa
					5(+) Outros acréscimos
					6(=) Valor cobrado

Sacado/ Pagador

591 9057 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS - CNPJ: 07.361.030/0001-72

RUA PIO X, 434, Letra A. SALESIANOS. JUAZEIRO DO NORTE - CE. CEP: 63050-020

Sacador/ Avalista: 0800 FLEX SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA.-

CNPJ: 21.939.944/0001-07

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Pague via QR Code Pix e experimente a confirmação instantânea do seu boleto.

Usuário Externo (signatário):

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

Data e Horário:

11/03/2024 11:05:23

Tipo de Peticionamento:

Intercorrente

Número do Processo:

35014.048140/2024-70

Interessados:

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Ofício de Resposta	15262207
- Ata de Eleição da atual diretoria	15262208
- Ata de Reforma estatutária - % de desconto	15262211
- Estatuto Social - inclusão de perc. de desconto	15262212
- Comprovante de Endereço	15262216
- Relatório de Capacidade Técnica	15262217
- Relatório de Viabilidade e Relevância Pública	15262218
- Certificado de Vistoria Bombeiros	15262219
- Comprovante CADIN	15262220
- Comprovante de Pedido CESE	15262221
- Comprovante de Cadastro Consumidor.gov	15262222
- Comprovante de Inscrição Transfere Gov.	15262223
- Certidão Negativa CGU	15262224
- Certidão TCU	15262225
- Certidão TCU Dirigentes	15262227
- Certidão Negativa Consolidada CNPJ TCU	15262229
- Certidão Inabilitados do TCU Dirigentes	15262230
- Certidão Inidôneos do TCU Dirigentes	15262231
- Certidão Negativa de Improbidade CNJ CNPJ	15262233
- Certidão Negativa de Improbidade CNJ Dirigentes	15262234
- Contrato e Contracheques de Colaboradores	15262235
- Comprovante de Geolocalização	15262236
- Planta Baixa Sede	15262237
- Comprovante Do SAC 0800	15262238

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANÁLISE Nº 25/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN

PROCESSO Nº 35014.048140/2024-70

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

CHECK LIST DE VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

Ref.: Processo nº 35014.048140/2024-70

Int.: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

Ass.: Checklist de verificação da documentação apresentada para Acordo de Cooperação Técnica de desconto de mensalidade associativa.

DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SEI	OBSERVAÇÕES
Ofício com a solicitação de Acordo	X			14964604	
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do CNPJ	X			14964619	
RG e do CPF do Procurador			X		
Procuração com poderes específicos delegada pela Presidente da entidade, segundo o Estatuto Social			X		
RG e do CPF da pessoa competente para assinar o acordo, conforme o Estatuto Social	X			10168210 14964624	
Estatuto Social da Entidade e suas alterações (registrada em cartório)	X			14964605 14964606 14964607 14964608 14964609 14964610 14964612	
Assembleia Geral que elegeu a atual diretoria (registrada em cartório)	X			15262208 15262211	
Ata de Assembleia Geral que definiu o percentual de desconto (autenticada em cartório)	X			14964612	Artigo 6º do Estatuto Social
Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles.	X			14964612 15262211	
Documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;	X			15262216	
Informações acerca das formas atuais de cobrança da mensalidade associativa	X			14964612	Artigo 6º do Estatuto Social
Relação dos Associados/Filiados da entidade, contendo os dados: nome completo, CPF e número do benefício dos associados/filiados	X			14964631	4615 ASSOCIADOS
Declaração expressa do proponente, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta (Declaração de Adimplência / não inadimplente)	X			14964620	
Declaração referente ao disposto no inciso V, art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, cumprindo a determinação constante no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal	X			14964620	
Declaração que a Entidade e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014	X			14964622	

	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	14964620 14964621 14964604 14964679 14964626 14964629 14964630 15262217 15262218 15262233 14964603 14964606 14964607 14964608 14964609 14964610 14964611 15262208 15262211 14964612 15262222 14964612 15262211 14964615 15262216 14964616 14964612 14964617 14964631 14964634 14964620 14964618 15262224 14964620 15262221 14964622 14964623 14964626 14964629 14964630 15262217 15262219 15262235 15262238 15262237 15262238 15262230 15262218 15262231 15262233 14964634	OBSERVAÇÕES
Declaração considerando o disposto no art. 27, do Decreto nº. 8.726/2016	X				
Comprovação de que a entidade possui capacidade técnica operacional de realizar o trabalho de acordo com o disposto no inciso I, art. 33 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014	X				
de estrutura administrativa da entidade, devendo possuir minimamente sala com computadores, sala com os arquivos de filiação e local de reuniões das assembleias da entidade; existência de pessoal administrativo, para atendimento ao associado, comprovada por meio de Carteira de Trabalho assinada ou contrato dos colaboradores,	X				
reconhecido em Cartório, relatório com fotos de todas as dependências físicas de sua sede social, contendo visualização das fachadas, da rua e geolocalização do prédio e planta baixa de arquitetura, auto de vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) da sede social, site na internet, canais de atendimento ao filiado - SAC 0800, etc.)	X		X		
Estatuto Social da Entidade e suas alterações (registrado em cartório)	X				
Comprovação de que a entidade possui objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social (apresentar cumulativamente: relatório com fotos de eventos, atividades recentes e ações sociais promovidas pela entidade, em favor de seus associados, site da internet, serviço de atendimento ao filiado, etc.), cumprindo a determinação constante no inciso I, art. 33 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014	X				
Ato de Assembleia Geral que definiu o percentual de desconto (autenticada em cartório)	X				
Cadastro da Entidade no Portal do Consumidor (consumidor.gov.br) da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) como "Entidades Sem Fins Lucrativos", conforme reiteradas recomendações da Procuradoria Federal Especializada (PFE).	X				
Relatório, com endereço, telefone, número e órgão expedidor da Especializada (PFE).	X				
Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (RFB/PGFN - agrega a antiga CND do INSS).	X				
Documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;	X				
Certidão negativa estadual/distrital - Secretaria de Fazenda Estadual/Distrital (União da Federação - sede atual);	X				
Certidão negativa municipal - Secretaria Municipal de Fazenda (município da Rede dos Associados/Filiados da entidade, contendo os dados: nome completo, CPF e número do benefício dos associados/filiados)	X				
Certificação de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal – Lei 3.999 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta	X				
Certidão de Regularidade Trabalhista (CNDT) (Declaração de Adimplência / não inadimplente)	X				
Certidão negativa correcional da CGU (CGU-PI, GEIS, CNRP, CPIM) - https://certidoes.cgu.gov.br	X				
Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) ou Cadastro Especial de Colonias de Pescadores (CECP) ou Cadastro de Entidades Sindicais Especiais (CESE) no Ministério do Trabalho e Emprego.	X				
Votação prevista no art. 39 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014	X				
Cadastro, Regularidade e Adimplência no Sistema de Gestões de Convênios e Contratos	X				
Comprovação de que a entidade possui capacidade técnica operacional de realizar o trabalho de acordo com o disposto no inciso I, art. 33 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014	X				
de estrutura administrativa da entidade, devendo possuir minimamente sala com computadores, sala com os arquivos de filiação e local de reuniões das assembleias da entidade; existência de pessoal administrativo, para atendimento ao associado, comprovada por meio de Carteira de Trabalho assinada ou contrato dos colaboradores,	X				
reconhecido em Cartório, relatório com fotos de todas as dependências físicas de sua sede social, contendo visualização das fachadas, da rua e geolocalização do prédio e planta baixa de arquitetura, auto de vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) da sede social, site na internet, canais de atendimento ao filiado - SAC 0800, etc.)	X				
Comprovação de que a entidade possui objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social (apresentar cumulativamente: relatório com fotos de eventos, atividades recentes e ações sociais promovidas pela entidade, em favor de seus associados, site da internet, serviço de atendimento ao filiado, etc.), cumprindo a determinação constante no inciso I, art. 33 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014	X				
Cadastro da Entidade no Portal do Consumidor (consumidor.gov.br) da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) como "Entidades Sem Fins Lucrativos", conforme reiteradas recomendações da Procuradoria Federal Especializada (PFE).	X				
Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ	X				
Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ	X				
Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (RFB/PGFN - agrega a antiga CND do INSS) - https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php (CPF dos Representantes)	X				
Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ	X				

DOCUMENTAÇÃO	SEM	NÃO	NÃO SE APLICA	SEI	SEI	15334166	10/02/2024	OBSERVAÇÕES
Comprovante de Regularidade junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN/STAFI	X			14964604				
Consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS http://www-portalcnis.cpf.gov.br	X		X	14964619				
Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ	X			14964628				
Registro do CPF do Procurador	X		X	14964628				Válida até: 15/10/2024
Cadastramento Unificado de Fornecedor - SICAF			X					
Procuração com poderes específicos delegada pela Presidente da entidade, segundo o Estatuto Social								
RG e do CPF da pessoa competente para assinar o acordo, conforme o Estatuto Social	X			10168210				
Apresentou todos os documentos ? (X) SIM () NAO				14964624				
				14964605				
				14964606				
				14964607				
Estatuto Social da Entidade e suas alterações (registrada em cartório)	X			14964608				SEI nº 15334166
Referencia: Processo nº 35014.048140/2024-70				14964609				
				14964610				
				14964612				
Assembleia Geral que elegeu a atual diretoria (registrada em cartório)	X			15262208				
				15262211				
Ata de Assembleia Geral que definiu o percentual de desconto (autenticada em cartório)	X			14964612				Artigo 6º do Estatuto Social
Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles.	X			14964612				
				15262211				
Documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;	X			15262216				
Informações acerca das formas atuais de cobrança da mensalidade associativa	X			14964612				Artigo 6º do Estatuto Social
Relação dos Associados/Filiados da entidade, contendo os dados: nome completo, CPF e número do benefício dos associados/filiados	X			14964631				4615 ASSOCIADOS
Declaração expressa do proponente, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta (Declaração de Adimplência / não inadimplente)	X			14964620				
Declaração referente ao disposto no inciso V, art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, cumprindo a determinação constante no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal	X			14964620				
Declaração que a Entidade e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014	X			14964622				
Declaração considerando o disposto no art. 27, do Decreto nº. 8.726/2016	X			14964620				
Comprovação de que a entidade possui capacidade técnica operacional de realizar o objeto do acordo (apresentar cumulativamente: demonstração de estrutura administrativa da entidade, devendo possuir minimamente sala com computadores, sala com os arquivos de filiação e local de reuniões das assembleias da entidade; existência de pessoal administrativo, para atendimento ao associado, comprovada por meio de Carteira de Trabalho assinada ou contrato dos colaboradores, reconhecido em Cartório, relatório com fotos de todas as dependências físicas de sua sede social, contendo visualização das fachadas, da rua e geolocalização do prédio e planta baixa de arquitetura, auto de vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) da sede social, site na internet, canais de atendimento ao filiado - SAC 0800, etc.)	X			14964621				
				14964623				
				14964625				
				14964626				
				14964629				
				14964630				https://assesp-associacao.org
				15262217				
				15262219				
				15262235				
				15262236				
				15262237				
				15262238				
Comprovação de que a entidade possui objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social (apresentar cumulativamente: relatório com fotos de eventos, atividades recentes e ações sociais promovidas pela entidade, em favor de seus associados, site da internet, serviço de atendimento ao filiado, etc.), cumprindo a determinação constante no inciso I, art. 33 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014	X			15262218				
Cadastro da Entidade no Portal do Consumidor (consumidor.gov.br) da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) como "Entidades Sem Fins Lucrativos", conforme reiteradas recomendações da Procuradoria Federal Especializada (PFE);	X			15262222				
Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (RFB/PGFN - agrega a antiga CND do INSS) - https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir	X			14964615				Válida até: 11/06/2024
Certidão negativa estadual/distrital - Secretaria de Fazenda Estadual/Distrital								Válida até:

MINUTA



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão de Consignação em Benefícios

MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo nº 35014.048140/2024-70

0 * MINUTA DE DOCUMENTO

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO
SOCIAL - INSS E A ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP,
VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO
DE DESCONTO DE MENSALIDADES
ASSOCIATIVAS EM BENEFÍCIO
PREVIDENCIÁRIO DE SEUS
FILIADOS, DESDE QUE AUTORIZADO
PELO TITULAR.**

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, doravante denominado **INSS**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social, conforme alínea "a" do inciso IV do art. 2º do Anexo I do [Decreto nº 11.356, de 1 de janeiro de 2023](#), instituído na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da [Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990](#), instituído com fundamento no disposto no [art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990](#), com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco "O", Brasília/DF, CEP 70070-946, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, neste ato representado por seu Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, **ANDRE PAULO FELIX FIDELIS**, CPF nº 536.148.104-10, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20 do Anexo I do [Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022](#), e, de outro a **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP**, CNPJ nº 07.361.030/0001-72, adiante designada **ACORDANTE**, com sede à RUA PIO X, nº 434, LETRA A, CEP: 60.030-100 - JUAZEIRO DO NORTE/CE, neste ato representada por sua Presidente, **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**, CPF nº 415.596.303-53, em conformidade com o inciso I, do art. 20º do Estatuto Social, registrado com alterações em 01 de fevereiro de 2024 no Cartório do 2º Ofício de Juazeiro do Norte/CE, celebram o presente **Acordo de Cooperação Técnica – ACT** para desconto das mensalidades associativas diretamente nos benefícios previdenciários de seus associados, em conformidade com as proposições contidas na [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), [Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999](#), [Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016](#), e demais preceitos de direito público, mediante as Cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente ACORDO tem por objeto o desconto de mensalidade associativa nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão dos associados da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES

PÚBLICOS - ASSESP no valor correspondente à 3 % (três inteiros por cento) do benefício do associado, limitado a R\$ 77,08 (setenta e sete reais e oito centavos), em favor da ACORDANTE.

1.2. O valor da mensalidade associativa descontada da renda do benefício de aposentadoria ou pensão não poderá ultrapassar 1% (um por cento) do valor máximo estabelecido para o salário de benefício e contribuição do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ou seja, atuais R\$ 77,08 (setenta e sete reais e oito centavos). Este valor limite será reajustado automaticamente sempre que houver alteração do teto máximo.

1.3. O desconto de mensalidade objeto do presente Acordo deve ser encaminhado para efetivação em favor da ACORDANTE, somente se houver expressa autorização do Associado.

1.4. O presente Acordo de Cooperação Técnica e as relações previdenciárias dele decorrentes são regidos pela Lei de Benefícios da Previdência Social - [Lei nº 8.213, de 1991](#), pelo Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo [Decreto nº 3.048, de 1999](#), bem como pelas disposições específicas ora ajustadas.

1.5. Entende-se por mensalidade associativa o pagamento devido pelo associado a ACORDANTE, em função tão só de sua filiação aos quadros associativos, não vinculado, portanto, a qualquer contraprestação ou aproveitamento específico, nem decorrente de qualquer adesão a programas ou planos de vantagens ou benefícios.

1.6. É proibida a realização de descontos com finalidade diversa do objeto deste Acordo, bem como a inclusão ou cobrança de quaisquer outros valores referentes a serviços ou produtos não previstos neste Acordo.

1.7. A inclusão de qualquer serviço prestado pela ACORDANTE e/ou por TERCEIRO embutido no valor da mensalidade, ou em desacordo com esta Cláusula, caracterizará desvio de finalidade e simulação e ensejará as consequências previstas na Cláusula Décima Terceira, bem como na Cláusula Oitava.

1.8. O desconto de mensalidade objeto deste Acordo depende de expressa e livre manifestação de vontade, por parte do(a) aposentado(a) ou pensionista associado(a) da ACORDANTE, o qual poderá, a qualquer tempo, solicitar a exclusão da autorização.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

2.1. DO INSS:

2.1.1. Repassar os valores descontados em favor da ACORDANTE por meio de depósito em conta corrente a ser informada por aquela, crédito este a ser efetuado até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente à competência a que se referir, de acordo com as informações constantes do Sistema de Benefícios; e

2.1.2. Promover a exclusão do desconto da mensalidade, objeto desse Acordo de Cooperação Técnica, quando requerida pelo beneficiário nos canais de atendimento disponibilizados pelo Instituto.

2.2. DA ACORDANTE:

2.2.1. Divulgar entre seus associados o inteiro teor deste Acordo de Cooperação Técnica, bem como comunicar a data de início do desconto ao beneficiário.

2.2.2. Observada previamente as formalidades legais, encaminhar à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, a relação dos associados que tenham devidamente autorizado o desconto das mensalidades e a dos beneficiários que solicitaram a exclusão, na forma do inciso V, do artigo 115 da [Lei nº 8.213, de 1991](#), por meio magnético, consoante as diretrizes fixadas no Manual GIS, elaborado pela DATAPREV.

2.2.3. Informar à DATAPREV, de imediato, por meio magnético, as exclusões de autorizações quando ocorrer óbito de seus associados. Os valores recebidos pela ACORDANTE, referentes a competências posteriores à ocorrência do óbito do titular do benefício descontado deverão ser restituídos ao INSS, por meio de glosa.

2.2.4. Manter as autorizações, as exclusões e as desistências de autorizações assinadas pelos associados e a documentação que lhe é correlata arquivada em sua sede e à disposição do INSS e dos órgãos de fiscalização competentes durante todo o período em que forem efetuados os descontos e, após sua exclusão por qualquer motivo, por mais 5 (cinco) anos, a contar da data da exclusão, para as verificações que se fizerem necessárias.

2.2.5. Digitalizar em cópia digital legível:

- a) o termo de filiação à ACORDANTE, devidamente assinado pelo associado;
- b) as fichas de autorização e os pedidos de exclusão dos descontos de mensalidade associativa, assinados pelos associados, conforme anexos I e II deste Acordo; e
- c) o documento oficial com foto do associado.

2.2.6. Os documentos de que tratam as alíneas: "a" e "b" do item 2.2.5 poderão ser formalizados em meio eletrônico, desde que contemplem requisitos de segurança que permitam garantir sua integridade e não repúdio (Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022), podendo serem auditados pelo INSS, a qualquer tempo.

2.2.7. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente do INSS, bem como os prazos estabelecidos nesta e observar que os serviços convencionados sejam executados sob suficientes padrões técnicos e éticos, por profissionais e auxiliares qualificados.

2.2.8. Comunicar ao INSS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer alteração em seu contrato social que venha a ocorrer em consequência de mudança de razão social, incorporação, cisão, encerramento de atividades ou mudança de endereço, CNPJ e dados bancários, bem como alterações relevantes em seu quadro de dirigentes que resulte na mudança dos representantes legais signatários, conforme definido no Estatuto Social da ACORDANTE, durante o andamento do processo de celebração e durante a vigência deste Acordo.

2.2.9. Atender de forma imediata às solicitações do INSS.

2.2.10. Manter durante a vigência do Acordo de Cooperação Técnica a mesma qualificação exigida na celebração, principalmente a regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual, Distrital, Municipal, Dívida Ativa da União, INSS e FGTS, SICAF e CADIN.

2.2.11. Orientar os beneficiários sobre os termos do Anexo I, dando-lhes ciência, no momento em que for efetivar a autorização, no mínimo, das seguintes informações:

- a) percentual do desconto;
- b) valor nominal do desconto para a competência da autorização;
- c) CNPJ, Razão Social e Nome Fantasia da entidade sindical, acrescido de endereço e dados de contato;
- d) Número telefônico do Serviço de Atendimento ao Consumidor da entidade (0800 ou equivalente); e
- e) Nome da rubrica que constará na folha de pagamento do beneficiário.

2.2.12. Quando comprovada a omissão de qualquer das informações constantes nas alíneas do item 2.2.11, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação, cabendo exclusivamente a ACORDANTE ressarcir ao beneficiário, sem prejuízo da apuração de responsabilidade pelo descumprimento dos termos deste ajuste.

2.2.13. Os dados de contato, mencionado na alínea "d" do item 2.2.11 deste acordo, fornecidos pela Acordante ao associado no momento da autorização do desconto de mensalidade associativa, deverão ser suficientes para recebimento de solicitações de cancelamento do desconto.

2.2.14. Conforme os princípios da transparência e da liberdade associativa, a ACORDANTE não pode dificultar a exclusão do desconto associativo aos seus associados e no momento da solicitação do cancelamento do desconto de mensalidade associativa deverá ser fornecido comprovante ao beneficiário.

2.2.15. Até que seja disponibilizado pelo INSS sistema específico para controle das autorizações e exclusões realizadas diretamente nas entidades, deverá ser gerado comprovante nos modelos dos Anexos I

e II.

2.2.16. A ACORDANTE responsabilizar-se-á inteiramente pela restituição de todos os valores descontados indevidamente dos beneficiários.

2.2.17. A ACORDANTE deve manter sempre disponível e em funcionamento seu Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, previsto na alínea “d” do item 2.2.11 deste Acordo, garantindo que as ligações para o SAC sejam gratuitas e o atendimento das solicitações e demandas, previsto no [Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008](#), não deverá resultar em qualquer ônus para o beneficiário.

2.2.18. A ACORDANTE, durante a vigência do ACT, deverá também manter ativo o cadastro da entidade no Portal Consumidor (consumidor.gov.br), ou outro Portal que venha a substituir, acompanhar diariamente as reclamações recebidas por meio do site, independentemente do recebimento de qualquer aviso, analisá-las e respondê-las e investir todos os esforços na efetiva resolução dos problemas apresentados pelos consumidores de forma desburocratizada, dentro do prazo estipulado pela Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). Submetendo-se, ainda, à todas as demais determinações e recomendações da SENACON, especialmente as constantes no Termo de Adesão do Fornecedor - Consumidor.gov.br ("<https://consumidor.gov.br/pages/principal/termo-adesao-compromisso>").

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS AUTORIZAÇÕES**

3.1. As autorizações para desconto nos benefícios das mensalidades consignarão os poderes de mandatário da ACORDANTE para receber os valores dessas contribuições do INSS.

3.2. As autorizações de desconto pelos associados se darão por prazo indeterminado, até que haja expresso pedido de exclusão.

3.3. A ACORDANTE responsabilizar-se-á integralmente perante os beneficiários e o INSS pela autenticidade das autorizações para desconto associativo e nas condições determinadas neste Acordo de Cooperação Técnica, que a priori se baseia no princípio da boa-fé e nas leis aplicáveis.

3.4. A partir da data da assinatura deste acordo, somente serão aceitas as autorizações e exclusões efetivadas conforme formulário próprio, conforme Anexos I e II.

3.5. Quando houver instauração de processos de apuração de possível irregularidade, o INSS verificará os formulários utilizados para autorização do desconto pelo segurado, sendo excluídos do desconto àqueles que desobedecerem aos parâmetros fixados neste Acordo, sem prejuízo de eventual responsabilidade administrativa, cível e penal.

3.6. A autorização para efetivação do desconto deverá ser dada de forma expressa por meio escrito, em meio físico ou eletrônico, pessoalmente ou devidamente identificada por meio de acesso remoto, não sendo aceita autorização dada por telefone, nem a gravação de voz reconhecida como meio de ocorrência, nem por meio de correspondência.

3.7. O beneficiário que autorizar o desconto deverá ser associado filiado à ACORDANTE, a ser demonstrado mediante apresentação do termo de filiação e termo de autorização (Anexo I).

3.8. No processo de formalização do desconto, quando realizado por meio físico, deverá conter o documento de identificação oficial com foto e o termo de autorização assinado pelo associado, os quais deverão ser digitalizados e disponibilizados ao INSS, sempre que solicitado, por meio de sistema próprio, contendo as informações necessárias à identificação dos termos do desconto.

3.9. Quando formalizados a partir de ferramentas eletrônicas, deverão ser observadas rotinas que permitam confirmar a operação realizada pela ACORDANTE, garantindo a integridade da informação, a titularidade e o não repúdio.

3.10. Ainda que devidamente autorizados pelo beneficiário, os descontos somente serão efetivados se o benefício previdenciário estiver desbloqueado para inclusão do desconto de mensalidade associativa, devendo a solicitação de desbloqueio ser efetuada pelo beneficiário mediante requerimento direcionado ao INSS, conforme procedimentos definidos na Portaria DIRBEN/INSS nº 1.060, de 26 de setembro de 2022, ou outro Ato que venha a substituir.

3.11. Quando a ACORDANTE receber solicitação do beneficiário para cancelamento do

desconto de mensalidade associativa, deverá procedê-lo imediatamente, devendo enviar o comando de exclusão à empresa de tecnologia definida pelo INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data da solicitação.

3.12. A autorização de operações de desconto de mensalidade associativa somente poderá ocorrer, desde que o desconto tenha sido realizado pela própria associação ou entidade, sendo vedada a delegação para terceiros.

3.13. A ACORDANTE somente encaminhará o arquivo para averbação do desconto de mensalidade associativa após a devida assinatura do termo de autorização por parte do beneficiário associado, ainda que realizada por meio eletrônico.

3.14. A inobservância do disposto no item 3.13 implicará total responsabilidade da ACORDANTE e, em caso de irregularidade constatada pelo INSS, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação e passível de aplicação das penalidades, previstas neste acordo.

3.15. A partir da assinatura do presente Acordo de Cooperação Técnica, somente serão aceitas as autorizações efetivadas conforme formulário próprio. (Vide Anexo I).

3.16. Quando a ACORDANTE receber solicitação do beneficiário para cancelamento do desconto de mensalidade associativa, deverá procedê-lo imediatamente, devendo enviar o comando de exclusão à empresa de tecnologia definida pelo INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data da solicitação.

3.17. Só será aceita autorização de desconto firmada por representante legal (procurador, tutor ou curador), mediante decisão judicial.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS

4.1. Os descontos de mensalidades descritos na Cláusula Primeira deste acordo serão efetuados de acordo com as autorizações assinadas pelos aposentados e pensionistas, conforme disposto no Plano de Trabalho.

4.2. Para fixação do mês em que será realizado o desconto da mensalidade no benefício previdenciário, será considerada a competência em que as informações forem recebidas em meio magnético pela DATAPREV.

4.3. A exclusão dos descontos poderá ser feita, a qualquer tempo, por solicitação do beneficiário ou representante legal, por meio dos canais remotos disponibilizados pelo INSS, bem como por meio de pedido direto à ACORDANTE.

4.4. O INSS procederá, antes de cada repasse do valor mensalmente descontado, à verificação de regularidade fiscal da ACORDANTE no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, de que trata o art. 154, §1º-G, do [Decreto nº 3.048, de 1999](#).

5. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO

5.1. A ACORDANTE não receberá qualquer remuneração do INSS, nem dos beneficiários, pela execução do objeto do Acordo de Cooperação Técnica, considerando-se a referida execução relevante colaboração com o esforço do INSS para melhoria do atendimento e para dar maior comodidade aos seus beneficiários.

5.2. A execução do Acordo de Cooperação Técnica pelo(s) representante(s) da ACORDANTE não cria(m) vínculo empregatício com o INSS.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS PROCEDIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DOS DESCONTOS

6.1. O Plano de Trabalho, que é parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica, conterà os procedimentos operacionais para a execução do Objeto, que terá início a partir da publicação deste instrumento no Diário Oficial da União.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CUSTOS

7.1. Os custos operacionais relativos à execução do presente Acordo de Cooperação Técnica serão descontados mensalmente dos repasses a serem efetuados pelo INSS à ACORDANTE, conforme os demonstrativos de despesas apresentados pela DATAPREV.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

8.1. Será de exclusiva responsabilidade da ACORDANTE a aplicação dos recursos recebidos em função dos descontos de mensalidades efetuados nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão, de acordo com as metas descritas no Plano de Trabalho e com as finalidades sociais da entidade, definidas em seu Estatuto.

8.2. A responsabilidade do INSS fica restrita ao repasse à ACORDANTE em relação aos descontos autorizados pelo beneficiário associado/filiado na forma deste Acordo.

8.3. Qualquer desconto em desacordo com as disposições deste Acordo deverá ser ressarcido ao beneficiário direta e exclusivamente pela ACORDANTE, sem prejuízo de eventual responsabilidade administrativa, cível e penal de quem lhe houver dado causa.

8.4. Em caso de rescisão/resilição deste ACORDO, os valores de que tratam o item 8.3 deverão ser objeto de acerto diretamente com o associado pela ACORDANTE, sem interveniência do INSS.

8.5. Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações descritas na Cláusula Primeira restringe-se à retenção dos valores autorizados pelos aposentados/pensionistas e repasse à ACORDANTE, não cabendo a esta Autarquia responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre eventuais descontos indevidos.

8.6. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior que inviabilize a DATAPREV de processar os descontos na competência devida, estes serão processados na competência seguinte, quando acontecerá o repasse total dos valores das duas competências.

8.7. A ACORDANTE responderá civilmente pela veracidade dos documentos e das informações que oferecer ao INSS, bem como pelo procedimento adotado na execução dos serviços acordados, responsabilizando-se por falhas ou erros de qualquer natureza que acarretem prejuízo ao INSS e ao beneficiário ou a ambos.

8.8. O previsto nesta Cláusula ensejará ampla defesa da ACORDANTE.

8.9. O descumprimento de cláusula acordada ensejará a rescisão deste acordo.

8.10. Sem prejuízo da responsabilidade da ACORDANTE perante o INSS ou para com terceiros pelos atos causados pelos seus empregados ou prepostos, o objeto deste acordo estará sujeito a acompanhamento por parte do INSS, que poderá requisitar, quando entender necessário, os seguintes documentos:

- a) relatório anual de execução de atividades, contendo demonstrativo dos serviços sociais prestados aos aposentados e pensionistas do INSS, bem como sobre a destinação dos valores recebidos a título de mensalidade associativa;
- b) parecer do conselho fiscal sobre a prestação de contas anual da ACORDANTE;
- c) declaração de conformidade das autorizações de desconto associativo assinada pelos dirigentes da ACORDANTE, contendo o nome completo, CPF e número do benefício

dos novos associados e pelo menos 100 termos de filiação e termos de autorização (Anexo I), acompanhado do documento de identificação com foto do associado;

d) nota explicativa assinada, em conjunto, pelos dirigentes e conselheiros fiscais da ACORDANTE, acompanhado da declaração de conformidade mencionada na alínea “c”, antes de quaisquer novas inclusões, nos arquivos enviados à DATAPREV, sempre que houver alteração considerável no quantitativo de filiados e no montante dos valores a serem recebidos a título de desconto associativo nos benefícios do INSS; e,

e) parecer e relatório de auditoria independente, se for o caso.

8.11. A ACORDANTE se compromete a organizar e manter em arquivo físico ou eletrônico, todas as autorizações dadas pelos aposentados e pensionistas e demais documentações pertinentes, apresentando-as ao INSS, sempre que solicitadas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de rescisão unilateral do presente Acordo.

8.12. Quando solicitadas pela Autarquia, as autorizações de desconto que não forem fornecidas pela ACORDANTE serão excluídas pelo INSS na competência seguinte, aplicando-se a penalidade prevista no item 13.1.

8.13. Idênticas providências serão tomadas em casos de descontos maiores do que o devido, ou a título diverso do de mensalidade associativa, bem como na hipótese do item 2.2.12.

8.14. Na hipótese de reiteradas reincidências do item 8.12, será instaurado processo administrativo de apuração de irregularidade, em desfavor da ACORDANTE, que após ampla defesa e contraditório, poderá o INSS concluir pela rescisão unilateral do ACT.

8.15. A ACORDANTE se obriga a prestar todos os esclarecimentos e documentos atinentes ao objeto deste ACORDO, quando solicitados pelo INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

8.16. O INSS poderá definir outros critérios de acompanhamento das cláusulas deste ACORDO e Plano de Trabalho, por meio de normas específicas.

8.17. Caso necessário, o INSS poderá realizar visita técnica na sede da entidade, a qualquer tempo, para assegurar a boa execução dos termos deste ACORDO.

9. CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO

9.1. O acompanhamento do cumprimento das cláusulas do presente Acordo seguirá critérios de oportunidade e conveniência administrativa, em conformidade ao disposto no art. 58 da [Lei nº 13.019, de 2014](#), e o § 1º do art. 154 do [Decreto nº 3.048, de 1999](#).

9.2. Havendo solicitação de envio da autorização prevista na Cláusula Terceira deste Acordo de Cooperação Técnica, a ACORDANTE deverá atender no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser objeto de verificação as seguintes informações:

- a) A existência da autorização assinada pelo beneficiário;
- b) A data da autorização assinada pelo aposentado ou pensionista e a data do início do desconto da mensalidade;
- c) O formulário utilizado para a autorização do desconto da mensalidade;
- d) Os dados do beneficiário, com nome, número do benefício e espécie do benefício; e
- e) A confirmação da documentação que possa identificar o beneficiário.

9.3. Após a conferência, o INSS pode elaborar relatório detalhado, contendo as informações do resultado da apuração, a partir do qual serão efetuados os acertos necessários.

9.4. Serão passíveis de exclusão os descontos quando se detectar:

- a) Ausência do formulário de autorização de desconto assinado pelo associado;
- b) Autorização de desconto assinada por pessoa diversa do titular do benefício;
- c) Autorização de desconto concedida em formulário diverso do fixado no Acordo de

Cooperação Técnica;

- d) Ausência da documentação que possa identificar o beneficiário, quando formalizada por meio físico;
- e) Ausência de elementos que garantam a integridade da informação, a titularidade e o não repúdio, quando formalizada por meio eletrônico; e
- f) Formulário de autorização e/ou documento de identificação com foto ilegível.

9.5. Os critérios acima relacionados não são taxativos, podendo o INSS verificar outros dados que se fizerem necessários.

9.6. Caso necessário, o INSS poderá realizar visita técnica na sede da entidade, a qualquer tempo, para assegurar a boa execução dos termos do ACORDO.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DIVULGAÇÃO E DA VEDAÇÃO DE USO DA IMAGEM DO INSS

10.1. A ACORDANTE é obrigada a divulgar este ACORDO e orientar seus representantes e representados sobre os seus termos, solicitando anuência do INSS antes de divulgar a celebração e os atos e eventos decorrentes da sua execução.

10.2. É VEDADO a ACORDANTE utilizar os símbolos de identificação do INSS para qualquer finalidade, bem como dispor do ACORDO para se apresentar como servidor, funcionário, prestador de serviços, procurador, correspondente, intermediário ou preposto do INSS para ofertar seus produtos ou serviços, sob pena de rescisão unilateral do presente Acordo, sem prejuízo das demais culminações administrativas, cíveis e penais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

11.1. O Plano de Trabalho que integra este Acordo de Cooperação Técnica, para todos os fins de direito, conterá os procedimentos operacionais necessários à execução do objeto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da publicação em Diário Oficial da União - DOU.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUSPENSÃO E RESCISÃO

13.1. Em caso comprovado de inclusão de descontos não autorizados pelo beneficiário, de descontos a maior do que o devido, ou a título diverso do de mensalidade associativa, ou o não reembolso ao beneficiário dos descontos indevidos, o INSS aplicará a sanção de advertência a ACORDANTE, após o devido processo legal.

13.2. Na hipótese de reincidência em ação que tenha originado a advertência estabelecida no item 13.1 desta Cláusula, o INSS suspenderá por 30 (trinta) dias, a inclusão de novos associados, devendo notificar a ACORDANTE por escrito, garantida a ampla defesa.

13.3. A execução deste acordo será suspensa por 30 (trinta) dias, passíveis de prorrogação ou enquanto perdurar a infração, em caso de reiterada reincidência dos itens 13.1 e 13.2 desta Cláusula, e no descumprimento total ou parcial por parte da ACORDANTE de qualquer cláusula ou condição do presente Acordo de Cooperação Técnica, dos prazos ajustados, de solicitações e/ou instruções do INSS.

13.4. Quando não sanada a conduta da ACORDANTE que cause prejuízo direto ou indireto ao beneficiário ou ao INSS, este ACORDO será imediatamente rescindido, garantida a ampla defesa.

13.5. Poderá também ser rescindido a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante denúncia expressa de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações e beneficiando-se das vantagens somente em relação ao tempo em que participaram do Acordo.

13.6. Uma vez identificada qualquer irregularidade, a ampla defesa será garantida mediante envio a ACORDANTE, pelo INSS, de notificação com a descrição das irregularidades, para apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias.

13.7. A defesa eventualmente apresentada será apreciada, concluindo-se pelo afastamento ou pela aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula.

13.8. Caso a apreciação da defesa resulte na rescisão unilateral do Acordo de Cooperação Técnica pelo INSS, eventuais valores descontados de benefícios previdenciários e não repassados a ACORDANTE durante o período de suspensão serão restituídos aos beneficiários.

13.9. A suspensão ou a rescisão deste Acordo também podem ocorrer em decorrência de determinação judicial.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

14.1. A publicação do presente Acordo de Cooperação Técnica será efetivada pelo INSS por meio de Extrato no Diário Oficial da União.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1. O Foro da Justiça Federal da cidade de Brasília, Distrito Federal, será competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Acordo de Cooperação Técnica que administrativamente não forem resolvidas.

15.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Acordo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

ANDRÉ PAULO FELIX FIDELIS

Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**, Usuário Externo, em 15/03/2024, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, Técnico do Seguro Social, em 18/03/2024, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15340157** e o código CRC **91AA4DFD**.

Referência: Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 15340157



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão de Consignação em Benefícios

Anexo

ANEXO I DO ACT

BENEFÍCIO Nº _____ ESPÉCIE: _____

Associação/Sindicato/Confederação: _____

CNPJ: _____ Data da Fundação: ____/____/____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

UF: _____ CEP: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

AUTORIZAÇÃO DO DESCONTO DE MENSALIDADE

EU, _____, CPF nº _____, brasileiro(a), nascido(a) na data de ____/____/____, beneficiário(a) do Regime Geral de Previdência Social, residente e domiciliado(a) à _____ Município: _____ UF: _____ CEP: _____, titular do benefício número _____ Espécie nº _____, sócio(a) do(a) _____ sob o número _____,

AUTORIZO a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, na condição de seu mandatário, a promover perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, **o desconto de minha mensalidade de sócio/filiado, correspondente a 3 % (três inteiros por cento) do valor de meu benefício previdenciário, a partir da competência ____/____**, limitado a 1% (um por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, com respaldo no disposto no Inciso V do Art. 115 da [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#).

Data de início da autorização: ____/____/____

Declaro que estou:

I - **ciente e de acordo com as informações contidas nesta autorização;**

II - **recebendo, nesta oportunidade, uma via deste Termo de Autorização.**

Cidade/UF

Data

Assinatura do(a) titular do benefício previdenciário

NOME COMPLETO DO(A) BENEFICIÁRIO(A)

Assinatura do(a) Presidente ou representante legal da Acordante

NOME COMPLETO DO(A) PRESIDENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

Presidente do(a)

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou manter alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Impressão Digital
(se necessário)



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**, Usuário **Externo**, em 15/03/2024, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, Técnico do Seguro Social, em 18/03/2024, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15341429** e o código CRC **7B11307D**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 15341429



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão de Consignação em Benefícios

Anexo

ANEXO II DO ACT

BENEFÍCIO Nº _____ ESPÉCIE: _____

Entidade/Confederação: _____

CNPJ: _____ Data da Fundação: __/__/____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

UF: _____ CEP: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

EXCLUSÃO DO DESCONTO DE MENSALIDADE

EU, _____, CPF
nº _____, brasileiro(a), **nascido(a) na data de** ____/____/____, beneficiário(a) do
Regime Geral de Previdência Social, residente e domiciliado(a) à
Município: _____

UF: _____ CEP: _____, titular do **benefício número** _____ **Espécie**
nº _____, venho requerer que **não se promova em favor dessa Entidade o desconto da mensalidade de**
sócio/filiado em meu benefício previdenciário, a partir da competência ____/____, **correspondente a**
R\$ (escrever o valor do desconto por extenso), com respaldo no disposto no Inciso V do Art. 115 da
[Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#) e § 1º-C do Art. 154 do Regulamento da Previdência Social,
aprovado pelo [Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999](#).

_____/_____/_____
Cidade/UF Data

Assinatura do(a) titular do benefício previdenciário

NOME COMPLETO DO(A) BENEFICIÁRIO(A)

<p>Solicitação de exclusão recebida nesta Entidade, em ____/____/____.</p>	<p><u>Assinatura do(a) Presidente da</u> <u>Entidade Acordante</u></p> <p>NOME COMPLETO DO(A) PRESIDENTE</p> <p>Presidente do(a)</p>
---	---



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**, **Usuário Externo**, em 15/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, **Técnico do Seguro Social**, em 18/03/2024, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15341477** e o código CRC **86F8B38D**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 15341477



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão de Consignação em Benefícios

MINUTA DE PLANO DE TRABALHO

Processo nº 35014.048140/2024-70

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

MINUTA DE PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS E A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, VISANDO A REALIZAÇÃO DE DESCONTO DE MENSALIDADES ASSOCIATIVAS NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS SEUS ASSOCIADOS.

Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco “O”
Cidade: Brasília UF: DF CEP: 70.070.946
Responsável: Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
e-mail: dirben@inss.gov.br

Nome: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP
Endereço: RUA PIO X, nº 434, LETRA A
Cidade: JUAZEIRO DO NORTE UF: CE CEP: 60.030-100
Responsável: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE
e-mail: assesp.nacional@gmail.com

1. DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o desconto de mensalidade no benefício previdenciário de aposentadoria e pensão dos associados da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP no valor correspondente à 3 % (três inteiros por cento) do benefício do associado, limitado a 1% (um por cento) do valor máximo estabelecido para o salário de benefício e contribuição do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), atuais R\$ 77,08 (setenta e sete reais e oito centavos), em favor da ACORDANTE.

2. DAS METAS:

2.1. DO INSS:

2.1.1. Colaborar com a implementação de políticas de ações da ACORDANTE voltadas aos aposentados e pensionistas que fazem parte de seu quadro de associados, através da facilitação do recebimento dos valores referentes às mensalidades dos associados;

2.1.2. Proporcionar maior comodidade e conveniência ao beneficiário do INSS, deduzindo-se o valor da mensalidade associativa diretamente do benefício, evitando-se esquecimentos, inadimplência, atrasos e locomoção desnecessária dos associados idosos à sede da ACORDANTE.

2.2. DA ACORDANTE:

2.2.1. Promover a defesa dos interesses de seus associados;

2.2.2. Promover congressos, palestras e conferências sobre assuntos de interesse da classe e ainda tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento dos serviços afetos à ACORDANTE;

2.2.3. Fornecer assistência jurídica em condições mais favoráveis aos aposentados e pensionistas associados da ACORDANTE; e

2.2.4. Representar seus associados, bem como defender seus interesses, dentro da ordem e do respeito à Lei, junto aos poderes competentes.

3. ETAPAS DE EXECUÇÃO:

ETAPA	PREVISÃO
a) Envio de arquivo magnético à DATAPREV com as informações necessárias à inclusão e exclusão de descontos de mensalidades nos benefícios previdenciários.	Até o segundo dia útil de cada mês.
b) Envio do arquivo pela DATAPREV à ACORDANTE com a confirmação da inclusão e exclusão de descontos de mensalidades, gerando o relatório.	Após o processamento da maquiagem.
c) Verificação pelo INSS da regularidade fiscal da Acordante no SICAF e SIAFI/Cadin.	Antes do envio do repasse.
d) Repasse dos valores descontados à ACORDANTE.	Até o sétimo dia útil do mês subsequente à competência do desconto.
e) Verificação quanto à existência das autorizações e batimento das informações enviadas por meio de arquivo magnético à DATAPREV.	Sempre que for necessário e em datas a serem definidas pelo INSS.

4. DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:

4.1. Caberá ao INSS:

4.1.1. Promover o repasse dos valores referentes aos descontos das mensalidades, de acordo com as informações constantes do relatório gerado pela DATAPREV, até o 7º (sétimo) dia útil de cada mês, através de depósito na conta corrente indicada pela ACORDANTE;

4.1.2. Receber a solicitação de exclusão do desconto da mensalidade, por meio dos canais remotos disponibilizados pelo INSS, e providenciar sua exclusão;

4.1.3. Arquivar as exclusões solicitadas diretamente nos canais remotos do INSS, para fins de verificação do segurado e da ACORDANTE e fiscalização dos Órgãos de Controle Interno/Externo;

4.1.4. Promover glosas na ocorrência de penhora judicial, descontos pós-óbito do titular do benefício, cessação de benefício com data retroativa ou de eventuais importâncias repassadas indevidamente, inclusive relativas a créditos com retorno de “não pago”;

4.1.5. Deduzir as mensalidades descontadas no período quando da realização do próximo repasse de valores à ACORDANTE, desde a data em que ocorreu o crédito indevido, até o segundo dia útil anterior à data do repasse.

4.2. Caberá à ACORDANTE:

4.2.1. Manter os associados informados sobre os procedimentos de inclusão e exclusão dos descontos das mensalidades junto aos canais de atendimento remoto do INSS;

4.2.2. Enviar à DATAPREV, até o segundo dia útil de cada mês, o arquivo magnético contendo as informações para efetuar os descontos e as exclusões de mensalidades, no leiaute definido pela DATAPREV;

4.2.3. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente do INSS, bem como os prazos estabelecidos na mesma e observar que os serviços convencionados sejam executados sob suficientes padrões técnicos e éticos, por profissionais e auxiliares qualificados;

4.2.4. Prestar qualquer informação ao INSS relativa à execução do Acordo;

4.2.5. Manter sob sua responsabilidade e arquivadas as fichas de autorização, cópia do documento de identificação com foto do associado, por todo o período em que forem realizados os descontos e, após sua exclusão por qualquer motivo, por mais 5 (cinco) anos, no mínimo, a contar da data da exclusão;

4.2.6. Enviar à DATAPREV o arquivo de inclusão de descontos, somente após a autorização expressa do beneficiário, verificando previamente a existência do termo de filiação, devidamente assinado pelo beneficiário; do termo de autorização de desconto de mensalidade associativa em benefício previdenciário devidamente assinado pelo beneficiário, constando o número do CPF; e do documento de identificação civil oficial e válido com foto, conforme documentação listada no citado inciso III do art. 655 da IN PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022;

4.2.7. Durante a vigência do ACT, manter sempre disponível e em funcionamento seu Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, previsto na alínea “d” do item 2.2.11 deste Acordo, garantindo que as ligações para o SAC sejam gratuitas e o atendimento das solicitações e demandas, previsto no Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, não deverá resultar em qualquer ônus para o beneficiário;

4.2.8. Durante a vigência do ACT, deverá também manter ativo o cadastro da entidade no Portal Consumidor (consumidor.gov.br), ou outro Portal que venha o substituir, acompanhar diariamente as reclamações recebidas por meio do site, independentemente do recebimento de qualquer aviso, analisá-las e respondê-las e investir todos os esforços na efetiva resolução dos problemas apresentados pelos consumidores de forma desburocratizada, dentro do prazo estipulado pela Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). Submetendo-se, ainda, à todas as demais determinações e recomendações da SENACON, especialmente as constantes no Termo de Adesão do Fornecedor - Consumidor.gov.br ("<https://consumidor.gov.br/pages/principal/termo-adesao-compromisso>").

4.3. Caberá à DATAPREV:

4.3.1. Processar os descontos mensais de acordo com as informações encaminhadas pela ACORDANTE em meio magnético, gerando os valores referentes ao montante a ser repassado.

5. DOS DESCONTOS:

5.1. Os descontos a serem efetuados não incidirão sobre as parcelas de Complemento Positivo - CP, Complemento Negativo - CN e 13º Salário, e serão limitados a 1% (um inteiro por cento) do teto limite máximo do salário de benefício e do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social

(RGPS) vigente;

5.2. O desconto na mensalidade descrito no Objeto do presente Plano de Trabalho ocorrerá a partir da competência subsequente em que forem recebidas pela DATAPREV as informações enviadas pela ACORDANTE, em meio magnético;

5.3. As exclusões das mensalidades deverão constar do arquivo de que trata a Cláusula Segunda do Acordo de Cooperação Técnica enviado pela ACORDANTE, podendo também ser comandadas pelos servidores do INSS, quando solicitados pelos segurados nos canais remotos do INSS;

5.4. As inclusões dos descontos de mensalidades deverão ser autorizadas em formulário próprio, conforme Anexo I, do Acordo de Cooperação Técnica;

5.5. Os valores recebidos pela ACORDANTE, referentes as competências posteriores à ocorrência do óbito do titular do benefício descontado, devem ser restituídos ao INSS; e

5.6. O INSS procederá, antes de cada repasse do valor mensalmente descontado, à verificação de regularidade fiscal da ACORDANTE no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, de que trata o art. 154, § 1º-G, do Decreto nº 3.048, de 1999.

6. DOS CUSTOS:

6.1. Os custos operacionais relativos à execução do presente Acordo de Cooperação Técnica serão descontados mensalmente dos repasses a serem efetuados pelo INSS à ACORDANTE, conforme os demonstrativos de despesas apresentados pela DATAPREV.

7. DAS AUTORIZAÇÕES:

7.1. Somente serão aceitas as autorizações e exclusões realizadas em formulário próprio, conforme Anexos I e II respectivamente, sob pena de aplicação do disposto nas Cláusulas Oitava e Décima Terceira do Acordo de Cooperação Técnica;

7.2. A ACORDANTE responsabilizar-se-á integralmente perante os beneficiários e o INSS pela autenticidade das autorizações para desconto associativo e nas condições determinadas neste Acordo de Cooperação Técnica, com base no princípio da boa-fé e nas leis aplicáveis.

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. Havendo solicitação de envio da autorização prevista na Cláusula Sétima deste Plano de Trabalho, a ACORDANTE deverá atender no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser objeto de verificação as seguintes informações:

- a) A existência da autorização assinada pelo beneficiário;
- b) A data da autorização assinada pelo aposentado ou pensionista e a data do início do desconto da mensalidade;
- c) O formulário utilizado para a autorização do desconto da mensalidade;
- d) Os dados do beneficiário, com nome, número do benefício e espécie do benefício; e
- e) A confirmação da documentação que possa identificar o beneficiário.

8.2. Após a conferência, o INSS pode elaborar relatório detalhado, contendo as informações do resultado da apuração, a partir do qual serão efetuados os acertos necessários.

8.3. Serão passíveis de exclusão os descontos quando se detectar:

- a) Ausência do formulário de autorização de desconto assinado pelo associado;
- b) Autorização de desconto assinada por pessoa diversa do titular do benefício;
- c) Autorização de desconto concedida em formulário diverso do fixado no Acordo de

Cooperação Técnica;

d) Ausência da documentação que possa identificar o beneficiário, quando formalizada por meio físico;

e) Ausência de elementos que garantam a integridade da informação, a titularidade e o não repúdio, quando formalizada por meio eletrônico; e

f) Formulário de autorização e/ou documento de identificação com foto ilegível.

8.4. Os critérios acima relacionados não são taxativos, podendo o INSS verificar outros dados que se fizerem necessários.

8.5. Caso necessário, o INSS poderá realizar visita técnica na sede da entidade, a qualquer tempo, para assegurar a boa execução dos termos do ACORDO.

9. DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

9.1. Não há.

10. DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

10.1. Não há.

11. DO INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

11.1. A execução do objeto do Acordo terá início no prazo previsto para a sua implantação, ficando a vigência e a prorrogação vinculadas aos prazos estabelecidos no Acordo de Cooperação Técnica.

11.2. Declaro, sob as penas do artigo 299 do Código Penal que a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta.

Brasília/DF, *data da assinatura eletrônica.*

ANDRÉ PAULO FÉLIX FIDELIS

Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**, Usuário Externo, em 15/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, Técnico do Seguro Social, em 18/03/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15341503** e o código CRC **264C6198**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 15341503



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios
Coordenação de Pagamentos e Gestão de Benefícios
Divisão de Consignação em Benefícios

NOTA TÉCNICA Nº 15/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS
PROCESSO Nº 35014.048140/2024-70
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

**NOTA TÉCNICA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE CELEBRAÇÃO DA
PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - ACT**

Ref.: Processo nº 35014.048140/2024-70

Int.: ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

Ass.: Acordo de Cooperação Técnica
para desconto de mensalidade
associativa em benefício
previdenciário.

1. Trata-se do estudo de viabilidade técnica sobre a conveniência e oportunidade de celebração da proposta de Acordo de Cooperação Técnica entre o INSS e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 20 de abril de 2005, visando ao desconto de mensalidades nos benefícios previdenciários de seus associados.

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2. Tendo em vista a manifestação do interesse em celebrar ACT com o INSS e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, elaboramos o presente estudo de viabilidade técnica com a finalidade de avaliar a conveniência e oportunidade da celebração do ajuste, tendo como premissas as seguintes fundamentações legais:

I - [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#) - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;

II - [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

III - [Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999](#) - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

IV - [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição

Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

V - [Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012](#) - Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;

VI - [Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#) - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

VII - [Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019](#) - Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; altera as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.783, de 28 de junho de 1989, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.620, de 2 de abril de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.855, de 1º de abril de 2004, 10.876, de 2 de junho de 2004, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e revoga dispositivo da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e a Lei nº 11.720, de 20 de junho de 2008;

VIII - [Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999](#) - Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências;

IX - [Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016](#) - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;

X - [Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015](#) - Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

XI - [Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022](#) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE;

XII - [Portaria Conjunta nº 1 /DATAPREV/INSS/MPS, de 05 de novembro de 2008](#) - Estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério da Previdência Social - MPS, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, e constitui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

XIII - [Portaria PRES/INSS nº 1532, de 08 de dezembro de 2022](#) - Regimento Interno do INSS;

XIV - [Instrução Normativa PRES/INSS nº 128/2022](#) - Estabelece rotinas para agilizar e uniformizar o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência Social, com observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

3. Relativo ao Regime Jurídico dos Acordos de Cooperação Técnica, cumpre-nos retratar o contido no PARECER n. 00067/2017/CGMADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (NUP 00695.001007/2017-24):

"28. Pois bem, tratando-se parcerias administrativas com entidade privada sem fins lucrativos, conforme art. 1º do Estatuto da CONTAG (fl. 16), impõe-se a aplicabilidade do novo regime jurídico de parceria estabelecido pela Lei nº 13.019, de 2014, cuja regência foi determinada em seu art. 41, com a ressalva daquelas parcerias estabelecidas no art. 3º e no parágrafo único do art. 84; estabelecido pela Lei nº 13.019, de 2014, cuja regência foi determinada em seu art. 41, com a ressalva daquelas parcerias estabelecidas no art. 3º e no parágrafo único do art. 84, dita o seguinte:

Art. 3º Não se aplicam as exigências desta Lei:

I - às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições específicas dos tratados, acordos e convenções internacionais conflitam com esta Lei; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

III - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

V - aos termos de compromisso cultural referidos no § 1º do art. 9º da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

VI - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

VII - às transferências referidas no art. 2º da Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004, e nos arts. 5º e 22 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

VIII - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

IX - aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por: (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) membros de Poder ou do Ministério Público; (Incluída pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública; (Incluída pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) pessoas jurídicas de direito público interno; (Incluída pela Lei nº 13.204, de 2015)

d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública; (Incluída pela Lei nº 13.204, de 2015)

X - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Art. 41. Ressalvado o disposto no art. 3º e no parágrafo único do art. 84, serão celebradas nos termos desta Lei as parcerias entre a administração pública e as entidades referidas no inciso I do art. 2º. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Art. 83. As parcerias existentes no momento da entrada em vigor desta Lei permanecerão regidas pela legislação vigente ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária desta Lei, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

§ 1º As parcerias de que trata o caput poderão ser prorrogadas de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte da administração pública, por período equivalente ao atraso.

§ 2º As parcerias firmadas por prazo indeterminado antes da data de entrada em vigor desta Lei, ou prorrogáveis por período superior ao inicialmente estabelecido, no prazo de até um ano após a data da entrada em vigor desta Lei, serão, alternativamente: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - substituídas pelos instrumentos previstos nos arts. 16 ou 17, conforme o caso; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - objeto de rescisão unilateral pela administração pública.

Art. 84. Não se aplica às parcerias regidas por esta Lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Parágrafo único. São regidos pelo art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, convênios: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º.

Art. 84-A. A partir da vigência desta Lei, somente serão celebrados convênios nas hipóteses do parágrafo único do art. 84. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)"

4. Para tanto, cumpre anotar a Conclusão DEPCONSU/PGF/AGU nº 54/2013, decorrente do Parecer nº 15/2013/C MARAPERMANENTECONVÊNIOS/DEPCONSU/PGF/AGU e atualizada pelo Parecer nº 00004/2016/DEPCONSU/CPCV/PGF/AGU, que estabelece o seguinte:

"I - O acordo de cooperação é o instrumento jurídico hábil para a formalização, entre órgãos e/ou entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, de interesse na mútua cooperação técnica, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os participantes.

II - A disciplina do Decreto nº 6.170/2007 e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 não se aplica ao acordo de cooperação, incidindo: (i) nas relações estabelecidas entre órgãos e/ou entidades da Administração Pública ou destas com entidades privadas com fins lucrativos o disposto no art. 116, caput e §1º, da Lei nº 8.666/1993, no que couber; e (ii) nas parcerias da Administração Pública com

5. Nesse norte, o ajuste em tela configura hipótese de acordo de cooperação, definido como uma modalidade de parceria entre a administração pública e organização da sociedade civil sem fins lucrativos, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros, conforme expresso no art. 2º, incisos III e VIII-A, da Lei nº 13.019, de 2014, *in verbis*:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).....

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

.....

VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

6. O objeto do Acordo é tão somente possibilitar o repasse das contribuições associativas descontadas da mensalidade do benefício, mediante autorização do associado, de modo a gerar comodidade ao mesmo.

7. Assim, quanto à forma do ato proposto - Acordo de Cooperação Técnica, verifica-se a adequação do instrumento que se pretende utilizar para criação de liame jurídico entres os participantes, com a necessária adequação ao regime jurídico introduzido pela Lei nº 13.019, de 2014, posto que se trata de ajuste sem envolver transferência de recursos entre as entidades congruentes, proposto para ser firmado entre o INSS, Autarquia Federal, e a proponente, associação civil sem fins lucrativos, enquadrada no conceito legal de organização da sociedade civil, definido nas alíneas "a" do inciso I, do art. 2º, da Lei nº 13.019, de 2014.

II - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL

8. O conjunto probatório da regularidade jurídica e fiscal está instruído, conforme Documento Análise 25 (SEI nº 15334166).

9. Atendendo recomendações anteriores e em atenção ao art. 39 da [Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#), ao artigo 29 do [Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016](#), e ao contido no PARECER nº 00051/2018 /SAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (NUP 35000.001200/2017-11).

10. Destaca-se que as certidões vencidas foram e serão atualizadas quando da assinatura do Acordo, se for o caso.

11. Nesta etapa, resta evidente o cumprimento destes requisitos.

III - DA COMPETÊNCIA

12. De acordo com disposições estatutárias, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS -

ASSESP possui atuação em todo o território brasileiro, possuindo portanto abrangência nacional, atraindo assim a competência desta Direção Central.

13. Desta forma, encontra-se devidamente legitimada esta Divisão de Consignação em Benefícios (DCBEN) em subsidiar a Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (DIRBEN) na apreciação do pedido e formalização do ACT, conforme disposições regimentais descritas na Portaria PRES/INSS nº 1.532, de 8 de dezembro de 2022, assim:

Art. 206. À Divisão de Consignação em Benefícios compete:

I - acompanhar o cumprimento, pelas instituições financeiras, das normas, dos contratos e dos acordos de cooperação técnica, relativos às operações de crédito consignados nos benefícios;

II - adotar procedimentos:

a) que visem ao repasse dos valores decorrentes dos acordos de cooperação técnica com as instituições consignatárias acordantes, bem como dos contratos firmados com as entidades fechadas de previdência complementar; e

b) de acompanhamento e apuração de suspeitas de irregularidades, concernentes aos contratos e acordos formalizados no seu âmbito;

III - formalizar e manter os contratos com as entidades fechadas de previdência complementar, os acordos de cooperação técnica sobre consignações de crédito e sobre desconto associativo, entre INSS, a Dataprev e instituições;

14. O Estatuto da proponente (Documento SEI nº 14964612) prevê, em seu art. 20º, a competência da Presidente para firmar o Acordo em comento. Vejamos:

Art. 20º - Compete ao Presidente:

I. Representar a Associação ativa e passivamente em órgãos, judicial e extrajudicialmente;

(...)

X. Assinar convênios com órgãos públicos e particulares;

IV - DA LEGITIMIDADE

15. O inciso V do artigo 115 da [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), preceitua que poderão ser descontadas dos benefícios previdenciários as mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.

"Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios:

(...)

V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados."

16. O Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo [Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999](#), em seu art. 154, com redação dada pelo [Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020](#), detalhou os requisitos para a operacionalização dos descontos de mensalidade de associações e entidades de aposentados, nos termos seguintes:

"Art. 154. O Instituto Nacional do Seguro Social pode descontar da renda mensal do benefício:

(...)

V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, constituídas e em funcionamento, desde que autorizadas por seus filiados, observado o disposto nos § 1º ao § 1º-G; e (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

(...)

§ 1º O INSS estabelecerá requisitos adicionais para a efetivação dos descontos de que trata este artigo, observados critérios de conveniência administrativa, segurança das operações, interesse dos beneficiários e interesse público. (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

§ 1º-A Os benefícios previdenciários, uma vez concedidos, permanecerão bloqueados para os descontos previstos no inciso V do caput e somente serão desbloqueados por meio de autorização prévia, pessoal e específica por parte do beneficiário, conforme critérios e requisitos a serem definidos em ato do INSS. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

§ 1º-B A autorização do segurado prevista no § 1º-A deverá, sob pena de os descontos serem excluídos automaticamente, ser revalidada a cada três anos, a partir de 31 de dezembro de 2021, segundo critérios e requisitos a serem definidos em ato do INSS. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

§ 1º-C A autorização do segurado de que trata o inciso V do caput poderá ser revogada, a qualquer tempo, pelo próprio beneficiário. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

§ 1º-D Considera-se associação ou entidade de aposentados aquela formada somente por: (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

I - aposentados do RGPS, com objetivos inerentes a essa categoria; ou (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

II - pessoas de categoria profissional específica, cujo estatuto as preveja como associados ativos e inativos, e que tenha objetivos comuns àquela classe e finalidade específica de representação de aposentados, autorizada a realizar descontos de mensalidades associativas por meio de retenção no valor do pagamento do benefício. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

§ 1º-E Considera-se mensalidade de associações e demais entidades de aposentados a contribuição associativa, em valor fixo, devida exclusivamente em razão da condição de associado, em decorrência de previsão estatutária ou definição pelas assembleias gerais, a qual não admite descontos de taxas extras, contribuições especiais, retribuição por serviços ou pacotes de serviços específicos, prêmios de seguros, empréstimos nem qualquer outro tipo de desconto, ainda que embutidos no valor da mensalidade. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

§ 1º-F O INSS avaliará periodicamente a quantidade de reclamações de beneficiários, ações judiciais, processos de órgãos de controle e impacto em sua rede de atendimento, dentre outros elementos, para avaliar a conveniência da manutenção ou da rescisão do acordo de cooperação técnica. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

§ 1º-G Para fins de repasse do desconto efetuado pelo INSS, as entidades referidas no inciso V do caput deverão estar em situação regular perante as Fazendas nacional, estadual, distrital e municipal, a previdência social, FGTS, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)"

17. O [Decreto nº 10.537, de 27 de outubro de 2020](#), inovando as recém alterações promovidas, aduziu o seguinte:

"Art. 1º O Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 154.

V - mensalidades de associações e de demais entidades de aposentados ou pensionistas legalmente reconhecidas, constituídas e em funcionamento, desde que autorizadas por seus filiados, observado o disposto nos § 1º ao § 1ºI; e

.....

§ 1º-D Considera-se associação ou entidade de aposentados ou pensionistas aquela formada por:

I - aposentados ou pensionistas, com objetivos inerentes a essas categorias; ou

II - pessoas de categoria profissional específica, cujo estatuto as preveja como associados ativos e inativos, e que tenha dentre os seus objetivos a representação de aposentados ou pensionistas.

§ 1º-E Considera-se mensalidade de associações e de demais entidades de aposentados ou pensionistas a contribuição associativa, devida exclusivamente em razão da condição de associado, em decorrência de previsão estatutária ou definição pelas assembleias gerais, a qual não admite descontos de taxas extras, contribuições especiais, retribuição por serviços ou pacotes de serviços específicos, prêmios de seguros, empréstimos nem qualquer outro tipo de desconto, sujeita ao limite máximo de desconto estabelecido em ato do Presidente do INSS.

§ 1º-F O INSS avaliará periodicamente a quantidade de reclamações de beneficiários, ações judiciais, processos de órgãos de controle e impacto em sua rede de atendimento, dentre outros elementos relacionados ao acordo de cooperação técnica celebrado, para fins do disposto no inciso V do caput, e poderá rescindir o referido acordo unilateralmente, a depender da quantidade de irregularidades identificadas

.....

§ 1º-H Na hipótese de entidade confederativa que representa instituições a ela vinculadas, as exigências de que tratam os § 1º-D e § 1º-G deverão ser atendidas pela instituição que celebrar o acordo de cooperação técnica.

§ 1º-I O INSS deverá ser ressarcido das despesas realizadas em função da implementação e do controle do acordo de cooperação técnica de que trata o § 1º-F pela instituição que o celebrar.

....." (NR)

18. A Procuradoria já se manifestou quanto ao conceito de associações ou entidade de aposentados, conforme a NOTA n. 00054/2020/DAAA/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU:

"Anota-se, por exemplo, os termos do PARECER n. 00006/2018/SAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, lavrado no bojo do NUP 35000.000459/2018-25, que claramente destacou que a associação para ser entendida como uma associação ou entidade de aposentados legalmente reconhecida deve ser formada

tão somente por aposentados do Regime Geral de Previdência Social, com objetivos inerentes a essa categoria. Ou ainda, no máximo, é possível haver uma pessoa jurídica que se classifique como uma entidade de aposentados do RGPS sem que seja composta somente por associados aposentados, no caso de sindicato ou entidade que reúna pessoas de uma categoria profissional específica e que preveja como associados ativos e inativos com objetivos comuns àquela classe. Nessa situação a entidade será de aposentados na medida em que almeja melhorias para os inativos da classe que congrega, como também melhores perspectivas para os ativos que unidos visam garantir melhores condições de aposentadoria."

[...]

No caso de pedidos de ACTs formulados por entidades que congregam em seu quadro associativo aposentados de Regime Próprio de Previdência Social, entende-se pelo não enquadramento no conceito de entidade de aposentados e pensionistas, posto que deve incluir a categoria de aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

[...]

Assim, no caso de pedidos de ACTs formulados por entidades representativas de pessoas de categorias diversas e com objetivos diversos ao da classe, a entidade não se adéqua ao conceito legal. No mesmo sentido, em caso de ACTs já firmados com entidades dessa natureza, recomenda-se a reavaliação dos critérios de conveniência e oportunidade que lastreiam a manutenção dos referidos Acordos, destacando-se que há possibilidade de resilição, conforme previsão expressa no ajuste."

19. Nesse contexto, apreciando o pedido, verifica-se que a proponente, é uma "é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, de natureza sindical, com prazo de duração indeterminado," conforme os termos dos incisos II e III do artigo 653 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022.

20. Depreende-se que esta entidade possui objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, em consonância com o art. 33, I, da [Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#), possui foco voltado à promoção de diversos direitos inerentes aos aposentados e pensionistas, o que atende ao disposto no §1º-D do art. 154 do [Decreto nº 3.048, de 1999](#), sobretudo quando consigna entre as suas finalidades: a representação dos interesses dos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social em objetivos ligados às atividades sociais com ênfase para cultura, saúde e artes, perante os poderes executivo, legislativo e judiciário. (art. 2º, do Estatuto Social - SEI nº 14964612).

21. Deste modo, tem-se que a questão relativa à possibilidade de enquadrar a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, como entidade legitimada a firmar ACT com o INSS para descontos de mensalidades associativas, já se encontra devidamente resolvida; havendo, pois, respaldo legal para tal.

22. Isto posto, *s.m.j.*, a entidade é legitimada a pactuar o Acordo.

V - DOS DESCONTOS DA MENSALIDADE

23. O valor da mensalidade associativa, conforme previsto no art. 6º do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP (14964612), não poderá ultrapassar o percentual de 3 % (três inteiros por cento) da renda mensal dos benefícios previdenciários.

24. No Documento SEI nº 14964612, a Proponente apresenta quais as formas de pagamento de contribuição dos seus filiados, quais sejam:

- a) Por carnê físico ou digital;
- b) Por PIX;
- c) Transferência ou boleto bancário; ou,
- d) por meio de desconto no benefício previdenciário.

VI - QUANTIDADE DE ASSOCIADOS

25. No Documento SEI nº 14964631, a proponente informa que atualmente a Entidade possui 4615 associados.

VII - DA CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

26. A Requerente comprova possuir capacidade técnica e condições de operacionalizar o presente Acordo, conforme pode ser constatado através dos documentos SEI nº 14964621,14964623,14964625,14964626,14964629,14964630,15262217,15262219,15262235,15262236,15262237,15262238.
27. A proponente possui site registrado sob domínio "https://assesp-associacao.org" em que é possível constatar atividades e postagens recentes, informes e diversas camadas de acesso, dados de contatos no rodapé.
28. Os peticionamentos eletrônicos no presente processo SEI-INSS, como usuário externo, demonstra operação prática em sistemas informatizados.
29. Por todo o exposto, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP demonstra a sua capacidade técnica para a celebração de Acordo de Cooperação Técnica, por demonstrar que possui estrutura para prestação de serviços e atendimento aos seus associados.

VIII - DAS MINUTAS DO ACORDO DE COOPERAÇÃO, SEUS ANEXOS E O PLANO DE TRABALHO

30. As Minutas foram redigidas levando em conta as recentes recomendações da Douta Procuradoria Federal Especializada - PFE/INSS, contendo especialmente:
- I - Preenchimento do valor nominal do desconto, bem como para indicar a data de início da autorização;
 - II - Acompanhamento do cumprimento dos termos do ACT pelo INSS e, quando necessário, a verificação dos formulários utilizados para a autorização do desconto do pelo segurado, sendo excluídos dos descontos àqueles que desobedecerem aos parâmetros fixados neste Acordo, sem prejuízo da apuração de responsabilidade pelo descumprimento dos termos deste ajuste, bem como eventuais responsabilidades administrativas, cíveis e penais, inclusive dos administradores/diretores;
 - III - Cláusula da divulgação e da vedação do uso da imagem do INSS.
31. Desta forma, foram elaborados:
- I - Minuta do Acordo (Documento SEI nº 15340157);
 - II - Anexo I - Autorização para os descontos (Documento SEI nº 15341429);
 - III - Anexo II - Exclusão do desconto de mensalidades (Documento SEI nº 15341477);
 - IV - Minuta do Plano de Trabalho do ACT (Documento SEI nº 15341503).

XI - DO PLANO DE TRABALHO

32. O plano de trabalho é parte integrante e obrigatória do presente Acordo e estabelece as fases procedimentais, os direitos e obrigações das partes envolvidas, conforme prevê o art. 116 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).
33. Para destacar sua importância, colacionamos aqui algumas manifestações do Tribunal de Contas da União:

"Acórdão nº 1.267/2011 - Plenário

"[ACÓRDÃO]

9.7. recomendar à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde que:

[...]

9.7.2. execute, por meio de convênios, os próximos repasses de recursos da assistência farmacêutica oriundos de emendas parlamentares, por serem recursos de transferência voluntária e esporádica, tomando o cuidado para que os respectivos Planos de Trabalho sejam elaborados com as justificativas que comprovem a necessidade de cada um dos itens de medicamentos incluídos, de modo a evitar a

aquisição de quantidades muito superiores às necessidades locais, como constatado em todos os sete municípios do Paraná fiscalizados pelo Tribunal, bem como impedir o vencimento do prazo de validade dos produtos ou a ocorrência de desvio dos produtos adquiridos em excesso;" (TCU. Acórdão nº 1.267/2011 - Plenário. Rel. Min. Ubiratan Aguiar. Julgado em: 18 maio 2011, grifamos.)

Acórdão nº 609/2009 - Plenário

"[ACÓRDÃO]

9.1. reiterar ao Ministério do Trabalho e Emprego as determinações a seguir relacionadas:

[...]

9.1.3. subitens 9.8, 9.9.2 e 9.9.3 do Acórdão 2.261/2005-TCU-Plenário:

'9.8. determinar ao INCRA, ao FNDE, ao Ministério da Cultura e ao Ministério do Trabalho e Emprego que observem com rigor as disposições a respeito da descrição do objeto dos convênios, refutando celebrá-los quando não presentes os seus elementos característicos, com descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do plano de trabalho, não restando dúvidas do que se pretende realizar ou obter, com a correta e suficiente descrição das metas, etapas/fases a serem executadas, tanto nos seus aspectos quantitativos como qualitativos;" (TCU. Acórdão nº 609/2009 - Plenário. Rel. Min. André Luís de Carvalho. Julgado em: 01 abr. 2009.)

Acórdão nº 1.331/2007 - Primeira Câmara

"[PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO]

Em exame a tomada de contas da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Ciência e Tecnologia - CGRL/MCT atinente ao exercício de 2002.

[...]

18. Por fim, o terceiro ponto objeto da inspeção trata do convênio celebrado com o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD.[...]

19. As impropriedades verificadas foram: a ausência de detalhamento do respectivo plano de trabalho, o qual não caracterizou, com o nível de precisão adequado, o objeto e as metas a serem atingidas; a não-demonstração dos benefícios que as empresas usufruiriam com o convênio; e a falta de justificativa para o pagamento de pessoal do próprio CPqD.

[...]

[ACÓRDÃO]

9.6.14. especifique claramente, ao celebrar convênios, as ações a serem executadas pelos convenientes e atente para que os planos de trabalho tragam a descrição das metas a serem atingidas, qualitativa e quantitativamente, e todas as informações suficientes para a identificação do projeto, atividade ou ação prevista e seus custos, conforme incisos II e III e § 1º do art. 2º da IN/STN n. 1/1997;" (TCU. Acórdão nº 1.331/2007 - Primeira Câmara. Rel. Min. Marcos Bemquerer. Julgado em: 15 maio 2007, grifamos.)

34. Desta forma, o Plano contém:

- I - Dados dos acordantes (contato e endereço);
- II - Objeto;
- III - Metas;
- IV - Etapas de execução;
- V - Procedimentos operacionais;
- VI - Descontos;
- VII - Custos;
- VIII - Autorizações;
- IX - Acompanhamento;
- X - Início e fim da execução do objeto;
- XI - Declaração da Acordante;
- XII - Data; e,
- XIII - Signatários.

35. Sendo assim, o Plano de Trabalho (15341503) está de acordo com os normativos afetos à matéria e a praxe da Instituição.

36. Ressalta-se que o Plano ora proposto poderá ser revisto para alteração de suas metas, conforme a necessidade, conveniência e oportunidade do INSS.

X - DO ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DO ACORDO

37. A [Lei nº 13.019, de 2014](#), que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, não estabelece periodicidade específica para o acompanhamento dos acordos de cooperação. O [Decreto nº 8.726, de 2016](#), que regulamenta a [Lei nº 13.019, de 2014](#), também não prevê periodicidade específica para o acompanhamento dos acordos de cooperação.

38. Neste contexto, vale destacar a alteração do caput art. 58 da [Lei nº 13.019, de 2014](#), que anteriormente previa o termo "fiscalização" e passou a adotar a seguinte redação com a publicação da [Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015](#):

Art. 58. A administração pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

39. Note-se que o Acordo de Cooperação e o Plano de Trabalho propostos já preveem mecanismos de acompanhamento, especialmente baseado nas autorizações dos associados aposentados e pensionistas para desconto das mensalidades nos benefícios. O próprio objeto já delimita o escopo sobre os tipos de benefícios a sofrerem descontos: benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão.

40. Ademais, os próprios mecanismos de controle *a posteriori* são destinados à conferência do cumprimento dos termos do Acordo e já são de uso cotidiano do INSS. Desta forma, simples extrações podem confirmar os valores que serão objeto de descontos, amostragens podem ser verificadas e o acompanhamento de reclamações no Portal do Consumidor.Gov e, ainda, pelo sistema de Gerenciador de Tarefas (GET), tornando mais efetiva o acompanhamento das cláusulas do Acordo.

41. Tal como na relação consumerista de pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, na forma do § 2º do art. 6º da [Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003](#) e inciso VI da [Lei nº 8.213, de 1991](#), em qualquer circunstância, a responsabilidade do INSS em relação às operações de desconto de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, restringe-se à retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e a transferência para a instituição acordante.

42. Acresça-se que, conforme diversos dispositivos do ordenamento jurídico brasileiro, é vedado ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização de associações, sindicatos e entidades congêneres, cabendo ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

43. O INSS tem a competência de operacionalizar o reconhecimento e manutenção dos direitos previdenciários dos segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, e dos Benefícios de Prestação Continuada, não competindo ao INSS a fiscalização, o controle, o fomento, o monitoramento regular da relação entre pessoas físicas e as Entidades de classe, tampouco a autocomposição direta nas controvérsias em relações de consumo mediante contratos/autorizações celebrados entre instituições e pessoas físicas, ainda que beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

44. Diante disso, tais ponderações na presente Nota Técnica são importantes para enfatizar as obrigações de cada partícipe do ACORDO, sendo de inteira responsabilidade da ACORDANTE, eventuais danos causados a seus associados e/ou terceiros, independentemente ou não da observância dos termos do ACORDO, não cabendo ao INSS a responsabilidade solidária em tais resultados.

XI - DO ACEITE DAS MINUTAS DO ACORDO

45. Em ato contínuo ao presente momento, as minutas serão submetidas à apreciação da proponente para o aceite formal.

XII - DA CONCLUSÃO

46. Destaca-se que a celebração do presente Acordo visa a concessão de uma maior comodidade ao beneficiário para realizar o pagamento da mensalidade associativa.

47. Assim, encontram-se presentes os propósitos para celebração do Acordo em voga, desde que a proponente concorde com todos os termos das minutas elaboradas, através de aposição de assinatura eletrônica por seu(sua) representante legal.

48. Então, em relação à instrução do presente, encaminhamos o processo com a elaboração das minutas do Acordo e seus anexos, bem como o Plano de Trabalho.

49. Feitas as considerações, esta Divisão de Consignação em Benefícios (DCBEN) manifesta-se pelo atendimento aos requisitos legais para celebração do Acordo, bem como opina pela viabilidade técnica na celebração do Acordo entre o INSS e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, CNPJ n.º 07.361.030/0001-72.

50. Encaminhe-se à consideração superior para análise e apreciação, sugerindo, sucessivamente:

I - Emissão de Ofício à **Proponente** para que se cumpra a exigência de manifestação e, se de acordo, envio à Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (DIRBEN), para apreciação da conveniência e oportunidade, exarando:

II - Aprovação formal e prévia da Minuta do Acordo, do Plano de Trabalho e dos Anexos do Acordo (Documentos SEI nº 15340157, 15341503, 15341429 e 15341477); e,

III - Submissão à **Procuradoria (PFE-INSS)**, para análise da regularidade jurídico-formal.

ALEXANDRE GEORGE DO CARMO SAMPAIO

Mat.: 1527312
Técnico do Seguro Social

WILSON DE MORAIS GABY

Mat.: 0896927
Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios, data da assinatura eletrônica.

Ass.: Ciência e Aprovação da presente
Nota Técnica - Acordo de Cooperação
Técnica para desconto de mensalidade
associativa em benefício
previdenciário.

1. Ciente e de acordo com a presente Nota Técnica DCBEN.

2. Após retorno, encaminhamento à Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN, para aprovação formal e prévia do Diretor, que .

JUCIMAR FONSECA DA SILVA

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE GEORGE DO CARMO SAMPAIO**, Técnico do Seguro Social, em 15/03/2024, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JUCIMAR FONSECA DA SILVA**, Técnico do Seguro Social, em 15/03/2024, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, Técnico do Seguro Social, em 18/03/2024, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15341577** e o código CRC **47851A5B**.

Referência: Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 15341577



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios
Coordenação de Pagamentos e Gestão de Benefícios
Divisão de Consignação em Benefícios

OFÍCIO SEI Nº 186/2024 /DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

À Senhora,
MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE
Presidente
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP.
Endereço: RUA PIO X, nº 434, LETRA A
JUAZEIRO DO NORTE - CE - CEP: 60.030-100
E-mail: : assesp.nacional@gmail.com

Assunto: Encaminha minutas para aceite formal.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, para dar andamento ao requerimento feito pela **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP**, com intuito de celebrar Acordo de Cooperação Técnica para desconto de mensalidade associativa em benefícios previdenciários de associados/filiados da entidade, é necessário que haja a leitura, concordância e o aceite formal de todos os termos contidos nos seguintes documentos:

- a) *Minuta do Acordo de Cooperação Técnica (Documento SEI nº 15340157);*
- b) *Anexo I - Autorização para os descontos (Documento SEI nº 15341429);*
- c) *Anexo II - Exclusão do desconto de mensalidades (Documento SEI nº 15341477);*
- d) *Minuta do Plano de Trabalho do ACT (Documento SEI nº 15341503).*

2. **O aceite formal deve ser realizado através da assinatura eletrônica do Acordo**, do Plano de Trabalho e dos Anexos do ACT acessando o processo SEI em epígrafe através de seu login e senha de Usuário Externo. Caso necessário, V.Sa. poderá acessar o vídeo tutorial através do link "<https://youtu.be/4zgef1OjPuQ>".

3. Além disso, a Entidade interessada deve **apresentar um Ofício informando o aceite das minutas**, fazendo referência ao número do documento eletrônico.

4. Frise-se que as Minutas foram elaboradas em conformidade às recentes recomendações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e, portanto, não poderão sofrer alterações nesta fase.

5. As assinaturas devem ser realizadas eletronicamente através de **assinatura eletrônica** como usuário externo do SEI-INSS e a apresentação de documentos deve ser realizada através de peticionamento intercorrente no SEI-INSS, observando-se os seguintes requisitos:

- a) *Formato de cores: 24 bits colorido;*
- b) *Resolução mínima: 150 DPI (150x150);*
- c) *Formato de arquivo: utilizar somente “.pdf”;*
- d) *Posição de leitura na tela: vertical;*
- e) *Tamanho máximo de cada arquivo: 5 MB.*

6. Após peticionamento eletrônico, serão conferidas as assinaturas e analisada a documentação apresentada, sendo, em seguida, encaminhado para prosseguimento à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, conforme disposto no art. 42 da [Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#).

7. O prazo para manifestação é de 30 (trinta) dias contados do envio deste expediente (art. 40 da Lei 9.784/99).

Atenciosamente,

WILSON DE MORAIS GABY

Mat.: 0896927

Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS

Anexos:

- I - Minuta de Acordo de Cooperação Técnica (SEI nº 15340157);
- II - Anexo I do ACT (SEI nº 15341429);
- III - Anexo II do ACT (SEI nº 15341477);
- IV - Minuta Plano de Trabalho do ACT (SEI nº 15341503).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, Técnico do Seguro Social, em 15/03/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15344614** e o código CRC **D650DB42**.

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS – SAUS, QD 2, BL O, 9º andar, Asa Sul – Brasília/DF. CEP 70.070-946.

Telefone: (61) 3313-4745. E-mail: acordo.mensalidade@inss.gov.br

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 15344614



OFÍCIO DE ACEITE

OFÍCIO 02/2024

Juazeiro do Norte/CE, 18 de março de 2024.

Processo SEI nº 35014.048140/2024-70

Ref.: Ofício de Aceite de Minuta de Acordo de Cooperação Técnica, Plano de Trabalho e Anexos

A **ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, por intermédio de sua representante legal, **Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale**, localizada na Rua Pio X, n.º 434-A, bairro Salesianos, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.050-020, vem, por meio deste, apresentar seu aceite formal, conforme exigência do Ofício SEI 186 (SEI n. 15344614).

A Associação dos Servidores Públicos, por meio de sua presidente constituída, vem manifestar o aceite e concordância expressa aos seguintes documentos:

- I. Minuta de Acordo de Cooperação Técnica (SEI n. 15340157);
- II. Anexo I do ACT (SEI n. 15341429);
- III. Anexo II do ACT (SEI n. 15341477);
- IV. Minuta Plano de Trabalho (SEI n. 15341503).

Por fim, ficamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas ou documentação complementar e renovamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

Presidente da Associação Dos Servidores Públicos (ASSESP)

Usuário Externo (signatário):

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

Data e Horário:

18/03/2024 10:42:28

Tipo de Peticionamento:

Intercorrente

Número do Processo:

35014.048140/2024-70

Interessados:

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Ofício de Aceite

15355686

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

DESPACHO

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios, em 18/03/2024

Ref.: Processo nº 35014.048140/2024-70.

Int.: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP.

Ass.: Solicitação de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT.

1. Trata-se de solicitação de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT formulada pela ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, inscrita no CNPJ nº 07.361.030/0001-72, objetivando a realização de desconto de mensalidade associativa em benefício previdenciário, desde que devidamente autorizado por seus associados beneficiários de aposentadoria ou pensão paga pelo INSS.
2. Ultimados, neste primeiro momento, os feitos de instrução visando a celebração do ACT proposto, considerando a assinatura eletrônica nas peças processuais por parte da Entidade interessada, conforme solicitado no documento SEI nº 15344614, encontram-se atendidos os requisitos para a celebração do ACT proposto, conforme o que consta na Nota Técnica 15 (15341577).
3. Com isso, foram elaborados os seguintes documentos, que já se encontram assinados pela ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP:
 - a) Minuta de Acordo de Cooperação Técnica (15340157);
 - b) Anexo I (15341429);
 - c) Anexo II (15341477);
 - d) Minuta Plano de Trabalho (15341503).
4. Ante o exposto, encaminhe-se os autos à **DIRBEN** para ciência, e se de acordo, **aprovação prévia e assinatura das minutas** em comento, que se encontram disponibilizadas no Bloco de Assinatura nº 186431, após **encaminhe os autos à apreciação da PFE**.

WILSON DE MORAIS GABY

Mat.: 0896927

Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, Técnico do Seguro Social, em 18/03/2024, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15362557** e o código CRC **CCA48FC9**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 15362557



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

DESPACHO

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios, em 18/03/2024

Ref.: Processo nº 35014.048140/2024-70.

Int.: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP.

Ass.: Solicitação de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT.

1. Trata-se de solicitação de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT formulada pela ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, inscrita no CNPJ nº 07.361.030/0001-72, objetivando a realização de desconto de mensalidade associativa em benefício previdenciário, desde que devidamente autorizado por seus associados beneficiários de aposentadoria ou pensão paga pelo INSS.
2. Ciente do despacho DCBEN 15362557 e da Nota Técnica 15 (15341577)
3. Encaminha-se à **DIRBEN** em prosseguimento.

JUCIMAR FONSECA DA SILVA

Coordenação Geral de Pagamento de Benefícios.



Documento assinado eletronicamente por **JUCIMAR FONSECA DA SILVA**, **Coordenador(a)-Geral de Pagamento de Benefícios**, em 19/03/2024, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15367054** e o código CRC **D81D5812**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 15367054



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

DESPACHO

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, em 19/03/2024

Ref.: Processo nº 35014.048140/2024-70.

Int.: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP.

Ass.: Solicitação de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT.

1. Trata-se de solicitação de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT formulada pela ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, inscrita no CNPJ nº 07.361.030/0001-72, objetivando a realização de desconto de mensalidade associativa em benefício previdenciário, desde que devidamente autorizado por seus associados beneficiários de aposentadoria ou pensão paga pelo INSS.
2. Ciente e de acordo com:
 - a) Minuta de Acordo de Cooperação Técnica (15340157);
 - b) Anexo I (15341429);
 - c) Anexo II (15341477);
 - d) Minuta Plano de Trabalho (15341503).
3. Remetemos os autos à **PFE-INSS** em prosseguimento, para parecer jurídico e tratativas necessárias pertinentes.

ANDRÉ PAULO FELIX FIDELIS

Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

DIRBEN - Diretoria de Benefícios e de Relacionamento com o Cidadão
Setor de Autarquias Sul Qd 2 Bloco O
Asa Sul
Brasília - DF, 70070.946
dirben@inss.gov.br



Programa de Enfrentamento da Fila da
Previdência Social



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PAULO FELIX FIDELIS**, **Diretor(a) de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão**, em 21/03/2024, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15373313** e o código CRC **E77E312F**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 15373313



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -
PFE/INSS - SEDE
PROTOCOLO
SETOR DE AUTARQUIAS SUL QUADRA 2 BLOCO O 3º ANDAR

CERTIDÃO n. 00697/2024/PROT/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU

NUP: 35014.048140/2024-70

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS ASSESP

ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS

Certifico que, nesta data, recebi o processo eletrônico em epígrafe, por meio do Sistema SEI, de regularidade ora conferida, nos termos abaixo:

Consulente: DIRBEN

Data de envio no SEI: 21/03/2024

Marcar com "X", quando for o caso:

☐ Processo tramitado com instrução irregular em razão de urgência e/ou justificativa certificada nos autos pelo INSS.

☐ Processo classificado como de acesso restrito no SEI (*indicar aqui fundamento legal utilizado*).

☐ Processo com histórico de alteração da ordem dos protocolos dos documentos no SEI.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ÁRVORE DO PROCESSO NO SEI

A ordem e sequência (dos protocolos) dos documentos, por ocasião do recebimento no SEI, consta em anexo (para fins de registro).

Por seu turno, os documentos SEI ID (15334166 foram assinados (cancelos ou Excluídos) extemporaneamente pelo emissor responsável, após medida de regularização processual

LINK DE ACESSO EXTERNO AO SEI

A íntegra do referido processo pode ser acessada, para fins de consulta, no seguinte endereço eletrônico: https://sei.inss.gov.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=310172&infra_hash=5a0c14a3e891e41117f95ce4ee4e9452

O link acima não poderá ser retransmitido, devendo o usuário adotar as cautelas para preservação e proteção dos dados e informações constantes nos autos.

O hyperlink funciona melhor no navegador Google Chrome. Caso não funcione corretamente, tente copiá-lo e colá-lo no navegador.

ORIENTAÇÃO AO ÓRGÃO CONSULENTE (INSS)

Para a análise e manifestação da PFE-INSS serão considerados apenas os documentos juntados até a data de recebimento do processo no sistema SEI (conforme relação de documentos em anexo).

Situações excepcionais que justifiquem a necessidade de complementar a instrução do processo já distribuído à PFE-INSS devem ser objeto de nova consulta, com a complementação de informações e dúvidas mediante

regular envio do processo via SEI.

A nova consulta ensejará a renovação do prazo legal para resposta da PFE-INSS ao órgão consulente.

ENCAMINHAMENTO

Encaminho, inicialmente, à CGMPR

Brasília, 21 de março de 2024.

ISAC MARTINS DOS REIS
SERVIDOR

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35014048140202470 e da chave de acesso adc31d47



Documento assinado eletronicamente por ISAC MARTINS DOS REIS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446583001 e chave de acesso adc31d47 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ISAC MARTINS DOS REIS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 12:30. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -
PFE/INSS - SEDE
EQUIPE NACIONAL DE CONSULTORIA EM MATÉRIA DE PARCERIAS E RESIDUAL

PARECER n. 00078/2024/ENC.PARCERIAS/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU

NUP: 35014.048140/2024-70

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS ASSESP

ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PARCERIA. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA A SER FIRMADO ENTRE O INSS E ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, PARA DESCONTO DE MENSALIDADES DIRETAMENTE NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE SEUS ASSOCIADOS. RECENTE EDIÇÃO DE ATO NORMATIVA PARA REGÊNCIA DO PROCEDIMENTO: INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS/ Nº162, DE 2024.

I - É possível juridicamente que o INSS efetue em favor das entidades de aposentados legalmente reconhecidos, os descontos em benefícios previdenciários para o pagamentos de mensalidades associativas, contanto que o Segurado Filiado autorize expressamente tal procedimento (art. 115, V, da Lei nº 8.213, 24 de julho de 1991).

II - O procedimento administrativo, no caso concreto, só estará apto a prosseguir se a Entidade for associação que reúna pessoas com objetivos comuns, formada por aposentados ou pensionistas do RGPS, com objetivos inerentes a essas categorias (art. 2º, inciso IV, alínea "a" e "b" da Instrução Normativa PRES/INSS/ nº162, de 2024).

III - A mensalidade associativa disciplinada no Estatuto da Entidade Proponente (SEI [14964612](#)), a princípio, enquadra-se no conceito legal de contribuição associativa. Contudo, sugere-se a fiscalização diuturna da execução do ajuste, para não permitir que o desconto nos benefícios dos respectivos Associados abarque, ilegalmente, valores de outra natureza, como: serviços prestados pela entidade.

IV - É necessária a comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica que se prestarão a formalizar as respectivas autorizações de desconto de mensalidade associativa. Cumpre os Gestores da autarquia federal fiscalizar o cumprimento das normas para que a segurança das operações de desconto não seja vulnerada pela inobservância das regras procedimentais impostas.

V - O art. 20 da Instrução Normativa PRES/INSS/ nº 162, 2024, impõe que a autorização de desconto de mensalidade associativa seja efetivada por meio do termo de adesão com assinatura eletrônica avançada e reconhecimento biométrico.

VI - Exige-se da Entidade, para que se proceda a operacionalização do desconto de mensalidade associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas, além da celebração do ACT, a contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev (art. 1º da Instrução Normativa PRES/INSS/ nº162, 2024).

VI - Recomenda-se a complementação da instrução processual, com a inserção dos documentos faltantes, para o regular prosseguimento do feito, sob pena de ilegalidade, nos termos da norma interna que atualmente rege a matéria no INSS.

VII - O Plano de Trabalho, bem como o ACT para desconto de mensalidade associativa, deverão

ter as respectivas minutas modelo definidas em ato complementar pela Dirben (art. 33, §2º, da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024). Aconselha-se que a celebração do ajuste aguarde a referida edição, para que se cumpra o desiderato da norma interna, formalizando o acordo mediante a minuta padrão a ser adotada pela Autarquia Pública federal previdenciária.

VIII - Em face das novas exigências e requisitos impostos por meio da vigente Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024, recomenda-se a revisão da instrução dos processos administrativos instaurados com vista a futura celebração do ACT para fins de desconto de mensalidade associativa, antes do encaminhamento do processo administrativo para a PFE/INSS para fins de análise jurídico-formal do procedimento.

IX - Diante do art. 33, §2º da Instrução Normativa, o Plano de Trabalho e o ACT para desconto de mensalidade associativa terão suas minutas modelo definidas em ato complementar pela Dirben, razão pela qual, é aconselhável que os processos administrativos somente sejam encaminhados para a PFE/INSS após a confecção das respectivas minutas padrão.

Senhora Coordenadora da Equipe Nacional de Consultoria em Matéria de Parcerias e Residual,

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de processo que tem por objeto a celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT, a ser celebrado entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Associação dos Servidores Públicos - ASSESP, objetivando descontos em benefícios de aposentados ou pensionistas do Regime Geral de Previdência Social para pagamento de mensalidade associativa.

2. No que interessa a esta análise, os autos encontram-se instruídos com os seguintes documentos:

- o Manifestação de Interesse da Associação dos Servidores Públicos - ASSESP (SEI [14964604](#));
- o Minuta do ACT (SEI [15340157](#));
- o Minuta do Plano de Trabalho (SEI [15341503](#));
- o NOTA TÉCNICA Nº 15/2024/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS (SEI [15341577](#));
- o Despacho da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, de 21/03/2024, encaminhado os autos para a Procuradoria Federal Especializada (SEI [15373313](#)).

3. Por razões de economia processual, documentos não mencionados no item anterior serão devidamente referenciados ao longo do parecer.

4. Os autos do processo administrativo, inseridos no sistema SAPIENS, de acordo com a certidão (SEI [15414284](#)), foram distribuídos à subscritora, integrante da ENC-PAR - Equipe Nacional de Consultoria em Matéria de Parcerias e Residual da PFE/INSS, para a elaboração de manifestação jurídica consultiva.

5. É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Considerações sobre a atividade de consultoria jurídica à luz do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU

6. A presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data (Seq. Sapiens 1). Em face do que dispõe o art. 131 da Constituição Federal de 1988 e art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, incumbe, a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União prestar assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito do INSS, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

7. A análise tem a função de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

8. É dever da consultoria jurídica salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas a legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

9. Em relação aos aspectos técnicos, parte-se da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos, imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos, conforme o enunciado da “Boa Prática Consultiva” – BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, “o Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre os temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade.

10. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo tenham sido regularmente determinados pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos, para a melhor consecução do interesse público.

11. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar-se os seus atos.

2.2 Possibilidade jurídica da parceria com vistas a permitir os descontos em benefícios de aposentados ou pensionistas do Regime Geral de Previdência Social para o pagamento de mensalidade associativa

12. A análise jurídica se refere ao procedimento destinado a celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o INSS e a Associação dos Servidores Públicos - ASSESP, que tem por objeto, de acordo com a Cláusula Primeira da Minuta (SEI [15340157](#)):

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente ACORDO tem por objeto o desconto de mensalidade associativa nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão dos associados da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP no valor correspondente à 3 % (três inteiros por cento) do benefício do associado, limitado a R\$ 77,08 (setenta e sete reais e oito centavos), em favor da ACORDANTE.

O valor da mensalidade associativa descontada da renda do benefício de aposentadoria ou pensão não poderá ultrapassar 1% (um por cento) do valor máximo estabelecido para o salário de benefício e contribuição do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ou seja, atuais R\$ 77,08 (setenta e sete reais e oito centavos). Este valor limite será reajustado automaticamente sempre que houver alteração do teto máximo.

O desconto de mensalidade objeto do presente Acordo deve ser encaminhado para efetivação em favor da ACORDANTE, somente se houver expressa autorização do Associado.

O presente Acordo de Cooperação Técnica e as relações previdenciárias dele decorrentes são regidos pela Lei de Benefícios da Previdência Social - [Lei nº 8.213, de 1991](#), pelo Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo [Decreto nº 3.048, de 1999](#), bem como pelas disposições específicas ora ajustadas.

Entende-se por mensalidade associativa o pagamento devido pelo associado a ACORDANTE, em função tão só de sua filiação aos quadros associativos, não vinculado, portanto, a qualquer

contraprestação ou aproveitamento específico, nem decorrente de qualquer adesão a programas ou planos de vantagens ou benefícios.

É proibida a realização de descontos com finalidade diversa do objeto deste Acordo, bem como a inclusão ou cobrança de quaisquer outros valores referentes a serviços ou produtos não previstos neste Acordo.

A inclusão de qualquer serviço prestado pela ACORDANTE e/ou por TERCEIRO embutido no valor da mensalidade, ou em desacordo com esta Cláusula, caracterizará desvio de finalidade e simulação e ensejará as consequências previstas na Cláusula Décima Terceira, bem como na Cláusula Oitava.

O desconto de mensalidade objeto deste Acordo depende de expressa e livre manifestação de vontade, por parte do(a) aposentado(a) ou pensionista associado(a) da ACORDANTE, o qual poderá, a qualquer tempo, solicitar a exclusão da autorização.

13. É possível juridicamente que o INSS efetue em favor das Associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidos, os descontos em benefícios previdenciários para o pagamentos de mensalidades associativas, contanto que o Segurado Filiado autorize expressamente tal procedimento (art. 115, V, da Lei nº 8.213, de 1991). O art. 154 do do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, disciplinou tal procedimento:

Art. 154. O Instituto Nacional do Seguro Social pode descontar da renda mensal do benefício:

(...);

V - mensalidades de associações e de demais entidades de **aposentados ou pensionistas** legalmente reconhecidas, constituídas e em funcionamento, desde que autorizadas por seus filiados, observado o disposto nos § 1º ao § 1º- I; e

(...);

§1º O INSS estabelecerá requisitos adicionais para a efetivação dos descontos de que trata este artigo, observados critérios de conveniência administrativa, segurança das operações, interesse dos beneficiários e interesse público.

§ 1º- A Os benefícios previdenciários, uma vez concedidos, permanecerão bloqueados para os descontos previstos no inciso V do **caput** e **somente serão desbloqueados por meio de autorização prévia, pessoal e específica por parte do beneficiário**, conforme critérios e requisitos a serem definidos em ato do INSS.

§ 1º- B A autorização do segurado prevista no § 1º- A deverá, sob pena de os descontos serem excluídos automaticamente, ser revalidada a cada três anos, a partir de 31 de dezembro de 2021, segundo critérios e requisitos a serem definidos em ato do INSS.

§ 1º- C A autorização do segurado de que trata o inciso V do **caput** poderá ser revogada, a qualquer tempo, pelo próprio beneficiário.

§ 1º-D Considera-se associação ou entidade de aposentados ou pensionistas aquela formada por:

I - aposentados ou pensionistas, com objetivos inerentes a essas categorias; ou

II - pessoas de categoria profissional específica, cujo estatuto as preveja como associados ativos e inativos, e que tenha dentre os seus objetivos a representação de aposentados ou pensionistas.

§ 1º- E Considera-se **mensalidade de associações e de demais entidades de aposentados ou pensionistas** a contribuição associativa, devida exclusivamente em razão da condição de associado, em decorrência de previsão estatutária ou definição pelas assembleias gerais, a qual não admite descontos de taxas extras, contribuições especiais, retribuição por serviços ou pacotes de serviços específicos, prêmios de seguros, empréstimos nem qualquer outro tipo de desconto, sujeita ao limite máximo de desconto estabelecido em ato do Presidente do INSS.

§ 1º-F O INSS avaliará periodicamente a quantidade de reclamações de beneficiários, ações judiciais, processos de órgãos de controle e impacto em sua rede de atendimento, dentre outros elementos relacionados ao acordo de cooperação técnica celebrado, para fins do disposto no inciso V do **caput**, e poderá rescindir o referido acordo unilateralmente, a depender da quantidade de irregularidades identificadas.

§ 1º-G Para fins de repasse do desconto efetuado pelo INSS, as entidades referidas no inciso V do caput deverão estar em situação regular perante as Fazendas nacional, estadual, distrital e municipal, a previdência social, FGTS, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin.

§ 1º- H Na hipótese de entidade confederativa que representa instituições a ela vinculadas, as exigências de que tratam os § 1º-D e § 1º-G deverão ser atendidas pela instituição que celebrar o acordo de cooperação técnica.

§ 1º - I O INSS deverá ser ressarcido das despesas realizadas em função da implementação e do controle do acordo de cooperação técnica de que trata o § 1º- F pela instituição que o celebrar. (Grifos nosso)

14. Os requisitos necessários para formalização do ajuste pretendido são: **(i) legitimidade da entidade:** formada por aposentados ou pensionistas, com objetivos inerentes a essas categorias, ou por pessoas de categoria profissional específica, cujo estatuto as preveja como associados ativos e inativos, e que tenha dentre os seus objetivos a representação de aposentados ou pensionistas; **(ii) o desconto abranger exclusivamente a mensalidade associativa e (iii) autorização** do Segurado Filiado.

2.1.1. Legitimidade Da Entidade Proponente

15. Segundo o art. 53 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002), a Associação é a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos; por sua vez, o art. 115, V, da Lei nº 8.213, de 1991, para a situação concreta, exige finalidade específica para a configuração da legitimidade da Acordante: deverá ser associação de aposentados.

16. O §1º-D do art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048, de 1999, com redação dada pelo Decreto nº 10.537, de 2020, definiu a associação ou entidade de aposentados como sendo aquela formada somente por **aposentados e/ou pensionistas**, com objetivos inerentes a essa categoria, ou **por pessoas de categoria profissional específica**, cujo estatuto as preveja como associados ativos e inativos, e que tenha objetivos comuns àquela classe e finalidade específica de representação de aposentados.

17. A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS, mediante o Despacho n. 00429/2020 /GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU do seu Procurador-Geral (disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do NUP 35014179078202033 e da chave de acesso 3694d80f), firmou o seguinte entendimento:

APROVO, em parte, o **PARECER n. 00006/2020/GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU.**

Não se pode olvidar que a intenção do Exmo. Sr. Presidente da república na edição do Decreto 10.537/2020 foi a de ampliar o rol de legitimados para desconto de mensalidade associativa em benefícios previdenciários dos seus filiados.

Assim, entendo que o melhor deslinde para a questão jurídica, in casu, está exposto no PARECER n. 00034/2018/SAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, amparado, não so na nova redação do Decreto, como também, em uma interpretação sistemática do art. 115, V, da Lei nº 8.213/1991, fundamentada na liberdade de associação, cuja limitação deve ser excepcional (Item 41 do Parecer ora aprovado, em parte), o qual adoto, para a consulta específica, como o entendimento desta PFE/INSS.

18. De acordo com o Parecer n. 00006/2020/GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do NUP 35014179078202033 e da chave de acesso 3694d80f):

37. [...], o **PARECER n. 00034/2018/SAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU** considerou, já na vigência da redação original do Decreto n.º 3.048/1999, um conceito mais amplo de associações e entidades de aposentados para os fins do art. 115, V, da Lei n.º 8.213/1991, incluindo aposentados

e pensionistas, inclusive oriundos de outros regimes, e idosos.

No entanto, o entendimento adotado pelo então Procurador-Geral desta PFE/INSS, por meio do Despacho nº 00429/2020/GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (NUP: 35014.179078/2020-33; seq. sapiens 49), foi no sentido de considerar associação ou entidade de aposentados aquela que reúna como associados aposentados, pensionistas e idosos, mesmo que não recebam benefício pelo Regime Geral de Previdência Social.

[...]

41. O que se quis dizer, e com amparo na doutrina citada, é que caso o INSS adote o posicionamento do **PARECER n. 00034/2018/SAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**, estará amparado por uma interpretação sistemática do art. 115, V, da Lei nº 8.213/1991, fundamentada na liberdade de associação, cuja limitação deve ser excepcional.

19. O entendimento firmado na PFE/INSS, portanto, para fins de interpretação do art. 154, §1º-D, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048, de 1999, com redação dada pelo Decreto nº 10.537, de 2020, **considerava associação ou entidade de aposentados a reunião de aposentados, pensionistas e idosos, ainda que não recebam benefício do Regime Geral de Previdência Social.**

20. O INSS, contudo, editou a Instrução Normativa PRES/INSS/ nº 162, de 14 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União em 15 de março de 2024, vigente desde o dia de sua publicação, que estabelece critérios e procedimentos para celebração, operacionalização e acompanhamento dos Acordos de Cooperação Técnica relativos aos descontos de mensalidades associativas. A recente Instrução Normativa define entidade como:

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, entende-se por:

[...]

VI - entidade: associação ou entidade de classe, sem fins lucrativos, que reúna pessoas com objetivos comuns, formada por:

a) aposentados ou pensionistas do RGPS, com objetivos inerentes a essas categorias; ou

b) pessoas de uma categoria profissional específica, cujo estatuto as preveja como associados ativos e inativos, e que tenha dentre os seus objetivos a representação de aposentados ou pensionistas do RGPS;

21. O Gestor, em face de critérios de conveniência administrativa, segurança das operações, interesse dos beneficiários e interesse público, decidiu estabelecer requisitos adicionais para a efetivação dos descontos de que trata o artigo 154, §1º-D, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048, de 1999, para tanto, **resolveu adotar critérios restritivos para o reconhecimento da legitimidade das entidades para a celebração dos respectivos ACTs. Segundo a norma: tão somente entidades formadas pela união de aposentados ou pensionistas do RGPS são legitimadas** (art. 2º, inciso VI, alínea "a" e "b" da Instrução Normativa PRES/INSS/ nº162, de 2024).

22. No caso concreto, a entidade proponente: a Associação dos Servidores Públicos, também designada no seu Estatuto por ASSESP, de acordo com o art. 1º do Estatuto Social (Estatuto Social consolidado e Ata consolidados, SEI [14964612](#)):

Art. 1º - A ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, também designada pela sigla, ASSESP, CNPJ nº 07.361.030/0001-72, fundada em 20 de abril de 2005, formada por aposentados e pensionistas da Previdência Social, é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na rua Pío X, nº. 434-A, bairro Salesianos, CEP: 63.050-020, no município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, com foro nesta Urbe, regendo-se pelo presente Estatuto Social, e terá duração por prazo indeterminado.

23. Ainda segundo o Estatuto da Entidade Proponente (SEI [14964612](#)), para o desenvolvimento de seus

objetivos, a Associação, dentre outras prerrogativas, poderá abrir sucursais em todo o território nacional. Com relação ao quadro associativo da entidade proponente, ela é constituída por aposentados e pensionistas do RGPS:

Art. 4º - A Associação é constituída por aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

24. A Nota Técnica nº 15/2024 /DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS aprovada pela Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios, de 15 de março de 2024 (SEI [15341577](#)), fundamenta que:

[...]

Nesse contexto, apreciando o pedido, verifica-se que a proponente, é uma *'é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, de natureza sindical, com prazo de duração indeterminado,'* conforme os termos dos incisos II e III do artigo 653 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022.

25. A instrução do processo, em especial o art. 1º e 4º do Estatuto Social (SEI [14964612](#)), aponta que a finalidade da entidade proponente é atender a todos os aposentados e pensionistas, amparados pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS, que a ela se associem.

2.1.2. Definição de Mensalidade Associativa

26. A Instrução Normativa PRES/INSS/ nº 162, de 2024, em consonância com o §1º-E do art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048, de 1999, define a mensalidade associativa:

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, entende-se por:

[...]

VIII - mensalidade associativa: contribuição associativa, em valor fixo, devida exclusivamente em razão da condição de associado, em decorrência de previsão estatutária ou definição pelas assembleias gerais, a qual não admite descontos de taxas extras, contribuições especiais, retribuição por serviços ou pacotes de serviços específicos, prêmios de seguros, empréstimos, nem qualquer outro tipo de desconto, ainda que embutidos no valor da mensalidade;

27. Em conformidade com a definição adotada, o art. 30 da Instrução Normativa PRES/INSS/ nº162, de 2024, disciplina:

Art. 30. É vedada a realização de descontos com finalidade diversa do objeto desta Instrução Normativa, bem como a inclusão de valores referentes a outros serviços ou produtos.

Parágrafo único. Não será descontada mensalidade associativa sobre o décimo terceiro salário ou qualquer outro pagamento extraordinário.

28. A PFE/INSS, mediante o Parecer nº 01018/2014/CGMADM/PFEINSS/AGU (disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do NUP 35000000600201466 e da chave de acesso bf41953a), já havia discorrido sobre a definição de mensalidade associativa, de acordo com o art. 115, V, da Lei n. 8.213, de 1991: contribuição devida pelos associados em decorrência de previsão estatutária e/ou definição pelas Assembleias Gerais (art. 54, IV, do Código Civil e, no caso das associações sindicais, art. 548, "b", da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT); assim, na hipótese legal, não há autorização de descontos nos benefícios previdenciários de valores de outra natureza. No mesmo sentido, a Nota nº 00032/2018/CGMADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do NUP 35000000459201825 e da chave de acesso d8ffd0ed).

29. No caso concreto, segundo o art. 6º do Estatuto Social da entidade (SEI [14964609](#)), o valor da mensalidade associativa não poderá ultrapassar o percentual de 3% (três inteiros por cento) da renda mensal do benefício do associado e nem 1% do teto dos benefícios pagos pelo INSS. Ressalte-se que **não consta previsão expressa de que a mensalidade associativa não admite descontos de taxas extras, contribuições especiais, retribuições por serviços ou pacotes de serviços específicos, prêmios de seguro, empréstimos nem qualquer tipo de desconto.**

30. Confirmam-se os arts. 6º, 27 e 28 do Estatuto Social da proponente:

Art. 6º - A mensalidade associativa será fixada no percentual de 3% (três por cento) do benefício do associado, de modo que não ultrapasse 1% do teto dos benefícios pagos pelo INSS, e poderá ser quitada:

- I. Diretamente na secretaria da Associação;
- II. Por carnê físico ou digital;
- III. Por desconto em benefício previdenciário;
- IV. Por pix, transferência ou boleto bancário.

Art. 27º - A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 28º - A forma de recursos para o desenvolvimento e a manutenção da Associação provém de receitas decorrentes de seu patrimônio, mobiliário e imobiliário que venha a possuir, e das aplicações financeiras doações e legados, auxílios e contribuições de seus associados e benfeitores ou qualquer outra forma legal de receita, cuja soma constitui o patrimônio social.

31. Embora não haja vedação expressa de que a mensalidade associativa não admite descontos de taxas extras, contribuições especiais, retribuições por serviços ou pacotes de serviços específicos, prêmios de seguro, empréstimos nem qualquer tipo de desconto, a mensalidade associativa disciplinada no Estatuto da proponente, a princípio, enquadra-se no conceito legal de contribuição associativa. Contudo, **sugere-se** a fiscalização diuturna da execução do ajuste, para não permitir que o desconto nos benefícios dos respectivos Associados abarque, ilegalmente, valores de outra natureza, como: serviços prestados pela entidade.

32. É importante, igualmente, que o órgão responsável pela tramitação e fiscalização da execução da parceria **diligencie** para que o desconto da mensalidade associativa **não exceda** 1% (um por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, consoante proibição consignada no art 4º, §3º da Instrução Normativa PRES/INSS/ nº162, de 2024.

2.1.3. A Autorização de Desconto de Mensalidade Associativa

33. Definiu-se autorização como: "manifestação prévia, pessoal e específica por parte do beneficiário, para o ato colimado, por meio de termo de adesão, com assinatura eletrônica avançada e biometria" (art. 2º, inciso X, da Instrução Normativa PRES/INSS/ nº162, de 2024). Ainda o ato normativo interno definiu:

XIV - assinatura eletrônica avançada e reconhecimento biométrico: subscrição que utiliza certificados não emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, com as seguintes características:

a) está associada ao signatário de maneira unívoca;

- b) utiliza dados para a criação de assinatura eletrônica cujo signatário pode, com elevado nível de confiança, operar sob o seu controle exclusivo;
- c) está relacionada aos dados a ela associados, de tal modo que qualquer modificação posterior é detectável; e
- d) será adotado como meio de assinatura exclusivo o reconhecimento biométrico;

34. A Lei nº 14.063, de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, assevera:

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

- I - autenticação: o processo eletrônico que permite a identificação eletrônica de uma pessoa natural ou jurídica;
- II - assinatura eletrônica: os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos nesta Lei;
- III - certificado digital: atestado eletrônico que associa os dados de validação da assinatura eletrônica a uma pessoa natural ou jurídica;
- IV - certificado digital ICP-Brasil: certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), na forma da legislação vigente.

Art. 4º Para efeitos desta Lei, as assinaturas eletrônicas são classificadas em:

I - assinatura eletrônica simples:

- a) a que permite identificar o seu signatário;
- b) a que anexa ou associa dados a outros dados em formato eletrônico do signatário;

II - assinatura eletrônica avançada: a que utiliza certificados não emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, com as seguintes características:

- a) está associada ao signatário de maneira unívoca;
- b) utiliza dados para a criação de assinatura eletrônica cujo signatário pode, com elevado nível de confiança, operar sob o seu controle exclusivo;
- c) está relacionada aos dados a ela associados de tal modo que qualquer modificação posterior é detectável;

III - assinatura eletrônica qualificada: a que utiliza certificado digital, nos termos do [§ 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001](#).

§ 1º Os 3 (três) tipos de assinatura referidos nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo caracterizam o nível de confiança sobre a identidade e a manifestação de vontade de seu titular, e a assinatura eletrônica qualificada é a que possui nível mais elevado de confiabilidade a partir de suas normas, de seus padrões e de seus procedimentos específicos.

§ 2º Devem ser asseguradas formas de revogação ou de cancelamento definitivo do meio utilizado para as assinaturas previstas nesta Lei, sobretudo em casos de comprometimento de sua segurança ou de vazamento de dados.

35. O desiderato da lei é o de preservar a confiabilidade e a segurança do sistema, razão pela qual o ato normativo interno do INSS incorporou a definição legal, haja vista a necessidade da comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica que se prestarão a formalizar as respectivas autorização de desconto de mensalidade associativa. **Cumpra aos gestores** da Autarquia Federal fiscalizarem o cumprimento das normas para que a segurança das operações de desconto não seja vulnerada pela inobservância das regras procedimentais impostas.

36. O art. 20 da Instrução Normativa PRES/INSS/ nº162, tendo em vista o §1º-A do art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048, de 1999, impõe que a autorização de desconto de mensalidade associativa seja efetivada por meio do termo de adesão com assinatura eletrônica avançada e reconhecimento biométrico:

Art. 20. A autorização de desconto de mensalidade associativa, efetivada por meio do termo de adesão com assinatura eletrônica avançada e reconhecimento biométrico, somente poderá ocorrer em favor da própria entidade acordante.

§ 1º Em se tratando de ACTs firmados com confederações, as autorizações de desconto de mensalidade associativa poderão ocorrer em favor de entidades que a elas estejam vinculadas.

§ 2º Para a efetivação de desconto de mensalidade nos benefícios previdenciários, a entidade que firmar ACT com o INSS deverá encaminhar à Dataprev os termos de adesão ao desconto de mensalidade associativa até o 2º (segundo) dia útil de cada mês, para processamento no referido mês.

37. A forma e o prazo para a autorização de desconto de mensalidade **deverá seguir o ato normativo interno**: Instrução Normativa PRES/INSS/ nº162, de 2024:

Art. 3º Poderá ser descontado na renda mensal do benefício previdenciário a mensalidade associativa de entidade de aposentados ou pensionistas legalmente reconhecidas, constituídas e em funcionamento, desde que autorizada pelo titular.

Parágrafo único. Fica vedada a autorização de desconto associativo por procurador ou por representante legal do titular do benefício (curador, guardião, tutor nato ou judicial), salvo por decisão judicial específica que autorize o desconto.

Art. 4º A averbação do desconto no benefício de que trata esta Instrução Normativa ocorrerá desde que:

I - a operação seja realizada por entidade acordante habilitada e que mantenha ACT com o INSS para operacionalizar o referido desconto; e

II - o desconto seja formalizado por meio de termo de adesão, firmado e assinado com assinatura eletrônica avançada e biometria, apresentação do documento de identificação oficial, válido e com foto, e número do Cadastro de Pessoa Física - CPF.

§ 1º Não poderá haver mais de uma rubrica de desconto de mensalidade associativa por benefício.

§ 2º Qualquer ajuste de pagamento de mensalidade não descontado na competência correspondente, seja por inconsistências ou falhas operacionais, será objeto de entendimento entre o filiado beneficiário e a entidade acordante por outros meios de pagamentos diversos ao desconto de mensalidade no benefício.

§ 3º O desconto de mensalidade associativa não poderá exceder 1% (um por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

§ 4º Na hipótese em que o valor de desconto de mensalidade definida pela Entidade seja superior ao limite estabelecido no § 3º, deverá a entidade acordante dispor de outros meios de pagamentos para a complementação entre o limite definido e o valor da mensalidade.

§ 5º Os requisitos técnicos para operacionalização dos descontos serão definidos pela Dataprev.

§ 6º As regras de biometria trazidas no inciso II somente se aplicarão às novas adesões, efetuadas a partir da entrada em vigor das obrigações trazidas nesta Instrução Normativa.

2.3 A Natureza Jurídica do ajuste proposto

38. O instrumento que se pretende firmar é um Acordo de Cooperação, vez que objetiva à conjunção de esforços para possibilitar o repasse das contribuições associativas descontadas da mensalidade do benefício, mediante autorização do associado. A documentação acostada aos autos, infere-se que se trata de instrumento a ser firmado sem

repasse de recursos, para a consecução de objetivos comuns, os partícipes não cobram taxa ou remuneração entre si, portanto, não tem natureza contratual.

39. O ajuste em tela configura hipótese de acordo de cooperação, definido como uma modalidade de parceria entre a administração pública e a entidade de direito privado, sem fins lucrativos, em regime de mútua colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que não envolve a transferência de recursos financeiros (art.2º, inciso VIII da Lei nº 13.019, de 2014).

40. Tal circunstância atrai a regência da Lei nº 13.019, de 2014, que dispõe sobre as parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, consoante disposição do seu art. 2º, inciso I, alínea "a":

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

41. No caso concreto, em acréscimo as considerações lançadas sobre a natureza jurídica - organização da sociedade civil - da entidade proponente destacada no art. 1º do seu Estatuto Social, o art. 26 do mesmo Estatuto (SEI [14964612](#)) diz que: "as atividades dos diretores e conselheiros, assim como as dos associados serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem". Ainda, "a forma de recursos para o desenvolvimento e a manutenção da associação provém de receitas decorrentes de seu patrimônio, mobiliário e imobiliário que venha a possuir, e das aplicações financeiras, doações e legados, auxílios e contribuições de seus associados e benfeitores ou qualquer outra forma legal de receita, cuja soma constitui o patrimônio social" (art. 28 do Estatuto Social).

42. O interesse recíproco em relação ao objeto a ser pactuado é um aspecto essencial para a legalidade da utilização do Termo de Acordo de Cooperação. Há, nos autos, Proposta firmada pela Associação que demonstra interesse em firmar específico ajuste (SEI [14964604](#)).

43. O INSS manifestou favorável acerca do interesse da autarquia, mediante a Nota Técnica sobre a conveniência e oportunidade de celebração da proposta de Acordo de Cooperação Técnica - ACT (SEI [15341577](#)). **Recomenda-se** que a Autoridade competente, nos termos do art. 33, § 2º, da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024, ratifique, mediante despacho decisório, a conveniência do ajuste, bem assim o interesse da autarquia previdenciária na celebração do ACT.

2.4 Requisitos para celebração do ACT

44. Com relação aos requisitos para a celebração do ajuste proposto, a análise jurídica será realizada a luz da **vigente Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024**.

45. A primeira exigência feita a proponente, para que se proceda a operacionalização do desconto de mensalidade associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas, além da celebração do ACT, é a **contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev** :

Art. 1º Estabelecer, no âmbito do INSS, critérios e procedimentos para celebração, operacionalização e acompanhamento dos Acordos de Cooperação Técnica - ACTs relativos aos

descontos, em benefícios de aposentados ou pensionistas do Regime Geral de Previdência Social de mensalidade associativa.

§ 1º Para operacionalizar o desconto de mensalidade associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas, as entidades deverão celebrar ACT com o INSS e contrato com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev.

§ 2º O ACT e o contrato referenciados no § 1º são independentes entre si, estabelecendo obrigações específicas a cada participante.

46. Ainda, para a celebração e a manutenção do ACT para desconto com o INSS, a entidade proponente/acordante deverá comprovar, cumulativamente, os seguintes requisitos, os quais serão enumerados conforme o art. 6º da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024, acompanhados das observações concernentes a instrução do processo do caso em análise:

- I - possuir número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ há mais de 3(três) anos, com natureza jurídica de entidade sem fins lucrativos, com atividades e finalidades de relevância pública e social - o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ foi aberto em 20 de abril de 2005, com código e descrição da natureza: Associação Privada; descrição da atividade econômica principal: Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte; e a secundária: atividades de associações de defesa de direitos sociais. Portanto, **requisito atendido pela entidade proponente.**
- II - possuir objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 33 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - de acordo com os arts. 1º e 2º do seu Estatuto Social (SEI [14964612](#)), a proponente foi constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, recreativo, esportivo, social, cultural e educacional, com a finalidade de atender a todos os aposentados e pensionistas, amparados pelo Regime Geral da Previdência Social - INSS. Requisito atendido.
- III - possuir representação territorial, com sede própria ou através de entidades afiliadas em, no mínimo, 3 (três) estados da Federação, em diferentes regiões, com atendimento presencial aos associados nas Unidades Federativas de sua estrutura. **Requisito não comprovado.**
- IV - estar devidamente regularizada em relação ao:
 - a) Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) - Requisito comprovado com Relatório de Inclusão no Cadin pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB (SEI [15262220](#)).
 - b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (SEI [14964628](#)).

47. A proponente não preenche todos os requisitos impostos no art. 6º da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024, em especial o arrolado no seu inciso III. Todavia, nos termos do art. 40 da referida Instrução: "Os requisitos presentes para celebração de ACT, previstos nos incisos I e III do art. 6º não se aplicam aos processos requeridos e devidamente protocolados até a data de vigência desta Instrução Normativa", considerando que a Manifestação de Interesse da Entidade é datada de 05 de fevereiro de 2024, os incisos I e III do art. 6º não se aplicam a este caso concreto.

48. O art. 7º da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024, disciplina a instrução propriamente dita, a qual exige os documentos que serão arrolados a seguir, acompanhados de análise concreta do presente caso:

- I - manifestação de interesse da entidade - Ofício nº 01/2024 – Presidente da ASSESP, de 05/02/2024 (SEI [14964604](#));
- II - comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (SEI [14964619](#));
- III - estatuto social atualizado e aprovado em assembleia geral devidamente registrada em cartório - Estatuto Social, primeira alteração do Estatuto Social, segunda alteração, terceira alteração, quarta alteração, quinta alteração e Consolidação do Estatuto Social da Associação dos Servidores Públicos (SEI [14964605](#), [14964606](#), [14964607](#), [14964608](#), [14964609](#) e [14964612](#));

- IV - Ata da Assembleia Geral Extraordinária que elegeu a atual diretoria (registrada em cartório), com eleição para o término do mandato em 24/08/2026 (SEI [15262208](#));
- V - ata da assembleia geral que definiu o percentual de desconto (registrada em cartório) (SEI [15262211](#));
- VI - documento de identificação oficial válido com foto e CPF da autoridade competente para firmar o ACT, conforme o Estatuto Social - Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale (SEI [14964624](#));
- VII - relação dos dirigentes da entidade, conforme ata de posse, contendo nome, número e órgão expedidor da carteira de identidade, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF, endereço completo e telefones (SEI [14964627](#));
- VIII - relação completa dos associados e/ou filiados da entidade - (SEI [14964631](#));
- IX - informações acerca das formas atuais de cobrança da mensalidade associativa (art. 6º do Estatuto);
- X - documentos que comprovem que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado - conta de telefone (SEI [15262216](#));
- XI - demonstração de estrutura física da entidade e existência de pessoal administrativo, por meio de:
 - a) cópias de Carteira de Trabalho ou contratos assinados com seus colaboradores, com firma reconhecida em cartório, a fim de fazer prova da existência de pessoal administrativo no corpo da entidade (SEI [15262235](#));
 - b) relatório com fotos de todas as dependências físicas de sua sede social, contendo visualização das fachadas, da rua, salas com computadores, sala com os arquivos de filiação e local de reuniões das assembleias da entidade - (SEI [15262217](#));
 - c) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB de sua sede social (SEI [15262219](#));
- XII - sítio eletrônico oficial da entidade interessada, em funcionamento na Internet - (SEI [15262217](#));
- XIII - Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC (0800) que permita a realização de ligação gratuita para atendimento dos filiados/beneficiários (SEI [15262238](#));
- XIV - comprovação de que a entidade possui objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, tais como relatório com fotos de eventos e atividades sociais relevantes por ela promovidas em favor de seus filiados, e/ou que tenham sido divulgadas em jornais e/ou sites de utilidade pública (inciso I do art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014) - registros fotográficos (SEI [15262218](#)).
- XV - cadastro ativo da entidade no Portal do Consumidor (<https://consumidor.gov.br>) da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon como "Entidades Sem Fins Lucrativos" (SEI [15262222](#));
- XVI - certidão negativa atualizada de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União - Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, válida até 11/06/2024 (SEI [14964615](#));
- XVII - certidão negativa estadual/distrital - Secretaria de Fazenda Estadual/Distrital (Unidade da Federação da sede da entidade) - Certidão Negativa de Débitos Tributários Estado do Ceará, válida até 06/04/2021 (SEI [14964616](#));
- XVIII - certidão negativa municipal - Secretaria Municipal de Fazenda (município da sede da entidade) - Certidão Negativa de Débito Municipal expedida pela Prefeitura de Fortaleza válida até 13/03/2024 (SEI [14964617](#));
- XIX - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecido pela Caixa Econômica Federal, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 - Certificado Regularidade do FGTS - CRF válida até 01/03/2024 (SEI [14964634](#));
- XX - Certidão de Regularidade Trabalhista - CNDT - Certidão de Regularidade Trabalhista válida até 31/07/2024 (SEI [14964618](#));
- XXI - certidões negativas correcionais da Controladoria Geral da União - CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) - Certidão Negativa Correcional da CGU (SEI [15262224](#));
- XXII - comprovante de Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES ou Cadastro Especial de Colônias de Pescadores - CECP ou Cadastro de Entidades Sindicais Especiais - CESE no Ministério do Trabalho e Emprego - **foi juntado pedido de inscrição junto ao CESE, mas, ao que parece, ainda não foi analisado (providências a ser adotada);**
- XXIII - certidões negativas do Sistema de Contas Irregulares do Tribunal de Contas da União - TCU (do CNPJ e dos CPFs dos dirigentes) - (SEI [15262227](#));
- XXIV - certidão negativa Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU - (SEI [15262229](#));

- o XXV - certidões negativas do Sistema Inabilitados do TCU (CPF dos dirigentes) - (SEI [15262230](#));
- o XXVI - certidões negativas do Sistema Inidôneos do TCU (CPF dos dirigentes) - (SEI [15262231](#));
- o XXVII - certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça - (SEI [15262233](#) e [15262234](#));
- o XXVIII - declaração consolidada da entidade proponente, nos moldes do Anexo I da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024 (SEI [14964620](#)).

49. Tratando-se de documentos necessários para o processamento deste procedimento administrativo, **recomenda-se a complementação da instrução processual**, com a inserção dos documentos faltantes, devidamente apontados nos itens acima arrolados, para o regular prosseguimento do feito, sob pena de ilegalidade, nos termos da norma interna que atualmente rege a matéria no INSS. As exigências contidas na Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024, encontra fundamento jurídico nos diplomas legais que regem as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, consoante o art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e o art. 26 do seu respectivo regulamento: Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

50. A área técnica responsável pela formalização do processo, de acordo com art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, **deverá**, ainda, **verificar** a validade das respectivas certidões, pois a comprovação fiscal é devida na apresentação da manifestação de interesse e no ato da assinatura do Termo.

2.5 Plano de Trabalho

51. A elaboração do Plano de Trabalho **deverá** observar os requisitos mínimos estabelecidos no art. 22 da Lei nº 13.019, de 2014, com redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015:

Art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

II-A previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

III - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

IV - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

52. Evidentemente, em face da ausência de transferência de recursos própria dos acordos de cooperação, deverão ser afastadas as exigências pertinentes às parcerias de natureza onerosa. Inaplicável, portanto, o disposto no inciso II-A do art. 22, supra citado.

53. Quanto aos **aspectos de ordem técnica e administrativa**, que abrangem a definição do objeto, quantidade estimada dos serviços, dentre outros pontos, importa registrar que não cabe a Procuradoria analisá-los, sendo de responsabilidade do setor técnico especializado da Administração. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe a própria área demandante, é importante esclarecer que o Plano de trabalho é um documento que deverá dar o detalhamento do objeto do acordo, com suas metas, fases ou etapas de execução, com as previsões de início e fim da execução do objeto e fim da conclusão de suas fases ou etapas, de modo que tais elementos devem ser o mais bem especificados possível com o fim de garantir, além da adequação técnica do documento, a efetividade da execução do objeto proposto. Por essa razão, **recomenda-se, também, que a especificação do início e fim de cada uma das etapas da execução do ajuste sejam melhor definidas.**

54. Quanto a aprovação do Plano de Trabalho pela autoridade competente, cumpre anotar que depende de prévia análise técnica quanto a viabilidade da execução do objeto e metas propostas, bem como a pertinência das

obrigações estabelecidas e dos meios que serão utilizados para fiscalizar e avaliar a sua execução, esclarecendo, motivadamente, se são suficientes para garantir a plena execução física do objeto.

55. **Recomenda-se**, desse modo, apresentação de manifestação técnica para análise quanto a pertinência das obrigações estabelecidas, ponderação quanto ao prazo proposto para a execução do ajuste, definição e avaliação dos meios que serão utilizados para fiscalizar e avaliar a sua execução, deixando claro, de forma expressamente motivada, se as definições propostas são suficientes para garantir a plena execução física do objeto.

2.6 Minuta do Acordo de Cooperação Técnica

56. Com relação a minuta apresentada (SEI [15340157](#)), o art. 33, §2º da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024, disciplina que:

Art. 33. Caberá à Dirben e à sua Coordenação Geral de Pagamentos de Benefícios o acompanhamento da execução e cumprimento do objeto do ACT para fins de desconto de mensalidade associativa, que deverá:

[...]

§ 1º Caberá à Dirben:

I - decidir acerca dos casos omissos e disciplinar os procedimentos operacionais relativos à matéria; e

II - celebrar os ACTs, nos termos do art. 20 do Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, salvo avocação por parte do Presidente.

§ 2º O Plano de Trabalho, bem como o ACT para desconto de mensalidade associativa são os instrumentos jurídicos que criam obrigações entre o INSS e as entidades acordantes, e **terão suas minutas modelo definidas em ato complementar pela Dirben, com aprovação da Procuradoria Federal Especializada.**

57. Entretanto, o **ato complementar mencionado no dispositivo ainda não foi editado**, razão pela qual **aconselha-se que a celebração do ajuste aguarde a referida edição**, para que se cumpra o desiderato da norma interna, formalizando o acordo mediante a minuta padrão a ser adotada pela Autarquia Pública federal previdenciária.

58. Consoante conclusão já tratada nesta manifestação explicitamente sobre a **necessidade da Dirben definir as suas minutas modelo, mediante ato complementar, conforme determinação expressa do art. 33, §2º da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024**, a minuta do ACT (SEI [15340157](#)), sob o aspecto formal, **não foi definida mediante o ato complementar, razão pela qual não reúne condições para a aprovação desta PFE/INSS.**

59. Aponte-se, além do mais, que critérios e obrigações da **Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024** já amplamente enfatizadas nesta manifestação jurídica, deverão integrar a minuta modelo do ACT, como:

- a cláusula disciplinando a condição suspensiva: celebração do contrato com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev (seguindo as regras, critérios e definições da Dataprev), para a operacionalização do desconto de mensalidade associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas;
- vedação de autorização de desconto associativo por procurador ou por representante legal do titular do benefício (curador, guardião, tutor nato ou judicial), salvo por decisão judicial específica que autorize o desconto (art.3º, parágrafo único);
- a exigência de que o desconto seja formalizado por meio de termo de adesão, firmado e assinado com assinatura eletrônica avançada e biometria, apresentação do documento de identificação oficial, válido e com foto, e número do Cadastro de Pessoa Física - CPF (art. 4º, inciso II);
- a previsão das obrigações da Entidade acordante conforme as disposições da Seção II da nova Instrução (arts. 11 e 12);

- cláusulas resguardando a aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, no que se refere ao o tratamento e uso compartilhado de dados pessoais fornecidos pelos beneficiários à entidade, para fins do ACT.
- inclusão de cláusulas que disciplinem as irregularidades e sanções e as hipóteses de extinção do Acordo (arts. 34, 35, 36 e 37).

60. Esse rol exemplificativo destaca os assuntos relevantes que deverão integrar a minuta modelo (**art. 33, §2º da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024**), **entretanto não exclui outros que o órgão técnico entenda adequado integrar ao ajuste, vez que compete a Dirben elaborar a nova minuta**; a PFE/INSS cabe a futura análise da regularidade jurídico-formal da respectiva minuta.

61. A adoção dos modelos de contratos e instrumentos congêneres **é recomendada**, uma vez que assegura maior padronização nas ações da Administração, além de atender aos princípios da transparência, eficiência e celeridade nos processos administrativos. Nesse sentido, o Enunciado da Boa prática Consultiva-BPC nº 06:

Os Órgãos Consultivos devem, preferencialmente, utilizar minutas padronizadas de editais e contratos e de roteiro parametrizado de instrução dos autos (conhecidos -checklists), no exercício da atividade de assessoramento jurídico. Consequentemente, as constantes atualizações dos documentos parametrizados devem ser informadas às Entidades/Órgãos Assessorados, para que disponham sempre das versões mais recentes. Recomendável, também, que os Órgãos Consultivos estabeleçam tratativas com as Entidades/Órgãos Assessorados para que as alterações feitas nas minutas-padrão sejam destacadas, a fim de agilizar o exame jurídico posterior pela instância consultiva da AGU.

62. Adicionalmente, a adoção da minuta padrão para o Acordo de Cooperação Técnica, possibilitará que a Procuradoria Federal Especializada, no desempenho das atividades de consultoria jurídica, avalie volume de processos idênticos com vistas a decidir sobre a oportunidade e conveniência da adoção manifestação jurídica referencial, conforme Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014.

63. Quanto a **elaboração da futura minuta do Acordo de Cooperação** para o caso concreto, **recomenda-se, como medida de cautela, a costumeira verificação da correta**: (i) qualificação dos partícipes; (ii) condição de representante daquele que vai assinar o ACT em nome da Entidade; (iii) adoção de cuidado com a competência dos agentes públicos envolvidos.

64. No que se refere ao aspecto material e operacional do ajuste, a respectiva apreciação **deve ser realizada pela Dirben e demais áreas competentes envolvidas**.

2.7 Recomendações dirigidas à Dirben e à sua Coordenação Geral de Pagamentos de Benefícios do INSS

65. Em face das novas exigências e requisitos impostos por meio da vigente Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024, **recomenda-se** aos órgãos técnicos a revisão da instrução dos processos administrativos instaurados com vista a futura celebração do ACT para fins de desconto de mensalidade associativa, antes do encaminhamento do processo administrativo para a Procuradoria Federal Especializada para fins de análise jurídica da regularidade do procedimento.

66. A recomendação se justifica ainda mais diante do art. 33, §2º da mencionada Instrução Normativa, haja vista que o Plano de Trabalho e o Acordo de Cooperação Técnica para desconto de mensalidade associativa terão suas minutas modelo definidas em ato complementar pela Dirben, razão pela qual, **é aconselhável** que os processos administrativos somente sejam encaminhados à PFE/INSS após a confecção das respectivas minutas padrão.

67. Com relação a diligências para a preservação da segurança jurídica dos ajustes, **é recomendável** que a

legalidade da constituição das entidades proponentes seja analisada com mais acuidade, pois o INSS tem sido demandado judicialmente em face de descontos de mensalidades associativas diversos da autorização ou, supostamente, não autorizados. A Instrução Normativa criou ferramentas para a atuação do INSS nesse sentido, exemplo do art. 7º, §§2º e 3º, mediante a previsão de visita técnica ou pesquisa externa, e o art. 33, com a imposição dos deveres funcionais com vistas ao regular acompanhamento e fiscalização da execução do ACT, **cuja observância é obrigatória**.

68. **Recomenda-se, desse modo**, a análise de riscos consistente, antevendo medidas que solucionem tecnicamente eventuais problemas acerca da segurança jurídica da Parceria a ser firmada.

2.8 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

69. Neste tópico serão reproduzidas e integradas a esta manifestação as recomendações constantes no Parecer Referencial n. 00001/2022/DMAPR/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do NUP 35014145342202205 e da chave de acesso e722082b):

Conforme se percebe da leitura da minuta anexada a esta manifestação, o acordo de cooperação prevê o compartilhamento de informações, inclusive de dados pessoais para a adequada consecução de seus objetivos.

A propósito do tratamento de dados pessoais, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), traz toda uma regulamentação cuja observância de uma maneira geral **é recomendada**, principalmente (mas não exclusivamente) quanto aos princípios elencados em seu art. 6º, a saber: finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilidade na prestação de contas.

O **tratamento** consiste em toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração” (Art. 5º, X).

Por seu turno, **uso compartilhado de dados** é toda comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados (Art. 5º, XVI).

Vale igualmente destacar a previsão contida no Art. 23 da LGPD, uma vez que o tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que:

- a) sejam informadas as hipóteses em que, no exercício de suas competências, realizam o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos;
- b) seja indicado um encarregado quando realizarem operações de tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 39 desta Lei;

Além disso, nos termos do Art. 25 da LGPD, os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral. (Art. 25)

Acrescenta-se, outrossim, que o uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei. (Art. 26).

70. Ainda no ensejo, e considerando o que consta da LGPD, destaca-se que a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) estabelece:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, **a agentes públicos legalmente autorizados** e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal. (Grifos nossos)

71. Quanto a proteção de dados pessoais, o Acordante estará adstrito à observância das obrigações elencadas no art. 29 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024:

Art. 29. Observado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), o tratamento e uso compartilhado de dados pessoais fornecidos pelos beneficiários à entidade poderá ser processado somente para execução do objeto desta Instrução Normativa. § 1º É vedado à entidade compartilhar dados pessoais sem o consentimento expresso e específico do titular que conceder a autorização prevista no caput, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º Caberá à entidade garantir a segurança relativa ao uso e tratamento de dados pessoais sob sua administração.

§ 3º As entidades deverão assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS, comprometendo-se a não divulgar sem autorização quaisquer dados pessoais a que tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela lei, bem como legislação complementar e orientações emitidas pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), assumindo responsabilidade administrativa, civil e criminal por eventual incidente ou vazamento de dados provocados por si, seus empregados e/ou colaboradores.

72. Chama-se atenção para a importância da assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS e a incorporação da temática na futura minuta de ACT, **cuja elaboração é recomendada nos termos dos parágrafos 61/64 supra.**

3. CONCLUSÃO

73. Diante do exposto, a presente análise jurídico-formal do procedimento administrativo em epígrafe, em resumo, enseja as seguintes conclusões jurídicas:

- É possível juridicamente que o INSS efetue em favor das entidades de aposentados legalmente reconhecidos, os descontos em benefícios previdenciários para o pagamentos de mensalidades associativas, contanto que o Segurado Filiado autorize expressamente tal procedimento (art. 115, V, da Lei nº 8.213, de 1991).
- O procedimento administrativo, no caso concreto, só estará apto a prosseguir se a Entidade for associação que reúna pessoas com objetivos comuns, formada por aposentados ou pensionistas do RGPS, com objetivos inerentes a essas categorias (art. 2º, inciso IV, alínea "a" e "b" da Instrução Normativa PRES/INSS/nº 162, de 2024).
- A mensalidade associativa disciplinada no Estatuto da proponente (SEI [14964612](#)), a princípio, enquadra-se no conceito legal de contribuição associativa. Contudo, sugere-se a fiscalização diuturna da execução do ajuste, para não permitir que o desconto nos benefícios dos respectivos Associados abarque, ilegalmente, valores de outra natureza, como: serviços prestados pela entidade.
- É necessária a comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica que se prestarão a formalizar as respectivas autorizações de desconto de mensalidade associativa. Cumpre os Gestores da autarquia federal fiscalizar o cumprimento das normas para que a segurança das operações de desconto não seja vulnerada pela inobservância das regras procedimentais impostas.
- O art. 20 da Instrução Normativa PRES/INSS/nº 162, 2024, impõe que a autorização de desconto de mensalidade associativa seja efetivada por meio do termo de adesão com assinatura eletrônica avançada e reconhecimento biométrico.
- Exige-se da entidade, para que se proceda a operacionalização do desconto de mensalidade associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas, além da celebração do ACT, a contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev (art. 1º da Instrução Normativa PRES/INSS/nº 162, 2024).
- Recomenda-se a complementação da instrução processual, com a inserção dos documentos faltantes, para o regular prosseguimento do feito, sob pena de ilegalidade, nos termos da norma interna que atualmente rege a matéria no INSS.
- O Plano de Trabalho, bem como o ACT para desconto de mensalidade associativa, deverão ter as respectivas minutas modelo definidas em ato complementar pela Dirben (art. 33, §2º, da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024). Aconselha-se que a celebração do ajuste aguarde a referida edição, para que se cumpra o desiderato da norma interna, formalizando o acordo mediante a minuta padrão a ser adotada pela Autarquia Pública federal previdenciária.
- Em face das novas exigências e requisitos impostos por meio da vigente Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024, recomenda-se a revisão da instrução dos processos administrativos instaurados com vista a futura celebração do ACT para fins de desconto de mensalidade associativa, antes do encaminhamento do processo administrativo para a PFE/INSS para fins de análise jurídico-formal do procedimento.
- São necessários relevantes ajustes nas minutas apresentadas neste processo administrativo visando a adequação ao novo normativo do INSS, razão pela qual é inviável o respectivo uso para instrumentalizar o ajuste pretendido.
- Diante do art. 33, §2º da Instrução Normativa, o Plano de Trabalho e o ACT para desconto de mensalidade associativa terão suas minutas modelo definidas em ato complementar pela Dirben, razão pela qual, é aconselhável que os processos administrativos somente sejam encaminhados para a PFE/INSS após a confecção das respectivas minutas padrão.

74. A Procuradoria não aprova a minuta do ACT apresentada (doc. SEI nº SEI nº 15315064), em face das razões expostas nesta manifestação jurídica, e condiciona a opinião favorável ao prosseguimento do procedimento ao cumprimento das recomendações deste parecer, especialmente os parágrafos **31, 32, 35, 43, 46, 48/50, 53, 55, 57, 58, 61, 63/68 e 72**, respeitados os trâmites legais que regem o procedimento.

75. Registre-se, por fim, que não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas. Eis o teor do BPC nº 05: "Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas".

76. Essa é a opinião jurídica, elaborada por meio do Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS e assinada eletronicamente pela Procuradora responsável, que se afigura como juridicamente adequada frente aos documentos a que se teve acesso, anexados ao SAPIENS pelo órgão consulente.

77. Ao final, sugere-se encaminhamento ao Protocolo para adoção das seguintes providências administrativas:

- i) juntada da documentação ao Sistema SEI;
- ii) remessa para a **Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão**, para ciência e adoção de providências a seu cargo;
- iii) encerramento da tarefa no Sapiens com a juntada de Certidão de remessa;
- iv) após, ao arquivo provisório. À consideração superior

À consideração superior.

Brasília, 22 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

PATRICIA CRISTINA LESSA FRANCO MARTINS

PROCURADORA FEDERAL

EQUIPE NACIONAL DE CONSULTORIA EM MATÉRIA DE PARCERIAS E RESIDUAL

DESPACHO

1. De acordo com a manifestação jurídica supra, por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do art. 7º da Portaria AGU nº 1.399, de 05/10/2009, c/c o art. 13 da Portaria PGF nº 526, de 26/08/2013 e art. 1º da Portaria nº 00004/2023/GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, de 03 de agosto de 2023.

2. Remetam-se à consideração do Exmo. Sr. Coordenador-Geral de Matéria de Pessoal, Parcerias e Residual, para apreciação nos termos do art. 7º da Portaria AGU nº 1.399/2009, combinado com art. 13 da Portaria PGF nº 526/2013 e art. 2º da Portaria nº 00004/2023/GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, de 03 de agosto de 2023.

(assinado eletronicamente)

ANA VALESKA ESTEVÃO VALENTIM

PROCURADORA FEDERAL

COORDENADORA DA EQUIPE NACIONAL DE CONSULTORIA EM MATÉRIA DE PARCERIAS E RESIDUAL

DESPACHO

1. Aprovo as conclusões do **PARECER n. 00078/2024/ENC.PARCERIAS/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**, por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do art. 7º da Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, combinado com o art. 13 da Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013 e competência delegada, conforme art. 2º da Portaria nº 00004/2023/GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, de 03 de agosto de 2023.

2. Encaminhe-se conforme sugerido.

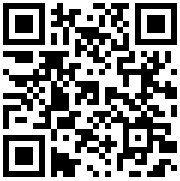
(assinado eletronicamente)

ANDRÉ CAMARGO HORTA DE MACEDO

PROCURADOR FEDERAL

COORDENADOR-GERAL DE MATÉRIA DE PESSOAL, PARCERIAS E RESIDUAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35014048140202470 e da chave de acesso adc31d47



Documento assinado eletronicamente por ANDRE CAMARGO HORTA DE MACEDO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1465072357 e chave de acesso adc31d47 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANDRE CAMARGO HORTA DE MACEDO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 26-04-2024 10:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento assinado eletronicamente por ANA VALESKA ESTEVÃO VALENTIM, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1465072357 e chave de acesso adc31d47 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANA VALESKA ESTEVÃO VALENTIM, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 25-04-2024 17:25. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento assinado eletronicamente por PATRICIA CRISTINA LESSA FRANCO MARTINS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1465072357 e chave de acesso adc31d47 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): PATRICIA CRISTINA LESSA FRANCO MARTINS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 25-04-2024 11:53. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

DESPACHO

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, em 26/04/2024

Ref.: Processo nº 35014.048140/2024-70

Int.: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

Ass.: Solicitação de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT.

1. Ciente do Parecer n. 00078/2024 (15882906).
2. Remetemos os autos à **DCBEN** por meio da **CGPAG**, em prosseguimento, para conhecimento das orientações fornecidas pela PFE.

ANDRÉ PAULO FELIX FIDELIS

Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

DIRBEN - Diretoria de Benefícios e de Relacionamento com o Cidadão
Setor de Autarquias Sul Qd 2 Bloco O
Asa Sul
Brasília - DF, 70070.946
dirben@inss.gov.br



Programa de Enfrentamento da Fila da
Previdência Social



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE PAULO FELIX FIDELIS, Diretor(a) de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão**, em 26/04/2024, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15887194** e o código CRC **C13498A1**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 15887194



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios

DESPACHO

Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios, em 29/04/2024

Ref.: Processo nº 35014.048140/2024-70.

Int.: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP.

Ass.: Solicitação de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT.

1. Trata-se de solicitação de celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT formulada pela ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, inscrita no CNPJ nº 07.361.030/0001-72, objetivando a realização de desconto de mensalidade associativa em benefício previdenciário, desde que devidamente autorizado por seus associados beneficiários de aposentadoria ou pensão paga pelo INSS.
2. Ciente do despacho DIRBEN 15887194.
3. Encaminha-se à **DCBEN**, para providências decorrentes.

JUCIMAR FONSECA DA SILVA

Coordenação Geral de Pagamento de Benefícios.



Documento assinado eletronicamente por **JUCIMAR FONSECA DA SILVA**, **Coordenador(a)-Geral de Pagamento de Benefícios**, em 29/04/2024, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15892964** e o código CRC **A1161861**.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANÁLISE Nº 29/2025/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN

PROCESSO Nº 35014.048140/2024-70

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

CHECK LIST DE VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

Ref.: Processo nº 35014.048140/2024-70

Int.: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

Ass.: Checklist de verificação final da documentação apresentada para Acordo de Cooperação Técnica de desconto de mensalidade associativa.

DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SEI	OBSERVAÇÕES
Ofício com a solicitação de Acordo	X			14964604	Data 05/02/2024
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do CNPJ	X			14964619	Abertura: 20/04/2005
RG e do CPF do Procurador			X		
Procuração com poderes específicos delegada pela Presidente da entidade, segundo o Estatuto Social			X		
RG e do CPF da pessoa competente para assinar o acordo, conforme o Estatuto Social	X			10168210 14964624	Presidente: Maria de Lourdes Pinheiro do Vale
Estatuto Social da Entidade e suas alterações (registrada em cartório)	X			14964605 14964606 14964607 14964608 14964609 14964610 14964612	
Assembleia Geral que elegeu a atual diretoria (registrada em cartório)	X			15262208 15262211	
Ata de Assembleia Geral que definiu o percentual de desconto (autenticada em cartório)	X			14964612	Desconto de 3% do benefício mensal, conform art. 6º do Estatuto Social.
Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles.	X			14964612 15262211	
Documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;	X			15262216	
Informações acerca das formas atuais de cobrança da mensalidade associativa		X			Apresentar declaração
Relação dos Associados/Filiados da entidade, contendo os dados: nome completo, CPF e número do benefício dos associados/filiados	X			14964631	4.615 ASSOCIADOS
Declaração expressa do proponente, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta (Declaração de Adimplência / não inadimplente)	X			14964620	

DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SEI	OBSERVAÇÕES
Declaração referente ao disposto no inciso V, art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, cumprindo a determinação constante no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal	X			14964620	
Constituição de acordo	X			14964604	Data 05/02/2024
Declaração que a Entidade e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014	X			14964623	Abertura: 20/04/2005
Declaração considerando o disposto no art. 27, do Decreto nº 8.726/2016	X		X	14964620	
Declaração de Concordância com Visita Técnica ou Pesquisa Externa, a ser realizada a qualquer tempo, pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN			X		Apresentar declaração
RG e do CPF da pessoa competente para assinar o acordo, conforme o Estatuto Social	X			10168210 14964624	Presidente: Maria de Lourdes Pinheiro do Vale
a) de adimplência, sob as penas do art. 299 do Código Penal, informando que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta; b) de que se enquadra no conceito de Organização da Sociedade Civil - OSC, e que seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, e que não se enquadram nas situações constantes no art. 27 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016; e c) de que possui capacidade técnica e operacional para cumprimento do objeto do ACT pretendido, conforme a Lei nº 13.019, de 2014.	X			14964605 14964606 14964607 14964608 14964609 14964610 14964612	Apresentar declaração
Relatório com fotos de todas as dependências físicas de sua sede social, contendo visualização das fachadas, da rua, salas com computadores, sala com os arquivos de filiação e local de reuniões das assembleias da entidade.	X			15262208 15262211	
Relatório com fotos de todas as dependências físicas de sua sede social, contendo visualização das fachadas, da rua, salas com computadores, sala com os arquivos de filiação e local de reuniões das assembleias da entidade.	X			14964623 14964623 14964626 15262217	Desconto de 3% do benefício mensal, conform art. 6º do Estatuto Social.
Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles.	X			14964621 14964612 15262211	
Documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço onde se encontra a sede social, com o endereço, telefone, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles.	X			14964620 14964630	
Informações acerca das formas atuais de cobrança da mensalidade associativa	X	X			Apresentar declaração
Relação dos Associados/Filiados da entidade, contendo os dados: nome completo, CPF e número do benefício dos associados/filiados	X			14964631	4.615 ASSOCIADOS
Declaração expressa do proponente, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta	X			14964626 14964636	
(Declaração de Atividade de Bombardeiros (ABC)) da sede social)	X			15262219 14964629	
Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC (0800) que permita a realização de ligação	X			15262238	
Declaração referente ao disposto no inciso V, art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, cumprindo a determinação constante no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal	X			15262217 14964620	0800 591 9057
Declaração que a Entidade e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014	X			15262217	https://assesp-associacao.org
Declaração considerando o disposto no art. 27, do Decreto nº 8.726/2016	X			14964622	
Declaração de Concordância com Visita Técnica ou Pesquisa Externa, a ser realizada a qualquer tempo, pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN					Exigência a cumprir
Declaração consolidada da entidade proponente, nos moldes do Anexo I, da IN 162: a) de adimplência, sob as penas do art. 299 do Código Penal, informando que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta; b) de que se enquadra no conceito de Organização da Sociedade Civil - OSC, e que seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, e que não se enquadram nas situações constantes no art. 27 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016; e c) de que possui capacidade técnica e operacional para cumprimento do objeto do ACT pretendido, conforme a Lei nº 13.019, de 2014.					Apresentar declaração
Relatório com fotos de todas as dependências físicas de sua sede social, contendo visualização das fachadas, da rua, salas com computadores, sala com os arquivos de filiação e local de reuniões das assembleias da entidade.				14964623 14964625 14964626 15262217	
				14964621	

DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SEI	OBSERVAÇÕES
Apresentar TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS, declarando ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada, cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e comprovando a criação e de Situação Cadastral do CNPJ nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a:	X			14964604	Data 05/02/2024
RG e do CPF do Procurador	X			14964619	Abertura: 20/04/2005
I - tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo INSS e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;			X		
RG e do CPF da pessoa competente para assinar o acordo, conforme o Estatuto Social ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;	X			10168210 14964624	Presidente: Maria de Lourdes Pinheiro do Vale
III - não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e	X			14964605 14964606 14964607 14964608 14964609 14964610 14964612	
IV - não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo:					
a) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; e					
b) informações relativas aos materiais de acesso restrito do INSS, salvo autorização da autoridade competente.					
Ata de Assembleia Geral que elegeu a atual diretoria (registrada em cartório)	X			15262208 15262211	
Ata de Assembleia Geral que definiu o percentual de desconto (autenticada em cartório)	X			15262218	Desconto de 3% do benefício mensal, conform art. 6º do Estatuto Social.
Cadastro da Entidade no Portal do Consumidor (consumidor.gov.br) da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) como "Entidades Sem Fins Lucrativos" conforme referidas recomendações da Procuradoria Federal Especializada (PFE).	X			14964612 15262211	
Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (RFB/PGFN - agrega a antiga CND do INSS)	X			15262216	
Informações acerca das formas atuais de cobrança da mensalidade associativa	X	X		14964615	Válida até: 06/03/2024
Certidão negativa estadual/distrital - Secretaria de Fazenda Estadual/Distrital	X			14964616	Válida até: 13/03/2024
Relação dos Associados filiados à entidade, contendo os dados: nome completo, CPF e número do benefício dos associados/filiados	X			14964631	ASSOCIADOS
Certidão negativa municipal - Secretaria Municipal de Fazenda (município da Sede da Representante)	X			14964617	Válida até: 13/03/2024
Penalidade de Regime Central de Inatividade Garantida por Tempo de Serviço - BCGS oferecido pela Administração Pública Federal direta e Indireta - (Declaração de Adimplência) pagão (inadimplente) egador.jsf	X			14964620 14964634	Válida até: 01/03/2024
Certidão de Regularidade Trabalhista (CNDT) -	X			14964618	Válida até: 31/07/2024
Declaração negativa de ocorrência de crime FG - art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, cumprindo a determinação constante no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal	X			14964624	Válida até: 20/03/2024
Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) ou Cadastro Especial de Entidades de Pescadores (CEPEP) e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014	X			14964621	
Declaração considerando a disposição no art. 27 do Decreto nº 8.726/2016	X			14964620	
Declaração de Consórcio com Visita Técnica ou Pesquisa Externa, a ser realizada a qualquer tempo pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento como Cidadão - DIRBEN	X			15262223	Emissão: 05/03/2024
Declaração Negativa do Sistema de Contas Irregulares do TCU - CNPI - link: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ords/exv1/	X			15262225	Válida até: 20/03/2024
Declaração consolidada da entidade proponente, nos moldes do Anexo I, da IN 5.621-16/197853306263: P21 TIPO:CNPI	X				
a) de inadimplência, sob as penas do art. 299 do Código Penal, informando que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou Representantes -	X			15262227	Válida até: 20/03/2024
b) de que se enquadra no conceito de Organização da Sociedade Civil - OSC - e que seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, e que não se enquadram nas sanções constantes no art. 27 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016; e	X			15262229	Emissão: 20/03/2024
c) de que possui capacidade técnica e operacional para cumprimento do objeto do ACP pretendido, conforme a Lei nº 13.019, de 2014.	X			15262230	Válida até: 30/03/2024
Relatório Negativo do Sistema de Dependências Típicas (PDF) de Representantes contendo visualização das fachadas, da rua, salas com computadores, sala de arquivos, de filiação e local de reuniões das assembleias da entidade.	X			14964623 14964625 14964626 15262217	Válida até: 20/03/2024
				14964621	

DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	SEI	OBSERVAÇÕES
Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ	X			15262233	Emissão: 19/02/2024
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php (CNPJ)	X			14964604	Data 05/02/2024
Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ	X			14964619	Abertura: 20/04/2005
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php (CPF)	X		X	15262234	19/02/2024
Prova de poderes específicos delegada pela Presidente da entidade, comprovada pelo Estatuto Social			X		
Quitados do Setor Público Federal - CADIN/SIAFI	X			15262220	Emissão: 20/03/2024
RG e do CPF da pessoa competente para assinar o acordo, conforme o Estatuto Social	X		X	10168210	Presidente: Maria de Lourdes Pinheiro do Vale
Consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS http://www-portaisis.gov.br (CPF dos Representantes)				14964624	
Comprovação de não estar inscrito como inadimplente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF	X			14964605 14964606 14964606	Válida até: 15/10/2024
Estatuto Social da Entidade e suas alterações (registrada em cartório)	X			14964607 14964608	
Apresentou todos os documentos ? () SIM (X) NÃO				14964609	
				14964610 14964612	
Assembleia Geral que elegeu a atual diretoria (registrada em cartório)	X			15262208 15262211	
Referência: Processo nº 35014.048140/2024-70					SEI nº 2022/7882
Ata de Assembleia Geral que definiu o percentual de desconto (autenticada em cartório)	X			14964612	Desconto de 3% do benefício mensal, conform art. 6º do Estatuto Social.
Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles.	X			14964612 15262211	
Documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;	X			15262216	
Informações acerca das formas atuais de cobrança da mensalidade associativa		X			Apresentar declaração
Relação dos Associados/Filiados da entidade, contendo os dados: nome completo, CPF e número do benefício dos associados/filiados	X			14964631	4.615 ASSOCIADOS
Declaração expressa do proponente, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta (Declaração de Adimplência / não inadimplente)	X			14964620	

Declaração referente ao disposto no inciso V, art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, cumprindo a determinação constante no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal	X			14964620	
Declaração que a Entidade e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014	X			14964622	
Declaração considerando o disposto no art. 27, do Decreto nº. 8.726/2016	X			14964620	
Declaração de Concordância com Visita Técnica ou Pesquisa Externa, a ser realizada a qualquer tempo, pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN					Apresentar declaração
Declaração consolidada da entidade proponente, nos moldes do Anexo I, da IN 162: a) de adimplência, sob as penas do art. 299 do Código Penal, informando que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta; b) de que se enquadra no conceito de Organização da Sociedade Civil - OSC, e que seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, e que não se enquadram nas situações constantes no art. 27 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016; e c) de que possui capacidade técnica e operacional para cumprimento do objeto do ACT pretendido, conforme a Lei nº 13.019, de 2014.					Apresentar declaração
Relatório com fotos de todas as dependências físicas de sua sede social, contendo visualização das fachadas, da rua, salas com computadores, sala com os arquivos de filiação e local de reuniões das assembleias da entidade.				14964623 14964625 14964626 15262217	
				14964621	



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios
Coordenação de Pagamentos e Gestão de Benefícios
Divisão de Consignação em Benefícios

OFÍCIO SEI Nº 416/2025/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN-INSS

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

À Senhora,
MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE
Presidente
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP.
Endereço: RUA PIO X, nº 434, LETRA A
JUAZEIRO DO NORTE - CE - CEP: 60.030-100
E-mail: : assesp.nacional@gmail.com

Assunto: Exigências de documentações ainda pendentes - Acordo de Cooperação Técnica (ACT).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

Prezada Senhora,

1. Para darmos andamento ao processo de análise de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para operacionalização de desconto de mensalidade associativa em Aposentadorias e Pensões por Morte pagas pelo INSS, a Entidade/Associação interessada deverá apresentar os seguintes documentos, **que ainda encontram-se pendentes** e na ordem da listagem abaixo:

- 1.1. **Informações acerca das formas atuais de cobrança da mensalidade associativa;**
- 1.2. **Declaração de Concordância com Visita Técnica ou Pesquisa Externa, a ser realizada a qualquer tempo, pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN;**
- 1.3. **Declaração consolidada da entidade proponente, nos moldes do Anexo I, da IN 162:**
 - a) de adimplência, sob as penas do art. 299 do Código Penal, informando que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta;
 - b) de que se enquadra no conceito de Organização da Sociedade Civil - OSC, e que seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, e que não se enquadram nas situações constantes no art. 27 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016; e
 - c) de que possui capacidade técnica e operacional para cumprimento do objeto do ACT pretendido, conforme a Lei nº 13.019, de 2014.
- 1.4. **Comprovação de que possui representação territorial, com sede própria ou através de entidades afiliadas em, no mínimo, 3 (três) estados da Federação, em diferentes regiões, com atendimento presencial aos associados nas Unidades Federativas de sua estrutura.**
- 1.5. **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS, declarando ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada,**

cujas divulgações possam causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e comprometendo-se a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a:

I - tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo INSS e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;

II - preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;

III - não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e

IV - não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo:

a) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; e

b) informações relativas aos materiais de acesso restrito do INSS, salvo autorização da autoridade competente.

2. **Importante** esclarecer que, para celebrar Acordo com o INSS, a Requerente não pode estar inscrita como inadimplente ou com pendências junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e/ou no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), que será consultado pelo INSS na fase final de formalização do processo.

3. Dada as auditorias de órgãos de controle que estão sendo realizadas nos ACT's vigentes, a quantidade exígua de servidores atuando na DCBEN, a complexidade de análise e necessidade de aprovação das áreas competentes do INSS, **o prazo médio atualmente é de 150 a 180 dias para a conclusão de todos os feitos.**

4. A apresentação das documentações deve ser realizada através do peticionamento intercorrente no SEI-INSS, observando-se:

a) *Formato de cores: 24 bits colorido;*

b) *Resolução mínima: 150 DPI (150x150);*

c) *Formato de arquivo: utilizar somente “.pdf”;*

d) *Posição de leitura na tela: vertical;*

e) *Tamanho máximo de cada arquivo: 5 MB.*

5. O prazo para manifestação e cumprimento das exigências do presente Ofício é de **30 (trinta) dias**, contados do envio deste expediente.

6. Feitas essas considerações, de oportuno, renovamos nossos sinceros protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

WILSON DE MORAIS GABY

Mat.: 0896927

Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **WILSON DE MORAIS GABY**, Chefe de Divisão de Consignação em Benefícios, em 08/04/2025, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **20251790** e o código CRC **8F5704B8**.

DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN/INSS – SAUS, QD 2, BL O, 9º andar, Asa Sul – Brasília/DF. CEP 70070-946.

Telefone: (61) 3313-4745. E-mail: dcben@inss.gov.br

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 20251790

Data de Envio:

08/04/2025 14:56:04

De:

INSS/Divisão de Consignação em Benefícios (DCBEN) <dcben@inss.gov.br>

Para:

asses.p.nacional@gmail.com

Assunto:

Exigências de documentações iniciais ainda pendentes - Acordo de Cooperação Técnica (ACT).

Mensagem:

Para prosseguimento da análise, segue anexado, OFÍCIO SEI Nº 416/2025/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN-INSS de exigências, para apresentação da documentação necessária à celebração do Acordo de Cooperação Técnica - ACT de desconto de mensalidade associativa .

Ressaltamos que a documentação deverá ser peticionada eletronicamente no sistema SEI-INSS, conforme orientações constante no ofício, no prazo estabelecido.

Atenciosamente,

Divisão de Consignações em Benefícios/DCBEN

Anexos:

SEI_INSS - 20251790 - Ofício SEI.pdf



OFÍCIO 01/2025

Juazeiro do Norte/CE, 10 de abril de 2025.

Ref.: Processo SEI nº 35014.048140/2024-70

Assunto: Ofício de entrega da documentação solicitada e esclarecimentos acerca das formas de contribuição de mensalidade associativa.

A **ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, por intermédio de sua representante legal, **Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale**, localizada na Rua Pio X, n.º 434-A, bairro Salesianos, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.050-020, vem, por meio deste, apresentar documentação solicitada, conforme exigência do Ofício SEI nº 416/2025 (SEI n. 20251790).

A Associação dos Servidores Públicos, por meio de sua presidente constituída, vem efetuar a entrega dos documentos listados abaixo:

ATAS DE ASSEMBLEIA, ESTATUTO E COMPROVANTES

1. Ata de Assembleia de Eleição e Posse da Presidente;
2. Ata de Assembleia de Eleição e Posse da Tesoureira e 1º Secretário (último estatuto consolidado);
3. Ata de Assembleia Filial - Goiânia
4. Ata de Assembleia Filial - Joinville;
5. Relação Nominal dos Dirigentes - Atualizada;
6. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - CNPJ;
7. Comprovante de endereço da sede - Juazeiro do Norte;
8. Comprovante de endereço da filial - Goiânia;
9. Comprovante de endereço da filial - Joinville;



10. Fotos da Sede e Filiais, indicando o endereço de cada;

11. Folha de pagamento - ASSESP;

DECLARAÇÕES

12. Declaração de Adimplência de Concordância com Visita Técnica ou Pesquisa Externa;

13. Declaração Consolidada da entidade, nos moldes do Anexo I, da IN 162;

14. Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS;

CERTIDÕES

15. Certidão Negativa Federal;

16. Certidão Negativa Estadual (Sede - CE);

17. Certidão Negativa Municipal (Sede - Juazeiro);

18. Certidão de regularidade FGTS;

19. Certidão Trabalhista;

20. Certidão Negativa Correccional da CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);

21. Certidões Negativas do Sistema de Contas Irregulares do TCU - CNPJ;

22. Certidões Negativas do Sistema de Contas Irregulares do TCU - CPF dos Representantes;

23. Certidão Negativa do Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU - CNPJ;

24. Certidões Negativas do Sistema Inabilitados do TCU - CPF dos Representantes;

25. Certidões Negativas do Sistema Inidôneos do TCU - CPF dos Representantes;

26. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ (CNPJ);

27. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ (CPF dos Representantes);

28. Certidão SICAF - atualizada;

29. Comprovante de Regularidade junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN/SIAFI - atualizada.



FORMAS DE COBRANÇA DA MENSALIDADE

Ademais, cumpre esclarecer que esta entidade tem estabelecido em seu Estatuto Social uma variedade de formas de pagamento de mensalidade associativa, buscando assim auxiliar os seus membros, lhes trazendo mais facilidades no momento de contribuir.

Segundo prevê o art. 6º do Estatuto da ASSESP:

Art. 6 - a mensalidade associativa será fixada no percentual de 3% (três por cento), do benefício do associado, de modo que não ultrapasse 1% do teto dos benefícios pagos pelo INSS, e poderá ser quitada:

- I. Diretamente na secretaria da Associação;
- II. Por carnê físico ou digital;
- III. Por desconto em benefício previdenciário;
- IV. Por pix, transferência bancária.

Dessa forma, esta entidade demonstra as modalidades de pagamento que oferece aos seus associados, visando uma diversidade de formas para viabilizar a contribuição de mensalidade associativa da ASSESP.

Por fim, ficamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas ou documentação complementar e renovamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, reading "Maria de Lourdes Pinheiro do Vale", is positioned above the printed name of the president.

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

Presidente da Associação Dos Servidores Públicos (ASSESP)

ASSESPASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA TRATAR DE ELEIÇÃO E POSSE DO CARGO DE PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, CNPJ 07.361.030/0001-72, PRIMEIRO ESTATUTO REGISTRADO EM 20/04/2005, SOB O NÚMERO 3438, NO LIVRO DE REGISTRO CÍVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS (LIVRO A), NO 2º RTDPJ DE FORTALEZA/CE, COM ESTATUTO REGISTRADO EM JUAZEIRO DO NORTE/CE, NO CARTÓRIO MACHADO - 2º OFÍCIO, SOB O Nº DE ORDEM: 04065, LIVRO: A-44, FOLHAS: 138-147 E SELO: ABD064427.

Aos 20 de dezembro de 2024, às 9 horas, em primeira chamada, e em segunda chamada, às 09:40', atendendo ao Edital de Convocação de 10 de dezembro de 2024, na Rua Pio X, nº 454-A, Bairro: Salesianos, Juazeiro do Norte/CE, CEP: 63.050-020, reuniram-se os associados da Associação dos Servidores Públicos - ASSESP, nos termos do Estatuto em vigor para deliberar quanto a:

- ELEIÇÃO E POSSE DO CARGO VACANTE DE PRESIDENTE.

Para iniciar os trabalhos, tendo em vista o disposto no Art. 20, inciso II do Estatuto Social, que dispõe acerca da necessidade de convocação de Assembleia Geral após renúncia de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, a Sra. MARIA DE FÁTIMA BEZERRA ALVES, vice-presidente em exercício da Associação, no uso de suas atribuições, escolheu a mim, LUCIA MARIA LOPES DA SILVA, para secretariá-la.

Tendo sido convocada Assembleia Geral através de Edital de Convocação afixado na sede da instituição, contando com a presença da maioria simples dos sócios com direito a voto, para iniciar a pauta do dia, a Senhora Vice-Presidente toma a palavra e inicia a exposição da necessidade da realização de nova eleição para o cargo de Presidente da ASSESP. Concluída a apresentação e a manifestação dos presentes, foi anunciada a candidatura única do seguinte membro:

PARA O CARGO DE PRESIDENTE: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE; e de CPF: 415.596.303-53, **NB: 604.608.816-3**, Filiação: Francisco Júlio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva; residente e domiciliada na Rua: Jose Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246, FORTALEZA/CE, TELEFONE (85) 989292973, E-mail: assesp.nacional@gmail.com.

Tel.: (85) 99134-6448
Rua Pio X, nº 434 A
Bairro Salesianos
CEP: 63.050-020
Juazeiro do Norte - CE

Este documento é uma cópia do original assinado digitalmente pelo tabelião e oficial de registros do 2º Ofício de Juazeiro do Norte-CE amparado no PROVIMENTO Nº. 4/2023 CGJCE Art. 488 § 2º Art. 499 § 1º e demais. Para conferência de autenticidade usar o QR-CODE ou acessar: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04205/ e informar o código: 55776234

Rua São Francisco, 246, cep: 63.020-215, Centro - Juazeiro do Norte-CE
Fone: (88)3512-1313 | Email: rtdpj@cartoriomachado.com.br | <https://cartoriomachado.com.br/>

ASSESP
ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS

A Vice-Presidente verificou que havia quórum suficiente para deliberar. Após a votação, a candidata foi eleita, por unanimidade para o cargo de Presidente da ASSESP e tomou posse nesta data, com mandato até 10 de janeiro de 2029.

A Diretoria e Conselho Fiscal passaram a ter, então, a seguinte composição: Presidente – Maria de Lourdes Pinheiro do Vale; Vice-Presidente – Maria de Fátima Bezerra Alves; Secretária – Lucia Maria Lopes da Silva; Tesoureira – Maria de Fátima dos Santos Oliveira; Primeiro Conselheiro Fiscal – Francisco Batista Barbosa; Segundo Conselheiro Fiscal – André Freire de Oliveira, Terceiro Conselheiro Fiscal – Maria de Fátima Soares da Silva.

A Presidente eleita, já no uso de suas atribuições, usou da palavra para agradecer a confiança de todos e, não havendo mais nada a ser tratado, franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e discorrer. Não havendo interessados em fazer uso da palavra. A Presidente eleita deu por encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata, a qual foi lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Diretoria e Conselho Fiscal.

Juazeiro do Norte/CE, 20 de dezembro de 2024.

PRESIDENTE RENUNCIANTE:

Laurentius Johannes Slegers
LAURENTIUS JOHANNES SLEGERS, holandês, solteiro, aposentado, inscrito no CPF sob o nº 033.690.054-68, RNE nº W116411-D (CGPI/DIREX/DPF), número do benefício 081.538.609-5, residente e domiciliado na Rua Domingos Bonifácio, nº 81, Bairro: Carlito Pamplona, Fortaleza/CE, CEP: 60.311-820, filiação Johanna Van Der Heijden e Marinus Slegers, endereço eletrônico lslegers@yahoo.com.br, telefone: (85) 99904-8539.

Tel: (85) 99134-6448
Rua Pio X, nº 434 A
Bairro Salesianos
CEP: 63.050-020
Juazeiro do Norte-CE

Reconheça a(s) por autenticidade (semelhança)

Laurentius Johannes Slegers

Dou fé. – Mombaça (CE) 11 DEV 2025

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
☐ MARIA ODETH BATISTA F. VERAS - SUBSTITUTA
☐ BEL GERÔNIMO RAPHAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

Este documento é uma cópia do original assinado digitalmente pelo tabelião e oficial de registros do 2º Ofício de Juazeiro do Norte-CE amparado no PROVIMENTO Nº. 4/2023 CGJCE Art. 488 § 2º Art. 499 § 1º e demais. Para conferência de autenticidade usar o QR-CODE ou acessar: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04205/ e informar o código: 55776234

Rua São Francisco, 246, cep: 63.020-215, Centro - Juazeiro do Norte-CE
Fone: (88)3512-1313 | Email: rtdpj@cartoriomachado.com.br | <https://cartoriomachado.com.br/>

ASSESP

ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS

DIRETORIA ELEITA QUE CUMPRIRÁ MANDATO ATÉ 10 DE JANEIRO DE 2029.

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

Presidente: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE; e de CPF: 415.596.303-53; NB: 604.608.816-3, Filiação: Francisco Júlio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva; residente e domiciliada na Rua: Jose Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246, FORTALEZA/CE, TELEFONE: (85) 989292973, E-mail: assesp.nacional@gmail.com

Maria de Fátima Bezerra Alves

Vice-Presidente: MARIA DE FÁTIMA BEZERRA ALVES, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2017039439-0 SSPDS/CE, e de CPF: 144.516.543-00; NB: 135.797.998-0, Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque; residente e domiciliada na Rua: João Victor, nº 1507-A, Granja Lisboa; CEP: 60.546-210; TELEFONE: (85) 991887993, FORTALEZA/CE, E-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com

Lucia Maria Lopes da Silva

Secretária: LUCIA MARIA LOPES DA SILVA, brasileira, viúva, pensionista; portadora da cédula de identidade 90001008396 SSPDS/CE, e de CPF: 826.490.653-20; NB: 028.701.549-1, Filiação: Gilberto Cabral da Silva e Maria Luiza Lopes da Silva; residente e domiciliada na Rua: Beira Rio, nº 22, Altos; Parque Leblon; CEP: 61.631-370 - CAUCAIA/CE, TELEFONE: (85) 988721520 E-mail: luciamariaassesp@gmail.com

Maria de Fátima dos Santos Oliveira

Tesoureira: MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileira, casada, pensionista, portadora da cédula de identidade 910022117639 (SSPDS/CE), e de CPF: 699.717.813-87; NB: 078.021.860-4, Filiação: Raimundo Augusto dos Santos e Maria Ferreira dos Santos; residente e domiciliada na Rua 131, nº 75; Conjunto Ceará, Fortaleza/CE, CEP: 60.530-150; TELEFONE: (85) 996260769; E-MAIL: mariadefatimaassesp@gmail.com

Tel.: (85) 99134-6448
Rua Pio X, nº 434 A
Bairro Salesianos
CEP: 63.050-020
Juazeiro do Norte-CE

Este documento é uma cópia do original assinado digitalmente pelo tabelião e oficial de registros do 2º Ofício de Juazeiro do Norte-CE, amparado no PROVIMENTO Nº. 4/2023 CGJCE Art. 488 § 2º Art. 499 § 1º e demais. Para conferência de autenticidade usar o QR-CODE ou acessar: https://cartoriomachado.net.br/rtdp/j2/oficio/sdm_downloads/04205/ e informar o código: 55776234

Rua São Francisco, 246, cep: 63.020-215, Centro - Juazeiro do Norte-CE
Fone: (88)3512-1313 | Email: rtdp@cartoriomachado.com.br | <https://cartoriomachado.com.br/>

FOLHA 164



ARTURILU VERAS - 2º OFÍCIO
Rua São Francisco, 246 - Centro - Juazeiro do Norte - CE
CNPJ: 06.749.311/0001-34
Tel.: (88) 3512-1313

Reconheço a(s) por autenticidade () semelhança ()
Assinado por: FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
Data: 21/02/2025
Ddd: 88 - Mombaca (CE) - 11/02/2025

FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
MARIA LOPES BATISTA F. VERAS - SUBSTITUTA
DR. CLEONILDO RABELO BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
JOSÉ ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE



ARTURILU VERAS - 2º OFÍCIO
Rua São Francisco, 246 - Centro - Juazeiro do Norte - CE
CNPJ: 06.749.311/0001-34
Tel.: (88) 3512-1313

Reconheço a(s) por autenticidade () semelhança ()
Assinado por: FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
Data: 21/02/2025
Ddd: 88 - Mombaca (CE) - 11/02/2025

FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
MARIA LOPES BATISTA F. VERAS - SUBSTITUTA
DR. CLEONILDO RABELO BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
JOSÉ ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

Este documento é uma cópia do original assinado digitalmente pelo tabelião e oficial de registros do 2º Ofício de Juazeiro do Norte-CE e está amparado no PROVIMENTO Nº. 4/2023 CGJCE Art. 488 § 2º Art. 499 § 1º e demais. Para conferência de autenticidade usar o QR-CODE ou acessar: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04205/ e informar o código: 55776234

Rua São Francisco, 246, cep: 63.020-215, Centro - Juazeiro do Norte-CE

Fone: (88)3512-1313 | Email: rtdpj@cartoriomachado.com.br | <https://cartoriomachado.com.br/>

FOLHA 165

ASSESP
ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOSREPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

Francisco Batista Barbosa

Primeiro Conselheiro Fiscal: **FRANCISCO BATISTA BARBOSA**, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade 2023031552-0 SSP/CE, CPF: 163.521.903-59; NB: 528.275.900-0, FILIAÇÃO: Adrião Rodrigues Barbosa e Maria de Lourdes Batista Barbosa; residente e domiciliado na Rua: Martins Neto, nº 724; Antônio Bezerra – CEP: 60360-415; FORTALEZA/CE; TELEFONE: (85) 997140225 E-mail: franciscobatistaassesp@gmail.com.

Andre Freire de Oliveira

Segundo Conselheiro Fiscal: **ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, aposentado, portador da cédula de identidade 97024035907 SSPDS/CE e de CPF: 865.354.803-30, NB: 176.843934-9 Filiação: Isabel Freire de Oliveira; residente e domiciliada na Rua: Frankfurt, nº 452; Vila Manoel Sátiro; CEP: 60.713-140; Fortaleza/ CE, TELEFONE: (85) 989693575 E-mail: andrefreireassesp@gmail.com.

Maria de Fatima Soares da Silva

Terceiro Conselheiro Fiscal: **MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA**, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2004010036770 SSPDS/CE e de CPF: 426.213.214-53, NB: 164.504.855-9, Filiação: João Sores Silva e Raimunda Nogueira Maciel; residente e domiciliada na Rua: Albano Amaral, nº 717; Vila Manoel Sátiro; CEP: 60.713-200; Fortaleza/ CE, TELEFONE: (85) 992272492, E-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com.

Tel: (85) 99134-6448
Rua Pio X, nº 434 A
Bairro Salesianos
CEP: 63.050-020
Juazeiro do Norte-CE

ARTURIO VERAS - 2º OFÍCIO
Rua Antônio Evangelista Soares, 57
Centro - Mombaca - CE
Fone: (85) 3503-1264Reconheço a(s) por autenticidade ☐ semelhança ☒*Francisco Alves Veras*
Dou fe - Mombaca(CE) 11.02.2025

FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
MARIA ODETH BATISTA F. VERAS - SUBSTITUTA
BEI GERONIMO RAFAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
JORGE ANDRE BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
VÁLIDAMENTE COM PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE

Este documento é uma cópia do original assinado digitalmente pelo tabelião e oficial de registros do 2º Ofício de Juazeiro do Norte-CE amparado no PROVIMENTO Nº. 4/2023 CGJCE Art. 488 § 2º Art. 499 § 1º e demais. Para conferência de autenticidade usar o QR-CODE ou acessar: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04205/ e informar o código: 55776234

Rua São Francisco, 246, cep: 63.020-215, Centro - Juazeiro do Norte-CE
Fone: (88)3512-1313 | Email: rtdpj@cartoriomachado.com.br | <https://cartoriomachado.com.br/>



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICA

Foi procedido **A AVERBAÇÃO**, do registro 4010 do livro A-42 e folhas 018-042 datado de 11/01/2024, na forma do art. 114 e seguintes da Lei 6.015/73, **do ESTATUTO ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CNPJ: 07.361.030/0001-72, sob Nº de ORDEM: 04019, LIVRO: A-42, FOLHAS: 110-139 e SELO: ABB255513** devidamente criptografado e armazenado no endereço eletrônico: **https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04019/** Código: 21231159, abaixo lançado. Do que dou FÉ. Juazeiro do Norte-CE, 01/02/2024.


Paulo de Tarso Gondim Machado
Tabelião / Oficial de Registros



ASSINATURA ELETRÔNICA

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES Nº do Atendimento: 20240200000 Total Emolumento: 148,97 Total FAJDEP: 7,48 Total FISCAL: 11,08 Total FISCOP: 7,48 Total Selos: 10,11 (Total ISS): 6,08	PODER JUDICIÁRIO Estado do Ceará Selo Tipo 11 Região: RTO / RCPJ Nº: ABB25551340R9		PODER JUDICIÁRIO Estado do Ceará Selo Tipo 1 Data: 01/02/2024 Nº: ABB25551340R9	
Valor Total: 186,67 Rote de Cobrança / Alas sem Valor Declarado Descontado: 0,00	SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE Detalhamento da assinatura / Listagem dos códigos da Tabela de emolumentos em vigor (verificar) Código: ABB25551340R9 (Verificar: ABB25551340R9)	SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE Confirmação de validade do Original em www.juazeiroce.gov.br	SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE Confirmação de validade do Original em www.juazeiroce.gov.br	

DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 111

ILMO. SR. OFICIAL DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS DESTA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE.

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE; e de CPF: 415.596.303-53; Filiação: Francisco Júlio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva; residente e domiciliada na Rua: Jose Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246, FORTALEZA/CE, E-mail: mlourdesvpinheiro@gmail.com, in fine assinado, vem, respeitosamente perante V. Sai, REQUERER se digne mandar proceder o registro no cartório de **ELEIÇÃO E POSSE DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E APROVAÇÃO DA NOVA REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO!!!**, CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, sede na Rua: Pío X, 434-A; Bairro: Salesianos; CEP: 63.050-020, nesta cidade, na forma do Art. 121 da lei 6.015/73, Código Civil Art. 1.151.

N. Termos

P. Deferimento

Juazeiro do Norte/CE 23 de janeiro de 2024.

MARIA DE LOURDES PINHEIRO
DO VALE:41559630353

Assinado de forma digital por MARIA DE
LOURDES PINHEIRO DO
VALE:41559630353
Dados: 2024.01.23 09:18:02 -03'00'

PRESIDENTE

DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 112

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA PARA TRATAR DA REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CNPJ - 07.361.030/0001-72 E DA ELEIÇÃO E POSSE DOS CARGOS VACANTES DE PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL E TESOUREIRA.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às 09:00h (nove horas), em primeira chamada, e em segunda chamada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) atendendo ao Edital de Convocação de vinte de novembro de dois mil e vinte e três, na rua Pio X, nº 434 A, bairro Salesianos, Juazeiro do Norte/CE, CEP: 63.050-020, reuniram-se os associados da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, nos termos do estatuto em vigor, para deliberarem quanto a:

- I. ELEIÇÃO E POSSE DE NOVOS MEMBROS PARA OCUPAR OS CARGOS VACANTES DE PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL E TESOUREIRA.
- II. APROVAÇÃO DA REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO.

Para iniciar os trabalhos a Sra. MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, presidente da associação, escolheu a mim, LUCIA MARIA LOPES DA SILVA, para secretariá-la.

Tendo sido convocada Assembleia Geral através de Carta Convite, Boletim interno e de forma remota (virtual), contando com a presença da maioria simples dos sócios com direito a voto.


Lucia Maria Lopes da Silva

DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 113

Com início a pauta do dia, a senhora Presidente toma a palavra e fala da realização de nova eleição para os cargos de Primeiro conselheiro fiscal e Tesoureiro, tendo em vista que José Ferreira Felix e Francisca da Silva de Souza, apresentaram carta renunciando aos mandatos que lhes cabiam, bem como informa a necessidade de análise e votação da reforma e consolidação do estatuto da ASSESP. Concluída a apresentação e a manifestação dos presentes, foi apresentada a candidatura única dos seguintes membros:

Primeiro Conselheiro Fiscal: Francisco Batista Barbosa, brasileiro, casado, pensionista do INSS, portador da cédula de identidade 2023031552-0 SSPDS/CE, e de CPF: 163.521.903-59; Filiação: Adrião Rodrigues Barbosa e Maria de Lourdes Batista Barbosa, domiciliado na rua Martins Neto, n° 724, bairro Antônio Bezerra, CEP 60.360-415, FORTALEZA/CE, e-mail franciscobatistaassesp@gmail.com.

Tesoureira: Maria de Fátima dos Santos Oliveira, brasileira, casada, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 91002217639 SSPDS/CE, e de CPF sob o n° 699.717.813-87, Filiação: Raimundo Augusto dos Santos e Maria Ferreira dos Santos, residente e domiciliada na rua 131, CJ Ceará, n° 75, Conjunto Ceará CEP 60.530-150, Fortaleza/CE, e-mail mariadefatimaassesp@gmail.com.

A presidente verificou que havia quórum suficiente para deliberar. Após votação, os candidatos foram eleitos, por unanimidade, para os respectivos cargos e tomaram posse nesta data, com mandato até 24 de agosto de 2026.

Em seguida, a presidente apresentou proposta com as mudanças que devem ser realizadas no Estatuto e após deliberação da assembleia, estas foram aprovadas, também por unanimidade, sendo alterados os Artigos 1º, 2º, 6º, 7º, 10º, 20º, 31º e 38º do Estatuto Social Consolidado da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, CNPJ: 07.361.030/0001-72, que passa a ter a seguinte redação:

REFORMA ESTATUTÁRIA E CONSOLIDAÇÃO

A sociedade civil, ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, fundada em 20 de abril de 2005, registrada em microfilme no Cartório Machado do 2º Ofício de Juazeiro do Norte/CE, sob n° de





DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 114

ORDEM: 04019, LIVRO A-42, FOLHAS: 018-042, SELO ABA639622, em 11 de janeiro de 2024.
Inscrita no CNPJ sob nº 07.361.030/0001-72, resolve alterar e consolidar seu estatuto, tendo este,
sido aprovado pela ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 29 de novembro de 2023.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
DA SEDE E FINALIDADE.

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, também designada pela sigla, ASSESP, CNPJ nº 07.361.030/0001-72, fundada em 20 de abril de 2005, formada por aposentados e pensionistas da Previdência Social, é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na rua Pio X, nº. 434-A, bairro Salesianos, CEP: 63.050-020, no município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, com foro nesta Urbe, regendo-se pelo presente Estatuto Social, e terá duração por prazo indeterminado.

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS tem por finalidade:

- I. Reunir aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social em objetivos ligados às atividades sociais com ênfase para cultura, saúde e artes;
- II. Representar os interesses da classe perante os poderes executivo, legislativo e judiciário;
- III. Defender os associados, promovendo gestões e reivindicações que visem a proteção dos direitos e interesses dos mesmos;
- IV. Promover e incentivar a integração dos seus associados à sociedade em geral, estimulando-os e motivando-os ao exercício direto e efetivo da atividade cultural, educacional, esportiva, social, recreativa e assemelhadas.

Art. 3º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação terá abrangência nacional e poderá abrir sucursais em todo território Brasileiro.

CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - A Associação é constituída por aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 5º - A admissão do associado depende da sujeição do mesmo aos princípios que norteiam os objetivos sociais da Associação, da disponibilidade pessoal para servir e/ou colaborar, sem qualquer direito a titularidade de quota e/ou fração do patrimônio da Associação, quer presente ou futuro, submetendo a aprovação da Diretoria Executiva, que observará os seguintes critérios:

Lucia *Carla* *João* *Marcelo* *Roberto*



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 115

- I. Apresentar a cédula de identidade;
- II. Concordar com o presente estatuto, e expressar em sua atuação na Entidade e fora dela, os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV. Em caso de associado contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

Art. 6º - A mensalidade associativa será fixada no percentual de 3% (três por cento) do benefício do associado, de modo que não ultrapasse 1% do teto dos benefícios pagos pelo INSS, e poderá ser quitada:

- I. Diretamente na secretaria da Associação;
- II. Por carnê físico ou digital;
- III. Por desconto em benefício previdenciário;
- IV. Por pix, transferência ou boleto bancário.

Art. 7º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, obedecido ao disposto nesse estatuto, e só ocorrerá a exclusão se for reconhecida a existência de motivos graves, apontados em decisão fundamentada pela Diretoria Executiva, que deverá votar com a maioria absoluta dos presentes à reunião especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - Entende-se por motivos graves, entre outros:

- I. Não cumprir com as obrigações que lhe forem atribuídas;
- II. Praticar atos que comprometam moralmente a Associação, desabonando sua imagem e reputação;
- III. Proceder com má administração de recursos;
- IV. Infringir as demais normas previstas neste Estatuto e na lei.

Art. 8º - Os associados tem direitos iguais e a qualidade de associado é intransmissível, não havendo qualquer possibilidade de transmissão por alienação, doação ou herança, extinguindo-se os direitos com a morte do associado ou a liquidação da pessoa jurídica da Associação.

§ 1º - São direitos do associado:

- I. Votar e ser votado;
- II. Propor a admissão de novos associados;
- III. Gozar dos benefícios oferecidos pela entidade descritos no artigo 2º.



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 116

§ 2º - Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei, no Estatuto Social.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias;
- II. Pagar as contribuições devidas.

Art. 10º - É direito do associado se desligar da associação quando achar necessário.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º - A Associação será administrada por:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal.

Art. 12º - Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Parágrafo Único - Os deveres dos associados são os previstos na lei, no Estatuto Social e nas deliberações da Diretoria Executiva.

Art. 13º - Compete a Assembleia Geral:

- I. Cumprir e fazer cumprir Estatuto Social;
- II. Alterar o Estatuto Social;
- III. Eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- IV. Eleger os substitutos da Diretoria e do conselho Fiscal em caso de vacância definitiva;
- V. Examinar e aprovar as contas anuais;
- VI. Decidir sobre os recursos interpostos pelos associados;
- VII. Decidir sobre outros assuntos de interesse da Associação;
- VIII. Deliberar o valor da mensalidade;
- IX. Decidir sobre a Extinção da Associação;

DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 117

X. Resolver casos omissos desse Estatuto Social.

§ 1º - As deliberações da Assembleia Geral serão válidas com os votos mais da metade dos associados presentes, ficando o Presidente da reunião com o direito ao voto de qualidade em caso de empate.

§ 2º - Para a deliberação das matérias descritas nos itens II e IV deste artigo, será necessário o voto de no mínimo dois terços dos associados presentes a Assembleia Geral especialmente convocada para aquela finalidade.

Art. 14º - A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II. Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 15º - A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I. Pelo presidente da Diretoria;
- II. Pela Diretoria;
- III. Pelo Conselho Fiscal.

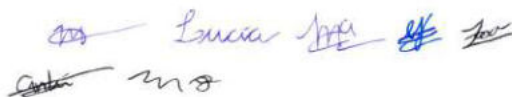
Art. 16º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição, nos jornais que circulam na sede da associação, boletins internos, por ofício nominativo aos respectivos membros dos respectivos conselhos, por circulares ou outros meios convenientes, de forma (virtual) e presencial, determinando o local, data e hora e os assuntos a serem tratados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único - Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação dos associados presentes, com qualquer número, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 17º - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva serão todos eleitos pela assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos renováveis.

Art. 18º - Compete à Diretoria:





DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 118

- I. Elaborar e executar programa anual de atividades;
- II. Elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;
- III. Definir e alterar os valores das mensalidades para os sócios contribuintes;
- IV. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. Convocar Assembleia Geral.

Art. 19º - A Diretoria Executiva se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, para tratar de assuntos diversos da Associação.

Art. 20º - Compete ao Presidente:

- I. Representar a Associação ativa e passivamente em órgãos, judicial e extrajudicialmente;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- III. Convocar e Presidir as Assembleias Gerais e fazer anualmente prestações de contas, apresentando os balanços dos exercícios findos e relatórios referentes às atividades da associação;
- IV. Proceder ao aumento do patrimônio mediante aquisição de bens, imóveis e semoventes;
- V. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- VI. Assinar propostas para admissão de sócios e solicitações de benefícios;
- VII. Assinar cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;
- VIII. Assinar os balancetes e balanço patrimonial;
- IX. Admitir e demitir funcionários;
- X. Assinar convênios com órgãos públicos e empresas particulares;
- XI. Nomear procurador, delegando ao mesmo, poderes para agir em seu nome como se ele mesmo fosse, através do mandato procuratório, lavrado em cartório.

Art. 21º - Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até a realização de Assembleia Geral Extraordinária para eleição de novo Presidente que deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias contados do início da vacância do cargo;
- III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 22º - Compete ao Secretário:

Luca *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 119

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas;
- II. Publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Art. 23º - Compete ao Tesoureiro:

- I. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III. Apresentar relatório de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- V. Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VII. Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.

Art. 24º - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o mandato da Diretoria.

Art. 25º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da entidade;
- II. Examinar o balancete trimestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Art. 26º - As atividades dos diretores e conselheiros, assim como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 27º - A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 28º - A forma de recursos para o desenvolvimento e a manutenção da Associação provém de receitas decorrentes de seu patrimônio, mobiliário e imobiliário que venha a possuir, e das aplicações financeiras, doações e legados, auxílios e contribuições de seus associados e benfeitores ou qualquer outra forma legal de receita, cuja soma constitui o patrimônio social.

Lucas
João
Paulo
Lucas
João
Paulo



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 120

CAPÍTULO IV DA PERDA DO MANDATO

Art. 29º - A perda da qualidade de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;
- IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na associação;
- V. Conduta duvidosa.

§ 1º - Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria, no Prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

§ 2º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independente da apresentação da defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária devidamente convocada para esse fim, onde será garantido o amplo direito de defesa.

CAPÍTULO V DA RENÚNCIA E VACÂNCIA DO CARGO

Art. 30º - Em caso de renúncia ou vacância do cargo de membro da Diretoria ou Conselho Fiscal, a Diretoria convocará Assembleia Geral Extraordinária para eleição do cargo vago.

Parágrafo único - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente como último ato de sua gestão, convocará Assembleia Geral para uma nova eleição e nela apresentará carta renúncia coletiva. Os membros da Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos nessas condições, havendo renúncia coletiva dos órgãos, será realizado nova assembleia para eleger uma nova gestão, dando início a um novo mandato.

CAPÍTULO VI DA REFORMA, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

[Assinaturas manuscritas]

DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 121

Art. 31º - O Estatuto Social entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e poderá ser reformado por deliberação da Assembleia Geral, através de convocação especialmente para esse fim, ordinária ou extraordinária, devendo a decisão ser tomada por dois terços de seus membros efetivos presentes à reunião e em primeira convocação.

Art. 32º - O Presente do estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 33º - A Associação poderá ser dissolvida ou extinta pela vontade expressa de dois terços dos associados presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, caso não concretize seus objetivos sociais ou se estes se tornarem inexecutíveis a juízo da maioria dos associados.

Art. 34º - Em caso de dissolução ou extinção da Associação o remanescente de seu patrimônio líquido será totalmente vertido para uma Instituição municipal, estadual ou federal de fins idênticos ou semelhantes aos da Associação, escolhida mediante deliberação de, no mínimo, dois terços dos associados.

CAPÍTULO VII DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 35º - O exercício da associação encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 36º - O balanço geral, as contas da diretoria, demonstrações financeiras da associação, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de cada ano, serão apreciados pela assembleia geral ordinária.

Art. 37º - A Associação não poderá requerer concordata, nem está sujeita a falência e sua dissolução, somente por liquidação extrajudicial, na forma de lei.

Art. 38º - O associado não responde, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações da Associação e não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 39º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.





DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139


FOLHA 122

Por fim, a Presidente, declara que as deliberações tomadas na assembleia geral em questão observaram, rigorosamente, o quórum previsto no estatuto social em vigor. Nada mais havendo, a Presidente, fez um resumo dos trabalhos do dia, bem como das deliberações, agradeceu pela participação de todos os presentes e declara que as novas mudanças estão sendo consolidadas e aprovadas pelos presentes e deu por encerrada a reunião, da qual eu, LUCIA MARIA LOPES DA SILVA, lavrei a presente ata, que foi lida, achada conforme e firmada por toda a diretoria abaixo relacionada.

Juazeiro do Norte, 29 de novembro de 2023.

CONSELHEIRO FISCAL E TESOUREIRA RENUNCIANTES:


Primeiro Conselho Fiscal: JOSE FERREIRA FELIX, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade 95010030464 SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº 549.358.063-20; FILIAÇÃO: Luiz Felix Ferreira e Pergentina Pinto de Mesquita, residente e domiciliada na Rua: Salgado Filho, nº 635; Antônio Bezerra, CEP: 60.352-360 Fortaleza/CE, e-mail: joseferreiraassesp@gmail.com.


Tesoureira: FRANCISCA DA SILVA DE SOUZA, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2002010490652 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 234.302.493-68, Filiação: Manoel Martins da Silva e Maria Braz Cardoso; residente e domiciliada na rua Padre Jose Arteiro, nº 701, Antônio Bezerra, CEP: 60.360-060 Fortaleza/CE, e-mail: franciscadasilvaassesp@gmail.com.





DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 123

DIRETORIA E CONSELHO FISCAL QUE CUMPRIRÃO SEUS MANDATOS ATÉ 24 DE AGOSTO DE 2026:

DIRETORIA

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

Presidente: **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 415.596.303-53, Filiação: Francisco Júlio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva, NB: 604.608.816-3, telefone (85) 9 9134-6448, residente e domiciliada na rua José Pedro, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246 Fortaleza/CE, e-mail: mlourdesvpinheiro@gmail.com.

Maria de Fátima Bezerra Alves

Vice - Presidente: **MARIA DE FÁTIMA BEZERRA ALVES**, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2017039439-0 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 144.516.543-00, Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque, NB: 135.797.998-0, telefone (85) 9 98711-5263, residente e domiciliada na rua João Victor, nº 1507-A, Granja Lisboa, CEP: 60.546-210 Fortaleza/CE, e-mail: mariadefatimaasses@gmail.com.

Lucia Maria Lopes da Silva

Secretária: **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**, brasileira, viúva, pensionista, portadora da cédula de identidade 90001008396 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 826.490.653-20, Filiação: Gilberto Cabral da Silva e Maria Luiza Lopes da Silva, NB: 028.701.549-1, telefone (85) 9 99292-9724, residente e domiciliada na rua Beira Rio, nº 22, Altos, Parque Leblon, CEP: 61.631-370, Caucaia/CE, e-mail: luciamariaasses@gmail.com.

Maria de Fátima dos Santos Oliveira

Tesoureira: **MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS OLIVEIRA**, brasileira, casada, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 91002217639 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 699.717.813-87, Filiação: Raimundo Augusto dos Santos e Maria Ferreira dos Santos, NB: 078.021.860-4, telefone (85) 9 9626-0769, residente e domiciliada na rua 131, CJ Ceará, nº 75, Conjunto Ceará, CEP 60.530-150 Fortaleza/CE, e-mail: mariadefatimaasses@gmail.com.



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 124

Reconheço a(s) Firma(s) ☐ por autenticidade ☒ semelhança

MARIA DE LOURDES DINHEIRO SOUZA
MARIA DE ESTIMA DE CARVALHO SOUZA

Mombaca (CE) 24 JAN 2024 Dou. fé.

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - Titular
☐ MARIA ODETH BATISTA F. VERAS
☐ BEL. GERÔNIMO RAFAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO
Rua Antônio Evangelista Sobrinho, 92
Centro - Mombaca - Ceará
(88) 3583-1264

Reconheço a(s) Firma(s) ☐ por autenticidade ☒ semelhança

LUZIA MARIA COSTA DE SOUZA MARIA
de ESTIMA DE CARVALHO SOUZA

Mombaca (CE) 24 JAN 2024 Dou. fé.

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - Titular
☐ MARIA ODETH BATISTA F. VERAS
☐ BEL. GERÔNIMO RAFAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO
Rua Antônio Evangelista Sobrinho, 92
Centro - Mombaca - Ceará
(88) 3583-1264



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

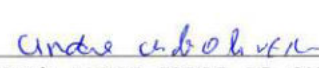
LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 125

CONSELHO FISCAL


Primeiro Conselheiro Fiscal: FRANCISCO BATISTA BARBOSA, brasileiro, casado, pensionista do INSS, portador da cédula de identidade 2023031552-0 SSPDS/CE, inscrito no CPF sob o nº 163.521.903-59, Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque, NB: 528.275.900-0, telefone (85) 9 98929-2973, residente e domiciliada na rua Martins Neto, nº 724, bairro Antônio Bezerra, CEP 60.360-415 Fortaleza/CE, e-mail franciscobatistaassesp@gmail.com.


Segundo Conselheiro Fiscal: ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, aposentado, portador da cédula de identidade 97024035907 SSPDS/CE, inscrito no CPF sob o nº 865.354.803-30; Filiação: Isabel Freire de Oliveira, NB: 176.843.394-9, telefone (85) 9 9623-4101, residente e domiciliada na rua Frankfurt, nº 452, Vila Manoel Sátiro, CEP: 60.713-140 Fortaleza/ CE, e-mail: andrefreireassesp@gmail.com.


Terceiro Conselheiro Fiscal: MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2004010036770 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 426.213.214-53, Filiação: João Sores Silva e Raimunda Nogueira Maciel, NB: 164.504.855-9, telefone (85) 9 8792-4222, residente e domiciliada na Rua: Albano Amaral, nº 717, Vila Manoel Sátiro, CEP: 60.713-200 Fortaleza/ CE, e-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com.



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 126

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a Presidente da **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS – CNPJ: 07.361.030/0001-72**, convoca todos os associados com direito a voto para participarem da Assembleia Geral Extraordinária da ASSESP que será realizada no dia 29 de novembro de 2023, às 09:00 horas, em primeira convocação e às 10:00 horas em segunda convocação no endereço de sua sede situado Rua Pio X, nº. 434-A, bairro Salesianos, CEP: 63.050-020, no município de Juazeiro do Norte, Fortaleza – Ceará, para mudança de endereço da entidade.

Fortaleza, 29 de novembro de 2023.

MARIA DE LOURDES
PINHEIRO DO
VALE:41559630353

Assinado de forma digital por
MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO
VALE:41559630353
Dados: 2024.01.26 15:43:16 -03'00'

Presidente: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE; e de CPF: 415.596.303-53; Filiação: Francisco Julio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva; residente e domiciliada na Rua: Jose Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246, Fortaleza/CE, E-mail: mlourdesvpinheiro@gmail.com

FOLHAS: 110-139

LISTA DE PRESEÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA
TRATAR DA ELEIÇÃO E POSSE DE NOVOS MEMBROS PARA OCUPAR OS
CARGOS VACANTES DE PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL E TESOUREIRA E
APROVAÇÃO DA NOVA REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO –
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICO, CNPJ nº 07.631.030/0001-72,
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

ASSINATURAS

[illegible]



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 128

REFORMA ESTATUTÁRIA E CONSOLIDAÇÃO

A sociedade civil, **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**, fundada em 20 de abril de 2005, registrada em microfilme no Cartório Machado do 2º Ofício de Juazeiro do Norte/CE, sob nº de ORDEM: 04010, LIVRO A-42, FOLHAS: 018-042, SELO ABA639622, em 11 de janeiro de 2024. Inscrita no CNPJ sob nº 07.361.030/0001-72, resolve alterar e consolidar seu estatuto, tendo este, sido aprovado pela ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 29 de novembro de 2023.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA SEDE E FINALIDADE.

Art. 1º - A ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, também designada pela sigla, **ASSESP**, CNPJ nº 07.361.030/0001-72, fundada em 20 de abril de 2005, formada por aposentados e pensionistas da Previdência Social, é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na rua Pio X, nº. 434-A, bairro Salesianos, CEP: 63.050-020, no município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, com foro nesta Urbe, regendo-se pelo presente Estatuto Social, e terá duração por prazo indeterminado.

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS tem por finalidade:

- I. Reunir aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social em objetivos ligados às atividades sociais com ênfase para cultura, saúde e artes;
- II. Representar os interesses da classe perante os poderes executivo, legislativo e judiciário;
- III. Defender os associados, promovendo gestões e reivindicações que visem a proteção dos direitos e interesses dos mesmos;
- IV. Promover e incentivar a integração dos seus associados à sociedade em geral, estimulando-os e motivando-os ao exercício direto e efetivo da atividade cultural, educacional, esportiva, social, recreativa e assemelhadas.

Art. 3º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação terá abrangência nacional e poderá abrir sucursais em todo território Brasileiro.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

ma
Lucia
[assinaturas]



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 129

Art. 4º - A Associação é constituída por aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 5º - A admissão do associado depende da sujeição do mesmo aos princípios que norteiam os objetivos sociais da Associação, da disponibilidade pessoal para servir e/ou colaborar, sem qualquer direito a titularidade de quota e/ou fração do patrimônio da Associação, quer presente ou futuro, submetendo a aprovação da Diretoria Executiva, que observará os seguintes critérios:

- I. Apresentar a cédula de identidade;
- II. Concordar com o presente estatuto, e expressar em sua atuação na Entidade e fora dela, os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV. Em caso de associado contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

Art. 6º - A mensalidade associativa será fixada no percentual de 3% (três por cento) do benefício do associado, de modo que não ultrapasse 1% do teto dos benefícios pagos pelo INSS, e poderá ser quitada:

- I. Diretamente na secretaria da Associação;
- II. Por carnê físico ou digital;
- III. Por desconto em benefício previdenciário;
- IV. Por pix, transferência ou boleto bancário.

Art. 7º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, obedecido ao disposto nesse estatuto, e só ocorrerá a exclusão se for reconhecida a existência de motivos graves, apontados em decisão fundamentada pela Diretoria Executiva, que deverá votar com a maioria absoluta dos presentes à reunião especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - Entende-se por motivos graves, entre outros:

- I. Não cumprir com as obrigações que lhe forem atribuídas;
- II. Praticar atos que comprometam moralmente a Associação, desabonando sua imagem e reputação;

Lucia *ma* *ma* *ma*

DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 130

- III. Proceder com má administração de recursos;
- IV. Infringir as demais normas previstas neste Estatuto e na lei.

Art. 8º - Os associados tem direitos iguais e a qualidade de associado é intransmissível, não havendo qualquer possibilidade de transmissão por alienação, doação ou herança, extinguindo-se os direitos com a morte do associado ou a liquidação da pessoa jurídica da Associação.

§ 1º - São direitos do associado:

- I. Votar e ser votado;
- II. Propor a admissão de novos associados;
- III. Gozar dos benefícios oferecidos pela entidade descritos no artigo 2º.

§ 2º - Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei, no Estatuto Social.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias;
- II. Pagar as contribuições devidas.

Art. 10º - É direito do associado se desligar da associação quando achar necessário.

CAPÍTULO III
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º - A Associação será administrada por:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal.

Art. 12º - Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Lucia *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*

DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 131

Parágrafo Único - Os deveres dos associados são os previstos na lei, no Estatuto Social e nas deliberações da Diretoria Executiva.

Art. 13º - Compete a Assembleia Geral:

- I. Cumprir e fazer cumprir Estatuto Social;
- II. Alterar o Estatuto Social;
- III. Eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- IV. Eleger os substitutos da Diretoria e do conselho Fiscal em caso de vacância definitiva;
- V. Examinar e aprovar as contas anuais;
- VI. Decidir sobre os recursos interpostos pelos associados;
- VII. Decidir sobre outros assuntos de interesse da Associação;
- VIII. Deliberar o valor da mensalidade;
- IX. Decidir sobre a Extinção da Associação;
- X. Resolver casos omissos desse Estatuto Social.

§ 1º - As deliberações da Assembleia Geral serão válidas com os votos mais da metade dos associados presentes, ficando o Presidente da reunião com o direito ao voto de qualidade em caso de empate.

§ 2º - Para a deliberação das matérias descritas nos itens II e IV deste artigo, será necessário o voto de no mínimo dois terços dos associados presentes a Assembleia Geral especialmente convocada para aquela finalidade.

Art. 14º - A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II. Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 15º - A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I. Pelo presidente da Diretoria;
- II. Pela Diretoria;
- III. Pelo Conselho Fiscal.



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 132

Art. 16º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição, nos jornais que circulam na sede da associação, boletins internos, por ofício nominativo aos respectivos membros dos respectivos conselhos, por circulares ou outros meios convenientes, de forma (virtual) e presencial, determinando o local, data e hora e os assuntos a serem tratados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único - Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação dos associados presentes, com qualquer número, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 17º - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva serão todos eleitos pela assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos renováveis.

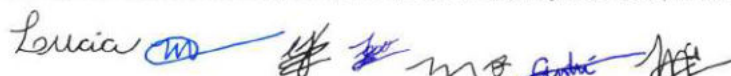
Art. 18º - Compete à Diretoria:

- I. Elaborar e executar programa anual de atividades;
- II. Elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;
- III. Definir e alterar os valores das mensalidades para os sócios contribuintes;
- IV. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. Convocar Assembleia Geral.

Art. 19º - A Diretoria Executiva se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, para tratar de assuntos diversos da Associação.

Art. 20º - Compete ao Presidente:

- I. Representar a Associação ativa e passivamente em órgãos, judicial e extrajudicialmente;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- III. Convocar e Presidir as Assembleias Gerais e fazer anualmente prestações de contas, apresentando os balanços dos exercícios findos e relatórios referentes às atividades da associação;
- IV. Proceder ao aumento do patrimônio mediante aquisição de bens, imóveis e semoventes;





DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 133

- V. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- VI. Assinar propostas para admissão de sócios e solicitações de benefícios;
- VII. Assinar cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;
- VIII. Assinar os balancetes e balanço patrimonial;
- IX. Admitir e demitir funcionários;
- X. Assinar convênios com órgãos públicos e empresas particulares;
- XI. Nomear procurador, delegando ao mesmo, poderes para agir em seu nome como se ele mesmo fosse, através do mandato procuratório, lavrado em cartório.

Art. 21º - Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até a realização de Assembleia Geral Extraordinária para eleição de novo Presidente que deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias contados do início da vacância do cargo;
- III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 22º - Compete ao Secretário:

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas;
- II. Publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Art. 23º - Compete ao Tesoureiro:

- I. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III. Apresentar relatório de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- V. Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VII. Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.

Lucia
m
m
Cândido



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 134

Art. 24º - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o mandato da Diretoria.

Art. 25º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da entidade;
- II. Examinar o balancete trimestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Art. 26º - As atividades dos diretores e conselheiros, assim como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 27º - A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 28º - A forma de recursos para o desenvolvimento e a manutenção da Associação provém de receitas decorrentes de seu patrimônio, mobiliário e imobiliário que venha a possuir, e das aplicações financeiras doações e legados, auxílios e contribuições de seus associados e benfeitores ou qualquer outra forma legal de receita, cuja soma constitui o patrimônio social.

CAPÍTULO IV
DA PERDA DO MANDATO

Art. 29º - A perda da qualidade de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 135

IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na associação;

V. Conduta duvidosa.

§ 1º - Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria, no Prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

§ 2º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independente da apresentação da defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária devidamente convocada para esse fim, onde será garantido o amplo direito de defesa.

CAPÍTULO V

DA RENÚNCIA E VACÂNCIA DO CARGO

Art. 30º - Em caso de renúncia ou vacância do cargo de membro da Diretoria ou Conselho Fiscal, a Diretoria convocará Assembleia Geral Extraordinária para eleição do cargo vago.

Parágrafo único - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente como último ato de sua gestão, convocará Assembleia Geral para uma nova eleição e nela apresentará carta renúncia coletiva. Os membros da Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos nessas condições, havendo renúncia coletiva dos órgãos, será realizado nova assembleia para eleger uma nova gestão, dando início a um novo mandato.

CAPÍTULO VI

DA REFORMA, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 31º - O Estatuto Social entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e poderá ser reformado por deliberação da Assembleia Geral, através de convocação especialmente para esse fim, ordinária ou extraordinária, devendo a decisão ser tomada por dois terços de seus membros efetivos presentes à reunião e em primeira convocação.

Art. 32º - O Presente do estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.


Lucia



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 136

Art. 33º - A Associação poderá ser dissolvida ou extinta pela vontade expressa de dois terços dos associados presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, caso não concretize seus objetivos sociais ou se estes se tornarem inexequíveis a juízo da maioria dos associados.

Art. 34º - Em caso de dissolução ou extinção da Associação o remanescente de seu patrimônio líquido será totalmente vertido para uma Instituição municipal, estadual ou federal de fins idênticos ou semelhantes aos da Associação, escolhida mediante deliberação de, no mínimo, dois terços dos associados.

CAPÍTULO VII
DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 35º - O exercício da associação encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 36º - O balanço geral, as contas da diretoria, demonstrações financeiras da associação, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de cada ano, serão apreciados pela assembleia geral ordinária.

Art. 37º - A Associação não poderá requerer concordata, nem está sujeita a falência e sua dissolução, somente por liquidação extrajudicial, na forma de lei.

Art. 38º - O associado não responde, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações da Associação e não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 39º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Juazeiro do Norte, 29 de novembro de 2023.

Lúcia [assinatura] [assinatura] [assinatura]



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 137

DIRETORIA:

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

Presidente: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 415.596.303-53, Filiação: Francisco Júlio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva, NB: 604.608.816-3, telefone (85) 9 9134-6448, residente e domiciliada na rua José Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246 Fortaleza/CE, e-mail: mlourdesvpinheiro@gmail.com.

Maria de Fátima Bezerra Alves

Vice - Presidente: MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2017039439-0 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 144.516.543-00, Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque, NB: 135.797.998-0, telefone (85) 9 98711-5263, residente e domiciliada na rua João Victor, nº 1507-A, Granja Lisboa, CEP: 60.546-210 Fortaleza/CE, e-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com.

Lucia Maria Lopes da Silva

Secretária: LUCIA MARIA LOPES DA SILVA, brasileira, viúva, pensionista, portadora da cédula de identidade 90001008396 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 826.490.653-20, Filiação: Gilberto Cabral da Silva e Maria Luiza Lopes da Silva, NB: 028.701.549-1, telefone (85) 9 99292-9724, residente e domiciliada na rua Beira Rio, nº 22, Altos, Parque Leblon, CEP: 61.631-370, Caucaia/CE, e-mail: luciamariaassesp@gmail.com.

Maria de Fátima dos Santos Oliveira

Tesoureira: MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileira, casada, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 91002217639 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 699.717.813-87, Filiação: Raimundo Augusto dos Santos e Maria Ferreira dos Santos, NB: 078.021.860-4, telefone (85) 9 9626-0769,



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 138

Reconheço a(s) Firma(s) ☐ por autenticidade ☒ semelhança

MARIA DE LOURDES FERREIRA DO VALE
MARIA DE CASIMIRA ROCHA ALVES

Dou fé.

Mombaca (CE) 24 JAN 2024

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
☒ MARIA ODETH BATISTA F. VERAS
☐ BEL. GERÔNIMO RAPHAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO
Rua Antônio Evangelista Sobrinho, 92
Centro - Mombaca - Ceará
(86) 3512-1313

Reconheço a(s) Firma(s) ☐ por autenticidade ☒ semelhança

LUZIA MARIA LOPES DA SILVA, MARIA DE
CASIMIRA ROCHA BATISTA SILVA

Dou fé.

Mombaca (CE) 24 JAN 2024

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
☒ MARIA ODETH BATISTA F. VERAS
☐ BEL. GERÔNIMO RAPHAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO
Rua Antônio Evangelista Sobrinho, 92
Centro - Mombaca - Ceará
(86) 3512-1313

Documento assinado digitalmente pelo tabelião e oficial de registros do 2º Ofício de Juazeiro do Norte-CE amparado no PROVIMENTO Nº. 4/2023 CGJCE Art. 488 § 2º Art. 499 § 1º e demais. Para conferência de autenticidade usar o QR-CODE ou acessar: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04019/ e informar o código: 21231159



DATA: 01/02/2024

ORDEM: 04019

LIVRO: A-42

FOLHAS: 110-139

FOLHA 139

residente e domiciliada na rua 131, CJ Ceará, n° 75, Conjunto Ceará, CEP 60.530-150 Fortaleza/CE, e-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com.

CONSELHO FISCAL

Francisco Batista Barbosa
Primeiro Conselheiro Fiscal: FRANCISCO BATISTA BARBOSA, brasileiro, casado, pensionista do INSS, portador da cédula de identidade 2023031552-0 SSPDS/CE, inscrito no CPF sob o n° 163.521.903-59, Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque, NB: 528.275.900-0, telefone (85) 9 98929-2973, residente e domiciliada na rua Martins Neto, n° 724, bairro Antônio Bezerra, CEP 60.360-415 Fortaleza/CE, e-mail franciscobatistaassesp@gmail.com.

Andre Freire de Oliveira
Segundo Conselheiro Fiscal: ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, aposentado, portador da cédula de identidade 97024035907 SSPDS/CE, inscrito no CPF sob o n° 865.354.803-30; Filiação: Isabel Freire de Oliveira, NB: 176.843.394-9, telefone (85) 9 9623-4101, residente e domiciliada na rua Frankfurt, n° 452, Vila Manoel Sátiro, CEP: 60.713-140 Fortaleza/CE, e-mail: andrefreireassesp@gmail.com.

Maria de Fatima Soares da Silva
Terceiro Conselheiro Fiscal: MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2004010036770 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o n° 426.213.214-53, Filiação: João Sores Silva e Raimunda Nogueira Maciel, NB: 164.504.855-9, telefone (085) 9 8792-4222, residente e domiciliada na Rua: Albano Amaral, n° 717, Vila Manoel Sátiro, CEP: 60.713-200 Fortaleza/CE, e-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com.





REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICA

Foi procedido **A AVERBAÇÃO**, do registro 4010 do livro A-42 e folhas 018-042 datado de 11/01/2024, na forma do art. 114 e seguintes da Lei 6.015/73, **da ATA ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS, CNPJ: 07.361.030/0001-72**, sob Nº de **ORDEM: 04215, LIVRO: A-49, FOLHAS: 264-269** e **SELO: ABM288916** devidamente criptografado e armazenado no endereço eletrônico: **https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04215/** Código: **06879918**, abaixo lançado. Do que dou FÉ. Juazeiro do Norte-CE, 10/03/2025.



ASSINATURA ELETRÔNICA

Paulo de Tarso Gondim Machado
Tabelião / Oficial de Registros

PAULO DE
TARSO GONDIM
MACHADO:060
48528353

Assinado de forma
digital por PAULO DE
TARSO GONDIM
MACHADO:06048528353
Dados: 2025.03.10
17:05:00 -03'00'

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES Nº do Atendimento: 202503000245 Total Emolumentos: 143,66 Total FUNDIP: 7,18 Total FORMAL: 11,02 Total FUNDIP: 7,18 Total Selos: 6,38 (Total ISS): 2,87 Valor Total: 178,02 Base de Cálculo / Alíq. com Valor Declarado Bem Registrado 1: 6,38	PODER JUDICIÁRIO Estado do Ceará Selo Tipo 11 Registro RTO / RCPJ Nº: ABM288916-L9J9	PODER JUDICIÁRIO Estado do Ceará Selo Tipo 1 Dados / Manifestação Nº: ABM24440-K709
Detalhamento da sobrecarga / Listagem dos códigos da Tabela de emolumentos em vigor Código: 000001 (00001-00001)	SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE Confirmação de integridade em web of digital Brazil	SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE Confirmação de integridade em web of digital Brazil

DATA: 10/03/2025

ORDEM: 04215

LIVRO: A-49

FOLHAS: 264-269

FOLHA 265

ILMO. SR OFICIAL DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS DESTA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

PRESIDENTE: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, RG 2017066753-1 SSPDS/CE, CPF: 415.596.303-53, residente e domiciliada na Rua José Pedra, Nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246, na cidade de Fortaleza/CE, in fine assinado, vem, respeitosamente perante V. Sª REQUERER se digne mandar proceder o registro no cartório Machado – 2º Ofício, do **ESTATUTO NO LIVRO A-44 NA DATA 11.01.2024 E ATA DATADA 16/01/2025 SENDO ABERTURA DE FILIAIS NAS CIDADES DE JOINVILLE/ SANTA CATARINA E NA CIDADE DE GOIANIA/ GOIÁS DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS – ASSESP**, CNPJ sob nº 07.361.030/0001-72 e endereço na Rua Pio X, nº 454-A, Bairro Salesianos na cidade de Juazeiro do Norte/CE, na forma do art. 121 da Lei 6.015/73, Código Civil art. 1.151.

N. Termos

P. Deferimento

Juazeiro do Norte-CE 28 de fevereiro de 2025.

MARIA DE LOURDES
PINHEIRO DO
VALE:41559630353

Assinado de forma digital por MARIA
DE LOURDES PINHEIRO DO
VALE:41559630353
Dados: 2025.02.28 15:45:56 -03'00'

PRESIDENTE: Maria de Lourdes Pinheiro do Vale



DATA: 10/03/2025

ORDEM: 04215

LIVRO: A-49

FOLHAS: 264-269

FOLHA 266

ASSESP
ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS

Lucia Maria Lopes da Silva
Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA PARA TRATAR DA ABERTURA DE FILIAL COM O MESMA ATIVIDADE DA MATRIZ ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CNPJ - 07.361.030/0001-72.

Aos **dezesseis de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco**, às **09:00h (nove horas)**, em primeira chamada e às **09:30h (nove horas e trinta minutos)** segunda chamada, atendendo o Edital de Convocação de seis de outubro de dois mil e vinte e três, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, na Rua: PIO X, nº 434 A, Bairro: Salesianos, Juazeiro do Norte/CE, CEP: 63.050-020, reuniram-se os membros da diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, e assinados na relação de presenças anexa, nos termos do estatuto em vigor, para deliberarem quanto a:

ABERTURA DE FILIAL EM GOIANIA/ GOIAS COM A MESMA ATIVIDADE DA MATRIZ.

Art. 2º – A Associação tem por finalidade, congregar aposentados e pensionistas o Regime Geral da Previdência Social em objetivos ligados às atividades sociais com ênfase para cultura, saúde e artes.

Art 3º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação poderá abrir sucursais em todo o território nacional.

Para presidir os trabalhos foi indicado por aclamação a **Sra. MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**, que escolheu a mim, **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**, para secretária-la.

Tendo sido convocado **Assembleia Geral**, através de publicação em jornal de grande circulação, Carta Convite, Boletim interno e de forma remota (virtual), contando com a presença da maioria simples dos sócios com direito a voto.

Com início a pauta do dia a senhora Presidente toma a palavra e fala da necessidade da Abertura de novas filiais da Entidade. Concluída a apresentação e a manifestação dos presentes, após a contagem dos votos, foi aprovado por maioria dos presentes a abertura de

Tel.: (85) 99134-6448
Rua Pio X, nº 434 A
Bairro Salesianos
CEP: 63.050-020
Juazeiro do Norte-CE



DATA: 10/03/2025

ORDEM: 04215

LIVRO: A-49

FOLHAS: 264-269

FOLHA 267

ASSESP

ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS

filial conforme Art. 3º do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, CNPJ: 07.361.030/0001-72 e sua filial funcionará na Avenida Campos Elísios N. 1077 Quadra, 221 Lote 17 - Jardim Novo Mundo - CEP 74705-020 - Goiânia - GO, mantendo as atividades da matriz conforme Art. 2º do mesmo Estatuto Social que visa as atividades sociais com ênfase para cultura, saúde e artes.

E, por fim, a Presidente, declara que as deliberações tomadas na assembleia geral em questão, observaram rigorosamente, o quórum previsto no estatuto social em vigor. Nada mais havendo, o Presidente, fez um resumo dos trabalhos do dia, bem como das deliberações, agradeceu pela participação de todos os presentes e declara que as novas mudanças estão sendo consolidadas e aprovadas pelos presentes e deu por encerrada a reunião, da qual eu, **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**, lavrei a presente ata, que foi lida, achada conforme e firmada por toda a diretoria abaixo relacionada.

Fortaleza, 16 de janeiro de 2025.

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale
Presidente: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE; e de CPF: 415.596.303-53; NB: 604.608.816-3, Filiação: Francisco Júlio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva; residente e domiciliada na Rua: Jose Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246; FORTALEZA/CE, TELEFONE: (85) 989292973, E-mail: assespnacional@gmail.com

Maria de Fátima Bezerra Alves
Vice-Presidente: MARIA DE FÁTIMA BEZERRA ALVES, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2017039439-0 SSPDS/CE, e de CPF: 144.516.543-00; NB: 135.797.998-0, Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque; residente e domiciliada na Rua: João Victor, nº 1507-A, Granja Lisboa; CEP: 60.546-210; TELEFONE: (85) 991887993, FORTALEZA/CE, E-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com

Maria de Fátima dos Santos Oliveira
Secretária: LUCIA MARIA LOPES DA SILVA, brasileira, viúva, pensionista; portadora da cédula de identidade 90001008396 SSPDS/CE, e de CPF: 826.490.653-20; NB: 028.701.549-1, Filiação: Gilberto Cabral da Silva e Maria Luiza Lopes da Silva; residente e domiciliada na

Tel.: (85) 99134-6448
Rua Pio X, nº 434 A
Bairro Salesianos
CEP: 63.050-020
Juazeiro do Norte-CE



DATA: 10/03/2025

ORDEM: 04215

LIVRO: A-49

FOLHAS: 264-269

FOLHA 268



Documento assinado digitalmente pelo tabelião e oficial de registros do 2º Ofício de Juazeiro do Norte-CE amparado no PROVIMENTO Nº. 4/2023 CGJCE Art. 488 § 2º Art. 499 § 1º e demais. Para conferência de autenticidade usar o QR-CODE ou acessar: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04215/ e informar o código: 06879918



DATA: 10/03/2025

ORDEM: 04215

LIVRO: A-49

FOLHAS: 264-269

FOLHA 269

ASSESP

ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS

Rua: Beira Rio, nº 22, Altos; Parque Leblon; CEP: 61.631-370 - CAUCAIA/CE, TELEFONE: (85) 988721520 E-mail: luciamariaassesp@gmail.com.

Maria de Fátima dos Santos Oliveira

Tesoureira: MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileira, casada, pensionista, portadora da cédula de identidade 910022117639 (SSPDS/CE), e de CPF: 699.717.813-87; NB: 078.021.860-4, Filiação: Raimundo Augusto dos Santos e Maria Ferreira dos Santos; residente e domiciliada na Rua 131, nº 75; Conjunto Ceará, Fortaleza/CE, CEP: 60.530-150; TELEFONE: (85) 996260769; E-MAIL: mariadefatimaassesp@gmail.com.

Francisco Batista Barbosa

Primeiro Conselho Fiscal: FRANCISCO BATISTA BARBOSA, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade 2023031552-0 SSP/CE, CPF: 163.521.903-59; NB: 528.275.900-0, FILIAÇÃO: Adrião Rodrigues Barbosa e Maria de Lourdes Batista Barbosa; residente e domiciliado na Rua: Martins Neto, nº 724; Antônio Bezerra, CEP: 60360-415; FORTALEZA/CE, TELEFONE: (85) 997140225 E-mail: franciscobatistaassesp@gmail.com.

André F. de Oliveira

Segundo Conselho Fiscal: ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, aposentado, portador da cédula de identidade 97024035907 SSPDS/CE e de CPF: 865.354.803-30; NB: 176.843934-9 Filiação: Isabel Freire de Oliveira; residente e domiciliado na Rua: Frankfurt, nº 452; Vila Manoel Sátiro; CEP: 60.713-140; Fortaleza/ CE, TELEFONE: (85) 989693575 E-mail: andrefreireassesp@gmail.com.

Maria de Fátima Soares da Silva

Terceiro Conselho Fiscal: MARIA DE FÁTIMA SOARES DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2004010036770 SSPDS/CE e de CPF: 426.213.214-53; NB: 164.504.855-9, Filiação: João Sores Silva e Raimunda Nogueira Maciel; residente e domiciliada na Rua: Albano Amaral, nº 717; Vila Manoel Sátiro; CEP: 60.713-200; Fortaleza/ CE, TELEFONE: (85) 992272492, E-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com.

André Freire de Oliveira
Dou fe. - Mombaca(CE) 26 FEV. 2025

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
☒ MARIA DE FÁTIMA SOARES DA SILVA - SUBSTITUTA
☐ BEL. GILSON ROCHA BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORDEN ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

Tel.: (85) 99134-6448
Rua Pio X, nº 434 A
Bairro Salesianos
CEP: 63.050-020
Juazeiro do Norte-CE



Maria de Fátima Soares da Silva
Dou fe. - Mombaca(CE) 26 FEV. 2025

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
☒ MARIA DE FÁTIMA SOARES DA SILVA - SUBSTITUTA
☐ BEL. GILSON ROCHA BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORDEN ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICA

Foi procedido **A AVERBAÇÃO**, do registro 4010 do livro A-42 e folhas 018-042 datado de 11/01/2024, na forma do art. 114 e seguintes da Lei 6.015/73, **da ATA ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS, CNPJ: 07.361.030/0001-72**, sob Nº de **ORDEM: 04216, LIVRO: A-49, FOLHAS: 270-275 e SELO: ABM288917** devidamente criptografado e armazenado no endereço eletrônico: **https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04216/** Código: **33983744**, abaixo lançado. Do que dou FÉ. Juazeiro do Norte-CE, 11/03/2025.



ASSINATURA ELETRÔNICA

Paulo de Tarso Gondim Machado
Tabelião / Oficial de Registros

PAULO DE
TARSO
GONDIM
MACHADO:0
6048528353

Assinado de forma
digital por PAULO
DE TARSO GONDIM
MACHADO:060485
28353
Dados: 2025.03.11
09:54:52 -03'00'

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES Nº de Averbação: 202501000047 Total Emolumentos: 143,88 Total FANDEP: 7,18 Total FERRAGENS: 11,62 Total FIDUCIAR: 7,18 Total Selos: 8,38 (Total ISS): 2,87 Valor Total: 178,02 Base de Cálculo / Alíq. com Valor Declarado Despesa: 11,62	PODER JUDICIÁRIO Cartório do Juazeiro Selo Tipo 11 Registro RTO / RPU Nº ABM288917 H5J9	PODER JUDICIÁRIO Cartório do Juazeiro Selo Tipo 1 Direito / Matrícula Nº ABM34455 MBG9
SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE Confirmação de autenticidade em todo o documento eletrônico	SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE Confirmação de autenticidade em todo o documento eletrônico	SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE Confirmação de autenticidade em todo o documento eletrônico



DATA: 11/03/2025

ORDEM: 04216

LIVRO: A-49

FOLHAS: 270-275

FOLHA 271

ASSESP
ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA PARA TRATAR
DA ABERTURA DE FILIAL COM O MESMA ATIVIDADE DA MATRIZ
ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CNPJ –
07.361.030/0001-72.**

Aos **dezesseis de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco**, às **09:00h** (nove horas), em primeira chamada e às **09:30h** (nove horas e trinta minutos) segunda chamada, atendendo o Edital de Convocação de seis de outubro de dois mil e vinte e três, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, na Rua: PIO X, nº 434 A, Bairro: Salesianos, Juazeiro do Norte/CE, CEP: 63.050-020, reuniram-se os membros da diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, e assinados na relação de presenças anexa, nos termos do estatuto em vigor, para deliberarem quanto a:

ABERTURA DE FILIAL EM JOINVILLE/SANTA CATARINA COM A MESMA ATIVIDADE DA MATRIZ.

Art. 2º – A Associação tem por finalidade, congregar aposentados e pensionistas o Regime Geral da Previdência Social em objetivos ligados às atividades sociais com ênfase para cultura, saúde e artes.

Art 3º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação poderá abrir sucursais em todo o território nacional.

Para presidir os trabalhos foi indicado por aclamação a **Sra. MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**, que escolheu a mim, **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**, para secretariá-la.

Tendo sido convocado **Assembleia Geral**, através de publicação em jornal de grande circulação, Carta Convite, Boletim interno e de forma remota (virtual), contando com a presença da maioria simples dos sócios com direito a voto.

Com início a pauta do dia a senhora Presidente toma a palavra e fala da necessidade da Abertura de novas filiais da Entidade. Concluída a apresentação e a manifestação dos presentes, após a contagem dos votos, foi aprovado por maioria dos presentes a abertura de

Tel.: (85) 99134-6448
Rua Pio X, nº 434 A
Bairro Salesianos
CEP: 63.050-020
Juazeiro do Norte-CE

Lucia Maria Lopes da Silva
Maria de Lourdes Pinheiro do Vale



DATA: 11/03/2025

ORDEM: 04216

LIVRO: A-49

FOLHAS: 270-275

FOLHA 272

ASSESP

ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS

filial conforme Art. 3º do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP, CNPJ: 07.361.030/0001-72 e sua filial funcionará na Rua XV de novembro, nº1927, Bairro: América - CEP: 89201-602 - Joinville - SC, mantendo as atividades da matriz conforme Art. 2º do mesmo Estatuto Social que visa as atividades sociais com ênfase para cultura, saúde e artes.

E, por fim, a Presidente, declara que as deliberações tomadas na assembleia geral em questão, observaram rigorosamente, o quórum previsto no estatuto social em vigor. Nada mais havendo, o Presidente, fez um resumo dos trabalhos do dia, bem como das deliberações, agradeceu pela participação de todos os presentes e declara que as novas mudanças estão sendo consolidadas e aprovadas pelos presentes e deu por encerrada a reunião, da qual eu, **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**, lavrei a presente ata, que foi lida, achada conforme e firmada por toda a diretoria abaixo relacionada.

Fortaleza, 16 de janeiro de 2025.

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale
Presidente: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE; e de CPF: 415.596.303-53; NB: 604.608.816-3, Filiação: Francisco Júlio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva; residente e domiciliada na Rua: Jose Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246, FORTALEZA/CE, TELEFONE: (85) 989292973, E-mail: assesp.nacional@gmail.com.

Maria de Fátima Bezerra Alves
Vice-Presidente: MARIA DE FÁTIMA BEZERRA ALVES, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2017039439-0 SSPDS/CE, e de CPF: 144.516.543-00; NB: 135.797.998-0, Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque; residente e domiciliada na Rua: João Victor, nº 1507-A, Granja Lisboa, CEP: 60.546-210; TELEFONE: (85) 991887993, FORTALEZA/CE, E-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com.

Maria de Luciana dos Santos Oliveira
Secretária: LUCIA MARIA LOPES DA SILVA, brasileira, viúva, pensionista; portadora da cédula de identidade 90001008396 SSPDS/CE, e de CPF: 826.490.653-20; NB: 028.701.549-1, Filiação: Gilberto Cabral da Silva e Maria Luiza Lopes da Silva; residente e domiciliada na

Tel.: (85) 99134-6448
Rua Pio X, nº 434 A
Bairro Salesianos
CEP: 63.050-020
Juazeiro do Norte-CE

DATA: 11/03/2025

ORDEM: 04216

LIVRO: A-49

FOLHAS: 270-275

FOLHA 273

Documento assinado digitalmente pelo tabelião e oficial de registros do 2º Ofício de Juazeiro do Norte-CE amparado no PROVIMENTO Nº. 4/2023 CGJCE Art. 488 § 2º Art. 499 § 1º e demais. Para conferência de autenticidade usar o QR-CODE ou acessar: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04216/ e informar o código: 33983744



DATA: 11/03/2025

ORDEM: 04216

LIVRO: A-49

FOLHAS: 270-275

FOLHA 274

ASSESP
ASSOCIAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS

Rua: Beira Rio, nº 22, Altos; Parque Leblon; CEP: 61.631-370 - CAUCAIA/CE, TELEFONE: (85) 988721520 E-mail: luciamariaassesp@gmail.com.

Maria de Fátima dos Santos Oliveira
Tesoureira: **MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS OLIVEIRA**, brasileira, casada, pensionista, portadora da cédula de identidade 910022117639 (SSPDS/CE), e de CPF: 699.717.813-87; NB: 078.021.860-4, Filiação: Raimundo Augusto dos Santos e Maria Ferreira dos Santos; residente e domiciliada na Rua 131, nº 75; Conjunto Ceará, Fortaleza/CE, CEP: 60.530-150; TELEFONE: (85) 996260769; E-MAIL: mariadefatimaassesp@gmail.com.

Francisco Batista Barbosa
Primeiro Conselho Fiscal: **FRANCISCO BATISTA BARBOSA**, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade 2023031552-0 SSP/CE, CPF: 163.521.903-59; NB: 528.275.900-0, FILIAÇÃO: Adrião Rodrigues Barbosa e Maria de Lourdes Batista Barbosa; residente e domiciliado na Rua: Martins Neto, nº 724; Antônio Bezerra - CEP: 60360-415; FORTALEZA/CE, TELEFONE: (85) 997140225 E-mail: franciscobatistaassesp@gmail.com.

André F. de Oliveira
Segundo Conselho Fiscal: **ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, aposentado, portador da cédula de identidade 97024035907 SSPDS/CE e de CPF: 865.354.803-30; NB: 176.843934-9 Filiação: Isabel Freire de Oliveira; residente e domiciliado na Rua: Frankfurt, nº 452; Vila Manoel Sátiro; CEP: 60.713-140; Fortaleza/CE, TELEFONE: (85) 989693575 E-mail: andrefreireassesp@gmail.com.

Maria de Fátima Soares da Silva
Terceiro Conselho Fiscal: **MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA**, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2004010036770 SSPDS/CE e de CPF: 426.213.214-53; NB: 164.504.855-9, Filiação: João Soares Silva e Raimunda Nogueira Maciel; residente e domiciliada na Rua: Albano Amaral, nº 717; Vila Manoel Sátiro; CEP: 60.713-200; Fortaleza/CE, TELEFONE: (85) 992272492, E-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com.

Maria de Fátima dos Santos Oliveira
Dou fe. - Mombaca (CE) 26 FEV. 2025

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
☐ MARIA QUETH BATISTA F. VERAS - SUBSTITUTA
☐ JORGE ANILRE BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANILRE BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VALIDADE: 01/03/2025

Tel.: (85) 99134-6448
Rua Pio X, nº 434 A
Bairro Salesianos
CEP: 63.050-020
Juazeiro do Norte-CE

Reconheço a(s) por autenticidade de: *André Freire de Oliveira*
Dou fe. - Mombaca (CE) 26 FEV. 2025

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
☐ MARIA QUETH BATISTA F. VERAS - SUBSTITUTA
☐ JORGE ANILRE BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANILRE BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VALIDADE: 01/03/2025

Reconheço a(s) por autenticidade de: *Maria de Fátima dos Santos Oliveira*
Dou fe. - Mombaca (CE) 26 FEV. 2025

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
☐ MARIA QUETH BATISTA F. VERAS - SUBSTITUTA
☐ JORGE ANILRE BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANILRE BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VALIDADE: 01/03/2025

Reconheço a(s) por autenticidade de: *Maria de Fátima Soares da Silva*
Dou fe. - Mombaca (CE) 26 FEV. 2025

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
☐ MARIA QUETH BATISTA F. VERAS - SUBSTITUTA
☐ JORGE ANILRE BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANILRE BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

VALIDADE: 01/03/2025

Documento assinado digitalmente pelo tabelião e oficial de registros do 2º Ofício de Juazeiro do Norte-CE amparado no PROVIMENTO Nº. 4/2023 CGJCE Art. 488 § 2º Art. 499 § 1º e demais. Para conferência de autenticidade usar o QR-CODE ou acessar: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04216/ e informar o código: 33983744

DATA: 11/03/2025

ORDEM: 04216

LIVRO: A-49

FOLHAS: 270-275

FOLHA 275

ILMO. SR OFICIAL DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS DESTA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

PRESIDENTE: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, RG 2017066753-1 SSPDS/CE, CPF: 415.596.303-53, residente e domiciliada na Rua José Pedra, Nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246, na cidade de Fortaleza/CE, in fine assinado, vem, respeitosamente perante V. Sª REQUERER se digne mandar proceder o registro no cartório Machado – 2º Ofício, do **ESTATUTO NO LIVRO A-44 NA DATA 11.01.2024 E ATA DATADA 16/01/2025 SENDO ABERTURA DE FILIAIS NAS CIDADES DE JOINVILLE/ SANTA CATARINA E NA CIDADE DE GOIANIA/ GOIÁS DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS – ASSESP**, CNPJ sob nº 07.361.030/0001-72 e endereço na Rua Pio X, nº 454-A, Bairro Salesianos na cidade de Juazeiro do Norte/CE, na forma do art. 121 da Lei 6.015/73, Código Civil art. 1.151.

N. Termos

P. Deferimento

Juazeiro do Norte-CE 28 de fevereiro de 2025.

MARIA DE LOURDES
PINHEIRO DO
VALE:41559630353

Assinado de forma digital por MARIA
DE LOURDES PINHEIRO DO
VALE:41559630353
Dados: 2025.02.28 15:45:56 -03'00'

PRESIDENTE: Maria de Lourdes Pinheiro do Vale

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2017066753-1 SSPDS/CE; e de CPF: 415.596.303-53; **NB: 604.608.816-3**, Filiação: Francisco Júlio Pinheiro e Francisca Pinheiro da Silva; residente e domiciliada na Rua: Jose Pedra, nº 1080-A, Parque Dois Irmãos, CEP: 60.743-246, FORTALEZA/CE, TELEFONE: (85) 989292973 , E-mail: assesp.nacional@gmail.com (PRESIDENTE)

MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES, brasileira, viúva, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 2017039439-0 SSPDS/CE, e de CPF: 144.516.543-00; **NB: 135.797.998-0**, Filiação: Francisco Bezerra Albuquerque e Maria Lucia Bezerra de Albuquerque; residente e domiciliada na Rua: João Victor, nº 1507-A; Granja Lisboa; CEP: 60.546-210; TELEFONE: (85) 991887993, FORTALEZA/CE, E-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com (VICE)

LUCIA MARIA LOPES DA SILVA, brasileira, viúva, pensionista; portadora da cédula de identidade 90001008396 SSPDS/CE, e de CPF: 826.490.653-20; **NB: 028.701.549-1**, Filiação: Gilberto Cabral da Silva e Maria Luiza Lopes da Silva; residente e domiciliado na Rua: Beira Rio, nº 22, Altos; Parque Leblon; CEP: 61.631-370 - CAUCAIA/CE, TELEFONE: (85) 988721520 E-mail: luciamariaassesp@gmail.com (SECRETÁRIA)

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileira, casada, pensionista do INSS, portadora da cédula de identidade 910022117639 SSPDS/CE, e de CPF: 699.717.813-87; **NB: 078.021.860-4** Filiação: Raimundo Augusto dos Santos e Maria Ferreira dos Santos; residente e domiciliada na Rua: 131, nº 75; Conjunto Ceará; CEP: 60.530-150 - FORTALEZA/CE, TELEFONE: (85) 996260769 E-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com (TESOUREIRA)

FRANCISCO BATISTA BARBOSA, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade 2023031552-0 SSP/CE, CPF: 163.521.903-59; **NB: 528.275.900-0**, FILIAÇÃO: Adrião Rodrigues Barbosa e Maria de Lourdes Batista Barbosa; residente e domiciliado na Rua: Martins Neto, nº 724; Antônio Bezerra – CEP: 60360-415; FORTALEZA/CE, TELEFONE: (85) 997140225 E-mail: franciscobatistaassesp@gmail.com (1º CONSELHEIRO)

ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, aposentado, portador da cédula de identidade 97024035907 SSPDS/CE e de CPF: 865.354.803-30; **NB: 176.843934-9** Filiação: Isabel Freire de Oliveira; residente e domiciliada na Rua: Frankfurt, nº 452; Vila Manoel Satiro; CEP: 60.713-140; Fortaleza/ CE, TELEFONE: (85) 989693575 E-mail: andrefreireassesp@gmail.com (2º CONSELHEIRO)

MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade 2004010036770 SSPDS/CE e de CPF: 426.213.214-53; **NB: 164.504.855-9**, Filiação: João Sores Silva e Raimunda Nogueira Maciel; residente e domiciliada na Rua: Albano Amaral, nº 717; Vila Manoel Satiro; CEP: 60.713-200; Fortaleza/ CE, TELEFONE: (85) 992272492, E-mail: mariadefatimaassesp@gmail.com (3º COSELHEIRO)

TELEFONE ASSESP: 0800 591 9057

SITE: <https://assesp-associacao.org/>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.361.030/0001-72 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 20/04/2005</div>
<div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSESP</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>		
<div>LOGRADOURO R PIO X</div>	<div>NÚMERO 434</div>	<div>COMPLEMENTO LETRA A</div>
<div>CEP 63.050-020</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO SALESIANOS</div>	<div>MUNICÍPIO JUAZEIRO DO NORTE</div>
<div>UF CE</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO MLOURDESVPINHEIRO@GMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (85) 9109-5577</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/09/2022</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/04/2025 às 10:03:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS
R PIO X, 00434 / A
SALESIANOS
63050-020 JUAZEIRO DO NORTE CE

Código
110/001059793

CPF/CNPJ
07.361.030/0001-72

Vencimento
15/04/2025

Forma de Pagamento
BOLETO BANCÁRIO

Valor
124,78

PARA 2ª VIA DA FATURA, DÉBITO AUTOMÁTICO E DÚVIDAS, ACESSE MINHA CLARO.COM.BR

002/003



Importante:

Mantenha seu e-mail e telefones sempre atualizados. Acesse claro.com.br/minha-claro, faça seu login ou cadastre-se.

Atenção: o cancelamento de seus serviços CLARO, durante o período de permanência mínima, estará sujeito à cobrança de multa contratual.

Minha Claro:



Claro net virtua

descrição

total



Claro net virtua

124,78



Cadastre-se em: www.claro.com.br/claro-clube

Valor total
124,78



Claro net virtua

Mensalidade Claro net virtua

01/03/25 A 31/03/25 OFERTA CONJUNTA BL PME 600 MEGA FIDELIDADE + APLICATIVOS	125,24
Sub-Total Mensalidade Claro net virtua	125,24
Descontos/Cancelamentos	
28/02/25 DESCONTO INTERRUPTÃO DE SINAL VIRTUA EM 29/01/25. TEMPO TOTAL 00 H 14 M	-0,03
27/02/25 DESCONTO INTERRUPTÃO DE SINAL VIRTUA EM 26/01/25. TEMPO TOTAL 03 H 35 M	-0,43
Sub-Total Descontos/Cancelamentos	-0,46
Total Claro net virtua	124,78

Com a Claro, você se conecta +
com o ritmo certo.

Eu 
ouvir música

Som potente, graves envolventes e liberdade
para curtir sua playlist favorita onde estiver!

Caixa de som JBL Flip 6



Fone de Ouvido Wave Buds 2

Caixa de som JBL GO4

Aproveite as ofertas especiais na Claro:



em até
21x
sem juros

Vá até uma loja Claro
ou
aponte a câmera para
o QR Code e aproveite:



Oferta válida para pessoa física ou enquanto durarem os estoques. Parcelamento em 21x exclusivo para cartões de crédito do Banco do Brasil, CAIXA Econômica Federal, Banco Original e Santander. Imagens meramente ilustrativas. Consulte as demais condições das ofertas nos regulamentos em www.claro.com.br, ligue para 19021 ou fale com um vendedor.



"Para atendimento presencial, consulte o endereço da loja mais próxima em claro.com.br/encontre-uma-loja"
- Evite o desligamento de seu sinal efetuando o pagamento até a data do vencimento. NET filiada ao Serasa/SCPC.
- Para pagamentos após o vencimento serão cobrados juros diários de 0,033% e multa de 2%.

- Caso existam serviços prestados e não cobrados, esses serão incluídos nas suas próximas faturas.
Deficiente auditivo ou surdo acesse claro.com.br/minha-claro.
Ligue 10621 para informações, atendimento técnico, financeiro, compra de serviços, reclamações ou cancelamentos (ligação gratuita).

Ouvidoria 08007010180

REGISTROS DE ATENDIMENTO:
110245171863861, 110245171849415,
110245171847682, 110245171845694,
110234757083987

Autenticação Mecânica

Pagamentos após o vencimento serão cobrados juros diários de 0,033% e multa de 2%. Os encargos de pagamentos efetuados após o vencimento serão cobrados na próxima fatura.

Atenção efetue seus pagamentos nos bancos conveniados a seguir: BANCO BRADESCO S.A., BANCO COOPERATIVO DO BRASIL SA, BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A, BANCO DE BRASILIA SA., BANCO DO BRASIL S.A., BANCO DO ESTADO DO PARA, BANCO INTER S.A., BANCO ITAU S.A., BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., BANCO ORIGINAL S.A., BANCO SAFRA S/A, BANCO SANTANDER, BANCO TRIANGULO S.A., BANESE, BANRISUL, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CITIBANK, C6 BANK, FATLOJ, MULTIPAGOS, NUBANK S.A., PICPAY

Cliente	Identificação para Débito	Mês Referência	Vencimento	Valor
ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS	NET SERVICOS 1100010597930	Março/2025	15/04/2025	124,78

84650000001-9 24780162202-5 50415110000-6 00818223379-4



Comprovante de Endereço da sede (20303889)

SEI 35014.048140/2024-70 / pg. 550

Pague
com
Pix
Clique
Aqui



ANEXO I TERMO DE ADESÃO E CONDIÇÕES COMERCIAIS

Pelo presente instrumento de um lado doravante **LV CONSULTORIA EIRELI**, nome fantasia **SUA FIBRA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 29.714.280/0001-81, com sede à Rua Americano do Brasil, Quadra 27, Lote 08, Sala 03, nº 760, Setor VI Concorórdia, Goiânia, Goiás, denominada **PRESTADORA**, qualificada no Contrato de Prestação de Serviço de Comunicação Multimídia devidamente registrado sob Protocolo 1705359 e Numero 1603434 na data de 23/10/2020 as 13:52:30 livro B, e disponível no endereço eletrônico <https://www.suafibra.com.br/>, e de outro lado, o **ASSINANTE** conforme qualificado abaixo:

NOME/RAZÃO SOCIAL: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS - ASSESP			
NOME FANTASIA: ASSESP			
CNPJ/CPF: 07.361.030/0001-72	I.M.:	I.E.: 200770780	
DOC. ID.:	ORG. EXP.:	TIPO:	
ENDEREÇO: Avenida Campos Elísios			
Nº: 1077	COMPLEMENTO: Q 221 L 17 SALA 02		
CEP: 74705-020	BAIRRO: Jardim Novo Mundo	CIDADE: Goiânia	UF: GO
TELEFONES: (85) 99113-4644 / (62) 3512-7666 / (71) 98450-6469			
E-MAIL: assesp.nacional@gmail.com			
RESPONSÁVEL LEGAL:			
CPF:	DOC. ID.:	ORG. EXP.:	TIPO:

O **ASSINANTE** declara neste ato deter plena capacidade para celebrar o presente, haver recebido, lido, compreendido e concordado com os termos e condições do contrato de Prestação de Serviço de Comunicação Multimídia, sendo total expressão de sua vontade.

A **PRESTADORA** prestará o serviço conforme o **PLANO DE SERVIÇO** escolhido de forma espontânea pelo **ASSINANTE**, conforme detalhado abaixo:

Descrição dos Serviços:

SERVIÇO: Sua Fibra 600Mb			
VELOCIDADE DOWNLOAD: 600Mbps		VELOCIDADE UPLOAD: 600Mbps	
ENDEREÇO INSTALAÇÃO: Avenida Campos Elísios			
Nº: 1077	COMPLEMENTO: Q 221 L 17 SALA 02		
CEP: 74705-020	BAIRRO: Jardim Novo Mundo	CIDADE: Goiânia	UF: GO
FORMA PAGAMENTO: PÓS-PAGO	Data: 31/03/2025	VENCIMENTO: 15	

EQUIPAMENTOS EM COMODATO/LOCAÇÃO:

Código	Produto	Qtde.	Vlr. Unitário	Vlr. Total	Patrimônio	Núm. Série
46	Router ZTE H199A	1,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00		
47	ONU ZTE	1,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00		
149	Conector APC	2,00	R\$ 8,00	R\$ 16,00		

Valores:

VALOR MENSAL TOTAL: R\$ 99,90
TAXA DE ADESÃO: R\$ 0,00
TAXA DE INSTALAÇÃO: ISENTO
TAXA DE MANUTENÇÃO: R\$ 0,00
TAXA DE ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO: R\$ 120,00
DATA BASE DO PLANO: 01/04/2025

ASSINANTE reconhece e declara ter sido-lhe facultada a opção de celebrar contrato com a **PRESTADORA** sem a percepção de qualquer benefício, estando, nesse caso, isento a permanência mínima.

O presente **TERMO DE ADESÃO** poderá ser modificado no todo ou em parte, por meio de **Termo aditivo**.

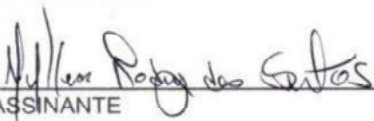
Caso queira acessar o **CONTRATO**, encontra-se disponível no **SITE** informado acima, acessando **Central do Assinante e Contratos**.

E, por concordar, o **ASSINANTE** adere ao presente documento assinando em 2 (duas) vias de igual teor por sua livre vontade.

Local Goiânia, Terça-feira, 01 de abril de 2025.

[23.714.280/0001-81]
L V CONSULTORIA EIRELI
Inscr. Municipal: 48 86 399
Estatual: 10 770 2126
Rua Americano do Brasil
Qd. 27 Lt. 08 Sala 03
Vila Concórdia
CEP: 74177-420
GOIÂNIA-GO

PRESTADORA


ASSINANTE

RUA AMERICANO DO BRASIL, 760-VILA CONCÓRDIA

 (62)99848-6653  @suafibra

Beneficiário	
VL CONSULTORIA LTDA	
Agência/Código Beneficiário	
3351/1309820	
Espécie/Moeda	Quant./Moeda
R\$	
(=) Valor Documento	
46,62	
(-) Desconto/Abatimentos	
(-) Outros Deduções	
(+) Outros Acréscimos	
(=) Valor cobrado	
Nosso Número	
727389	
Pagador	
6752 - ASSOCIACAO DOS SE	
Vencimento	
15/04/2025	
RECIBO DO PAGADOR	

Local de pagamento					Vencimento
Pagar preferencialmente no banco emitente					15/04/2025
Beneficiário					Agência/Código Beneficiário
VL CONSULTORIA LTDA - 52.192.817/0001-02					3351/1309820
QUADRACH LOTE 12B - CHACARA 12. 127, - CH BOTAFOGO - Goiânia/GO					
Data Doc.	Número Doc.	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
31/03/2025	270886	DM	N	31/03/2025	727389
Uso do Banco	Carteira	Espécie/Moeda	Quant./Moeda	(X) Valor	(=) Valor Documento
		R\$			46,62
Instruções de responsabilidade do BENEFICIÁRIO. Qualquer dúvida sobre este boleto contate o beneficiário					(-) Desconto/Abatimentos
Após vencimento juros R\$ 0,02 ao dia.					(-) Outros Deduções
Após vencimento multa R\$ 0,93.					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor cobrado
de 01/04/2025 até 14/04/2025					
Pagador					
6752 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS - ASSESP 07.361.030/0001-72					
Avenida Campos Elísios, 1077, Q 221 L 17, https://maps.app.goo.gl/FmIKfnQs1b8q9XTy9?g_st=iw 09, Jardim Novo Mundo Cidade: Goiânia, CEP: 74705-020, UF: Estado de Goiás					
Sacador/Avalista: 52.192.817/0001-02 - VL CONSULTORIA LTDA					FICHA DE COMPENSAÇÃO
					— Autenticação Mecânica —

CONTRATO DE LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL

Imóvel: Rua XV de Novembro, n.º 1927, bairro América, Joinville – SC, CEP: 89.201-602.

Início do contrato: 24/01/2025

Final do contrato: 24/01/2026

Valor original da locação: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

LOCADOR: MOACIR FERNANDES, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob o n.º 202.135.730-91 e RG nº 332693 SSPSC, residente e domiciliado na Rua das Acácias, nº 30, bairro Lagoa de Fora, Balneário Gaivotas – Santa Catarina, CEP: 88.955-000.

LOCATÁRIO: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS, inscrito no CNPJ sob o nº 07.361.030/0001-72, com sede em Rua Pio X, nº 434a – bairro Salesianos – Juazeiro do Norte – Ceará, CEP: 63.050-020.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente contrato de locação não residencial de prazo determinado, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA 1ª: Tem-se como objeto do presente instrumento, a locação não residencial de uma sala comercial situada na Rua XV de Novembro, n.º 1927, bairro América, Joinville – SC, CEP: 89.201-602.

PARÁGRAFO ÚNICO: O **LOCATÁRIO** declara que vistoriou e que recebeu o imóvel locado em condições de habitabilidade, uso e fruição.

DESTINAÇÃO

CLÁUSULA 2ª: O imóvel objeto desta locação destina-se exclusivamente para estabelecimento comercial, na atividade indicada pelo **LOCATÁRIO**, não sendo-lhe permitido a sublocação, no todo ou em parte.

CONSERVAÇÃO E BENFEITORIAS

CLÁUSULA 3ª: O **LOCATÁRIO**, expressamente, obriga-se a manter o imóvel objeto desta locação em condições de habitabilidade, uso e fruição, obrigando-se e comprometendo-se a devolvê-lo no estado que o recebeu, inclusive com as instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias em funcionamento, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia, e qualquer que seja o motivo da devolução, sob pena de incorrer (em) nas cominações previstas neste contrato ou estipuladas em lei, além da obrigação de indenizar (em) pelos danos ou prejuízos decorrentes da inobservância dessa obrigação, salvo as deteriorações decorrentes de uso normal do imóvel.

CLÁUSULA 4ª: As benfeitorias úteis e necessárias deverão ter consentimento



expresso e por escrito do **LOCADOR**, sendo incorporadas ao imóvel, não lhe assistindo qualquer direito à retenção ou indenização, nem a exigir pagamento como compensação ou abatimento do valor das despesas que fizer.

PARÁGRAFO ÚNICO: As benfeitorias voluptuárias, bem como a estrutura operacional instalada (tais como equipamentos), poderão ser levantadas pelo **LOCATÁRIO**, finda a locação, desde que sua retirada não afete o imóvel.

PRAZO

CLÁUSULA 5ª: O prazo desta locação é de 12 (doze) meses, com início dia **24 de janeiro de 2025**. Ao final do prazo ora estipulado, o **LOCATÁRIO** deverá desocupar o imóvel e devolvê-lo ao **LOCADOR** ou ao seu bastante procurador nas mesmas condições de habitabilidade, uso e fruição em que o recebeu, inclusive com todos os alugueis e encargos devidamente pagos.

CLÁUSULA 6ª: Findo o prazo desta locação, o **LOCATÁRIO** será obrigado a devolver o imóvel objeto do presente pacto, salvo se houver aditivo renovando a locação, bem como a garantia anteriormente concedida.

VALOR DO ALUGUEL E DAS DESPESAS

CLÁUSULA 7ª: O aluguel mensal do imóvel objeto desta locação é de **R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**, devendo ser pago pelo **LOCATÁRIO** ao **LOCADOR**, ou ao seu procurador no escritório deste, ou em qualquer outro local que lhe (s) for indicado, pagamento este que deverá ser feito até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente ao vencido.

§ 1º: Após essa data serão cobradas as penalidades previstas na **CLÁUSULA 10ª**, contadas a partir do vencimento mencionado no caput desta cláusula.

§ 2º: Tendo em vista reforma à ser realizada pelo (a/os/as) **LOCATÁRIO (A/OS/AS)**, mediante aprovação por escrito do (a/os/as) **LOCADOR (A/ES/AS)**. Os custos com o projeto, material de consumo e qualquer outro que possa surgir é de responsabilidade do (a/os/as) **LOCATÁRIO(A/OS/AS)**. Ao término do contrato, o imóvel deverá ser entregue com a estrutura física original.

CLÁUSULA 8ª: Eventual Taxa de Incêndio, Taxa de Lixo, Taxa Condominial ou Rateio de Despesas, assim como a conta mensal de energia elétrica e demais encargos incidentes sobre o imóvel deverão ser pagos pelo **LOCATÁRIO** diretamente aos órgãos recebedores competentes, ou através de inclusão dos referidos valores em boleto bancário, conforme a conveniência da administração, se comprometendo o **LOCATÁRIO** a enviar, ao final da locação, fotocópias dos respectivos recibos de pagamento, devidamente quitados e deverá providenciar, junto à CELESC, o desligamento do fornecimento de energia elétrica.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ficará a cargo do **LOCADOR** o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU do imóvel objeto do presente contrato.

CLÁUSULA 9ª: O **LOCADOR** compromete-se a emitir recibo de quitação, desde que

haja a apresentação pelo **LOCATÁRIO**, dos comprovantes de pagamento de todas as despesas do imóvel.

ATRASO NO PAGAMENTO

CLÁUSULA 10ª: Caso o **LOCATÁRIO** não efetue o pagamento dos aluguéis e encargos no prazo convencionado, obriga-se a pagá-los acrescidos de multa de 10% (dez por cento), mais juros compensatórios de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária que for permitida a partir do vencimento, além das despesas judiciais e/ou extrajudiciais que se fizerem necessárias para o efetivo recebimento, tudo acrescido de honorários advocatícios em 20% (vinte por cento), ficando facultado ao **LOCADOR** a imediata proposição da competente Ação de Despejo.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em observância ao artigo 1.467, II do Código Civil, fica acertado que o **LOCADOR** tem o penhor legal sobre os bens móveis que vierem a guarnecer o imóvel, pelos aluguéis e encargos não pagos, antes mesmo de recorrer ao Poder Judiciário, sempre que haja demora, dando ao **LOCATÁRIO** devedor comprovantes dos bens apossados.

REAJUSTE

CLÁUSULA 11ª: O aluguel pactuado será majorado, anualmente, de acordo com a variação positiva do IGPM da Fundação Getúlio Vargas ou do Índice de Preço ao Consumidor (IPC), o que for maior.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso estes índices sejam extintos, o reajuste será feito mensalmente com outro índice que dê a variação dos preços ao consumidor ou que atualize nos índices inflacionários, conforme a legislação pertinente.

GARANTIA – CAUÇÃO

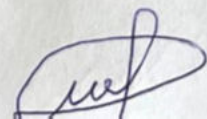
CLÁUSULA 12ª: Nos termos do Art. 38, § 2º, da Lei nº 8.245, de 18/10/1991, o(a) locatário(a) dá, como garantia locatícia, a **CAUÇÃO** no valor de R\$ **1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**, que ficará sob responsabilidade da mandatária, só podendo ser liberada no término da locação.

MULTA POR INFRAÇÃO

CLÁUSULA 13ª: A prática de qualquer infração às cláusulas deste contrato implicará em sua rescisão, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, pouco importando que seja recomposta pela parte infratora a situação anterior, para fins de desfazimento deste contrato e de suas cominações.

CLÁUSULA 14ª: As partes estipulam o pagamento da multa no valor correspondente ao de 2 (dois) meses do aluguel vigente à época da ocorrência do fato, a ser aplicada àquele que venha a infringir quaisquer das cláusulas contidas neste contrato.

CLÁUSULA 15ª: Se o **LOCATÁRIO**, usando da faculdade que lhe (s) confere o artigo 4º. da Lei nº. 8.245/91, devolver (-em) o imóvel locado antes de decorrido o prazo contratualmente ajustado, pagará a multa compensatória correspondente a 2 (dois) meses de aluguel em vigor, a ser cobrada em ação de execução, sendo tal multa



reduzida proporcionalmente ao período de cumprimento do contrato.

TOLERÂNCIA

CLÁUSULA 16ª: A tolerância do **LOCADOR** quanto a eventuais infrações a este contrato não constituirá renúncia aos direitos de ação que lhe são conferidos por lei ou por este contrato, nem constituirá novação.

VISTORIAS

CLÁUSULA 17ª: O **LOCATÁRIO** permitirá ao **LOCADOR**, por si só ou através de preposto autorizado, realizar (em) vistorias no imóvel em dia e hora a serem combinados, quando este julgar conveniente, mesmo em caso de venda do imóvel.

CLÁUSULA 18ª: Constatando-se algum vício que possa afetar a estrutura física do imóvel, ficará compelido o **LOCATÁRIO** a realizar o conserto, no prazo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA 19ª: Não ocorrendo o conserto, facultará ao **LOCADOR** a rescisão do contrato, sem prejuízo dos numerários previstos neste.

RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 20ª: O presente Contrato ficará rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso, notificação, ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por mútuo acordo;
- b) em decorrência da prática de infração legal ou contratual;
- c) em decorrência da falta de pagamento do aluguel por mais de 3 (três) meses e de demais encargos;
- d) para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou, podendo, ele se recuse (m) a consenti-las.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 21ª: Todos os avisos, comunicações, circulares e intimações enviadas pelo Poder Público ou por Entidade Privada, endereçados ao **LOCADOR** e sendo entregues no imóvel ora dado em locação, deverão ser imediatamente comunicados ao mesmo pelo **LOCATÁRIO**.

CLÁUSULA 22ª: O **LOCATÁRIO** autoriza, desde já, que qualquer citação, intimação ou notificação, decorrente eventual ação judicial, possa ser feita mediante correspondência com aviso de recebimento, ou, ainda, sendo necessário, pelas demais formas previstas no Código de Processo Civil, conforme dispõe o art. 58, IV da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.

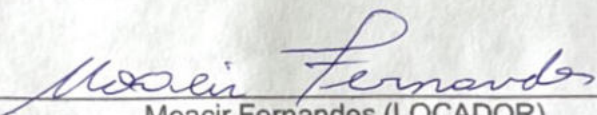
FORO COMPETENTE

CLÁUSULA 23ª: Certos de que FORO competente para resolver as dúvidas ou questões que forem suscitadas em decorrência desta locação é o da Comarca de

Joinville – SC, o **LOCADOR**, os **FIADORES** e o **LOCATÁRIO** voluntariamente se obrigam ao exato e fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições deste contrato e renunciam a qualquer outro foro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e conveniados, de pleno e comum acordo com este contrato e com todas as cláusulas e condições nele expressas, assinam-no juntamente com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, contendo 08 (oito) laudas cada, escritas somente nos respectivos aversos, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos. Declara-se que o presente instrumento não possui cláusula em destaque na data da sua assinatura.

Joinville – SC, 24 de janeiro de 2025.


Moacir Fernandes (LOCADOR)

Maria de Lourdes Pinheiro do Vale – Presidente ASSESP (LOCATÁRIO)

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG: _____ CPF: _____

2) _____
RG: _____ CPF: _____

SEDE E FILIAIS DA ASSESP

- **SEDE JUAZEIRO DO NORTE:**

Localizada na Rua Pio X, n.º 434-A, bairro Salesianos, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.050-020.



- **FILIAL JOINVILLE:**

Localizada na Rua XV de Novembro, n.º 1927, Bairro América, Joinville-SC, CEP: 89.201-602.



- **FILIAL GOIÂNIA:**

Localizada na Avenida Campos Elísios, n.º 1077, Q 221, L 17, SALA 02, Bairro Jardim Novo Mundo, Goiânia-GO, CEP: 74.705-020.



Func.: 00009 - JEMIMA NUNES DA ANUNCIAÇÃO - Adm.: 03/03/2025

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - CBO: 4110-10 - CPF: 062.024.695-28 - PIS: 0000000000-0 - Dep. IR: 0

Salário Fixo: 1.518,00

C 001 - Salário (Adm. 03/03/2025).....		1.420,06	
D 512 - INSS.....	7,50		106,50
Salário base: R\$ 1.518,00		1.420,06	106,50
		Total Líquido:	1.313,56

Bases: INSS = 1.420,06 IRRF = 0,00 FGTS = 1.420,06 Valor FGTS = 113,60

Func.: 00010 - FATIMA EMILLE DA SILVA OLIVEIRA - Adm.: 03/03/2025

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - CBO: 4110-10 - CPF: 069.748.333-93 - PIS: 0000000000-0 - Dep. IR: 0

Salário Fixo: 1.518,00

C 001 - Salário (Adm. 03/03/2025).....		1.420,06	
D 512 - INSS.....	7,50		106,50
Salário base: R\$ 1.518,00		1.420,06	106,50
		Total Líquido:	1.313,56

Bases: INSS = 1.420,06 IRRF = 0,00 FGTS = 1.420,06 Valor FGTS = 113,60

Func.: 00011 - HORTENCIA ELLEN VIEIRA SILVA - Adm.: 03/03/2025

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - CBO: 4110-10 - CPF: 071.526.083-93 - PIS: 0000000000-0 - Dep. IR: 0

Salário Fixo: 1.518,00

C 001 - Salário (Adm. 03/03/2025).....		1.420,06	
D 512 - INSS.....	7,50		106,50
Salário base: R\$ 1.518,00		1.420,06	106,50
		Total Líquido:	1.313,56

Bases: INSS = 1.420,06 IRRF = 0,00 FGTS = 1.420,06 Valor FGTS = 113,60

Func.: 00012 - DOMINIQUE EVA MESQUITA HOMOBONO MACHADO - Adm.: 03/03/2025

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - CBO: 4110-10 - CPF: 007.374.302-06 - PIS: 0000000000-0 - Dep. IR: 0

Salário Fixo: 1.518,00

C 001 - Salário (Adm. 03/03/2025).....		1.420,06	
D 512 - INSS.....	7,50		106,50
Salário base: R\$ 1.518,00		1.420,06	106,50
		Total Líquido:	1.313,56

Bases: INSS = 1.420,06 IRRF = 0,00 FGTS = 1.420,06 Valor FGTS = 113,60



DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM VISITA TÉCNICA

A **ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**, pessoa jurídica de direito privado constituída na forma de associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 07.361.030/0001-72, com sede na Rua Pio X, nº 434A, bairro Salesianos, CEP 63.050-020 - Juazeiro do Norte/CE, por intermédio de sua representante legal, conforme previsto no Estatuto Social, **Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale, portadora do CPF nº 415.496.303-53, DECLARA** que, de acordo com a IN 162 PRES/INSS, que a Entidade:

I - Concorda com a Visita Técnica ou Pesquisa Externa, que poderá ser realizada a qualquer tempo, à critério do INSS, por meio de servidores designados pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - Dirben, os quais colherão informações in loco a fim de certificar-se sobre:

- 1 - a existência e funcionamento da sede da entidade no endereço informado;
- 2 - o período de tempo aproximado em que a entidade interessada está no referido endereço;
- 3 - se há real prestação serviços e atendimento aos beneficiários do INSS, tais como: convênios, assistência jurídica, realização de atividade sociais, dentre outras vantagens garantidas e efetivadas em favor de seus associados;
- 4 - a quantidade de funcionários em atuação no momento da pesquisa; e
- 5 - a existência de documentos e registros trabalhistas/previdenciários contemporâneos dos funcionários que prestam serviços na entidade associativa.

Juazeiro do Norte/CE, 07 de abril de 2025.

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

Presidente da Associação Dos Servidores Públicos (ASSESP)



**DECLARAÇÃO CONSOLIDADA DE HABILITAÇÃO AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA DESCONTO DE MENSALIDADE
ASSOCIATIVA**

A ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, pessoa jurídica de direito privado constituída na forma de associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 07.361.030/0001-72, com sede na Rua Pio X, nº 434A, bairro Salesianos, CEP 63.050-020 - Juazeiro do Norte/CE, por intermédio de sua representante legal, conforme previsto no Estatuto Social, **Sra. Maria de Lourdes Pinheiro do Vale, portadora do CPF nº 415.496.303-53, Declara, sob as penas da Lei, especialmente o art. 299 do Código Penal, que a Entidade:**

I - não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta;

II - não emprega qualquer trabalho a menores de dezesseis anos e/ou trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito, em respeito à vedação do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

III - atende aos seguintes requisitos nos termos do disposto no art. 27 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016:

a) não há, em seu quadro de dirigentes:

1. membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; e

2. cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas no item 1;

b) não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

c) não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

1. membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal;

2. servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

3. pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

IV - atende aos seguintes requisitos, nos termos do disposto no art. 39 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014:

a) está regularmente constituída;

b) prestou contas sob a parceria anteriormente celebrada;

c) não possui como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, inclusive no que se refere aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

d) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos;

e) não foi punida com sanções de:

1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

4. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem



os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada no item 3;

f) não teve as contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

g) não possui entre seus dirigentes pessoa:

1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou

3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º Entende-se por membro de Poder o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

§ 2º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Juazeiro do Norte/CE, 07 de abril de 2025.

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

Presidente da Associação Dos Servidores Públicos (ASSESP)



TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

A ASSESP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, pessoa jurídica de direito privado constituída na forma de associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 07.361.030/0001-72, com sede na Rua Pio X, nº 434A, bairro Salesianos, CEP 63.050-020 - Juazeiro do Norte/CE, por intermédio de sua representante legal, conforme previsto no Estatuto Social, Sra. **Maria de Lourdes Pinheiro do Vale, portadora do CPF nº 415.496.303-53, DECLARA DECLARA ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada, cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e comprometendo-se a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a:**

I - tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo INSS e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;

II - preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;

III - não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e

IV - não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo:

- a) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; e
- b) informações relativas aos materiais de acesso restrito do INSS, salvo autorização da autoridade competente.

Juazeiro do Norte/CE, 07 de abril de 2025.

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

Presidente da Associação Dos Servidores Públicos (ASSESP)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS
CNPJ: 07.361.030/0001-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:05:44 do dia 31/03/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/09/2025.

Código de controle da certidão: **9586.C185.CA26.CB6A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado**

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202504217263

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 07361030000172
RAZÃO SOCIAL:

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 31/03/2025 ÀS 12:08:42
VÁLIDA ATÉ 30/05/2025

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL JUAZEIRO DO NORTE
SECRETARIA DE FINANÇAS - SEFIN
CERTIDÃO POSITIVA EFEITO NEGATIVA ECONÔMICO

Nº 0000000105

Razão Social

ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

INSCRIÇÃO ECONÔMICA Documento

00001586145

C.N.P.J.: 07361030000172

Bairro

SALESIANOS

CEP

63050020

Localizado RUA PIO X, 434 - LETRA A - JUAZEIRO DO NORTE-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

1231365 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

Endereço

RUA PIO X, 434 LETRA A

Documento

C.N.P.J. : 07.361.030/0001-72

SALESIANOS JUAZEIRO DO NORTE-CE CEP: 63050020

No. Requerimento

0000000105/2025

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS (Conforme art. 178, §3º E §4º, IV, da Lei Complementar nº 93/2013) que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema da CND, desta Secretaria de Gestão, relativamente a Empresa acima indicado, até a data e hora em epígrafe, constatamos a existência de RECURSO ADMINISTRATIVO IMPETRADO PERANTE A JUNTA DE IMPUGNAÇÃO FISCAL, PARCELAMENTO DE DÉBITO EM ANDAMENTO E DÉBITOS A VENCER.

O referido procedimento abrange todos os débitos tributários do contribuinte para com este Ente Federativo, não havendo obste para a emissão desta Certidão, pelo prazo estabelecido em Lei Municipal, por restar legítima a cobrança de possíveis créditos complementares não abrangidos por esta CPD-EN.

JUAZEIRO DO NORTE-CE, 10 DE ABRIL DE 2025

Esta certidão é válida por 030 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 09/05/2025

COD. VALIDAÇÃO:0003E315A00001231365





PREFEITURA MUNICIPAL JUAZEIRO DO NORTE

SECRETARIA DE FINANÇAS - SEFIN

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº: 2025 / 0000000105

DOCUMENTO: C.N.P.J.: 07.361.030/0001-72

DATA DE EMISSÃO: 10/04/2025

Esta CERTIDÃO POSITIVA EFEITO NEGATIVA ECONÔMICO foi emitida pelo Sistema SEFIN Online sendo válida até 09/05/25
JUAZEIRO DO NORTE-CE, 10 DE ABRIL DE 2025

CERTIDÃO VALIDADA VIA INTERNET

em 10/04/25 às 11:47:08

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.361.030/0001-72
Razão Social: PROGRAMA NACIONAL DOS APOS E PENSIONISTA
Endereço: RUA SAO PAULO 32 SALAS 713/714 / CENTRO / FORTALEZA / CE / 60030-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/03/2025 a 23/04/2025

Certificação Número: 2025032518561340303939

Informação obtida em 31/03/2025 12:14:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.361.030/0001-72

Certidão nº: 18213915/2025

Expedição: 31/03/2025, às 12:16:11

Validade: 27/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.361.030/0001-72**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

CPF/CNPJ: 07.361.030/0001-72

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:03:21 do dia 28/03/2025 , com validade até o dia 27/04/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: pKKbDiBJLIP36SNSv3Xv

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS
CPF/CNPJ: 07.361.030/0001-72

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 09:55:24 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "Verificar certidão emitida".

Código de controle da certidão: KWBN280325095524

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**
CPF/CNPJ: **415.596.303-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 13:24:29 do dia 09/04/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: MBUR090425132429

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES**
CPF/CNPJ: **144.516.543-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 09:56:50 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: OJWF280325095650

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**
CPF/CNPJ: **826.490.653-20**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 09:57:43 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: DSTE280325095743

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **MARIA DE FATIMA DOS SANTOS OLIVEIRA**
CPF/CNPJ: **699.717.813-87**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 09:58:21 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: 344R280325095821

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **FRANCISCO BATISTA BARBOSA**
CPF/CNPJ: **163.521.903-59**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 10:01:15 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: LCOT280325100115

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA**
CPF/CNPJ: **865.354.803-30**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 10:01:53 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: R0AZ280325100153

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA**
CPF/CNPJ: **426.213.214-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 10:02:29 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: NJIH280325100229

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 28/03/2025 10:28:11

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS**
CNPJ: **07.361.030/0001-72**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**

CPF: **415.596.303-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:31:41 do dia 09/04/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: ADBH090425133141

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES**

CPF: **144.516.543-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:31:52 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: VNOQ280325103152

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**

CPF: **826.490.653-20**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:36:28 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 6OG3280325103628

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE FATIMA DOS SANTOS OLIVEIRA**

CPF: **699.717.813-87**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:37:03 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: HZFR280325103703

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **FRANCISCO BATISTA BARBOSA**

CPF: **163.521.903-59**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:38:37 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: O1O8280325103837

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA**

CPF: **426.213.214-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:40:03 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 8VGJ280325104003

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA**

CPF: **865.354.803-30**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:42:18 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: RV3C280325104218

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE**

CPF/CNPJ: **415.596.303-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:37:55 do dia 09/04/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 9ZEF090425133755

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE FATIMA BEZERRA ALVES**

CPF/CNPJ: **144.516.543-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:58:56 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: FVZ6280325105856

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUCIA MARIA LOPES DA SILVA**

CPF/CNPJ: **826.490.653-20**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:02:26 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: RZQ8280325110226

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE FATIMA DOS SANTOS OLIVEIRA**

CPF/CNPJ: **699.717.813-87**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:03:01 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 19ZM280325110301

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **FRANCISCO BATISTA BARBOSA**

CPF/CNPJ: **163.521.903-59**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:04:22 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: GQH0280325110422

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA**

CPF/CNPJ: **865.354.803-30**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:05:01 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 13XM280325110501

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA**

CPF/CNPJ: **426.213.214-53**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:05:39 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: T1HZ280325110539

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/03/2025 às 15:16) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 07.361.030/0001-72.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 67E6.E779.13DB.9785 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (09/04/2025 às 11:37) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 415.596.303-53.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 67F6.862E.A2B4.6454 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/03/2025 às 15:23) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 144.516.543-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 67E6.E927.DFEC.8215 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/03/2025 às 15:24) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 826.490.653-20.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 67E6.E97A.1E7F.8298 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (09/04/2025 às 11:38) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 699.717.813-87.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 67F6.8660.DDEC.5504 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/03/2025 às 15:26) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 163.521.903-59.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 67E6.E9D4.B673.2388 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/03/2025 às 15:27) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 865.354.803-30.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 67E6.EA01.2F11.B433 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/03/2025 às 15:27) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 426.213.214-53.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 67E6.EA19.9726.0457 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.361.030/0001-72 DUNS®: 90****67
Razão Social: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS
Nome Fantasia: ASSESP
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 15/10/2025
Natureza Jurídica: ASSOCIAÇÃO PRIVADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	29/09/2025	Automática
FGTS	Validade:	23/04/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	30/09/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	02/06/2025
Receita Municipal	Validade:	04/05/2025

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 03/04/2025 15:14

CPF: 415.XXX.XXX-53 Nome: MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

Ass: _____ Certidão SICAF ATUALIZADA (20303913) SEI 35014.048140/2024-70 / pg. 607



Relatório de Inclusão no Cadin pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)

07.361.030/0001-72 - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS

Situação do contribuinte no Cadin

EXCLUÍDO PELA RFB EM 10/09/2022

Este relatório refere-se exclusivamente à inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), não abrangendo inclusões de responsabilidade de outros órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta. As informações relativas ao Cadin são centralizadas na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A inexistência de registro no Cadin não implica reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto ou demais atos normativos (art. 4º da Lei nº 10.522/2002).

Usuário Externo (signatário):

MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE

Data e Horário:

10/04/2025 17:46:13

Tipo de Peticionamento:

Intercorrente

Número do Processo:

35014.048140/2024-70

Interessados:

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Ofício de Resposta	20303880
- Ata de Eleição e Posse da Presidente	20303882
- Ata de Eleição e Posse da Tesoureira e 1º Sec.	20303884
- Ata de Assembleia Filial - Goiânia	20303885
- Ata de Assembleia Filial - Joinville;	20303886
- Relação Nominal dos Dirigentes - Atualizada	20303887
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral	20303888
- Comprovante de Endereço da sede	20303889
- Comprovante de Endereço - filial Goiania	20303890
- Comprovante de Endereço - filial Joinville	20303891
- Comprovante da estrutura física da sede e filiais	20303894
- Folha de pagamento - ASSESP	20303895
- Declaração de Concordância com Visita Técnica	20303896
- Declaração Consolidada da entidade - anexo I	20303897
- Termo DE SIGILO - TCMS	20303898
- Certidão Negativa Federal	20303899
- Certidão Negativa Estadual (CE)	20303900
- Certidão Negativa Municipal (Sede - Juazeiro)	20303901
- Certidão de regularidade FGTS	20303902
- Certidão Trabalhista	20303903
- Certidão Negativa Correccional da CGU	20303904
- Certidão Negativas do Sistema de Contas - CNPJ	20303905
- Certidão Negativas do Sistema de Contas - CPF	20303907
- Certidão Negativa do Consolidada de PJ	20303908
- Certidão Negativa do Sistema Inabilitados do TCU	20303909
- Certidão Negativas do Sistema Inidôneos - TCU	20303910
- Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Cond.	20303911
- Certidão Neg. do Cadastro Nacional de Cond. - CPF	20303912
- Certidão SICAF ATUALIADA	20303913
- Certidão CADIN DA ASSESP	20303914

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;

- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

DESPACHO

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, em 16/07/2025

Ref.: Processo nº 35014.048140/2024-70

Int.: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS - ASSESP

Ass.: Requerimento para formalização de
ACT

1. Trata-se de requerimento da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP para formalização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com este Instituto para possibilitar o desconto de mensalidade associativa de seus filiados em benefícios previdenciários.
2. Como de conhecimento, esta modalidade de ACT para desconto em benefício previdenciário fora suspensa por meio do Despacho Decisório PRES/INSS nº 65, de 28 de abril de 2025, decorrente da deflagração da operação "Sem Desconto" da Polícia Federal – impulsionada pela Controladoria-Geral da União (CGU) –, e do OFÍCIO SEI Nº 4822/2025/MPS, do Ministério da Previdência Social (MPS).
3. A operação demonstra que o procedimento para desconto de mensalidade associativa em benefícios previdenciários precisa ser aprimorado desde sua previsão normativa, bem como em seus fluxos de formalização, monitoramento e fiscalização.
4. Neste contexto, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) se encontra reestruturando seu arcabouço normativo e seus processos de trabalho para que o interesse de seus beneficiários e o interesse público sejam priorizados e preservados, assim como preceitua o § 1º do art.154 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
5. Em razão disso, em exercício de avaliação de conveniência administrativa e oportunidade, o INSS opta por **encerrar** as tratativas com essa entidade para formalização de ACT. Se, após a reestruturação, sobrevier interesse da Administração, poderão novas tratativas serem iniciadas.
6. Assim, sugere-se o envio do Ofício SEI nº 21574109 comunicando a decisão da Autarquia, com posterior arquivamento.

CARLOS HENRIQUE GONÇALVES
Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios

Ciente e de acordo.

MÁRCIA ELIZA DE SOUZA

Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

DIRBEN - Diretoria de Benefícios e de Relacionamento com o Cidadão
Setor de Autarquias Sul Qd 2 Bloco O
Asa Sul
Brasília - DF, 70070.946
dirben@inss.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE GONCALVES, Coordenador(a)-Geral de Pagamento de Benefícios**, em 17/07/2025, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Nº de Série do Certificado: 77041580832563652524926327750



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ELIZA DE SOUZA, Diretor(a)**, em 17/07/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21574094** e o código CRC **F5A771F6**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 21574094



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

OFÍCIO SEI Nº 905/2025/DIRBEN-INSS

Brasília, 16 de julho de 2025.

À Senhora,
MARIA DE LOURDES PINHEIRO DO VALE
Presidente
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP
Endereço: RUA PIO X, nº 434, LETRA A
JUAZEIRO DO NORTE - CE - CEP: 60.030-100
E-mail: : assesp.nacional@gmail.com

Assunto: Requerimento para formalização de ACT

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo SEI nº 35014.048140/2024-70.

Senhora Presidente,

1. Cumprimentando-a cordialmente, apresenta-se a seguir resposta ao requerimento encaminhado para celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com este Instituto para possibilitar o desconto de mensalidade associativa de seus filiados em benefícios previdenciários, nos termos da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 14 de março de 2024.
2. Como de conhecimento, esta modalidade de ACT para desconto em benefício previdenciário fora suspensa por meio do Despacho Decisório PRES/INSS nº 65, de 28 de abril de 2025, decorrente da deflagração da operação "Sem Desconto" da Polícia Federal – impulsionada pela Controladoria-Geral da União (CGU) –, e do OFÍCIO SEI Nº 4822/2025/MPS, do Ministério da Previdência Social (MPS).
3. A operação demonstra que o procedimento para desconto de mensalidade associativa em benefícios previdenciários precisa ser aprimorado desde sua previsão normativa, bem como em seus fluxos de formalização, monitoramento e fiscalização.
4. Neste contexto, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) se encontra reestruturando seu arcabouço normativo e seus processos de trabalho para que o interesse de seus beneficiários e o interesse público sejam priorizados e preservados, assim como preceitua o § 1º do art.154 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
5. Em razão disso, em exercício de avaliação de conveniência administrativa e oportunidade, comunica-se que o INSS opta por **encerrar** as tratativas com essa entidade para formalização de ACT. Se, após a reestruturação, sobrevier interesse da Administração, poderão novas tratativas serem iniciadas.
6. A Autarquia segue à disposição.

Atenciosamente,

MÁRCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

DIRBEN - Diretoria de Benefícios e de Relacionamento com o Cidadão
Setor de Autarquias Sul Qd 2 Bloco O
Asa Sul
Brasília - DF, 70070.946
dirben@inss.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ELIZA DE SOUZA, Diretor(a)**, em 17/07/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21574109** e o código CRC **C29FBB8D**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.048140/2024-70

SEI nº 21574109

Data de Envio:

18/07/2025 07:23:28

De:

INSS/Serviço Técnico Administrativo da DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Para:

assesp.nacional@gmail.com

Assunto:

Ofício SEI nº 905/2025/DIRBEN-INSS processo nº 35014.048140/2024-70

Mensagem:

Bom dia,

Encaminhe-se Ofício SEI nº 905/2025/DIRBEN-INSS, em atendimento ao Requerimento para formalização de ACT.

Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Márcia Cristina Ramos
STADM/DIRBEN/INSS

Anexos:

Oficio_SEI_21574109.html

Data de Envio:

21/08/2025 09:13:14

De:

INSS/Serviço Técnico Administrativo da DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Para:

assesp.nacional@gmail.com

Assunto:

REITERAÇÃO: Ofício SEI nº 905/2025/DIRBEN-INSS processo nº 35014.048140/2024-70

Mensagem:

Bom dia,

Encaminhe-se Ofício SEI nº 905/2025/DIRBEN-INSS, em atendimento ao Requerimento para formalização de ACT.

Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Márcia Cristina Ramos
STADM/DIRBEN/INSS

Anexos:

Oficio_SEI_21574109.html
E_mail_21596430.html